



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E  
FEMINISMOS - PPGNEIM  
DOUTORADO**

**LUCIANA CRISTINA TEIXEIRA DE SOUZA**

**O PATRIARCADO DESLOCADO:  
Invisibilidade das Violências Intrafamiliares Praticadas por Filhos/as  
contra suas Mães**

Salvador  
2020

LUCIANA CRISTINA TEIXEIRA DE SOUZA

**O PATRIARCADO DESLOCADO:  
Invisibilidade das Violências Intrafamiliares Praticadas por Filhos/as  
contra suas Mães**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de doutora.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alda Britto da Motta

Salvador

2020

---

S729 Souza, Luciana Cristina Teixeira  
O patriarcado deslocado: invisibilidade das violências intrafamiliares praticadas por filhos/as contra suas mães. / Luciana Cristina Teixeira de Souza. – 2020.  
225 f.

Orientadora: Profª Drª Alda Britto da Motta  
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Patriarcado. 2. Violência familiar. 3. Mães e filhos - Violência. 4. Feminismo.  
5. Política pública. 6. Observação familiar. I. Motta, Alda Britto da. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.83

---

LUCIANA CRISTINA TEIXEIRA DE SOUZA

**O PATRIARCADO DESLOCADO:  
Invisibilidade das Violências Intrafamiliares Praticadas por Filhos/as  
contra suas Mães**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de doutora.

Aprovada em...

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Alda Britto da Motta – UFBA  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marcia Santana Tavares – PPGNEIM/UFBA  
Arguidora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cecília Maria Bacellar Sardenberg - PPGNEIM/UFBA  
Arguidora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Teresa Kleba Lisboa - UFSC  
Arguidora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Wânia Pasinato Isumino  
Arguidora

“Encostei o meu rosto no espelho e chorei perdidamente. Ganhei o controle de mim mesma e olhei de novo. A imagem no espelho sorri. Dança e voa com leveza de espuma. Levita como um jaguar correndo felino nas florestas do mundo. Era a minha alma fora das grades sociais. Era o meu sonho de infância, de mulher. Era eu, no meu mundo interior, correndo em liberdade nos caminhos do mundo.” (Trecho do livro *Niketché* da autora moçambicana Paulina Chiziane, 2004).

\*

Dedico essa escrita à coragem de todas as mulheres-mães que, ao recusar o entendimento da maternidade como um laço inescapável, puderam romper com o ciclo da violência e, cada uma a seu tempo e modo, fazer ecoar seu grito de liberdade. Especialmente às co-narradoras dessa pesquisa, meu carinho e respeito.

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo ao universo por ter conspirado a meu favor na finalização dessa tese, fortalecendo minha utopia por um mundo melhor num momento em que a conjuntura insiste no contrário. Entre pesadelos e processos de cura, por um momento duvidei mas, enfim, saiu...

Contudo, a rede que me cerca de amor, fé, solidariedades, irmandade, foi igualmente importante para sustentar minha crença na capacidade humana de transformar a destruição desses tempos tão sombrios.

Portanto, quero agradecer sinceramente a todas e todos os meus queridas/as que incentivaram essa escrita e especialmente à banca de qualificação pelo estímulo, dedicação cuidadosa à leitura e pelas contribuições nos redirecionamentos necessários à pesquisa. Obrigada Márcia Tavares e Josimara Delgado.

À Bel e Carla, amigas-irmãs, pelos primeiros rascunhos ajudando a analisar e desvendar a presença da experiência da violência desde dentro da minha família, mas não somente.

A Alda Motta, minha orientadora, cuja produção teórica e trajetória acadêmica inspiraram o tema dessa pesquisa, agradeço o apoio sempre compreensivo e afetuoso diante das adversidades pessoais atravessadas no último período do curso.

Ao PPGNEIM, que me ensinou a enfrentar todas as contradições da caminhada feminista, marcando espaço político fundamental na academia e fora dela.

À querida amiga Ivana, sem a qual essa pesquisa não seria viabilizada. Acima de qualquer relação de afeto construída posterior e continuamente, Ivana, ainda colega de doutorado, se disponibilizou a articular as mulheres referenciadas do CRAV confiando a mim tantas histórias de ‘suas’ narradoras-pensadoras ali assistidas por ela, às quais agradeço muito especialmente pela confiança, generosidade e carinho no aceite, de pronto, ao convite para fazerem parte dessa pesquisa. Eterna gratidão e respeito por cada experiência de dor e alegria que me foi narrada por elas. Essa tese é dedicada também à força e à coragem dessas mulheres-mães.

À minha rede de amigas pelos anos em que nos sustentamos mutuamente e muito me inspiram na visão feminista furiosa e afetiva de mundo. Nem vou nomear porque são tantas que extrapola o nosso núcleo duro do grupo ‘As furiosas’.

À Vercinho que me desestabilizou do lugar comum dos afetos e me desafia a compreender outras ordens de existência do/no (cis)tema-mundo. Obrigada pelo aprendizado da caminhada.

À Leo – Leandro Bulhões, amigo de uma vida, ou de tantas, pelas horas de conversas acolhedoras e orientadoras sobre a tese, naquela semana quente soteropolitana de dezembro, entre ventos, vinhos, comidinhas e muito afeto, que fizeram toda diferença na minha reorganização mental dos capítulos. Muita gratidão, meu lindo, de coração.

Agradeço à Iracelli e Mauricio Punk, à primeira pela leitura feminista e correção criteriosa da tese, culminando numa interlocução fundamental e, ao segundo, pelo incentivo (pressão!) para que eu concluísse a escrita mas, sobretudo, pela presença de anos de amizade sempre amorosa.

Às minhas e meus alunos da UNEB - Universidade do Estado da Bahia /campus V, que me possibilitam seguir aprendendo tanto.

Às minhas e meus colegas do colegiado de Geografia, alguns tornando-se amigos e amigas, cuja relação, ao longo de 16 anos, foi forjada no fazer pedagógico diário e comprometido com as inspirações freireanas.

Agradeço também as/os companheiras/os do movimento docente da UNEB e do ANDES, que outrora, juntas/os refundamos a nossa entidade representativa de classe local e, por meio dessa, fortalecemos a luta da categoria pela sobrevivência e construção coletiva de uma Universidade sonhada, pública, gratuita, popular, de qualidade e democrática. São muitos anos de aprendizado político que atravessam a minha trajetória, quiçá tenhamos novamente uma entidade que represente a categoria.

Por último, mas não menos importante, agradeço à família nuclear que, com todas as contradições e paradoxos existentes e comuns à maioria dos grupos sociofamiliares, me fornece o carinho, a solidariedade, confiança e suporte afetivo e emocional necessários para seguir acreditando na importância de todas as minhas escolhas.

## RESUMO

A partir da análise das violências intrafamiliares não-conjugais, defendo a tese de que pode haver um patriarcado deslocado nas relações entre mãe e filha/o. O deslocamento é operado em três frentes, a saber: a) no campo conceitual; b) nos papéis sociais dos sujeitos do patriarcado e c) no surgimento/visibilidade de outros/as sujeitos/as e outras violências domésticas. Em relação ao primeiro aspecto, há uma sofisticada e intensa mobilização teórica por parte das feministas que têm empreendido esforços no sentido de des-patriarcalizar o conceito de patriarcado. Neste movimento são agregadas categorias de análises e noções conceituais intersectadas cuja intenção é explicar a complexidade do fato social real-concreto na atualidade, bem como desvendar as novas configurações da ordem patriarcal ainda fortemente presente na sociedade ocidental. A análise, portanto, impescinde de novas clivagens e rupturas. No que se refere aos papéis sociais dos sujeitos e sujeitas do patriarcado, deslocar significa problematizar o sujeito patriarcal tido como universal, cristalizado na imagem da relação heterossexual entre o patriarca homem-pai (sujeito que domina e agride) *versus* a mulher-mãe (subalternizada e vítima passiva receptora de violências). Por fim, o último deslocamento – e o mais importante desta pesquisa – está relacionado à necessidade de perceber outros sujeitos e outras violências domésticas. Nele, as práticas abusivas rompem com o contrato social estabelecido na ordem patriarcal familiar tradicional e os filhos ou filhas tornam-se perpetradores/as de violências contra suas mães que, por sua vez, reagem e agenciam tal condição. Para essa análise, lancei mão de fontes bibliográficas, cartográficas e revisão de literatura. Ademais, utilizei a base empírica de modo a demonstrar as teorias apresentadas. A análise foi parcial, ancorada somente nas narrativas de mulheres-mães em situação de violência familiar não-conjugal. Foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com mulheres de distintas localizações de classe, raça, geração, nível de escolaridade, ocupação espacial atual e outros marcadores sociais emergentes na investigação em campo, estruturais ou circunstanciais, como procedência/origem geográfica.

Palavras-chave: ordem patriarcal de gênero; violências intrafamiliares; relação mãe-filha/o; políticas públicas; agenciamento feminista.



## ABSTRACT

Based on the analysis of intrafamily non-conjugal violence, I defend the thesis that there can be a displaced patriarchy in the relationships between mother and child. The displacement operates on three fronts: a) in the conceptual field; b) in the social roles of the subjects of patriarchy and c) in the emergence/visibility of other subjects and other domestic violences. Regarding the first aspect, there is a sophisticated and intense theoretical mobilization on the part of feminists who have undertaken efforts to de-patriarchalize the concept of patriarchy. This movement aggregates categories of analysis and intersected conceptual notions whose intention is to explain the complexity of the real-concrete social fact today, as well as unveiling the new configurations of the patriarchal order still strongly present in Western society. The analysis, therefore, requires new cleavages and ruptures. In what are referred to as the social roles of the subjects of the patriarchy, displacement means problematizing the universal patriarchal subject, crystallized in the image of the heterosexual relationship between the man-father patriarch (the subject who dominates and attacks) versus the woman-mother (the subalternized and passive victim of violence). Finally, the last displacement – and the most important of this research – is related to the need to perceive other subjects and other domestic violences. Here abusive practices break the social contract established in the traditional patriarchal family order and sons or daughters become perpetrators of violence against their mothers, who, in turn, react and manage this condition. For this analysis, I drew from bibliographic and cartographic sources as well as literature reviews. Furthermore, I used the empirical basis in order to demonstrate the theories presented. The analysis was partial, anchored only in the narratives of the women-mothers in situations of non-conjugal family violence. Seven semi-structured interviews were conducted with women from distinct locations of class, race, generation, educational level, current spatial occupation and other structural or circumstantial social markers emerging in the field research, such as geographical origin.

Keywords: patriarchal gender order; intrafamily violence; mother-child relationship; public policy; feminist agency

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>MAPA 1</b> – Localização da cidade de Vitória da Conquista – Ba	42
<b>MAPA 2</b> – Recorte espacial dos equipamentos de proteção à mulher em Vitória da Conquista-Ba	50
<b>MAPA 3</b> – Localização da residência das mulheres entrevistadas	51
<b>FIGURA 1</b> – América invertida	75

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Caracterização socioeconômica das interlocutoras	55
<b>QUADRO 2</b> – Experiências das relações conjugais, conflitos e razões atribuídas	130
<b>QUADRO 3</b> – Tipologia das violências intrafamiliares transgeracionais e sujeitos/as	132

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
- AVC - Acidente Vascular Cerebral
- CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- CRAV – Centro de Referência Albertina Vasconcelos
- CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- DEATI – Delegacia Especial de Atendimento da Terceira idade
- DEAM – Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- EEUFBA - Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
- GAD – Grupo de pesquisa - Gênero, Alteridade(s) e Desigualdades
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LGBTQI+ –Lésbicas, Gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais e outrxs
- LMP - Lei Maria da Pena
- MML - Movimento Mulheres em luta
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PPGNEIM - Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
- SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
- SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado
- SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
- UNEB – Universidade do Estado da Bahia
- UFBA - Universidade Federal da Bahia

# Sumário

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	V
<b>RESUMO</b> .....	VII
<b>ABSTRACT</b> .....	VIII
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	IX
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	X
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	XI
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. O CONTORNO DA PESQUISA: BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS FEMINISTAS</b> .....	22
<b>2. ABORDAGENS METODOLÓGICAS</b> .....	33
<b>2.1. O campo da pesquisa: deslocamentos e adequações</b> .....	36
<b>2.1.1. Breve mirada espacial do contexto da pesquisa</b> .....	39
<b>2.1.2. O Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (CRAV)</b> 43	
<b>2.1.3. A rede de atendimento à mulher em Vitória da Conquista</b> .....	44
<b>2.1.4. As narradoras-pensadoras</b> .....	52
<b>2.1.5. Os instrumentos e a produção de dados</b> .....	56
<b>3. PATRIARCADO, GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES: COEXISTÊNCIAS E DESLOCAMENTOS CONCEITUAIS</b> .....	59
<b>3.1. Patriarcado e relações de poder entre gêneros: rasuras e clivagens de um debate teórico feminista</b> .....	59
<b>3.2. Fronteiras teórico-epistemológicas a explorar na análise da dinâmica das opressões</b> .....	70
<b>3.2.1. Sobre interseccionalidades</b> .....	72
<b>3.2.2. Sobre consubstancialidade ou co-extensividade</b> .....	76
<b>3.2.3. Sobre posicionalidades</b> .....	81

3.3. Sobre as categorias relacionais e os pares conceituais .....	82
4. FAMÍLIAS, PODER E RELAÇÕES DE GÊNERO .....	86
4.1. <i>E a família, vai bem?</i> – Abordagens sociológicas .....	92
4.2. As famílias e as relações de poder na dinâmica dos seus marcadores sociais .....	96
4.3. Mulher – mãe: papéis sociais de gênero e conflitos nas dimensões de raça, classe e geração .....	107
5. VIOLÊNCIAS E CONFLITOS FAMILIARES: PATRIARCADO, GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER .....	124
5.1. A violência contra as mulheres: um debate .....	125
5.2. Violências domésticas experienciadas pelas interlocutoras .....	129
5.2.1. Maria Elvira - “Tem palavras que doem mais que um tapa” .....	133
5.2.2. Maria Clara – “Porque a gente tem os filhos, mas não tem a natureza” .....	138
5.2.3. Maria Cristina - “Ela nunca me bateu, mas ela ia fazer a minha cama para o pai e dessa vez o pai ia me largar. Sabe? Ia largar”. .....	144
5.2.4. Maria Mariá – “No passado eu procurei um homem e ela sabia disso e nunca me perdoou” .....	150
5.2.5. Maria Nádia – “Eu te falo, de tudo que eu já passei na minha vida, a pior parte foi com meu filho” .....	155
5.2.6. Maria Silvia – “Ele me empurrou forte, me jogou no chão e se eu reagisse ele me matava”. .....	165
5.2.7. Maria do Socorro – “Ela dizia que eu era sapatão, que eu tinha caso com amigas, ou que eu tinha homem, que eu traia o meu esposo”. .....	169
5.3. Violência familiar e transmissão geracional .....	173
6. VOZES, DENÚNCIAS E AGENCIAMENTOS .....	175
6.1. Vitimização <i>versus</i> culpabilização .....	176

<b>6.2. Denunciando o/a filho/a agressor/a: o acolhimento parental e institucional e a importância da Rede de Atenção à Mulher .....</b>	<b>179</b>
<b>6.3. Agenciamentos, reiteramentos e deslocamentos.....</b>	<b>192</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>198</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>207</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>218</b>

## INTRODUÇÃO

O tema **violências de gênero contra as mulheres** tem sido objeto de interesse crescente entre os estudos feministas no mundo e no Brasil. Nas últimas décadas, o debate tem se consolidado e tomado corpo através da construção de saberes legados, simultaneamente, tanto do mundo acadêmico como dos movimentos feministas (PIMENTEL, PANDJIARJIAN, 1998; SANTOS, ISUMINO, 2005; PRÁ, 2010; TAVARES, SARDENBERG, GOMES, 2011). Para Saffioti (2001; 2004), muitas pesquisas trouxeram contribuições teóricas importantes para o tema, embora ressalte a necessidade de se estabelecer distinções mais profundas entre as nuances de tal modalidade de violência, alertando que a violência intrafamiliar é um dos tipos mais comuns e não existe apenas necessariamente em decorrência da relação conjugal.

Do ponto de vista legal, com o advento da Lei 11.340, intitulada Lei Maria da Penha (LMP), sancionada no Brasil em 7 de agosto de 2006, a *violência de gênero*, de conceituação bastante ampla, foi caracterizada como **violência doméstica e familiar contra a mulher**. Seu Art. 7º a divide em cinco formas distintas, quais sejam: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Ainda antes da promulgação da LMP, Saffioti (2004) já alertava que as diversas formas descritas não se dão de maneira isolada e incorrem, inevitavelmente, em violência emocional.

Em que pese o aporte dos estudos sobre a violência de gênero, suas diversas tipologias no âmbito das conjugalidades e suas formulações serem imprescindíveis para a construção do pensamento teórico das políticas de combate às violências intrafamiliares conjugais, essa tese se interessa em analisar uma tipologia de violência intrafamiliar ainda, infelizmente, pouco estudada, qual seja: **a violência não conjugal perpetrada por filhos ou filhas contra suas mães. Portanto, o agressor não é o companheiro/marido/esposo – sujeito universal praticante das violências e abusos domésticos.**

No curso da pesquisa, localizei alguns trabalhos que dialogam com a temática, entretanto, a maioria se situa no campo da psicologia, psiquiatria e psicanálise (CECCONELO, A. M., DE ANTONI, C., KOLLER, S. H., 2003; DAY et alii, 2003). Com recortes metodológicos de análise variados, tais estudos versam sobre os aspectos



da violência doméstica e/ou familiar que vão desde os transtornos de conduta de crianças e jovens violentos (KELLERMAN, 2002) à questão da violência doméstica, da violência de mães e pais contra os filhos/as e os impactos nos indivíduos e nas relações familiares (SANTOS & MOREÉ, 2011). São pesquisas de grande relevância, mas não tratam do recorte social que busquei definir para esta investigação.

Para além destes trabalhos, existe um relevante conjunto de estudos acerca da condição de alijamento de direitos da população idosa masculina e feminina na linha de interesse da Sociologia das gerações e do envelhecimento; pesquisas que apontam as questões sugeridas nesta tese (PONTES, 2006; GOMES, 2008; MACEDO, 2008; AZEVEDO, 2010; TAVARES e DELGADO, 2012). Tais estudos insurgentes com o recrudescimento da luta dos movimentos feministas fizeram avançar as pesquisas e seus desdobramentos na academia, surgindo interesses de grupos de pesquisas, como aqueles estudos capitaneados pela professora Alda Britto da Motta junto a outras autoras, cujas investigações descortinaram outras facetas da violência intrafamiliar. O estudo da população idosa e, especialmente, das mulheres idosas, revelou que essas são as mais vulneráveis às violências comumente advindas dos seus entes próximos (BRITTO DA MOTTA, 2009).

Fiz o recorte desta pesquisa – tanto do objeto quanto das sujeitas – a partir da observância de dois indicadores principais: 1) a veiculação cada vez mais frequente de notícias e manchetes da imprensa local denunciando casos específicos; e 2) o trabalho de Azevedo (2010), que analisa o quão considerável e preocupante o fato de 65% do total de vítimas ser de mulheres agredidas por seus filhos que, em sua maioria, é composta por homens, mas não somente. Demonstrando que essas violências, antes naturalizadas e entendidas como problemas de ordem doméstica, hoje passaram a ser problematizadas no debate público.

Todavia, a motivação maior em desenvolvê-la se situa na compreensão das relações de poder engendradas no interior das famílias, a partir das narrativas de mulheres em situação de violência. Os relatos são repletos de ambiguidades no tocante à violência praticada por filhos ou filhas contra suas mães, o que me levou às ferramentas teórico-metodológicas necessárias para discutir as categorias adotadas na perspectiva interseccional; o que incluiu flexibilizar e problematizar conceituações cristalizadas de algumas categorias, ao modo como formula Bell Hooks (2019), quando propõe ampliar o conceito de violência doméstica. Para a autora, seria mais adequado falarmos em “violência patriarcal”, sendo essa bem difusa. Pode, por exemplo, ser direcionada às

crianças por mulheres e homens sexistas. Portanto, está pautada na ideia de que uma pessoa em posição de poder tem o direito de usar a força para manter a autoridade.

Desvelar as assimetrias de gênero historicamente construídas sob a ordem patriarcal pelas lentes das epistemologias feministas foi central para mim, uma vez que as pesquisas referidas apontam que a maioria das mulheres vitimadas por filhos/as é composta de pessoas do gênero feminino. Indaguei, então: por que e quem são essas mulheres-mães em situação de violência advinda dos seus e suas filhas? Quais lugares sociais ocupam? A que origem de classe, grupo étnico-racial e grupo de idade pertencem? E quais outras variáveis podem implicar para a ocorrência desse fato? Ainda: de que forma elas elaboram e narram suas experiências de dor e violência dentro de um cenário que contrapõe, radicalmente, os pressupostos de uma relação historicamente construída e idealizada – a de mãe e filhos/as? Além disso, outras questões foram emergindo no trabalho de campo.

Para responder, ou ao menos problematizar tais questões, estabeleci como objetivo central analisar as narrativas acerca dos casos de violência – de qualquer modalidade – praticados por filhos/as contra suas mães. Priorizo o ponto de vista da mulher em situação de violência. A partir deste olhar, busco interpretar as relações de poder engendradas no interior das suas famílias a partir da sua própria percepção. Minha intenção é posicionar o perfil e as interações entre as dimensões gênero, sexualidade, geração, origem geográfica, raça e classe, dos sujeitos mulheres-mães diante da violência intrafamiliar. Através desses marcadores sociais e seus pertencimentos discuto as concepções, narrativas e práticas de agenciamentos quanto ao reconhecimento e o manejo da violência vivenciada.

O tema complexo e sensível exigiu cuidados metodológicos no momento da produção de dados em campo. Me inspiro na análise qualitativa viabilizada através da categorização e análise de conteúdo inspirada por Bardin (1977), além da valoração das subjetividades das falas por meio do uso da história oral. A base empírica foi operacionalizada pela produção dos dados fruto de entrevistas semiestruturadas, constituída pelo instrumento elaborado previamente no formato de um roteiro de perguntas com questões divididas em seis sessões temáticas.

A análise do fenômeno se dá de maneira parcial, uma vez que examino as narrativas ouvidas a partir da perspectiva das sujeitas eleitas para esta pesquisa, quais sejam: mulheres que vivenciaram violências perpetradas por seus filhos e/ou filhas. Todas as entrevistadas eram atendidas pelo Centro de Referência Albertina Vasconcelos – CRAV,

localizado no município de Vitória da Conquista-Ba. A viabilização da pesquisa de campo foi dada pela indicação e articulação de uma das psicólogas do referido Centro.

Solicitei autorização para fazer a gravação das entrevistas de modo a captar, dentro do possível, as reações gestuais e inflexões surgidas durante as falas de cada entrevistada diante das questões do roteiro. Além disso, lancei mão de outras estratégias e ferramentas para a aproximação das informações necessárias, tais como: o contato e a articulação prévia com uma das agentes do centro de referência onde foram desenvolvidas as entrevistas; revisão da literatura; consulta a *sites* e documentos oficiais do poder público; relatórios de órgãos e programas que abordam a questão; uso do diário de campo; além da confecção de material cartográfico, que complementaram os procedimentos de investigação.

Apresento os resultados da pesquisa em seis capítulos. Além deles, a tese está estruturada nesta **Introdução**, onde apresento o panorama da pesquisa e suas motivações e importância em termos pessoais, sociais e científicos. No primeiro capítulo – intitulado **O contorno da pesquisa: bases teórico-metodológicas e epistemológicas feministas** – desenho o problema da pesquisa e estabeleço uma discussão teórico-metodológica e epistemológica feminista que orienta a investigação. Neste sentido, reflito sobre pontos de vista, posicionalidade, as aproximações e convergências com a minha trajetória, pensando os aspectos que me influenciaram na escolha do tema. Portanto, coloco em tela a minha posicionalidade como mulher que ocupa um lugar social de classe, raça e geração relativamente privilegiados, sendo ativista, professora pesquisadora, envolvida com uma práxis político-pedagógica feminista que vislumbra uma ação transformadora da ordem dominante opressiva para as mulheres e outros sujeitos subalternizados.

No capítulo 2 – **Abordagens metodológicas** –, exponho de maneira detalhada os caminhos percorridos, analisando a experiência do campo, os deslocamentos e readaptações feitas. Demonstro como a pesquisa conduziu a pesquisadora nas redefinições iniciais necessárias; caracterizo o contexto espacial da pesquisa para ilustrar a vida social na base territorial estudada e apresento as interlocutoras como sujeitos protagonistas e co-narradoras na produção dessa escrita. Justifico os novos caminhos traçados a partir das contingências surgidas no percurso. Avalio o processo de produção e interpretação dos dados, os instrumentos e as condições das análises possíveis realizadas a partir dos mesmos.

No capítulo 3 – **Patriarcado, gênero, interseccionalidades: coexistências e deslocamentos conceituais** – trago o debate teórico relacionado aos conceitos de

patriarcado, gênero e interseccionalidade; problematizo suas definições e tipologias para seguir a partir das abordagens que conciliam o entendimento do conceito de gênero como relação de poder, apontando essa persistente co-existência numa sociedade que se mantem, ainda, sob a ordem patriarcal de gênero. Desse modo, discuto os deslocamentos teóricos em torno do patriarcado, confrontando as diferentes interpretações das autoras a fim de respaldar a base empírica da pesquisa. Em seguida, buscando atualizar e triangular tal discussão, dedico um espaço para debater a construção e o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade de modo a estabelecê-lo como aporte para analisar a dinâmica das opressões contemporâneas nas suas mais variadas interfaces. Nesse ponto, faço uma exposição das linhas principais adotadas por teóricas feministas na construção das definições do último conceito referido, cuja preocupação consiste em dar conta de analisar as interconexões sociais que atravessam os indivíduos.

No capítulo 4 – **Famílias, poder e relações de gênero** – como ponto de partida para a compreensão das ideias em torno da família, realizo um panorama acerca do *estado da arte* sobre as construções e interpretações teóricas de suas noções conceituais nas abordagens sociológicas, para, daí em diante, discutir a base empírica da pesquisa à luz das categorias de análises intersectadas. Confronto historicamente a vivência de cada interlocutora em seus lugares de origem e formação com a emergência e a construção das pautas do movimento feminista, buscando localizar possíveis influências ou impactos do mesmo na vida das mulheres entrevistadas. Analiso cada experiência de acordo com seus lugares sociais de classe, raça/etnia e idade/geração e outras posições como escolaridade e origem geográfica. Mas, além das categorias relacionais previamente eleitas, já aponto outras que emergiram durante o campo quando da coleta de narrativas disponibilizadas pelas interlocutoras na base empírica da pesquisa.

No capítulo 5 – **Violências e conflitos familiares: patriarcado, gênero e relações de poder** –, analiso as referências feitas pelas mulheres às diversas tipologias de violência vivenciadas no âmbito da convivência familiar, identificando-as, segundo a literatura, e localizando a sua própria posição de sujeito em situação de violência, diante de tais episódios, através da construção de sentidos dado por elas à tal experiência. Assim, discuto, entre aquelas citadas, as categorias de análise: família, gênero e geração; a violência intrafamiliar e transgeracional; o conflito mulher-mãe e o debate da maternidade no feminismo; e os afetamentos físico e mental, como a patologização dos adoecimentos, a estigmatização, as dores, culpa, tristeza, silêncios, depressão, como decorrência das experiências dos abusos e violências sofridas no contexto familiar. Além

disso, desenho o contexto em que ocorreram os fatos, considerados agravantes ou atenuantes, ao ponto de se tornarem objeto de denúncia, ou não.

No capítulo 6 – **Vozes, denúncias e agenciamentos** – analiso a trajetória de suas vidas depois das denúncias ou pedido de ajuda, problematizando possíveis reiteraões, negociações e/ou descolamentos do lugar social hegemônico de mãe elaborado pelo patriarcado. Neste capítulo, interessa-me compreender como a vida destas mulheres foi alterada depois do salto dado para a visibilidade social de suas experiências com as violências intrafamiliares. Categorias como produção de autoconsciência, emancipação, empoderamento, vitimização X culpabilização, vítima X sujeito, autonomia, deslocamentos múltiplos, agenciamentos entre outros fenômenos são aqui analisados por dentro de movimentos de qualificação de suas experiências, atribuída individual e/ou coletivamente pelas mulheres que muitas vezes foram, para mim, imprevisíveis como hipóteses dessa pesquisa. Avalio como as mulheres se deslocam e se percebem como pessoas que não deveriam estar no local de sofrimento. A fim de saírem do lugar que não reconhecem como seus, elas buscam apoio nas redes familiares, sociais e institucionais. Além disso, identifico os limites estabelecidos à tolerância das violências sofridas pelas mulheres que definiram seus deslocamentos e agenciamentos para romper com o contrato social pactuado historicamente na relação mãe-filhas/os a ponto de denunciar os/as mesmos/as, construindo, a partir de então, a agenda sobre o seu próprio destino. Contando, para isso, com os dispositivos sociais, parentais, jurídicos, político-institucionais ou não, que estiveram ao alcance, os quais cada uma pode acionar ao seu tempo e modo de decidir.

Por fim, teço as **Considerações finais** dessa pesquisa, localizando o contexto de pandemia que marcou a produção final da escrita da tese e como as reflexões realizadas ao longo da construção dessa pesquisa seguiram influenciando o texto. Tal cenário exigiu um necessário exercício de posicionalidade circunstancial e reflexividade para situar o momento, estabelecendo elos de ligação entre a discussão central da tese e as reflexões inevitavelmente geradas durante o período de confinamento social, haja visto o tema proposto se tratar de relações intrafamiliares. Foi desde o ponto de vista da condição de filha cuidadora de mãe e tia idosas, que segui a reflexão sobre a trama paradoxal enredada nas relações familiares. Todavia, de forma ainda mais entranhada durante este tempo, uma vez que me encontrava imersa e flutuante nesse retorno à realidade do coabitar e conviver compulsoriamente no grupo familiar de origem para cuidar das mais velhas na

qualidade de geração *pivô*, cozinhando, limpando e amando. Mas, também, padecendo, conflitando e negociando, ao tempo em que refletia e formulava o texto final da tese.

## 1. O CONTORNO DA PESQUISA: BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS FEMINISTAS

*Ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele.*

(Safiotti, 2004 p.43)

Para iniciar a escrita, fui inspirada pelos ensinamentos das epistemologias feministas sobre o necessário e tão caro exercício de autorreflexão e autoconsciência, cuja tarefa serve para enunciar os lugares sociais que se ocupa e os privilégios de que se dispõe no interior das relações de poder presentes numa sociedade repartida e diferenciada por tantas assimetrias.

Como tal, é inevitável que essa tese desvele muito desses lugares que me forjaram, e seguem influenciando continuamente, no processo de autoconstrução como mulher feminista e classista em que me reconheço, tendo em conta os pressupostos postulados pelas epistemologias feministas, como a valorização do saber situado, apontado por Haraway (1995). Para a autora, nenhum conhecimento está desconectado de seu contexto, tampouco da subjetividade de quem o produz. Lembro, portanto, que a escolha de um tema para um projeto de pesquisa não é descolada das experiências, da ideologia e acepções da/o pesquisador/a.

No exercício dessa reflexão, fruto de variadas imbricações da minha trajetória pessoal-político-profissional, atravessadas e impressas nas minhas escolhas e no meu percurso teórico-metodológico, busco fazer uma interlocução com autoras, teorias e conceitos discutidos ao longo dos últimos 4 ou 5 anos do doutorado no Programa de Pós-graduação do NEIM/UFBA dentro na linha do grupo de pesquisa Gênero, Alteridade(s) e Desigualdades – GAD para discutir sobre o tema da violência intrafamiliar.

Todavia, tão importante quanto cumprir a tarefa principal que é de apresentar os resultados obtidos das análises da pesquisa proposta, me parece pertinente, do ponto de vista epistemológico, apresentar sinteticamente os percursos pessoal e acadêmico que me levaram à escolha do tema/problema de pesquisa, assim como das adequações e deslocamentos provocados pelas contingências vivenciadas ao longo do processo de investigação. Interessa revelar de onde venho e como o tema me atravessa e desperta a intenção de compreender, de modo mais profundo, uma faceta da violência doméstica vivenciada por muitos e diversos grupos familiares na sociedade contemporânea.

Essa escrita é, portanto, um exercício que remonta um passado/presente preenchido por vivências diversas, marcadas por variados matizes de imersões teóricas, filosóficas e de métodos que impulsionaram o meu próprio caminhar, minhas escolhas, modos de operar e minha cosmovisão, como bem preconiza Chiziane (2004, p. 247), “fora das grades sociais [...] correndo em liberdade nos caminhos do mundo”.

Na pesquisa busquei desvelar alguns dos múltiplos aspectos que desenham a violência contra mulheres-mães de múltiplas idades cuja prática é oriunda de seus filhos ou filhas. O tema vai ao encontro das reflexões sobre as políticas públicas para as mulheres e a necessidade de sua constante atualização, desvendando novos contornos e tipologias da violência de gênero para fomentar o atendimento das demandas sociais, de modo a contemplar a devida assistência a todas as cidadãs que recorram àquelas, independente das suas distintas posições ocupadas (SARDENBERG, 2015).

Por essa razão, elegi, ou fui eleita, ao modo como sugere Saffioti (2004), pela temática da violência de gênero, contornando a discussão pretendida nesta análise, qual seja: a violência intrafamiliar, mais especificamente a violência praticada por filhos e filhas contra suas mães, consideradas idosas ou não, pertencentes a vários grupos e categorias de idade ou gerações.

Questões relativas aos conflitos familiares, violência, exclusão e abandono de idosos, apontadas por um número de pesquisas, aliado aos casos notadamente divulgados pela imprensa em relação às agressões sofridas por mães e perpetradas por seus filhos, conduziram o interesse em investigar a complexidade do fato sob a abordagem feminista perspectivista, cuja produção do saber, segundo Harding (1986 apud Sardenberg, 2002) é “fundamentado na perspectiva das mulheres” e, por isso capaz de fornecer uma estratégia epistemológica feminista, politizada e com saberes emancipatórios, apontando transformações e superações.

Concordando com Harding (1998) que existem divergências de várias ordens, tanto políticas como filosóficas e um número razoável de estratégias frente à produção científica tradicional, é importante pontuar aqui as principais posições epistemológicas configuradas ao longo da produção do conhecimento na pesquisa feminista a fim de me localizar na condição de pesquisadora feminista que reivindico. Sandra Harding (1986 apud Sardenberg, 2002) situa três estratégias: a) empiricista, cujo princípio da objetividade prevalece nas pesquisas e no discurso ao questionar o androcentrismo na ciência; b) a abordagem perspectivista, cuja produção do saber é “fundamentada na perspectiva das mulheres” e, por isso capaz de fornecer uma estratégia epistemológica



feminista, politizada e com saberes emancipatórios, apontando transformações e superações; e c) o feminismo pós-moderno, que questiona o fundamentalismo das correntes anteriores e as ‘acusa’ de seu suposto binarismo na análise de gênero.

Em face de uma prática política reconhecidamente atuante ao longo do meu percurso como professora, geógrafa feminista classista nos espaços sociais que ocupo, me vejo posicionada dentro do feminismo perspectivista por defender o princípio de que o conhecimento é socialmente situado, comprometido com o questionamento e, quiçá, com a transformação de uma dada ordem dominante na sociedade.

Mais além dessa posição, devo reconhecer também outras posicionalidades: a de classe, como trabalhadora escolarizada; a de raça, socialmente lida e tratada como branca; e também, espacial, como moradora urbana de um bairro central da cidade/capital, além da condição política, organizada no movimento social e vinculada a uma entidade sindical que possui certo repertório de luta atuante dentro desse sistema capitalista, racista e altamente hierarquizado. De toda maneira essa condição de relativo privilégio do meu lugar social influenciou quando do encontro com as entrevistadas na minha pesquisa, bem como durante o processo de escolha das categorias de análise para a realização das mesmas, espelhando e refletindo a minha própria experiência na condição de pesquisadora ao interagir com as/os sujeitas/os eleitas/os para essa pesquisa.

Sem perder a dimensão que a raça estrutura a classe no Brasil, considerando o meu lugar de raça e classe, por exemplo, é possível sugerir que o mesmo tenha operado como facilitador na recepção dos órgãos e entidades procurados para pesquisar, abrindo-me as portas na maioria dos lugares onde busquei acessar arquivos e documentos. Além disso, a despeito do acesso às mulheres entrevistadas ter se dado em articulação com uma agente do Centro de referência, contei com a mesma receptividade e relação de confiança que, comumente, numa sociedade racista como a do Brasil, são previamente creditadas e validadas às pessoas brancas ou socialmente brancas.

Reconhecer que esse é um privilégio na mobilidade de acesso a espaços, fontes e também às pessoas, é um exercício de reflexividade necessário para situar culturalmente a sociedade e fazer a crítica do racismo estrutural que marca todos os espaços sociais impactando, também, o trabalho científico, já que o mesmo poderá ampliar ou interditar, menos ou mais, o trânsito e a credibilidade prévia de pesquisadoras/es conforme os lugares sociais, notadamente o de raça, que ocupam, dada a histórica hierarquia de poder estabelecida previamente entre sujeitas/os racialmente diferentes, em benefício da branquitude.

Seguindo uma práxis alicerçada numa pedagogia feminista, de inspiração freireana, defensora de valores anti-machistas, antirracistas e anti-LGBTQIfóbico que persigo na minha trajetória docente, vislumbrei, por isso, a produção e o desenvolvimento das questões da minha pesquisa tendo como aporte tais pressupostos epistemológicos conferidos pelo modo de operar e fazer ciência que considero muito pertinentes para o meu propósito como pesquisadora.

As teorias de perspectiva (também chamadas de *standpoint theories*)<sup>1</sup> são desenvolvidas a partir da aceção de que o lugar de onde se fala e se vê (a perspectiva ou posicionalidade) vai influenciar nossa fala e nossa visão do mundo e sobre o mundo. Haraway defende, por exemplo, que o lugar dos/as subjugados/as e das minorias marginalizadas representam uma visão privilegiada da realidade – uma vantagem epistêmica (HARAWAY, 1995).

A autora propõe especificar desde que ponto se parte e, dessa maneira, se faz explícito o posicionamento político, já que os pontos de vista nunca são neutros. Tal postura trata de romper a desigualdade prevalente entre quais sujeitos podem conhecer a realidade e quais não podem. Essa ideia é a base da influência do feminismo perspectivista.

Do lado de cá da linha do equador, no Brasil, temos a ressonante contribuição de várias autoras que construíram o debate em torno do lugar de fala. Nomes como Lélia Gonzalez em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984) e Sueli Carneiro em *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (2005) já haviam mobilizado o debate, criando um lastro para a discussão subsequente entre feministas mais jovens que têm contribuído para a popularização massiva do mesmo. A filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro (2017) é uma delas. A autora sistematizou a discussão com o argumento de que todas/os têm uma localização social sobre a qual podem e devem falar desde aí, chamando a atenção para a necessidade de distinguir o lugar de fala e a representatividade, a fim de evitar confusões teóricas e mesmo políticas. Uma vez que ainda existem poucos sujeitos subalternos ocupando lugares de poder, é muito importante, segundo ela, que se reconheça a necessidade da luta, ao menos por enquanto, por representação. No entanto, Djamila Ribeiro salienta que, para além disso, é necessário que outros sujeitos reconheçam e reflitam sobre seus privilégios e os lugares de poder que ocupam, afinal:

---

<sup>1</sup> As teorias de perspectiva possuem “como fonte original as considerações de Hegel sobre a ‘dupla visão’ do escravo em relação ao seu ‘senhor’, ou seja, sobre a vantagem de perspectiva daqueles na posição de subordinados” (HARTSOCK, 1986 *apud* SARDENBERG, 2002, p. 114).

Falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. (RIBEIRO, 2017, p. 84).

A propósito dessa premente reflexão, contribuem os estudos críticos sobre o tema da *branquitude* de autores/as como Cardoso (2008); Piza (2000); e Schucman (2012) que, em linhas gerais, se interessam por compreender os aspectos que caracterizam a construção da identidade e o reconhecimento culturalmente estabelecido da superioridade da branquitude, atravessada por outras categorias sociais, como elemento propulsor de hierarquias de poder na sociedade. Tais pesquisas convidam ao exercício de reflexividade desde os lugares sociais que se ocupa, sejam estes subalternizados ou hegemônicos.

Portanto, ao iniciar as leituras e discussões acerca da violência familiar, foi inevitável remontar as reflexões sobre minha própria experiência pessoal, em princípio, no grupo familiar ao qual pertenço, as origens de classe, raça, e as gerações envolvidas, para enunciar as interfaces e influências presentes na escolha do meu tema de pesquisa. Assim, foi possível lançar mão desde olhar de dentro das relações sociais ali travadas, tentando desvendar os mecanismos dos conflitos existentes no interior daquele espaço, tais como: os distintos papéis exercidos pelos sujeitos conviventes, a hierarquização de poder estabelecida ou reestabelecida, além de outras marcas de valoração e diferenciação social que estavam ali representadas e que me fizeram pensar sobre tais conflitos vivenciados nas minhas relações familiares que marcaram e marcam minha própria trajetória e interesse nesse tema de pesquisa tão caro.

Para além disso, foi importante refletir sobre os demais lugares sociais e de relativo poder e privilégio que ocupei durante o curso da vida, permeados por outros atravessamentos, que, de igual modo, estabeleceram confluências com o tema dessa pesquisa e afetaram, de alguma maneira, essa escolha. Afinal, ensina Audre Lord (1984, p.122), sobre o necessário exercício de refletir sobre as diferenças:

O que nos separa não são as nossas diferenças, e sim a resistência em reconhecer essas diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las. Quando nos definimos, quando eu defino a mim mesma, quando defino o espaço onde eu sou com você e o espaço onde não sou, não estou negando o contato entre nós, nem estou te excluindo do contato – estou ampliando nosso espaço de contato (*tradução minha*).

Sendo professora na Universidade do Estado da Bahia desde 2002, especialmente na área de Práticas de ensino e, como é próprio da minha área docente, atuando

diretamente com os sujeitos dos espaços formais e não-formais de educação juntos às/os minhas/meus estagiárias/os, passei a me defrontar de modo constante e rotineiro com questões que emergiam das relações sociais estabelecidas naqueles espaços. Não raro, os conflitos que mais saltaram aos olhos, observados ao longo dessa atuação, se relacionam às questões de gênero, cuja demanda por intervenções pedagógicas tem se mostrado urgente face à incidência da violência e fobias diversas observadas no cotidiano escolar.

Neste momento, é relevante pontuar que o meu lugar como professora/pesquisadora feminista, conforme descrevi, possibilitou ampliar a atenção e o olhar analítico mais diretamente aos conflitos de gênero. Entretanto, a curiosidade e o interesse específico de pesquisa não devem negligenciar a presença de outros conflitos existentes no universo escolar, sobretudo as tensões raciais, nem sempre evidentes aos olhos de quem não sofre racismo. Especialmente se tratando do racismo brasileiro, cuja característica é marcada, muitas vezes, pela sutileza. O difícil e penoso desafio de exercitar o olhar interseccional passa por se questionar sobre o alcance e os limites para enxergar conflitos raciais a partir do lugar racial que se ocupa, no meu caso o da branquitude. Para tanto, poderia o reposicionamento analítico fornecer dispositivos metodológicos para visualizar questões fora do contexto de vivência da/o pesquisadora/o?

Em que pese todas as barreiras enfrentadas, àquela altura, para o debate de temáticas não tão frequentemente promovidas na escola, tampouco na Geografia, esse cenário se tornou uma relevante oportunidade para iniciar as discussões de gênero transversalizadas e intersectados por temas dentro e fora dos conteúdos escolares formais, tais como: diversidade, sexualidade, discriminação e segregação racial, etc. E, assim, tentar fazer efetivamente um *currículo praticado* (OLIVEIRA, 2003 *apud* FERRAÇO, 2007, p. 75) ou, ainda, um *currículo em redes* (ALVES, 2001 *apud* FERRAÇO, 2007, p. 75), escutando sujeitos e fortalecendo processos de construção de conhecimento de forma mais ampla e autônoma, para além do engessamento dos currículos formais.

Em paralelo à função docente, os ativismos – para mim não dissociados da prática político-pedagógica (aqui apresentadas de tal forma para fins de organização e sistemática) – me desafiam a exercitar uma prática educadora conectada com análises da conjuntura vigente e dos debates político-sociais possibilitados através de redes de conhecimento ou “redes de *fazeressaberes*” (FERRAÇO, 2007, p.78) em diálogo constante com os movimentos sociais.

Desse modo, a atuação sindical e a participação político-partidária constituem-se fontes de discussões que se atualizam a partir das demandas apresentadas pela sociedade

porque informam sobre a dinâmica das tensões, diversidade e diferenças reclamadas na ordem do dia, no clamor das ruas. Como aponta SCAVONE (2008, p. 174), o feminismo deve ser acadêmico e militante, com “maior engajamento crítico e político”, pois “o processo de construção de uma sociologia feminista” deve atentar-se “para as relações de dominação masculina” e não dispensar “o diálogo das teorias com o movimento e a realidade social” uma vez que “teoria e ação política se retroalimentam”.

E foi a partir da atuação, desde 2007, no *Grupo de trabalho - Política de classe para questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual* do ANDES – Sindicato Nacional e em constante diálogo com o *Movimento Mulheres em luta – MML* (em que pese, e também por isto, toda a diversidade de posições políticas e ideológicas), que iniciei o contato com as noções acerca da pluralidade dos feminismos por meio da construção de pautas, agências e formação política de quadros femininos para a atuação em diversos espaços. Nasce, a partir de então, o interesse político/científico para o aprofundamento da discussão de gênero e dos feminismos, com toda a complexidade que os envolve, e a busca pelo espaço de acolhimento do meu projeto de pesquisa.

Remonto brevemente os passos da minha trajetória para expor os cenários que provocaram a reflexão e o interesse cada vez maior pela pesquisa em gênero sob a perspectiva feminista, respaldada por uma formação mais sistemática a partir da minha inserção no PPGNEIM, acerca da compreensão das linhas epistemológicas dos feminismos – no plural – como afirma Harding (1998) sobre a diversidade de aceções e práticas feministas.

O *feminismo perspectivista*, tendo “como fonte de inspiração a epistemologia marxista”, produziu uma “estratégia epistemológica reconhecidamente politizada” (SARDENBERG, 2002, p. 102). Com base na percepção de uma sociedade dividida em classes, minha atuação como feminista, notadamente classista, é marcada por uma práxis militante – posicionada em favor de uma dada classe – que reivindica igualdade econômica, política, social e cultural das mulheres através da superação da lógica dominante capitalista. Lendo por esse ângulo, a minha prática feminista tem sido atravessada por ideais de transformação da ordem capitalista, compreendendo que através da perspectiva histórica é possível desenvolver estratégias de enfrentamento nos interstícios e pelas margens estreitas do capitalismo por meio de lutas e organização das forças de coalizão e assim vislumbrar um projeto de emancipação humana (CIRIZA, 2006).

Estar posicionada na condição de professora/trabalhadora em constante relação dialógica e horizontalizada no cotidiano do trabalho nas escolas me dá o lugar de privilégio da vivência e/ou da escuta sensível dos problemas ali presentes. Não por acaso, fui acometida por diversas inquietações relacionadas à questão da violência de gênero observada naquele espaço social. Muitos eram os casos de conflitos relatados direta ou indiretamente, como decorrência de outras violências trazidas do ambiente familiar e por vezes declaradas nos momentos das oficinas e debates promovidos para a discussão do tema.

Me impressionei ao saber da existência da violência intrafamiliar como algo tão presente na realidade de muitos/as alunos/as. Alguns relatos incluíam experiências vividas desde a violência praticada por cônjuges até a situação de violência de pais e mães contra filhos/as. Mas, para minha surpresa, houve alguns relatos que denunciavam a existência também de agressões praticadas por filhos/as contra seus pais, mães, avós e outros parentes. Essa observação da realidade próxima, junto aos casos cada vez mais veiculados pelos meios de comunicação, chamaram muito a atenção e me fizeram desestabilizar do lugar de privilégio inicial. Afinal, como pesquisadora/educadora não cabia ficar indiferente a uma forma de violência gritante no cotidiano do trabalho com sérias decorrências no processo escolar, desde a aprendizagem até às sociabilidades.

Tomada pela necessidade de compreensão maior sobre a questão, busquei aprofundar a pesquisa sobre os fatos com os quais havia me defrontado. Constatei nos estudos de Ana Claudia Santos & Carmen Moré (2011), que a violência intrafamiliar ocorre com inúmeras reverberações negativas e provocam um ciclo transgeracional, sendo que os membros das famílias vitimadas pela violência apresentam um padrão de origem em ambientes violentos similares, muitas vezes atravessando gerações.

Desse modo, elegi como centrais para a análise as categorias *família* e *mulher-mãe*. Ambas são as ferramentas mais operantes de sustentação do patriarcado. Ao mesmo tempo, foi necessário articulá-las a outras previamente definidas por mim, mas, também, aquelas que acabaram por se desvelar no processo de produção de dados como: culpa, maternidades, afetos, adoecimento mental, estigmatização, emancipação, deslocamentos múltiplos, agenciamentos, entre outras, às quais deram o suporte teórico-metodológico para a análise dos fenômenos investigados.

Vale ressaltar que algumas categorias operacionais nem sempre surgem dos referenciais acadêmicos, mas da produção de saberes oriundos de formulações tanto individuais das mulheres entrevistadas na pesquisa na qualidade de narradoras-

pensadoras da sua realidade, como também daquele conhecimento produzido coletivamente pelos movimentos sociais, muitas vezes imprevisíveis pela academia.

Igualmente importante foi deslindar o processo de construção do conhecimento acerca das diferenciações existentes entre os conceitos de violência de gênero, violência contra as mulheres, intrafamiliar e doméstica. A revisão dessa literatura foi fundamental pra dissipar as imprecisões conceituais tão comuns nas pesquisas sobre a temática.

Muitas autoras elucidaram tais noções ao analisar criticamente as vertentes que configuraram os elementos conceituais ao longo do tempo. Santos e Izumino (2005) compartilham importante referência acerca do histórico dos conceitos de violência contra a mulher e violência de gênero. Segundo as autoras, foi somente a partir dos anos de 1990 com os estudos empíricos e a observação dos baixos índices de criminalização e das retiradas das queixas por parte das vítimas de violência, que se introduziu o conceito de gênero ao crime de violência contra a mulher com o objetivo de tentar compreender a tamanha complexidade que envolve o fenômeno (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 5).

Para fazer jus a minha inscrição na epistemologia feminista, é importante ressaltar que a construção dessa pesquisa é, também, reflexo de uma conjuntura com múltiplas afetações, tanto internas como externas, que implicaram diretamente na minha produção textual, nas minhas decisões pessoais e nas tomadas de posição durante toda a investigação realizada. Finalmente, como vivemos na sociabilidade da ordem do capital, é fundamental situar o cenário político neoliberal desse tempo histórico no Brasil que, mostrando-se desolador no tocante à redução do papel do Estado e ao acirramento da luta de classes com seus respectivos interesses antagônicos, impacta frontalmente as políticas sociais, em especial as políticas de combate à violência de gênero contra as mulheres, que vinham se forjando ao longo das duas últimas décadas.

O aprofundamento do projeto neoliberal encontra respaldo no lastro da crescente ofensiva conservadora e neofascista, observada também em nível global, capitaneada por governos autoritários e forças políticas fortemente influenciados pelo poder patriarcal e religioso das igrejas cristãs hegemônicas de base fundamentalista, cujos interesses confrontam e atropelam as políticas conquistadas a ‘ferro e fogo’ pelos movimentos sociais e também pelo movimento feminista, nos últimos governos ditos de esquerda no país.

Ao longo dos últimos dois anos no Brasil, tem-se assistido a intensificação da redução de direitos das mulheres com medidas que compreendem desde a extinção de estruturas importantes de participação da sociedade civil nas instâncias de poder, até, por

exemplo, a não prioridade no uso dos recursos previstos para as políticas de combate à violência de gênero, como ocorreu com aqueles destinados à manutenção da Casa da Mulher Brasileira, criada em 2013, que acolhe mulheres em situação de violência, prestando acompanhamento psicossocial.

No balanço do retrocesso das políticas sociais do atual governo, foi contabilizada a extinção de seis importantes comitês que eram fóruns colegiados de consulta e deliberação social e atuavam no acompanhamento e avaliação de políticas públicas de diversos setores. Entre eles, estão o de diversidade e inclusão e o de gênero, extintos pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Os comitês tinham como funções respectivas: promover a diversidade sexual e proteção a pessoas LGBTQI+ e propor medidas para prevenção da violência de gênero estendida, também, às mulheres trans.

O relato da entrevista concedida pela Secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, Berenice D’Arc Jacinto, resume as concepções e a raiz ideológica por detrás das tomadas de decisão desse governo quanto às atribuições da pasta da, então, Ministra Damares Alves:

Damares prega uma ideia que ela acredita e que está muito ligada a questão religiosa dela. Ela tem hoje a ideia de que não existe violência contra a mulher, como ela evidenciou no episódio das meninas da Amazônia, ao dizer que bastasse elas usarem calcinha para não serem violentadas. É nesse conjunto de ações pensadas pelo governo que a gente percebe o entendimento deles sobre a questão de gênero e das mulheres. Por isso, a Casa da Mulher Brasileira não usou nenhum recurso, porque o governo não entende essa política como prioritária...A política da diversidade e de gênero é muito antagônica ao governo atual. O governo entende gênero meramente como uma questão sexual. Então, para o Presidente e para a Damares, o entendimento de gênero é de algo que é pecado e proibido e o que importa é uma família nos moldes tradicionais, que não temos no Brasil há muito tempo. Hoje, nós temos famílias extremamente diversas, muitas das famílias hoje são chefiadas por mulheres. Nós temos hoje um sentido de família extremamente diferenciado do que o presidente Bolsonaro e seus ministros tentam discutir (CNTE, 22 ago., 2019).

Não obstante a atmosfera desoladora do cenário político-pessoal configurado nesse tempo, desejo fortemente vislumbrar um horizonte de possibilidades para que o desenvolvimento dessa pesquisa – que é, em si, um instrumento político de luta – contribua para dar visibilidade à diversidade de formações e arranjos familiares, bem como seus problemas inerentes, rompendo com paradigmas hegemônicos, como o da



Ministra Damares, e, assim, tentar produzir um saber verdadeiramente comprometido com um projeto de transformação de sociedade e desse *estado de coisas* que foi instaurado no país. Assumo que a contingência da produção escrita dessa tese nesse tempo/espço, foi um exercício de superação pessoal e político para resistir e driblar a desesperança, os bloqueios e os dramas individuais e coletivos fruto de adoecimentos físicos e emocionais decorrentes desse cenário de tentativa de repressão da pluralidade das existências.

## 2. ABORDAGENS METODOLÓGICAS

De início, pontuo que as análises aqui realizadas foram conduzidas pelas lentes focadas nas ideias do paradigma emergente complexo, cujo representante principal, Edgar Morin (1996), alerta para a necessidade de uma nova forma de enxergar e examinar a sociedade. Em suas elaborações sobre o papel da teoria e método, o autor afirma que a primeira não deve ser vista como o conhecimento, mas deve permitir o conhecimento, que não é a chegada, mas a possibilidade da partida; não é a solução, mas a possibilidade de tratar um problema. Ao sujeito, caberia o papel de re-significar o método. Reconheço em tais premissas uma aproximação direta com as epistemologias feministas ao encorajar o reconhecimento de uma parceria possível entre o conhecimento acadêmico e os saberes da militância ou dos ativismos, só para ilustrar.

Portanto, fica patente que a escolha de um método numa pesquisa que se reivindica feminista comporta, além do rigor necessário a qualquer campo da ciência, também a liberdade e a criatividade na sua práxis. O que poderá se traduzir em certa pluralidade metodológica. Afinal, só uma razão aberta proposta pela teoria da complexidade, pode e deve reconhecer o acaso, as desordens e as subjetividades. A razão aberta propõe re-ligar os conhecimentos. Não rejeita, mas dialoga com o que não é considerado racional, premissa que se encontra com a crítica à ciência moderna que faz a epistemologia feminista contemporânea.

Ainda que apresente diversas vertentes, como já comentado, a/s epistemologia/s feminista/s questionam os métodos e a produção do saber masculinizado, argumentando que a ciência moderna ainda segue tradicionalmente uma epistemologia ocidental baseada na lógica binária. Ao tomar contato com a proposta da análise de conteúdo passei a vislumbrar possibilidades com esse recurso técnico para a análise dos dados procedentes das mensagens escritas ou transcritas das entrevistas, além dos documentos que pretendo pesquisar.

Apontado por Bardin (1977) e também por Minayo (2006), a categorização que comumente se faz a partir desse caminho para analisar o conteúdo investigado consiste num modo de operar a classificação dos elementos de uma mensagem com determinados critérios, que busca facilitar a análise das informações coletadas. Mas, sobretudo, a categorização evidencia um caminho de ordenação da realidade empírica investigada, na

intenção de concebê-la desde os elementos que representam as bases de uma construção teórica, ou seja, desde “as unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria” (MINAYO, 2006, p. 93).

A análise de conteúdo compõe basicamente três etapas. A primeira, a pré-análise, consiste na separação e seleção de material; a segunda se dedica a exploração do material e a terceira está relacionada ao tratamento dos dados e interpretações a partir da análise categorial. No princípio arrisquei criar uma categorização pensada à luz de pressupostos eleitos e conceitos-chave contidos no referencial teórico preliminar do meu projeto de tese, no sentido de exercitar e experimentar o que considere como possibilidades para a análise das informações produzidas. Porém, como previsto pelas lentes da complexidade, as categorias eleitas no início da pesquisa sofreram redefinições ao longo do processo de escuta da investigação.

Diante da experiência de campo e de pesquisas bibliográficas acrescentadas no percurso, outras categorias eleitas foram evidenciadas pela realidade empírica investigada. Na prática, constatei que nenhum procedimento metodológico sozinho é capaz de elucidar um problema de pesquisa, tanto mais em se tratando de temas complexos e sensíveis como é o da violência. Além disso, julguei que a demasiada categorização pré-estabelecida poderia incorrer no risco do enquadramento das falas.

Desse modo, para ser mais coerente com a minha filiação feminista perspectivista tão defendida na sessão anterior, optei por prosseguir com uma escuta mais livre das narrativas das mulheres que confiaram a mim suas histórias tão profundamente marcadas pelo sofrimento pessoal. Em campo, tomei a decisão de privilegiar as narrativas das mulheres sobre suas experiências com a violência familiar, abrindo mão, em vários momentos, do roteiro semiestruturado e deixando suas vozes ecoarem livremente, muitas vezes em meio às lágrimas e emoções afloradas, mas prestando atenção a elas. Trata-se, assim, de acolher as falas da narradora sobre sua experiência, de modo que ela possa contar livremente sua vida e imprimir ao relato suas próprias categorias.

Nessa ocasião fiz uso das anotações no diário de campo e das gravações de modo a captar todas as inflexões surgidas, no sentido de fazer emergir a fala das mulheres sobre si mesmas. Assim, uma escuta posicionada da fala das mulheres requer metodologias que possibilitem a imersão em situações de pesquisa que não excluam os gestos, as tensões, ressonâncias, transformações, resistências e cumplicidades. Essa decisão foi inspirada na ideia central das epistemologias feministas de perspectiva: a de que o sujeito do conhecimento é um sujeito situado, isto é, um sujeito que tem uma perspectiva própria

daquilo que conhece, de si mesmo e dos outros sujeitos cognoscentes (Vargas, 2012). A ideia metodológica feminista deve estar comprometida com a adoção de princípios e práticas de pesquisa capazes de proporcionar espaço de fala a sujeitos subalternizados, historicamente silenciados por práticas científicas objetivistas.

A escolha pelo uso da história oral para captar a experiência pessoal das interlocutoras foi uma estratégia importante para analisar as falas, lembrando sempre de situá-las no contexto de vivências das entrevistadas, uma vez que conforme alerta Thompson (1998), um dos problemas com o uso das fontes orais é o pesquisador desconsiderar o contexto e analisar isoladamente as vozes capturadas para a pesquisa. Feita essa opção, foi interessante atentar ao que diz Joan Scott (1992) quando assinala que a história das mulheres deve ser escrita a partir de uma lógica de investigação diferente da aplicada na ciência tradicional.

Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas. O uso dessa lógica envolve, ainda, inventariar as fontes com que contamos e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante na vida das mulheres.

As experiências das mulheres examinadas nesta pesquisa estão envolvidas num universo de comportamentos e experiências de memórias coletivas patriarcalizadas, mas que permitiram, também, evidenciar as individualidades e subjetividades que foram silenciadas e ignoradas. Portanto, não tive a pretensão de considerar a verdade apenas de uma experiência compartilhada coletivamente, mas deixar fluir a diversidade dessas verdades de forma plural. Perceber como cada interlocutora elaborou e expressou sua própria experiência diante da situação de violência.

## 2.1. O campo da pesquisa: deslocamentos e adequações

Desestabilizar e deslocar definem bem a experiência de, no meio do caminho, ter sido tomada pela imperativa necessidade de mudar os rumos inicialmente traçados para a pesquisa, uma vez que a busca pelas fontes nas Delegacias especiais de atendimento à mulher em Salvador culminou em frustração após insistentes incursões presenciais, solicitações oficiais e contatos por *e-mail* com promessas de agendamento nunca atendidas.

Uma das hipóteses que implicam tal comportamento por parte de alguns operadores da justiça pode ser atribuída à tentativa de autopreservação ante a demasiada exposição dos seus acervos, nem sempre sistematizados e organizados, como chegou a ser comentado por uma dessas agentes em conversa informal durante as tentativas de negociações travadas por mim, com a promessa de que iria organizar seus arquivos e só então poderia disponibilizá-los para consulta, o que efetivamente não aconteceu.

Ao traçar alternativas à investigação nas DEAM's – Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher –, segui buscando outros equipamentos de assistência e segurança. Realizei entrevista com a delegada da DEATI – Delegacia Especial de Atendimento à Terceira idade e a Assistente Social do Centro de Atendimento, Loreta Valadares. Em ambos fui muito bem atendida e as mesmas cederam parte grande do seu tempo para responder a um questionário elaborado exclusivamente para a etapa da investigação institucional.

Em que pese essas entrevistas terem dado enorme contribuição para elucidar a dinâmica dos respectivos órgãos no trato do fenômeno da violência intrafamiliar no município de Salvador, confesso que, ainda muito ingenuamente, contava que algumas/ns dessas/es agentes e operadoras/es poderiam ser de grande auxílio para facilitar o acesso a algumas mulheres atendidas pelos mesmos. Qual não foi a minha surpresa ao ser comunicada da dificuldade, senão da impossibilidade de se comprometerem a intermediar qualquer contato com as mulheres-sujeito da violência praticada pelo/as próprios/as filhos/as, por questões, além de éticas, segundo as mesmas, e por, também, com razão, se tratar de um tema extremamente delicado, ao ponto de duvidar que alguma mulher se disponibilizasse a ceder seus relatos. Assim, tendo em vista a contribuição observada, mantive apenas a entrevista fornecida pela então delegada da DEATI, tomando-a como etapa exploratória dessa pesquisa.

Bastante desestabilizada e desanimada diante do cenário nada promissor para cumprir os objetivos iniciais traçados para a pesquisa, recorri às interlocuções travadas em muitos momentos, dentro e fora de salas de aula, com colegas/amigas/professoras e orientadora sobre os dilemas vividos nesse momento de preparação do campo. Numa dessas ocasiões, após um relato de Ivana Patrícia, uma das colegas do doutorado – hoje grande amiga e parceira neste alegre e árduo caminho acadêmico –, de que fazia atendimento a mulheres exatamente dentro do perfil que eu buscava, surgiu a oferta generosa da mesma, sugerindo que eu entrevistasse as mulheres por ela assistidas num centro de referência em que atuava como psicóloga.

O detalhe que viria redefinir e deslocar espacial e metodologicamente o meu percurso de investigação, era o fato de que o referido centro se encontrar em Vitória da Conquista, município situado no sudoeste da Bahia, onde Ivana trabalha e reside. Ao considerar a riqueza daquela oferta e a quase inviabilidade de manter o meu recorte para o município de Salvador àquela altura em que eram escassas as minhas fontes, tomei a decisão de aceitar imediatamente.

No período, estava prestes a aceitar uma proposta de estágio doutoral, após ser contemplada com uma bolsa de ajuda de custos para uma imersão de 3 meses na Universidade de Coimbra. Seria imperativo, portanto, realizar a pesquisa de campo antes de viajar. Mas os ventos estavam a meu favor, uma vez que já havia elaborado os instrumentos necessários à investigação.

Sem hesitar – após consulta e diálogo com a orientadora sobre os novos rumos que a pesquisa havia, literalmente, tomado, e como esta já havia apreciado o pré-campo com as entrevistas semiestruturadas – arrumei as malas e segui rumo a Vitória da Conquista ao encontro das minhas entrevistadas já devidamente consultadas e preparadas por Ivana para me receber. Tive muita sorte de poder contar com esse apoio e essa relação de confiança estendida que ela proporcionou nesses contatos. Isso remete ao que pressupõe a pesquisa e a práxis feminista ao valorizar as redes de solidariedades e o exercício de reflexividade nas ciências entre pesquisadoras.

Dito isso, quero marcar que fazer a opção por uma atitude efetivamente dialógica na construção dos saberes foi fundamental para romper com a prática competitiva, produtivista e individualizante tão comum à experiência acadêmica hegemônica vista na maioria dos espaços das Universidades. A proposta de um programa de pós-graduação assumidamente feminista como é o PPGNEIM não garante, mas estimula esse nível de reflexividade. Portanto, foi somente pela via das trocas e partilhas proporcionadas e

exercidas nesse espaço que pudemos, nós, alunas do curso, superar coletivamente muitos desafios encontrados na trajetória da pesquisa e reaprender a fazer uma ciência pautada na solidariedade e na coletividade entre as pares.

Essa decisão de redirecionar o recorte espacial e a posição territorial da pesquisa vai ao encontro das demandas e sugestões apresentadas e enfatizadas pelas pesquisadoras Dra. Marcia Tavares e Dra. Josimara Delgado, membras da banca durante o exame de qualificação ocorrido em agosto de 2018, quando as mesmas pontuaram a necessidade de estudos e análises mais atentas acerca da ocorrência da violência doméstica fora do eixo central das grandes cidades e regiões metropolitanas, indo além do enfoque centralizado sobre os equipamentos de segurança, a institucionalidade do fenômeno e os comportamentos centro-urbanos. A pesquisa, portanto, passa a cumprir outra função senão aquela de compreender as particularidades e variáveis espaciais que podem implicar nos impactos e decorrências advindas da experiência com a violência intrafamiliar, de forma descentralizada espacialmente.

Desse modo, foi interessante caracterizar e analisar espacialmente o contexto social da cidade onde estão inseridas os sujeitos dessa pesquisa para desvelar de que maneira cada mulher entrevistada, individual e/ou coletivamente lidou, manejou e agenciou as respectivas experiências vivenciadas naquele local. Afinal, na análise do espaço geográfico, ao se valorizar o contexto dos acontecimentos, se estabelece um ponto de conexão com a dimensão socioespacial dos fenômenos estudados.

O espaço geográfico, entendido como uma instância da sociedade expresso por conflitos entre grupos hierarquizados por determinadas marcas de valoração social – e o gênero sendo uma dessas –, como categoria de análise, traz contribuições teórico-metodológicas relevantes para a investigação do meu objeto de estudo, sendo esta uma intersecção mensurável no nível prático-teórico. Para a Geografia, uma ciência comprometida com a compreensão da diferenciação espacial e seus mecanismos de exclusão, a diversidade das vivências espaciais humanas tão invisibilizada em nossa sociedade, produz diferentes espacialidades advindas de experiências diferenciadas dos sujeitos e grupos sociais produtores do espaço.

Ao propor o uso da categoria espacial para a análise do objeto em estudo, percebendo o gênero como uma das variáveis sociais, pretendi aproximar as lentes sobre o espaço do município onde estão posicionados os sujeitos dessa pesquisa e compreender, de maneira mais global tanto possível, suas tomadas de decisões, atitudes e soluções

supostamente encontradas para o manejo dos problemas enfrentados, a partir dos elementos espaciais específicos de que dispunham na sua base territorial.

Entretanto, apresento o município de Vitória da Conquista sem a pretensão de aprofundar a análise espacial do mesmo, já que não se trata do objeto dessa pesquisa. Minha intenção é somente situar a leitora acerca da sua configuração referente à localização, extensão territorial, posição geográfica, dados da população, economia e distribuição de alguns equipamentos urbanos que são do interesse da pesquisa, e que podem apontar variáveis espaciais influentes nas possibilidades mas, também, das limitações dos sujeitos investigados.

O contexto espacial é entendido como um recorte de análise que “explica a vida social na base territorial na qual se materializa” (MARTINEZ; MOYA; MUNÓZ, 1995 p. 256). Dessa maneira, é importante frisar que os contornos da vida social evidenciados estão circunscritos às experiências e práticas espaciais de deslocamentos, mobilidades e acessos dos sujeitos da pesquisa no manejo, em específico, das situações de violência e assistência social vivenciadas por esses, como analiso adiante.

### **2.1.1. Breve mirada espacial do contexto da pesquisa**

Vitória da conquista é considerada uma cidade média<sup>2</sup> e possui uma população estimada em 338,480 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Foi fundada em 1840, é o terceiro município do Estado da Bahia, precedido por Feira de Santana e pela capital, Salvador, distando 503 quilômetros da mesma e possui uma área total de 3.204,257 km<sup>2</sup>.

De acordo com a divisão em regiões econômicas proposta pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI (2014), o município compõe a Região Sudoeste da Bahia e, pelo IBGE, pertence à Mesorregião Centro-sul Baiano (Mapa - 1). Classificada como Capital Regional B (IBGE, 2008), a cidade de Vitória da Conquista compõe a rede urbana de Salvador com uma área de abrangência de mais de noventa municípios dos Estados da Bahia e Minas Gerais. Destaca-se, economicamente, no setor de serviços, ocupando o quinto lugar na participação do Produto Interno Bruto – PIB estadual com 2,41% (SEI/2015-2016) e atua como um importante entreposto comercial

---

<sup>2</sup> Segundo SPOSITO (2001), para se considerar o status de cidade média deve-se ter em conta, além da sua posição geográfica favorável, também as ações políticas que irão definir as condições técnicas contemporâneas ali existentes.



e fornecedor de serviços mais complexos na sua área de influência, como os de saúde e educação superior.

O município integra, ainda, o Território de Identidade Sudoeste Baiano – uma regionalização criada pelo Governo do Estado da Bahia no âmbito da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), como ferramenta de gestão objetivando atuar de acordo às prioridades temáticas definidas com base na realidade local. Do ponto de vista espacial, a posição geográfica<sup>3</sup> privilegiada do município o torna favorável à facilidade de comunicação, ofertas de serviços, especialmente a partir de 1990 quando da expansão do setor terciário, principal indutor do processo de reestruturação econômica na região. Segundo Mares (2016), Vitória da Conquista é uma cidade que tem assistido a profundas mudanças com a diversificação da oferta de serviços e ampliação do comércio, fortalecendo, desse modo, sua centralidade na rede urbana e que se expressa também nos novos padrões de comportamento da sociedade. De acordo com Mares (2016, p. 24), a dinamização advinda desse crescimento urbano teve reflexos profundos nos modos de viver a cidade em Vitória da Conquista:

[...] apreensível não só nas formas espaciais resultantes de tais processos, como também, no conteúdo social que delas derivam (ou retroalimenta). Mudanças refletidas em novos modos de socialização e práticas espaciais que se fundem em novo jeito de viver a cidade, de uso e apropriação do espaço urbano.

Essa informação importa quando observo a mobilidade urbana e as sociabilidades das mulheres entrevistadas nessa pesquisa, como sujeitos capazes de criar seus modos de transitar, acessar, comunicar e se relacionar agenciando suas práticas socioespaciais cotidianas, mesmo em uma situação de violência, ou especialmente se estiver nessa situação, já que se trata de uma urgência. Saber a quem, onde e como recorrer faz e fez, toda a diferença nos casos analisados, no acesso ao devido atendimento e assistência social necessários.

Outrossim, é fundamental que a localização e a função de todos os equipamentos espaciais voltados à assistência social à mulher existentes na cidade, no caso do interesse dessa pesquisa, sejam cotidianamente enunciadas e divulgadas pelo Estado, lançando

---

<sup>3</sup> Assim considerado um conjunto de fatores que a privilegiam como cidade no contexto intra-urbano e interregional, quais sejam: sua localização na rede urbana local, tendo em conta as formas, as funções e a estrutura espaciais existentes (Santos, 1992), além do seu conteúdo social e natural e das áreas do entorno, seus recursos naturais, sua produção, distribuição e circulação, ainda a facilidade de comunicação, ofertas de serviços e processos de urbanização existentes.

mão dos veículos de comunicação públicos ou privados locais e outros meios de acesso à informação como as redes sociais, campanhas em escolas, centros e entidades junto à sociedade civil. Para além disso, também deve funcionar a articulação e a integração entre os mesmos no exercício das suas distintas e combinadas funções, como discuto nas próximas linhas.

## MAPA 1

## LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA - 2019



LEGENDA  
— MALHA URBANA  
■ MUNICÍPIO  
■ BAHIA  
■ BRASIL



FONTE: LA BCART / BING SATÉLITE  
ELABO: LARISSA FERRAZ,  
LUCIANA SOUZA  
DATUM: SIRGA S 2000 UTM 24 S

### 2.1.2. O Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (CRAV)

No tocante a experiência *in loco* da pesquisa de campo, as participantes da pesquisa são mulheres atendidas (ou referenciadas, na linguagem institucional) pelo Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos, doravante CRAV. Segundo consta no site oficial da Prefeitura de Vitória da Conquista-Ba e nos documentos internos aos quais tive acesso durante a pesquisa de campo, O CRAV é um serviço de atendimento implantado em 2006, a partir de Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), vinculado à Coordenação de Proteção Especial. Tal convênio foi responsável pelo financiamento da estrutura do Centro pelo período inicial de funcionamento. A partir do ano de 2008 foi firmado outro convênio com a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade (SEPROMI), o que garantia o pagamento da equipe técnica, estando o Município responsável pela equipe administrativa e manutenção de outros serviços.

Uma vez estabelecida a parceria nos níveis federal, estadual e municipal, o CRAV passou a contar com a sua sede própria em dezembro de 2008, localizada no bairro Candeias, à rua Jesiel Norberto, nº 40. A localização e a estrutura da sede atendem ao indicado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM (Brasília, 2015). Situando-se em área discreta da cidade, possui ampla estrutura física e funcional, contando com recepção, sala de arquivos e administrativo, salas de atendimento especializado das suas profissionais, sala da coordenação, além de uma sala de multiusos destinada a realização de eventos e palestras promovidas regularmente junto à comunidade interna e externa. Conta também com um automóvel com motorista que realiza o transporte das mulheres referenciadas para dar suporte ao atendimento realizado no CRAV.

As equipes técnica e administrativa são constituídas respectivamente por duas psicólogas, uma assistente social e uma advogada; duas recepcionistas, um motorista, uma gerente e uma agente de segurança patrimonial. O horário de funcionamento do CRAV obedece às orientações da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referencias de Atendimento à Mulher (Brasília, 2006), da SPM, sendo realizados os atendimentos de segunda a sexta-feira, das 07h às 18h.

A finalidade central da criação do centro seria a de oferecer atendimento e suporte psicossocial e jurídico, além de orientação e informação às mulheres em situação de violência. Compete também ao CRAV o encaminhamento dessas mulheres à Rede de

Serviços, incluindo o acompanhamento desses atendimentos, além da oferta de orientações gerais de acordo com a necessidade específica da mulher atendida. Além disso, o CRAV cumpre papel de articulador da Rede de Proteção à Mulher vítima de violência, com a finalidade de responder às demandas pela proteção da mulher em vulnerabilidade pessoal e social, oferecendo atendimento de forma integral e articulada, buscando construir, coletiva e cotidianamente, a Rede de Atenção à Mulher no âmbito municipal e territorial.

A entidade também é responsável por elaborar relatórios anuais contendo diagnósticos preliminares da situação concreta de violência no Município com o fim de avaliar e dar transparência ao seu processo de desempenho, analisando as fragilidades, limitações, avanços e desafios encontrados no cotidiano ao longo desse período e, assim, cumprir uma das principais funções que é de disponibilizar subsídios para o planejamento institucional e estratégico das políticas do Centro de Referência da Mulher como um todo. Esse relatório é tomado como referência para a elaboração do planejamento das atividades que serão desenvolvidas durante o ano seguinte. Tal exercício revela a importância do acompanhamento crítico e reflexivo da dinâmica dos atendimentos oferecidos pela instituição ano a ano.

### **2.1.3. A Rede de Atendimento à Mulher em Vitória da Conquista**

No que se refere à existência da Rede de Atendimento à Mulher, o município de Vitória da Conquista é uma das quatro cidades baianas em que foi instituída uma Vara Especializada no combate à violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, onde já havia sido implementada uma Delegacia Especializada há doze anos. Além disso, a cidade possui outros equipamentos que atuam de forma articulada e oferecem apoio e atendimento interligado às mulheres vitimadas pela violência. Conforme prevê a Norma Técnica para a Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios (Brasília, 2015), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a construção da Rede é uma estratégia fundamental para o combate e enfrentamento da violência de gênero:

Um dos grandes desafios para enfrentar essa violência é a articulação e integração dos serviços e do atendimento de forma a evitar a revitimização destas mulheres e, acima de tudo, oferecer o atendimento humanizado e integral (SPM, 2015).

Segundo informações capturadas nas páginas de alguns dos equipamentos no site oficial da Prefeitura, os serviços que compõem a Rede são: associação de bairros, agentes comunitários de saúde, instituições de ensino, movimento de mulheres, Polícia, DEAM, Vara Especializada da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Saúde através da Atenção Básica, Vigilância Epidemiológica, CRAV, Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT, Coordenação de Renda e Cidadania, Diretoria de Habitação de Interesse Social, Programa Bolsa Família e de órgãos não-governamentais como União de Mulheres, Centro Terapêutico Renascer, Hospitais, dentre outros, que possuem o compromisso formal de atuar conjuntamente para o efetivo combate à violência, proteção das mulheres vitimadas pela violência no município.

Durante o trabalho de campo pude constatar indícios do funcionamento dessa atuação em rede por parte de alguns serviços. Muitas mulheres relataram suas experiências de como chegaram ao CRAV e dos encaminhamentos realizados por uma entidade à outra, conforme a demanda apresentada pelas mulheres e o serviço oferecido por cada uma. Por essa razão, decidi mapear os equipamentos que foram citados nos relatos durante as entrevistas a fim de considerar a distribuição espacial dos mesmos na cidade e avaliar que relação a localização desses pode ter com o acesso e a assistência das mulheres atendidas, além de demonstrar a relevância da presença de tais equipamentos em áreas distintas e descentralizadas da cidade de modo a facilitar o acesso ao suporte necessário no caso das ocorrências dos atos de violência contra a mulher, como ficou evidenciado em muitos relatos das entrevistadas.

Sabe-se que as variadas comunidades científicas possuem diferentes modos de informar os resultados de suas pesquisas, cada qual adotando os enunciados mais teóricos ou mais empíricos de seus estudos, ou para as modalidades qualitativas e quantitativas da pesquisa que escolhem. As ciências possuem diferentes linguagens e formas de se comunicar bem específicas no cumprimento das normas da produção de saberes, ainda que padronizado no formato majoritariamente acadêmico.

Digo isso, porque apesar de não pretender fazer uma análise exclusivamente espacial nessa sessão, menos ainda de toda a pesquisa, busquei aproximar algumas possibilidades de interpretação de dados, lançando mão da categoria espacial e suas

representações gráficas com o objetivo de informar a produção de dados nessa etapa da investigação. Na definição de Milton Santos (2002, p. 63), o espaço geográfico pode ser entendido como: “Um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”.

Portanto, tomo de empréstimo a noção conceitual de espaço clássica da geografia, mas revisada por Milton Santos, para descrever os sistemas de objetos e o sistema de ações observados na dinâmica espacial regida pela rede de atendimento e proteção à mulher no município estudado. Embora não seja o objeto de análise central dessa pesquisa, no caso dos centros e entidades que compõem a rede de atendimento à mulher no município de V. C., constatei em campo que a presença de cada equipamento ganha sua materialidade na estrutura física de suas instalações. Além disso, seu sistema de objetos também se espacializa na base territorial geográfica através de todo o seu sistema de ações das relações sociais estabelecidas entre si e forjadas junto à população local, desenvolvendo ações, programas e se integrando definitivamente à cidade com vistas a possíveis resoluções dos problemas sociais ali apresentados.

Em princípio, uma prerrogativa importante a ser considerada nos estudos sobre o ordenamento territorial diz respeito à distribuição espacial descentralizada dos órgãos e equipamentos públicos, de assistência social, de lazer, saúde e educação. Esse é um dos pilares fundamentais do planejamento urbano, posto que informa sobre e/ou define a interação espacial do recorte observado. No caso da realidade estudada, observamos que, conforme o Mapa 2, a maioria das instituições citadas pelas interlocutoras durante as entrevistas se encontra nas áreas periféricas e outras estão localizadas, ainda, em zona urbana intermediária próxima ao centro, classificadas como pericentrais. Ao todo, onze instituições de acolhimento foram referidas, além do CRAV (que está situado no bairro Candeias – pericentral), assim distribuídas por áreas da malha urbana: o Fórum João Mangabeira – centro, a DEAM – bairro Jurema /centro; CRAS – Lot. Vila América – periferia, CRAS – Cruzeiro/pericentral, CRAS – Lot. Bruno Barcelar/periferia, CRAS-Jatobá – periferia, CRAS – Nossa Sr<sup>a</sup> Aparecida/periferia, CRAS – centro, CRAS – Miro Cairo/periferia, CRAS - Nova cidade – periferia, CREAS – centro.

Encontrei nas normas governamentais as diretrizes específicas e os critérios territoriais que preveem os aspectos a serem mitigados para definir a instalação dos

CRAS nos diferentes municípios, de acordo com a realidade de cada local.<sup>4</sup> Entretanto, o saber acerca do desempenho e funcionamento dos equipamentos requer uma pesquisa de cunho mais específico acerca de cada um daqueles citados existentes em Vitória da Conquista e não é esse o objetivo desta investigação. Até aqui, saliento que foi um importante pano de fundo auxiliar das análises da base geográfica que sustenta a realidade estudada pré-estabelecida, influenciando a mobilidade das mulheres usuárias dos serviços oferecidos pelos mesmos. Utilizo, para tanto, os dispositivos teórico-metodológicos que a Geografia oferece para descrever espacialmente essa etapa da pesquisa.

Para Milton Santos (1985), a compreensão do espaço geográfico pressupõe uma análise dialética entre todos os elementos que o compõem. Para esse feito, o geógrafo instituiu, na obra *Espaço e método*, quatro categorias de análise espacial fundamentais, que, segundo ele, devem ser sempre entendidas como disjuntivas e associadas. Essas categorias são: estrutura, processo, função e forma. A partir da compreensão das relações entre as categorias de análise espacial, estrutura, processo, forma e função, considero que essas em conjunto e relacionando-se entre si, servem de base teórica e metodológica para a análise dos fenômenos espaciais dentro de uma organização espacial definida.

Tomo como objeto dessa análise espacial a presença relacional do Centro de Referência Albertina Vasconcelos – CRAV, diante das outras entidades citadas e cartografadas no mapa 2. Ao confrontar e sobrepor o mapa 2 – de Localização dos equipamentos citados, ao mapa 3 – de Localização das residências das mulheres entrevistadas, observo que há uma correspondência entre a maioria das localizações de alguns equipamentos citados com os locais de moradia das mesmas. Em ambos os mapas, a concentração das zonas marcadas está situada no setor nordeste da malha urbana. Essa configuração espacial convergente na distribuição entre ambos elementos demonstram a capacidade de acesso e alcance dos serviços oferecidos nesse setor urbano do município, uma vez que os relatos revelam a busca espontânea das mulheres e/ou os respectivos encaminhamentos articulados pelo trabalho da rede de atendimento de tais serviços.

---

<sup>4</sup> “Em cidades de médio e grande porte, amplas regiões ocupadas por vilas ou favelas demarcam com precisão territórios com características homogêneas desde o seu padrão socioeconômico, passando pela trajetória de vida de seus moradores, até a estrutura urbano-arquitetônica do assentamento. Em outras de igual porte, ilhas de ocupação irregular e precária, incrustadas em contextos típicos de classe média, por exemplo, definem um território que, diferentemente do anterior, deve ser concebido não necessariamente pelo recorte do que é mais vulnerável, mas exatamente pela ótica da contradição ou da complementaridade, ainda que de uma complementaridade sob tensão. Esse é o traço irrecusável daquela realidade” (CASTRO, 2009, p. 14).



Essa configuração mereceu um olhar geográfico com maior acuidade de maneira que pude estabelecer as correlações entre os elementos espaciais ali presentes e o padrão espacial de mobilidade urbana dos sujeitos diretamente interessados naqueles serviços. Pelas lentes das categorias espaciais de análise foi possível compreender a dinâmica de tais arranjos, posto que, como propõe Milton Santos (1985), a **forma** é o aspecto visível, exterior, de um objeto, referindo-se ao arranjo ordenado deles, que passam a construir um padrão espacial. Roberto Corrêa (2004) cita uma casa, um bairro e uma rede urbana como exemplos de formas espaciais em diferentes escalas. A forma retrata a espacialidade de uma sociedade.

Conforme visto no mapa 2, as formas espaciais dos equipamentos de assistência social, como pontuado, seguiram parâmetros de planejamento governamental quanto aos critérios territoriais para a sua instalação. E, pelas narrativas ouvidas das entrevistadas que foram ou são assistidas em vários dos equipamentos citados por elas, uma ou mais vezes por onde passaram, tais elementos foram capazes de cumprir a sua função espacial, total ou parcialmente. **Função**, por sua vez, ainda segundo Santos (1985), implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado ou por uma forma (CORRÊA, 2004). Portanto, forma e função têm uma relação direta, já que uma forma é criada para exercer uma função.

Quanto à **estrutura**, que, segundo Santos (1985), é relativa ao modo como os objetos estão organizados, refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como estão inter-relacionados entre si, pude verificar que a atuação em rede exercida pela articulação dos centros parece montar uma base informacional ou um sistema de dados sobre a população assistida de modo a possibilitar os encaminhamentos e o acompanhamento devidos a cada mulher referenciada por um ou mais centros.

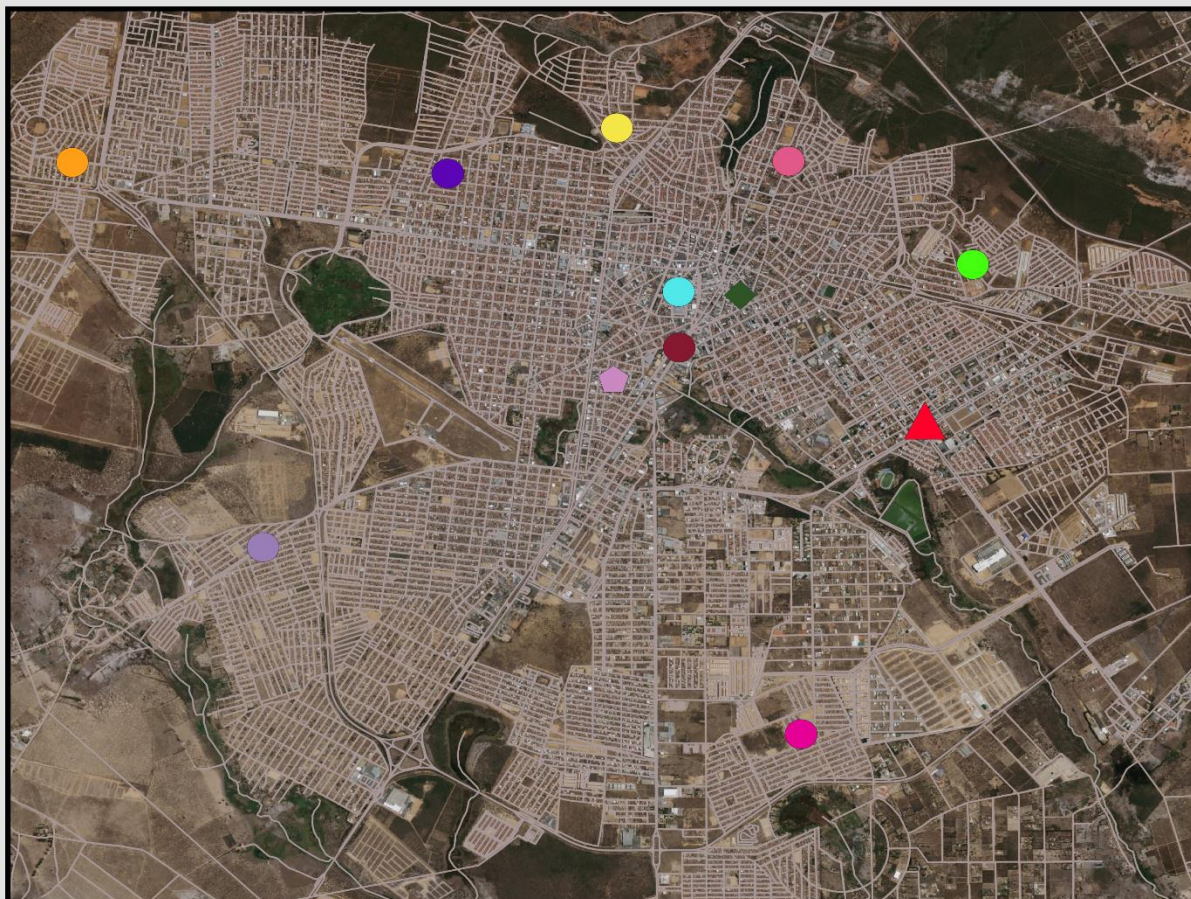
O trabalho e as ações em constante diálogo interinstitucional, realizados conjuntamente em parcerias firmadas entre as entidades responsáveis, devem assegurar, em processo, a efetividade das suas funções conjuntas ou separadas. **Processo**, para Santos (1985) é definido como uma ação que se realiza continuamente no espaço, objetivando algum resultado indeterminado, mas implicando tempo e mudança. Para Corrêa (2007, p. 63), “os processos ocorrem dentro de uma dada estrutura social e econômica e resultam das contradições internas da mesma”. O processo pode ser considerado uma estrutura em movimento.

Desse modo, foi possível visualizar, pelas lentes das categorias espaciais, a articulação da rede composta pelos equipamentos de assistência expressas na

configuração espacial provocada na malha urbana pericentral do município, onde eles, com a sua presença, são responsáveis por estabelecer uma área de influência no entorno. O que permitiria, em tese, a circulação e mobilidade da população assistida ao recorrer a diferentes instituições em busca dos serviços de assistência de acordo com a sua demanda. Entretanto, tal mobilidade dependerá de outros fatores e elementos espaciais como: a estrutura viária (de pedestre e outros meios), fluxos de transportes públicos, equipamentos de segurança, iluminação pública, saneamento urbano, etc. Mas, sobretudo, de um repertório de informações sobre as respectivas localizações e funções dos órgãos e entidades de assistência existentes na cidade, amplamente disponível para o alcance da população. No caso em estudo, refiro-me à Rede de Atendimento à Mulher que voltará a ser discutida mais detalhadamente ao longo deste trabalho.

MAPA 2

## RECORTE ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO A MULHER EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA 2019



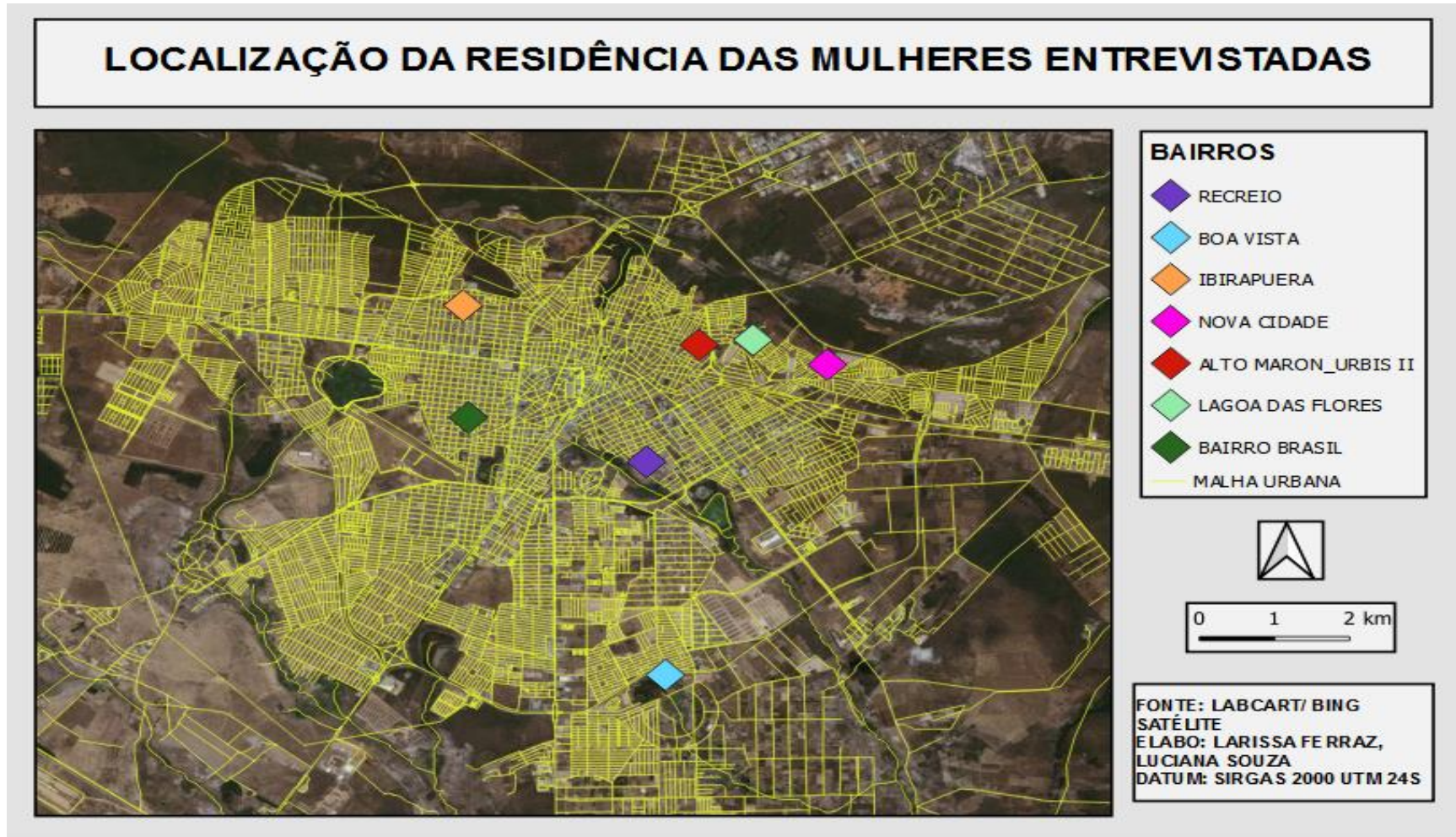
### LEGENDA

- ▲ CRAS - CANDEIAS
- ◆ FÓRUM JOÃO MANGABEIRA- CENTRO
- ⬠ DEAM - JUREMA
- CRAS - LOTEAMENTO VILA AMÉRICA
- CRAS - CRUZEIRO
- CRAS - LOTEAMENTO BRUNO BACELAR
- CRAS - JATOBÁ
- CRAS - NOSSA SENHORA APARECIDA
- CRAS - CENTRO
- CRAS - MIRO CAIRO
- CRAS - NOVA CIDADE
- CREAS - CENTRO
- MALHA URBANA



FONTE: LABCART/BING SANTÉLITE  
 ELABORADOR: LARISSA FERRAZ/  
 LUCIANA SOUZA  
 DATUM: SIRGAS 2000 UTM 24S

MAPA 3



#### 2.1.4. As narradoras-pensadoras

Atendendo ao alerta dado pela historiadora e feminista negra Giovana Xavier (2019), ao escrever sua última obra, cujo título é o sugestivo “Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história”, faço a opção de chamar por “narradoras” das suas vidas as interlocutoras dessa pesquisa. Todas são sujeitas ao narrarem criticamente suas experiências frente à questão da violência de gênero intrafamiliar. Assim, respeito seus protagonismos no exercício de enunciar os problemas enfrentados. Na mesma linha, a historiadora Nancy Magalhães (2002) argumenta sobre narradores serem potenciais pensadores da sua própria realidade porque:

O espaço do direito à fala, do direito à palavra pode, assim, fazer emergir práticas de sujeitos de suas próprias histórias, que também deliberam sobre os seus rumos, seus desejos de completude, segurança, proteção, aventura, como disputas de poder na sociedade, afirmando que esses devem ser direitos abertos e acessíveis a outras pessoas (MAGALHÃES, 2002, p. 68).

Desse modo, complemento com o apóstrofo “pensadoras”, de maneira a respeitar a forma própria de reflexão das mulheres, sobre suas trajetórias e experiências. Foram, ao todo, dez mulheres com trajetórias de violência intrafamiliar que se dispuseram não só a responder a minha entrevista, como compartilharam suas vidas confiando a mim suas narrativas de dor, mas também de superação e agenciamentos das suas experiências. Entretanto, em razão de desistência e solicitação de retirada do seu relato da pesquisa por parte de uma entrevistada e a interrupção no meio da entrevista por outra. Das 10 entrevistas realizadas só foi possível considerar 8 narrativas. Sete delas foram realizadas em Vitória da Conquista e uma em Itaparica. Por fim, diante da necessidade de relacionar os fatos ao contexto espacial dos acontecimentos, resolvi, em comum acordo com a orientadora e a banca da qualificação, considerar para essa pesquisa apenas o grupo das sete entrevistadas residentes em Vitória da Conquista.

O critério de seleção das sujeitas da pesquisa foi o de ser mulher-mãe denunciante ou não, em situação de violência sofrida e advinda de seus/suas filhos/as, pertencente a qualquer grupo de idade, classe, gênero, raça e orientação sexual, assistidas pelo CRAV. Escolhi nomeá-las de Marias pelo desejo de não distanciá-las de seus nomes próprios reais inscritos no registro geral, uma vez que a maioria delas possui, coincidentemente,

o mesmo nome inicial “Maria”. Contudo, com vistas a resguardar o anonimato das entrevistadas, o segundo nome de cada mulher foi substituído por outros, quais sejam: Maria Elvira, Maria Clara, Maria Cristina, Maria Mariá, Maria Nádia, Maria Silvia e Maria Socorro.

Ademais, a história das Marias, personagem mítico outrora contada e cantada em verso e prosa, que, ao mesmo tempo, simboliza e sintetiza os tantos pontos de convergências de “*quem traz no corpo uma marca*” presente na trajetória de vida da grande maioria das mulheres, segue povoando o nosso “inconsciente coletivo”, associando as mães à figura bíblica de Maria – “símbolo do indefectível amor-dedicação” (BADINTER, 1985). Essa ideia, portanto, me inspira a narrar, de certo, co-narrar, as experiências de cada uma delas diante da violência intrafamiliar, na sua condição de mães e as suas respectivas formas de pensar e elaborar suas histórias.

Tratando-se de violência contra a mulher, Britto da Motta (2009, p. 4) lembra que é preciso considerar a questão geracional para compreender o fenômeno: “Fica esquecido que as mulheres participam [...] de vários grupos de idade, e mais, de que em todas essas etapas de vida, elas são [...] objetos de violências [...]”. Para a autora, geração, como categoria de análise não pode ser negligenciada nas análises de gênero. Acolhendo essa orientação, busquei extrapolar um recorte geracional único na seleção, identificando mulheres-mães de diferentes grupos de idade, alvos de violência advinda de seus/suas filhos/as, conforme denunciado em algumas matérias e *links* de jornais, dito anteriormente. (Apêndice C)

Amparo-me nessa informação para justificar a necessidade do recorte multigeracional e de gênero que quis contemplar neste estudo; e, desse modo, identificar e acolher na pesquisa mães de diferentes gerações, cujo critério central de escolha foi a sua condição de estar em situação de violência sofrida e advinda de seus/suas filhos/as e acolhidas por um ou mais equipamentos de assistência social e/ou de segurança públicos. De maneira a preparar as/os leitoras/es para os relatos coletados, pensei ser importante, em princípio, apresentar um perfil socioeconômico das entrevistadas, traçado a partir da primeira sessão referente a coleta de dados dos questionários aplicados. Além disso, acho importante contextualizar minimamente a história de vida de cada uma e tomá-las como co-autoras/narradoras/pensadoras dessa pesquisa, uma vez que como já pontuado, o momento das entrevistas semi-estruturadas extrapolou a mera aplicação de questionários e fluiu através de um diálogo horizontalizado com elas, o que permitiu, na maioria das

vezes, a exposição livre de fatos e experiências reveladoras da trajetória de violências sofridas durante toda a vida, ou parte dela.

Para tanto, usei as de anotações do diário de campo, cujo conteúdo emergente nesses momentos de exposição livre nem mesmo estava previsto nas questões elaboradas na entrevista, o que me permitiu confrontar contextos distintos e situações similares vivenciadas por elas para buscar compreender as subjetividades dadas por esses contextos individuais e coletivos de acordo com classe, raça, identidade de gênero, geração e outros marcadores que foram surgindo dos relatos.

O quadro a seguir revela as características socioeconômicas das interlocutoras desta pesquisa.

**QUADRO 1** - Caracterização socioeconômica das interlocutoras

NOME	IDADE	COR/RAÇA AUTODECLARADA	BAIRRO	RENDA (R\$)	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	RELIGIÃO	ESTADO CIVIL	N. FILHOS P/ IDADE	
									M	F
1 M. ELVIRA	42	NEGRA	BAIRRO BRASIL	1.200,00	MÉDIO COMPLETO	AG. DE PREVENÇÃO DE ENDEMIAS	CRISTÃ	SOLTEIRA, tem um companheiro e vivem em casas separadas	2 11 e 17 (1 falecido)	0
2 M. CLARA	57	MORENA	LAGOA DAS FLORES	1 SALÁRIO MÍNIMO	ATÉ A 7ª SÉRIE	APOSENTADA E ARTESÃ	CATÓLICA	VIÚVA	1 39	1 35
3 M. CRISTINA	60	NEGRA OU PARDA	URBIS 2	1 SALÁRIO E MEIO	MÉDIO COMPLETO	DO LAR/ PENSIONISTA	CATÓLICA	VIÚVA	0	2 38 e 32
4 M. MARIÁ	59	NEGRA	NOVA CIDADE	1 SALÁRIO	4º ANO	DO LAR/ APOSENTADA	EVANGÉLICA	DIVORCIADA	1 30	1 35
									Teve mais um casal que morreu por doença	
5 M. NÁDIA	52	BRANCA	BAIRRO IBIRAPUERA	2 SALÁRIOS E MEIO	SUPERIOR COMPLETO	FUNCIÓNÁRIA PÚBLICA (APOSENTADA)	CATÓLICA ATUANTE	DIVORCIADA	2 16 e 20	0
6 M. SÍLVIA	57	PARDA	LOT. CONQUISTENSE BOA VISTA	1.300,00	SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	DESEMPREGADA	ESPÍRITA	DIVORCIADA	1 27	1 22
7 M. SOCORRO	65	BRANCA	BAIRRO RECREIO	2.500,00	MÉDIO COMPLETO	POSSUI UM SALÃO/ VENDAS	CATÓLICA	DIVORCIADA	0	2 43 e 39

**Fonte:** da autora, com base em pesquisa de campo (2017).



### 2.1.5. Os instrumentos e a produção de dados

Para desenvolver esta pesquisa lancei mão dos seguintes instrumentos de produção de dados:

- a) produção cartográfica;
- b) roteiro temático de entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A);
- c) diário de observação de campo;
- d) captação de dados das fontes bibliográficas, sites oficiais, etc.

Com o uso das geotecnologias<sup>5</sup> como ferramenta foram elaborados três mapas tendo por base as imagens do satélite BIG e o programa QGIS 3.10: um com os dados referentes a posição geográfica do recorte espacial de abrangência da pesquisa; o segundo, de localização e distribuição espacial dos bairros onde residem as entrevistadas; e o terceiro relativo aos equipamentos de assistência social e segurança pública existentes no município, surgidos nos relatos coletados com o uso do segundo instrumento aplicado – roteiro de entrevistas.

Tendo em conta a complexidade de temas de pesquisa sobre violência e, em especial, a violência de gênero – que é situada e mensurada em contexto urbano de cidades médias onde as relações sociais, de parentesco, vizinhanças e demais sociabilidades são caracterizadas por relativa proximidade geográfica – atentei ao que recomenda a literatura (Romanelli; Biasoli-Alves, 1998) de outras experiências científicas nesse campo. Também estive atenta à construção dos instrumentos de investigação no tocante a adequação metodológica mais apropriada para essa pesquisa de modo a garantir critérios de descrição e confiabilidade das informações prestadas, considerando, também, a dimensão espacial e os padrões habitacionais, de espaços culturais, de lazer ou religiosos frequentados, sendo comumente os mesmos, como é o caso do recorte espacial deste estudo.

Ademais, ressalvei algumas condições para a construção de instrumentos que comportassem alguns cuidados protetores necessários no processo de interlocução com as entrevistadas. Em princípio, foi fundamental refletir sobre as sensibilidades que a complexidade do tema poderia fazer aflorar, evocando memórias de dores e conflitos não

---

<sup>5</sup> As geotecnologias são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informação com referências geográficas de interesse (ROSA, 2011).

muito confortáveis emocionalmente de remontar no momento da captura dos relatos, cuja marca central nos estudos da violência de gênero são as relações de intimidade, os abusos e as mais diversas agressões sofridas. Com isso em tela, obedeci aos parâmetros éticos necessários, preservando a identidade de cada mulher narradora substituindo seus nomes originais, além de assumir o compromisso do sigilo e da confidencialidade acerca das informações relatadas.

Desse modo, a análise qualitativa da base empírica foi operacionalizada pela produção dos dados fruto de entrevistas semiestruturadas, constituída pelos instrumentos elaborados previamente no formato de um roteiro temático de perguntas contendo 53 questões divididas em seis sessões temáticas. Solicitei autorização para fazer a gravação das entrevistas de modo a poder captar, dentro do possível, as reações e inflexões surgidas durante as falas de cada entrevistada diante das questões do roteiro. Com exceção de uma, que realizei na própria residência, as entrevistas foram feitas na sede do CRAV.

A estrutura do roteiro foi pensada de modo a organizar as informações para posterior sistematização obedecendo a uma ordem de objetivação e subjetivação das perguntas, as quais seguiram uma lógica de iniciar com questões de respostas mais simples até avançar paulatinamente, de acordo com a relação de confiança construída no processo, para as mais complexas e delicadas de aferir.

Outrossim, atendendo os princípios previstos na metodologia de cunho qualitativo, o roteiro construído funcionou apenas como guia na condução inicial, que assumiu alguns desdobramentos peculiares. Por essa razão, outro instrumento foi imediatamente utilizado para as anotações referentes aos relatos, cujas questões elaboradas no roteiro não comportaram. Para tanto, adotei o caderno de campo no qual registrei aspectos relacionados às emoções, reações e atitudes que as mulheres expressavam.

Nas três primeiras etapas do questionário, investiguei dados pessoais, como idade, origem, bairro, gênero, escolaridade, religião, raça/cor, renda, número de filhos, condição civil, entre outros. Avançando para a situação sociofamiliar atual, indaguei sobre as relações familiares: se há divisão de tarefas domésticas, qual modelo de família que reconhece na sua; e as relações estabelecidas no espaço público, no mundo do trabalho, nos espaços de sociabilidade que frequenta, se e onde estuda etc.

Nas três últimas etapas do roteiro, quando o contexto social das interlocutoras já se desenhava, adentrei com as questões do tema dessa pesquisa propriamente dito, questionei sobre os conflitos existentes em família, identificando tipos de abusos, os

sujeitos da agressão e a frequência das ocorrências, avançando gradativa e cuidadosamente com as perguntas sobre as formas encontradas para as resoluções do problema enfrentado, como, onde e a quem recorreu. Concluí com as questões sobre os desfechos do processo. A partir desse momento das entrevistas, o instrumento elaborado de maneira bastante objetiva não foi capaz de conduzir por si só o procedido. Como já pontuado no início dessa sessão, a sensibilidade do tema por vezes evocou em algumas mulheres todo tipo de comoção e sentimento aflorados com as lembranças buriladas nos momentos em que relatavam suas experiências. Desse modo, foi necessário acionar a relação de confiança previamente estabelecida no contato inicial para criar um ambiente de conforto mínimo na escuta das suas histórias.

Portanto, a coleta de dados passou a se dar deliberadamente a partir da escolha que elas fizeram sobre o que e como falar e sobre o que e como não falar. O que justificou a minha atitude de solicitar autorização para, a partir daí, realizar as anotações no meu caderno de campo e, uma vez autorizado pela maioria delas, assim procedi. Vale salientar que apenas uma das interlocutoras não autorizou a gravação, somente as anotações escritas para algumas semanas depois, também desautorizar completamente o uso desse material para a pesquisa. A mesma argumentou motivos pessoais e medo. Por essa razão esse material foi imediatamente descartado. Reflito sobre essa ‘ausência’ no sexto capítulo da tese.

É importante registrar que todos os dados produzidos respeitaram as opiniões pessoais das entrevistadas. De modo que meu juízo de valor ou apreciação moral em nenhum momento se sobrepôs às falas capturadas pelos instrumentos desta pesquisa.

### **3. PATRIARCADO, GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES: COEXISTÊNCIAS E DESLOCAMENTOS CONCEITUAIS**

Neste capítulo, proponho o aprofundamento da discussão teórica que irá fundamentar, confrontar e interpelar a análise dos dados empíricos. Com o objetivo de compreender melhor as relações – muitas vezes ambíguas – engendradas no interior das famílias, aqui discutirei o patriarcado, problematizando suas definições e tipologias. Seguirei a partir das abordagens que conciliam o entendimento do conceito de gênero como relação de poder, para apontar essa persistente co-existência numa sociedade que ainda se mantém, em alguma ou em grande medida, sob a ordem patriarcal de gênero.

Em seguida, buscando atualizar tal debate, dedico um espaço para discutir a construção e o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade de modo a estabelecê-lo como aporte para analisar a dinâmica das opressões contemporâneas nas suas mais variadas interfaces, na qual a questão geracional não pode ficar de fora, haja visto o perfil multigeracional das mulheres que entrevistei e que protagonizaram esse estudo. Para tal, faço uma breve exposição de algumas linhas principais adotadas por teóricas feministas de vertentes variadas na construção das definições de tal conceito, mas cuja preocupação consiste em dar conta de analisar as interconexões sociais que atravessam os sujeitos nos dias atuais. Tais contribuições teóricas pretendem possibilitar o exercício do olhar posicionado, horizontalizado e pretensamente decolonial sobre os relatos das mulheres em situação de violências entrevistadas para esse estudo e também sobre os conceitos, tal como foram concebidos em suas origens.

#### **3.1. Patriarcado e relações de poder entre gêneros: rasuras e clivagens de um debate teórico feminista**

Uma ideia que conduz a linha de pensamento deste trabalho, e que serviu de alerta desde as discussões iniciais, é a premissa de que ao realizar estudos, pesquisas, debates sobre gênero e patriarcado na e/ou sobre a contemporaneidade, é necessário pensar na

perspectiva histórica sem abrir mão, entretanto, da dimensão do indivíduo desde a perspectiva identitária e dos costumes. Digo isto levando em conta o pressuposto de que as estruturas de determinada realidade podem sofrer mudanças provocadas por intervenções políticas ou tomadas de decisão, mas os costumes e o repertório cultural daquele grupo têm o poder de manter-se à revelia de tais intervenções formais ou institucionais. Essa talvez seja uma pista para compreender as razões pelas quais ainda hoje assistimos e vivenciamos as situações de violência doméstica, que são o centro de interesse desse estudo, de modo tão presente no interior das famílias, em detrimento das políticas públicas e campanhas de prevenção já implementadas no país ao longo das últimas décadas.

Um caminho para analisar essa dinâmica persistente na sociedade, via de regra, foi recorrer e revisar as obras e autoras que apontam as possibilidades, ou não, do uso do conceito de patriarcado nas pesquisas atuais, remontando suas origens, suas facetas e permanências; resguardando seus limites, os ajustes, as atualizações e as conjunções teóricas com novos aportes atravessados, por exemplo, pelo conceito de gênero ou relações de gênero que se impõem necessários à sua adequada aplicabilidade para os estudos na contemporaneidade.

São muitas e diversas as vertentes existentes no campo dos estudos feministas acerca da noção de patriarcado, embora todas busquem dar conta de explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina. Tal diversidade de abordagens gera, em princípio, certa confusão teórica, tamanha heterogeneidade e polifonia nas definições do conceito. Desse modo, para tentar dar coerência e melhor evidenciar as escolhas teóricas desta pesquisa, procurei discutir as abordagens e os argumentos diferenciados acerca da defesa do uso (ou não) do conceito, evidenciando as linhas de pensamento e interpretação presentes nas formulações de algumas autoras eleitas nesse estudo.

Em princípio, busco em Gerda Lerner (1990), teórica que se filia às concepções de poder em Marx, as ideias sobre a ‘origem do patriarcado’ desde aquilo que chama de “Estado arcaico”. Nessa obra, a autora propugna que o valor de troca dado às mulheres pode ser a primeira acumulação da propriedade privada, consolidando, a partir de então, a reprodução social do trabalho à medida em que as mulheres se tornariam propriedade, quando trocadas ou compradas para matrimônio ou mesmo como escravas, incluindo a posse de seus donos também sobre seus filhos, e tendo o trabalho sexual como uma das suas obrigações. Desse modo, a autora distingue homem e mulher como classe pela

condição de subalternidade experienciada pelas mulheres de forma distinta. As mulheres constituem, segundo sua linha interpretativa, a classe que fornece os serviços sexuais de reprodução; e os homens, aqueles responsáveis pelos meios de produção.

Carole Pateman (1993, p. 43), em sua obra “O Contrato sexual”, afirma que nas interpretações literais do conceito de patriarcado “[...] a gênese da família (patriarcal) é frequentemente entendida como sinônimo da origem da vida social propriamente dita, e tanto a origem do patriarcado quanto a da sociedade são tratadas como sendo o mesmo processo”. A compreensão do patriarcado como a gênese da constituição de toda a vida social é literal – de governo do pai, paterno – e genérica, diretamente relacionada com a premissa de que as relações sociais patriarcais se referem à família. Para a teórica: “O patriarcado foi um triunfo social e cultural. O reconhecimento da paternidade foi interpretado como um exercício da razão, um avanço necessário que forneceu as bases para a emergência da civilização – todas elas realizações dos homens” (PATEMAN, 1993, p. 50).

A autora – que discute o patriarcado desde o Estado moderno a partir da ideia do contrato sexual – considera este último uma decorrência direta do contrato social, uma vez que as mulheres foram e ainda são, em grande medida, excluídas de realizar o contrato, visto que os homens permanecem gozando ampla e majoritariamente deste direito no Estado moderno. Para ela, o principal argumento que justifica essa prática persistente seria a forte relação mantida entre os domínios público e privado com as bases do patriarcalismo institucionalizado a partir do advento da modernidade.

Ainda que a família represente a primeira experiência de dominação masculina, é fato que esta segue não sendo a única. Por essa razão, ao sugerir o não abandono do conceito de patriarcado nas pesquisas feministas, Carole Pateman (1993) aponta a necessidade de pluralizar e atualizar as diversas facetas que o envolvem, para, assim, evitar as confusões conceituais que prevalecem nas diversas formulações acerca do conceito. Segundo ela, a classe é posterior à construção de gênero. Portanto, é preciso compreender em que bases se constituiu o capitalismo, uma vez que subjacente ao contrato social está o contrato sexual. Acrescentaria que aí está ancorado, também, o contrato racial e heterossexual, dado que a relação sexo/raça é explícita em sociedades cujo histórico da escravidão deixou marcas, assim como aquelas que se pautam por identidades normativas hegemônicas e forjam suas práticas com base na opressão das identidades dissidentes.

Teóricas como Christine Delphy e Heleieth Saffioti consideram as análises das pesquisas feministas, à luz do conceito de patriarcado, bastante diferentes nas suas abordagens e sentidos atribuídos ao conceito. Feministas radicais, segundo Delphy (1981), atribuem a opressão feminina a um sistema original – o sistema patriarcal – cujos beneficiários seriam os homens como uma categoria social. Já para as feministas socialistas, o principal algoz e beneficiário da opressão das mulheres é o capitalismo. Ainda assim, segundo Saffioti (1992, p. 194), no interior do movimento feminista marxista existem algumas variações. De um lado, há as que consideram o patriarcado “[...] uma organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais”; e, de outro, as que entendem o patriarcado somente como uma ideologia, de forma adjetivada.

No grupo das teóricas que rejeitam o uso do patriarcado na concepção weberiana, estão Mary G. Castro e Lena Lavinias (1992, p. 237). De acordo com elas:

Trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição (CASTRO; LAVINAS, 1992 p. 237).

A razão principal das autoras se oporem a tal vertente está na maneira como o termo é comumente utilizado de forma adjetiva, o que remeteria diretamente ao conceito weberiano de patriarcalismo referente a um período anterior ao advento do Estado, sendo, segundo elas, inadequado falar em patriarcalismo nas sociedades capitalistas. As teóricas sugerem a referência ao patriarcado na sua forma substantiva – como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal – e criticam seu uso comum nos textos e produções teóricas circunscritos a adjetivações como: família patriarcal ou ideologia proletária e patriarcal. Outrossim, o conceito de patriarcado em Weber não daria conta de analisar estruturas familiares contemporâneas, vez que não atingiria a complexidade dos arranjos familiares na atualidade.

Por outro lado, Mary G. Castro e Lena Lavinias (1992) não descartam a possibilidade do conceito ser utilizado de forma abrangente, abarcando todos os níveis da organização social, para analisar as diversas situações de dominação e exploração das mulheres. Entendem o patriarcalismo como um sistema da dinâmica social como um todo, presente no inconsciente de homens e mulheres individual e coletivamente, como categorias sociais. Esta perspectiva permitiria traduzir a dominação presente para além

do âmbito familiar, mas também no mundo do trabalho, nos meios de comunicação, na política e no Estado.

Ainda sobre a presença das relações patriarcais no Estado moderno, Anette Borchorst (1987), ao relacionar o modelo de Estado de Bem Estar Social aplicado em países nórdicos no século XX, discute como a Noruega e a Dinamarca constituíram uma nova forma de poder patriarcal, argumentando que a posição assumida pelas mulheres em cargos de gestão não superou as contradições da dupla jornada de trabalho feminina naquelas sociedades, tampouco a sua condição de submissão aos poderes masculinos, tanto nos espaços públicos como privados. Sendo assim, segundo a autora, o patriarcado familiar teria sido substituído pelo patriarcado social, tendo o ideal de família bastante reforçado com a manutenção dos distintos papéis sociais desempenhados – dentro e fora do lar.

Muito aquém de se ter um modelo de Estado de Bem Estar adotado nos moldes dos países ditos centrais na nossa sociedade e suas instituições, destaquei um trecho importante de um relato de entrevista que me remeteu à consideração de Borchorst (1987) na fala de uma delegada. Representante máxima como operadora da justiça naquele espaço, todavia, ao fornecer a entrevista, a mesma não o fez sem que houvesse a presença – e muitas interrupções – de um policial masculino assistente que era seu assistente no momento do nosso encontro. O trecho abaixo é representativo das muitas de suas interferências (sublinhadas):

A questão cultural já mudou um pouquinho, mas tem muito que caminhar ainda porque está muito introjetado né?! Na cabeça das pessoas do sexo masculino que aquela ideia da mulher ser sempre abaixo, submissa, a luta continua e tem que continuar bem fervorosamente, né?! E aí tem, apesar de, faço só um adendo em cima do que a doutora colocou que tem o seguinte, o agressor ele se aproveita de alguns fatores que lhe favorecem enquanto agressor, é sabido que a mulher do ponto de vista físico ela é realmente mais frágil do que o homem, isso tá provado cientificamente...

Os mais significativos são esses. Tanto a violência psicológica, física muitas vezes [...] **De patrimônio [...]/patrimonial. Depois do cartão, a retenção daquele cartão de aposentado, pensionista.** É absurda! Quando ela fala patrimonial envolve principalmente essa dinâmica do cartão porque tudo gira em torno, a doutora me permita, tudo gira em torno do patrimônio do idoso, a violência contra o idoso, na maioria dos casos, a grande maioria dos casos, gira em torno do patrimônio que ele construiu a vida inteira: é um sitiozinho, é o cartãozinho do benefício, falsidade ideológica, crescem o olho em cima disso aí acontece a violência.

Na verdade, se a doutora me permite. Um pouco. Vejo mais uma propensão para vir, o pai, do sexo masculino. Essa propensão ela



não é maior, num é menor. Na verdade, o que acontece é que o fato dos idosos, sejam masculino ou feminino, já está em uma situação de submissão, já está coagido então quando o caso chega aqui na delegacia, já chega por uma denúncia feita por terceiros, na maioria dos casos. E quando o idoso é chamado aqui pela autoridade para ser ouvido, para a gente ter a certeza dos questionamentos, geralmente é que vem o protecionismo: não meu filho é um santo, meu neto também. Enfim, seja ele ou seja ela, na verdade, é aquela proteção que sabe que sangue fala muito alto, né?! Aí tem a proteção natural e tem a proteção produzida pela coerção, são dois tipos de proteção distintos. E outra também, tá tudo ligado, não tem jeito, é a dependência. A dependência. Física, psicológica, “quem vai cuidar de mim?

Se existe culpa, eles não demonstram não. É de fórum íntimo, eles agem com uma naturalidade assim, ímpar, não demonstram. Não sei se a doutora já viu alguma, mas eu particularmente nunca vi, nem um caso do meu conhecimento...

Me permita doutora, Pode ler, “Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal...” (trechos da entrevista realizada nas dependências da DEATI em Salvador, 2017, grifos nossos).

Ao todo, numa entrevista que durou aproximadamente 3h, houve 34 interrupções, sendo que algumas destas duraram mais de 10 minutos. Ao que demonstram muitos trechos da fala do assistente, notei que a liderança feminina no espaço institucional, que ainda é ocupado majoritariamente por homens, parece necessitar ser referendada, corrigida ou “autorizada”, e, de certo modo, supervisionada pela fala de um colega homem, em que pese este ocupar um cargo inferior na hierarquia de funções. Essa entrevista ilustra apenas a *ponta do iceberg* do espectro do modelo patriarcal sob o qual muitas instituições públicas ainda enredam suas práticas e relações, sejam essas estabelecidas entre si, sejam as estabelecidas com os usuários e usuárias de seus serviços. Mas esse ponto ainda será aprofundado em capítulo adiante da tese.

No tocante à pluralidade das definições do conceito de patriarcado, Drude Dahlerup (1987), autora de origem dinamarquesa, questiona a definição universal do mesmo, ainda que a dominação masculina pareça ser um fenômeno universal. Argumenta, para tanto, que a definição única pode omitir as variações das formas masculinas de dominação, assim como a diversidade das posições das mulheres diante desta. Para validar o conceito nas pesquisas e investigações seria necessário, segundo a autora, desenvolver a compreensão de diferentes conceitos de patriarcado. Como assinala abaixo:

A menos que desarrollemos un entendimiento de diferentes tipos de patriarcado, corremos el riesgo de terminar con la biología como único factor determinante. Consecuentemente, en la discusión actual del patriarcado se encontrarán conceptos como el ‘patriarcado capitalista’, el ‘patriarcado feudal’, ‘sociedades patriarcales agrícolas/sociedades matriarcales agrícolas’, patriarcado del Estado del Bienestar, o ‘patriarcado re-organizado’ (DAHLERUP, 1987: 115).

Ademais, a autora sublinha que o conceito de patriarcado não é a-histórico. Suas práticas se manifestam de maneira distinta em cada tempo histórico, de formas diferentes, muitas vezes incorporadas por sujeitos diferentes e, ainda, em espaços diferentes. Constatei evidências dessa afirmativa em muitos relatos de entrevistas que realizei para esta pesquisa. Como pode ser ilustrado a seguir na voz de uma delas que, ao ser questionada se já sofreu violência familiar e quem teria perpetrado, respondeu:

Da minha filha mais velha, além das calúnias, ela sempre desejava minha morte, já me empurrou várias vezes. Ela levantava calúnias, ela dizia que eu era *sapatão*, que eu tinha caso com amigas, ela dizia que eu tinha homem, que eu traía o meu esposo e é muito amiga do pai dela (Maria do Socorro, 65 anos, 2017).

A entrevistada, sendo uma mãe em situação de violência praticada por uma de suas filhas, relata que sofre abuso da mesma em aliança formada com o então companheiro, pai da agressora, que representaria o elemento central do patriarcado, qual seja, a figura paterna na concepção original das formulações weberianas.

Entretanto, em relação ao caso, observamos que, em que pese o fato das práticas violentas ocorrerem no âmbito da família, a principal agressora e sujeito dominante na relação, embora em aliança com o pai, possui identidade de gênero feminina e não é a provedora da família, segundo informação da entrevistada. Contradizendo, desse modo, o modelo típico-ideal weberiano, criticado por autoras como Mary G. Castro, Lena Lavinias (1992) e outras. Ou seja, como pontuado em seu relato, Maria do Socorro viveu a experiência da violência patriarcal (HOOKS, 2019) – numa relação marcada por episódios de abusos físico, moral e psicológico – advinda da sua filha mais velha, cuja representação do patriarcado se desloca do gênero e do papel social tradicional, segundo o contrato social dominante. Mas essa análise será devidamente aprofundada no exame da sua trajetória, e de outras mulheres, em capítulos subsequentes.

Uma outra problematização importante é trazida por Elisabeth Souza Lobo (1992), ao refutar o conceito de patriarcalismo. Numa parte das pesquisas realizadas sobre

a divisão sexual do trabalho, a autora evidencia a tendência de engessar a ordem patriarcal como uma estrutura determinante da mesma. Segundo ela, a concepção do uso do patriarcado como conceito incorre no aprisionamento das ligações de determinação estrutural, ignorando ou minimizando as construções histórico-culturais da divisão social do trabalho; o que acaba por encapsular a percepção feminista na base-superestrutura, compreendendo as estruturas como fixas e imutáveis ao desconsiderar as relações entre os sexos como historicamente forjadas recíproca e antagonicamente.

Lobo (1992) advoga pelo uso do conceito de gênero para pensar as relações sociais e simbólicas entre aqueles e aquelas diferenciados como homens e mulheres que constroem suas práticas dentro da divisão do trabalho sem nenhuma dinâmica determinante. Considera que “a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero” mas não o único (LOBO, 1992, p. 260). Inspirada na teórica Joan Scott, a autora argumenta que há fissuras e rupturas por dentro do sistema macro que borram, ou podem borrar, sua estrutura dominante.

Lia Zanotta Machado (2000, p. 3) é outra teórica que alerta sobre uso do conceito de patriarcado sob o risco do empobrecimento das análises “[...] dos sentidos contraditórios das transformações [...]. Como outras autoras citadas, Lia Machado teme pelo sentido totalizador do termo patriarcado, que diria respeito a uma forma de organização ou de dominação sociais cujo significado remete à matriz conceitual weberiana, que não dá conta das transformações do mundo contemporâneo. Lembrando que na definição de patriarcalismo em Weber, a dominação exercida seria por um indivíduo – na maioria dos casos – em uma comunidade econômica ou familiar.

Para a autora, as relações patriarcais na contemporaneidade sofrem diversas mutações e variações em distintos grupos sociais. Desse modo, considera que estas devem ser muito bem definidas “[...] em suas novas formas e na sua diversidade [...]” (MACHADO, 2000, p. 3). Portanto, só seria possível falar em patriarcado numa abordagem não essencialista, não fixa e não totalizante. Lia Machado critica o uso do termo patriarcado em seu sentido universal, mas, apesar disso, não descarta a sua utilização. Segundo ela, é possível falar em um patriarcado contemporâneo na perspectiva de um não essencialismo, levando em conta as transformações correntes na sociedade moderna ocidental no que tange aos novos arranjos e modelos de organização social fruto das relações de gênero e suas contradições. Tal como Heleieth Saffioti, considera que a complexidade das relações de gênero na sociedade moderna é tamanha que o modelo típico-ideal weberiano se torna muito pouco adequado para analisá-la, visto que na

sociedade contemporânea os direitos paternais e sexuais não são naturalizados e legitimados da mesma maneira, como foi pensado o tipo de patriarcado nas comunidades familiares weberianas. Como demonstra Heleieth Saffioti (1992, p. 194): “[...] é grande o peso da esfera doméstica no conceito típico-ideal. Rigorosamente, também a dimensão econômica tem a marca familiar, pois o poder patriarcal se organiza na economia de oikos”.

Sob tal perspectiva, a definição de patriarcado segundo um tipo-ideal weberiano não serve para examinar as relações sociais de gênero nas sociedades de princípios do século XXI. Contudo, as possibilidades do uso do conceito de patriarcado não se resumem a uma única definição ou mesmo a uma única vertente. Saffioti (1992) salienta que as feministas da segunda metade do século XX, por exemplo, descartaram qualquer associação do termo com o tipo-ideal weberiano. Para ela, “a teoria weberiana é constituída por conceitos genéticos fechados, que não admitem nem multivocidade, nem matizes. O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana” (SAFFIOTI, 1992, p. 194). Dessa forma, é possível fazer o uso do conceito redefinindo-o e reajustando-o de acordo com as adequações necessárias para dar conta das análises complexas contemporâneas. Nessa perspectiva, Saffioti (1992) reafirma que o conceito de patriarcado serve para elucidar a dinâmica da dominação e exploração das mulheres, o que, por si só, significa um total distanciamento em relação ao tipo-ideal weberiano.

Me parece oportuno para esta pesquisa considerar as ressalvas que traz Lia Zanotta Machado quanto às limitações do conceito de patriarcado para analisar as relações de gênero na contemporaneidade, mas apenas se usado sob a luz da matriz teórica weberiana. Pontuando que desse modo fixo, totalizante e a-histórico, o patriarcado pode não dar conta de pensar a dinâmica social de gênero da modernidade. Portanto, ao admitir a persistência da *dominação masculina* na contemporaneidade, a autora advoga pelo uso desse termo, ao invés de patriarcado, para as investigações e pesquisas atuais.

Entretanto, a noção de dominação masculina inspirada no que propôs Bourdieu (2010)<sup>6</sup>, poderia me permitir alcançar as dimensões simbólicas e das representações sociais da dominação. Mas, ao meu ver, a noção negligenciaria a dimensão da

---

<sup>6</sup> O cientista social francês Pierre Bourdieu não fez especificamente uma discussão sobre gênero, já que tal conceito não é central nos seus trabalhos. Mas, interessado também em um construcionismo social (radical), Bourdieu escreveu sobre dominação masculina, o que traz contribuições – e problemas – dignos da discussão sobre o conceito de gênero.

organização social de gênero que imprime as marcas da exploração vivenciada pelas mulheres. Por outro lado, o conceito de patriarcado visto como um sistema, se observados as adequações e ajustes devidos para os problemas da contemporaneidade – chamando-o de contemporâneo, moderno, re-organizado ou, ainda, de outras formas que se pensar convenientes para atender a complexidade de um mundo diverso –, possibilita compreender e analisar as duas dimensões dinamicamente integradas nas relações sociais modernas: a dominação e a exploração.

Concordando com a contribuição dada por Heleieth Saffioti (2004) – que considerou o conceito de gênero não apenas como categoria de análise, mas também como categoria histórica –, acredito que faz sentido conciliar as formulações de ambos os conceitos – gênero e patriarcado – na perspectiva de análise da história como processo. Se é correto afirmar que o patriarcado sofreu mutações na sua configuração original, é fato que a desigualdade entre homens e mulheres permanece expressa na cultura, nas violências, nos códigos, nas representações sociais e nas instituições modernas. O potencial de análise à luz do conceito de gênero na contemporaneidade se dá porque, segundo a autora:

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocados de representações, conceitos normativos de grande significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987). [...] Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Como se vê, a autora mobiliza uma robusta discussão do conceito de gênero apontando, confrontando e interpelando as contribuições de várias teóricas que se ocuparam dessa variada definição e conceituação. Assim, identifica em Gayle Rubin (1975) a responsável por definir o sistema sexo/gênero quanto à ideia de que a opressão das mulheres pelos homens não é inevitável. Mas, para Saffioti (1994), tal definição é carregada de suposta neutralidade ao considerar que o gênero poderia estar a serviço tanto da opressão como das relações igualitárias. Para ela, o que define essa ordem seriam as relações sociais e não o conceito em si.

A teórica foucaultiana Tereza de Lauretis (1987 apud SAFFIOTI, 1994) postulou o termo “tecnologias de gênero” para designar práticas diferenciadas por e para os sexos

socioculturais. Em sua perspectiva, o gênero é um constructo social, cultural e semiótico. Todavia, na visão de Saffioti, é preciso conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário, frisando que o alvo não é o homem como indivíduo e nem como categoria social, mas o “padrão dominante de relação de gênero”.

Já para Joan Scott (1990) – teórica pós-estruturalista assumida, a quem Saffioti destacou a valiosa contribuição de suas formulações – as relações de poder é que estão no centro das relações de gênero. Estas, portanto, são responsáveis por hierarquizar as relações entre homens e mulheres ao longo da história. Mas, Saffioti faz uma crítica às formulações de Scott ao considerar que ela negligencia a concepção foucaultiana de poder que se encontra diluída na sociedade; o que, segundo Saffioti, gera sérios obstáculos para um projeto de transformação social. Ao afirmar que o gênero é o primeiro campo onde o poder é articulado, Scott, segundo Saffioti, estaria dando muita centralidade ao gênero em relação aos demais marcadores da estrutura social, como raça e classe.

Em que pese toda a existência de uma cultura falocêntrica e androcêntrica, após observar que as mulheres não se anulam diante dessa estrutura dominante e reagem como sujeitas e agentes da sua história, resistindo e enfrentando o machismo, por vezes, dentro da estrutura, ou mesmo confrontando-a, Saffioti defende o conceito de gênero como construção social. Neste sentido, aponta para a perspectiva de transformação histórica. Assim, o considera mais vasto que o de patriarcado, porque o gênero envolve a humanidade desde sua existência, ao passo que o patriarcado seria um fenômeno historicamente mais recente, a partir do capitalismo industrial. Além disso, o patriarcado se relaciona à desigualdade e à opressão, sendo uma possibilidade dentro das relações de gênero, mas não somente.

Outrossim, partindo da premissa de que as sociedades constroem “imagens” do masculino e do feminino e que, nos últimos milênios da história, as mulheres estiveram hierarquicamente inferiores aos homens, Saffioti (2004) reitera a importância de manter o conceito de patriarcado. Segundo ela: “Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Na perspectiva da autora, não se deve pensar ou lutar pela diferença ou igualdade de gênero isoladamente, já que o gênero não é um conceito neutro. Muito ao contrário, ele “carrega uma dose apreciável de ideologia” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). Seria essa a ideologia patriarcal, configurada por uma base de poder assimétrica entre mulheres e

homens. Por isso, a teórica destaca que para mover a engrenagem de exploração-dominância, o uso conceito de gênero, apesar de útil como categoria de análise, exclusivamente não daria conta.

Para justificar as razões da sua sofisticada proposta de conciliação conceitual, Saffioti (2004) enumera os argumentos ao dizer que: 1) os vínculos convencionais que estruturam a sociedade moderna estabelecem uma relação civil e não somente privada; 2) esse sistema segue dando direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; 3) as relações continuam sendo hierárquicas, mas vão para além do espaço doméstico, existindo, ainda, uma base material que corporifica as relações e, por último, 4) trata-se de “uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2004, p. 58). Logo, sem o entendimento da historicidade dos processos sociais que estruturam o sexismo no tempo e no espaço, não há como formular teorias que “se libertem das categorias patriarcais de pensamento” (SAFFIOTI, 2004, p. 58).

Diante do debate exposto, noto que o desafio maior que se revela para a construção teórica desta pesquisa está, paradoxalmente, no esforço de tentar “despatriarcalizar” as abordagens do conceito de patriarcado, buscando interpretar novos sentidos e contornos expressos nas relações de gênero atuais tecidas pelas dinâmicas sociais da contemporaneidade. Para tanto, é preciso desbravar novas fronteiras teórico-conceituais e, sobretudo, epistemológicas, com vistas ao exercício de atualizar e conectar o conceito de patriarcado com as novas abordagens formuladas e anunciadas de outras margens, territórios e sujeitos não-hegemônicos do feminismo. Desse modo, sugiro ouvir e pensar sob as lentes das ideias das feministas negras e do pensamento feminista decolonial, sem, entretanto, abrir mão da escuta das contribuições de feministas do Norte Global – político-cultural hegemônico –, como discuto na próxima seção.

### **3.2. Fronteiras teórico-epistemológicas a explorar na análise da dinâmica das opressões**

Ao observar a necessidade de construir uma metodologia para dar conta da tarefa de identificar a complexidade do perfil das mulheres com as quais trabalho na pesquisa, sem correr o risco de negligenciar seus múltiplas localizações ou marcadores sociais, sou provocada à reflexão a partir do pensamento das teóricas/ativistas do feminismo negro.

No final da década de 1970, nos Estados Unidos, surgiram movimentos de insurgência e questionamento do feminismo branco. As ativistas do *Black Feminism* confrontaram radicalmente os pressupostos universalizantes de classe, de raça e de normatividade heterossexual da, até então, luta feminista vigente. Nomes como os de Ângela Davis, Patrícia Hill Collins, Hazel Carby, Bell Hooks, Patrícia Williams, Kimberlé Crenshaw, Audre Lord e o grupo Combahee River Collective<sup>7</sup> protagonizaram essa disputa de ideias, cada uma a seu tempo, e se tornaram os ícones principais da crítica formulada em direção às feministas brancas.

Os aspectos centrais que marcaram o embate político-acadêmico a partir daquele período eram reclamados basicamente pelo não-reconhecimento, por parte das feministas brancas, das experiências e narrativas das mulheres negras como sujeitos diferenciados na divisão social posta. As ativistas negras interpelaram e reivindicavam um olhar e uma consciência crítica do movimento feminista com vistas a contemplar as narrativas das mulheres não brancas no arcabouço teórico e no ativismo, levando-se em conta os impactos que o racismo causou na vida das mesmas ao longo de sua história.

A demasiada centralidade dada ao patriarcado, segundo o pensamento feminista negro, acabou por escamotear aspectos específicos das experiências das comunidades negras e da história de escravidão e discriminação racial (CARBY, 1982 *apud* RODRIGUES, 2013). A gravidade dessa lacuna acarretou fissuras de proporções muito grandes no movimento feminista. O que, paradoxalmente, também alimentou um intenso e necessário debate interno e inacabado reverberado até o presente. A discussão é responsável por imprimir, de forma inexorável, a marca da pluralidade tão reivindicada entre a maioria dos grupos feministas.

O fato é que, ao que parece, o protagonismo e a provocação trazida pelo pensamento negro feminista – que extrapola as fronteiras dos EUA – abriram um flanco de diálogos incessantes e profícuos, onde teóricas das mais diversas áreas do conhecimento – negras ou não – passaram a atentar e a se debruçar sobre aquelas reivindicações, dando conta de atualizar, contrapor, formular ou reformular noções

---

<sup>7</sup> Em meados da década de 1970, os membros do Coletivo Combahee River se reuniam semanalmente no Women's Center em Cambridge, Massachusetts. O Coletivo realizou retiros em todo o Nordeste entre 1977 e 1979 para discutir questões de interesse das feministas negras. Um objetivo dos retiros foi "institucionalizar o feminismo negro" e desenvolver "uma separação ideológica do feminismo branco", bem como discutir "as limitações da 'fixação' das feministas brancas na primazia do gênero como opressão. Ver em: DE VEAUX, Alexis. Poeta Guerreiro: Uma Biografia de Audre Lorde. WW Norton & Company, 2004, p. 237



conceituais pretensamente interdisciplinares buscando romper com pressupostos essencialistas e universalizantes vigentes no movimento e no campo teórico feminista.

Desse modo, muitas abordagens e proposições teórico-metodológicas foram surgindo ao longo das três últimas décadas. De compreensão nem sempre divergentes, mas com perspectivas diferenciadas, essas propostas ora se complementam, ora privilegiam algumas relações e/ou categorias de análises em detrimentos de outras. Proponho, a seguir, um sobrevoo acerca de três dessas abordagens para tentar situar como, quem e em que contextos foram forjadas, seus pressupostos epistemológicos, além de enunciar alguns pontos de dissensão e de convergência observados.

### **3.2.1. Sobre interseccionalidades**

A partir das leituras que acessei, noto que o período em que houve maior efervescência dos debates sobre a temática foi ao longo das décadas de 1980 a 2000, culminando com a tentativa bastante ansiada de formular ferramentas teórico-metodológicas que pudessem dar conta de incorporar as perspectivas dos grupos reivindicados. Essa efervescência de ideias não cessou naquele momento e extrapolou os territórios geográficos iniciais, como discuto adiante.

Fruto dessas tantas discussões entre as teóricas do Norte Global, em princípio, afro-americanas – mas também inglesas, canadenses e alemãs – surge a ideia da “interseccionalidade” que foi desenvolvida, desde o início dos anos de 1980, nos países anglo-saxônicos em perspectiva interdisciplinar como herança do *Black Feminism*. Segundo Rodrigues (2013), não há consenso sobre se tal noção é “uma terminologia, um conceito, uma ferramenta heurística ou uma teoria”, isso vai depender de quem se apropriar e também de como fará o uso da mesma.

Ao que indicam as muitas citações e referências à autora feminista, quem formulou muito bem essa conceitualização foi Kimberlé Crenshaw (2002), advogada afro-americana. De início, ela pensou sua aplicabilidade nas leis contra a discriminação nos EUA. Não obstante, outras pesquisadoras de variadas áreas do conhecimento seguiram discutindo, sintetizando, atualizando e adequando o conceito de acordo com seus entendimentos, interesses e empregos em diversas partes do mundo. O que demonstra que esse é um conceito em contínua e impermanente construção. Embora suas primeiras formulações remetam às décadas de 1980 e 1990, só em 2002 em um texto-

documento, Crenshaw (1977) qualifica o conceito com vistas a orientar políticas e ações voltadas aos direitos humanos:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002 p. 177).

Mas a própria autora revela, em recente entrevista concedida a Bim Adewunmi, que o conceito não é novo e remonta até mesmo ao século XIX com o pensamento e inquietações de mulheres como Anna Julia Cooper e Maria Stewart, perpassando as intervenções de Angela Davis e Deborah King já no século XX, nos EUA, e dando seqüência por várias gerações de mulheres até os dias atuais (ADEWUNMI, 2014). Crenshaw propõe, ainda, uma categorização do conceito observando dois aspectos: a “interseccionalidade estrutural”, que seria a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero, as conseqüências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro e as formas de resposta a tais violências; e a “interseccionalidade política” que estaria ligada às políticas feministas e às políticas antirracistas que têm como conseqüência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor. Esse é um alerta importante que busca chamar a atenção para a condição de mulheres que portam experiências de opressão específicas, muitas vezes dentro das próprias comunidades, mas que são invisibilizadas e silenciadas em nome de uma causa coletiva universalizante (CRENSHAW, 2002, p. 181).

É, portanto, a noção de experiência como categoria analítica (SCOTT, 1999), vinculada à sua historicidade, que vai diferenciar o feminismo negro do feminismo branco imprimindo a marca da pluralidade reivindicada, ao fim e ao cabo, para sustentar outra epistemologia contraposta àquela hegemonicamente do Norte e ocidental, qual seja, uma epistemologia afrocentrada, descolonial e do Sul.

Além das contribuições teórico-políticas das pensadoras negras afro-americanas, como dito, diversas autoras situadas e/ou deslocadas de outras margens mundo afora corroboram e endossam tais ideias. Em recente oportunidade de assistir aos

diálogos presenciais em evento realizado em Salvador-Ba com a escritora afro-portuguesa radicada na Alemanha, Grada Kilomba (2019) – que é também teórica e artista interdisciplinar – pude constatar, em sua práxis, os princípios do pensamento decolonial e refletir sobre alguns pressupostos defendidos por ela, tais como: a importância do respeito à diversidade de referenciais, a consideração do protagonismo das narrativas diaspóricas e o poder de construção de epistemologias que contemplem culturalmente grupos que a história omitiu ao longo da construção e sistematização do conhecimento.

Em seus ativismos teórico-artísticos, Kilomba expõe a sua criação multi-referenciada em diversas linguagens. Na ‘contação’ de suas histórias, que pode ser individual ou coletiva, performativa ou ainda em outros formatos, a autora utiliza-se de uma autonarrativa que ‘des-idealiza’ paradigmas e métodos dominantes e prioriza o pensamento descolonial em favor de estreitar o diálogo entre as epistemologias do Sul. Voltando o olhar para a América Latina e para os movimentos insurgentes na direção de descolonizar o conhecimento, o *artivismo* de Grada Kilomba me remeteu facilmente à imagem icônica da figura 1 criada pelo artista plástico e teórico uruguaio Joaquin Torres Garcia, ao qual chamou de “América invertida” (1943), posterior à marcante declaração publicada em “A escola do sul” (1935). Sendo considerado o primeiro manifesto de arte autônoma da América Latina, tal movimento questionava a geopolítica literalmente cartografada da produção nas artes visuais, afirmando a arte autônoma da América nativa ao sul como ponto de origem para uma nova tradição e referência da arte universal.

Os movimentos e estudos decoloniais ou descoloniais se insurgem forjando um discurso contra-hegemônico para criar novos paradigmas, métodos e temas que até então eram negligenciados no contexto formal de produção das artes, da política e do conhecimento. Suas narrativas reivindicam e provocam uma reprogramação na estrutura das linguagens estética, cartográfica e imagética vigentes, vez que pretende re-desenhar as histórias vindas das margens, da subalternidade e das vozes dissonantes de contextos globalizados que, em geral, são invisibilizados. Trata-se, portanto, de alterar a forma e o conteúdo das ideias.

Figura 1 – “América invertida”



Fonte: disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=a+américa+invertida&biw>.  
Acesso em 10 de out 2016

Certamente esse movimento de subversão da ordem epistemológica dominante inspirou uma leva de pensadoras/ativistas feministas latinas ou ladinas no século XX, como: Ochy Curiel, Maria Lugones, Brenny Mendonza, Alejandra Ciriza, Glória Anzaldúa. No Brasil, em meados dos anos de 1980, o marcante trabalho de Lélia Gonzalez provocou tensionamentos à noção de América Latina – cunhada pelo colonizador –, ao propor a categoria América Ladina, reconhecendo que a região é marcada fortemente pela herança e presença das influências indígena, americana e negra africana. Assim, a autora se inscreve no movimento junto a tantas outras que reivindicaram em suas obras os mesmos pressupostos descolonizadores na produção do conhecimento dominante androcêntrico e eurocêntrico. Tais contribuições oferecem dispositivos teórico-metodológicos para agenciar pesquisas com nossos próprios referenciais, nesse desejado diálogo Sul a Sul.

Desde então, a discussão do conceito de interseccionalidade no Brasil, reverberou e ainda reverbera, pelas vozes de teóricas/ativistas negras como a própria Lélia Gonzalez (1982); Luiza Bairros (1991); Sandra Azeredo (1994); Maria Aparecida Bento (1995); Sueli Carneiro (2003); Claudia Pons Cardoso (2012); Carla Akotirene (2018), entre outras, cuja produção robusta se realiza em constante intercâmbio de ideias, ora bebendo da fonte do pensamento negro feminista do norte geográfico da América, ora influenciando as mesmas com formulações desde o sul político-geográfico e político do continente. As autoras daqui são responsáveis por elaborar e atualizar as teorias a fim de desvelar as peculiaridades e diferentes formas de discriminação operadas na sociedade brasileira, em face das especificidades de nossa formação sociocultural. O ponto de

intersecção desses estudos são as ideias decoloniais e a defesa do pluralismo no movimento feminista.

Entretanto, até recentemente o movimento feminista hegemônico no Brasil pouco aderiu ao debate feminista negro. Cristiano Rodrigues (2013) apresenta três razões que explicariam o fenômeno: a) o interesse demasiado nos processos de democratização das relações intergênero, a universalização do sujeito mulher como sendo branca, ocidental, heterossexual e de classe média e sua recusa em reconhecer e abrir mão dos privilégios de raça e classe etc.; b) o interesse parcial na apropriação que feministas brasileiras fizeram de tais aportes teóricos, delegando para pesquisadoras negras a tarefa de articular raça/gênero/classe, e c) talvez o mais grave motivo seja o fato de que ainda há poucas mulheres negras na academia brasileira, como docentes/pesquisadoras ou como estudantes de pós-graduação (RODRIGUES, 2013).

Por outro lado, já é possível observar e reconhecer um crescente número de trabalhos de pesquisadoras negras nas últimas décadas, tanto na academia como nos espaços sociais de produção e difusão de conhecimentos mais diversos, especialmente em Salvador/Ba. Como reconhecido recentemente por Angela Davis (2017), em Salvador, o movimento de mulheres feministas negras marca fortemente o cenário, empreendendo um esforço cada vez maior na disputa, consolidação e popularização das ideias em torno da construção de um feminismo efetivamente plural e decolonial. Necessário se faz ocupar, ampliar e difundir mais fóruns de interlocução, encontros, troca de experiências e debates.

Com essas leituras, identifiquei e apontei outras abordagens teórico-metodológicas para tentar localizar os sujeitos que as formularam e em que contextos e interesses de pesquisa surgiram. Por ora, apenas aponto nesse texto para aprofundá-las no tratamento dos dados produzidos nos próximos capítulos.

### **3.2.2. Sobre consubstancialidade ou co-extensividade**

Outro debate surgido em torno da década de 1970 – em princípio tocado por feministas francesas (Danièle Kergoat, 2010) – que corre em paralelo às ideias de interseccionalidade, mas sustentado por outra linha teórica e epistemológica, é a noção de consubstancialidade. Pontuo aqui seus principais pressupostos por considerar que nenhuma teoria deve ser fechada. Afinal, pensando sobre o papel da teoria e método na contemporaneidade, somente por meio de uma razão aberta seria possível reconhecer e

re-ligar os conhecimentos dialogando entre si. No processo, não há que se rejeitar, na sua totalidade, pressupostos, em princípio antagônicos, mas valorizar a diversidade de contribuições teóricas formuladas. A premissa vai ao encontro da crítica à ciência moderna demarcada, também, pela epistemologia feminista contemporânea.

Portanto, a escolha de um método numa pesquisa que se reivindica feminista, comporta, além do rigor necessário a qualquer campo da ciência, a liberdade e a criatividade na sua práxis. O que poderá se traduzir em certa pluralidade metodológica, desde que justificada, além de permitir a ampliação do alcance às perguntas e respostas feitas ao objeto em estudo.

Desse modo, trazemos a contribuição das feministas que se reconhecem marxistas com a intenção de confrontar e problematizar o debate em torno dos cruzamentos e das intersecções nos estudos de gênero/sexo, raça e classe, centralmente. Para as feministas marxistas, no debate interseccional é imprescindível a discussão da base material e de classe, considerando que, assim como esta última categoria, a raça e o sexo/gênero são relações sociais estruturantes, sendo uma substância e co-extensão da outra (SAFFIOTI, 2004; KERGOAT, 2010; HIRATA; 2014). Segundo tal perspectiva, nada escapa à base material do sistema do capital. Os sujeitos e as sujeitas, ainda que com vivências diferenciadas, são afetados pelas dimensões de classe/raça e sexo/gênero.

A proposta das noções de consubstancialidade e co-extensividade surge para explicar como o processo de exploração e divisão do trabalho organiza dialeticamente as três formas de opressão consideradas fundantes e, sobretudo, como tal coordenação é basilar para a manutenção do sistema de divisão e exploração do trabalho. Dessa forma de organizar as relações sociais, segundo tal linha de pensamento, surgem outras opressões assentadas nessa tríade da diferença. Tornar os sujeitos desiguais é funcional para o sistema capitalista. O trabalho das mulheres, por exemplo, realizado pela reprodução humana e também social é imprescindível à engrenagem do sistema de exploração e segue fortemente respaldado pela naturalização do trabalho doméstico definido pelo sexo. É o que explicaria o interesse irredutível pelo controle do corpo das mulheres até a atualidade. Embora de origem anterior, a lógica patriarcal não foi perdida com o capitalismo, vez que essa o interessa e lhe dá sustentação (SAFFIOTTI, 2004).

A combinação da divisão sexual e racial seria ainda mais funcional, uma vez que da mesma forma, o corpo negro ainda é mantido como “a carne mais barata do mercado”. Basta observar a maior concentração étnico-racial de trabalhadoras/es no subemprego. Empiricamente, o famoso ‘teste do pescoço’ revela onde se concentra a população negra

no mundo do trabalho e mais ainda, onde está ausente. Não à toa, as últimas categorias a serem reconhecidas pelas Leis Trabalhistas no Brasil foram justamente a dos trabalhadores rurais e a da/os empregada/os doméstica/os, essa última somente em 2013, cuja imensa maioria é ocupada por mulheres negras. Segundo as pesquisas de Heilborn, Araújo e Barreto (2010), 93,6% mulheres estão no trabalho doméstico, com predominância negra. Esses autores ainda revelam que dentre os 10% das/os brasileiras/os mais pobres, 70,6% são negras/os. Em setembro de 2009 um trabalhador/a branco ganhou em média 90,7% a mais que as/os negras/os (HEILBORN, ARAUJO, BARRETO, 2010). Eis, portanto, uma questão de sexo/gênero, raça/classe consubstancializada ou co-extensivamente bem coordenada.

Do mesmo modo como se opera naturalizando e legitimando o trabalho doméstico feminino definindo-o por papéis sexuais diferenciados, a servidão da mão-de-obra, como é visto e tratado, ainda hoje, o trabalho da população negra, permanece atuando de forma a perpetuar a lógica de exploração muito bem ancorada nas bases do racismo estrutural e institucionalizado presente na sociedade até os dias atuais. Analisando as duas perspectivas, a interseccionalidade e a consubstancialidade, inspirada em Crenshaw e Kergoat, Helena Hirata (2014) faz uma boa síntese para ilustrar a dissensão existente entre as duas acepções. Em suas palavras:

Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativas. Um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão (HIRATA, 2014, p. 63).

A autora assinala que a principal crítica apontada por Kergoat à ideia da interseccionalidade indica que:

Pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. [...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação (Kergoat, 2010 apud Hirata, 2014, p. 98).

Por outro lado, é interessante perceber que feministas negras como Angela Davis e Lélia Gonzales adotaram a noção de interseccionalidade, apesar de registrarem em seus escritos e vozes uma preocupação muito central com a dimensão de raça/classe.

Insistiram, todavia, no uso do conceito por considerá-lo um patrimônio da produção do conhecimento das mulheres negras e, deveras, uma demarcação política fundamental para a luta antirracista contra hegemônica.

O pensamento feminista negro propõe uma episteme contraposta à do movimento feminista *per se*, mas não necessariamente antagônica à luta das mulheres. Defende, sobretudo, que os grupos subalternizados devam se empoderar sobre suas próprias experiências se apossando de ferramentas qualificadas para tal enfrentamento. Afinal, ao modo do que defendeu Patricia Hill Collins (2012), o que importa é forjar um paradigma que articule as variadas opressões e que reconceitue as relações de dominação e resistência interpelando a sobredeterminação da categoria gênero ou classe ou mesmo de raça. Porque, segundo a autora, a identidade é formada pela simultaneidade de cada condição/marcador: raça, gênero, classe, geração, sexualidade. Cada marcador, de acordo com ela, é parte de uma abrangente estrutura de opressão, produzindo sistemas de dominação.

Outro debate importante que cruza o patriarcado com capitalismo é trazido por Saffioti (2001), que diverge da ideia de somar as opressões nas análises. Em sua leitura, o entrelaçamento destas contradições gera uma nova realidade bem mais complexa. E continua:

Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Saffiotti propõe a metáfora do novelo entre patriarcado, racismo e capitalismo, através da qual reafirma a fusão ou o enlace, constituindo um nó que, por sua vez, é frouxo, caracterizando a plasticidade das determinações que o compõem. Como afirma: “não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes” (SAFFIOTI, 2004, p. 125). Desse modo, observa-se a sua conformidade com uma análise histórica, vez que este nó ou novelo passa a assumir “relevos distintos” a depender dos espaços e dos tempos históricos. Sua ideia de plasticidade confronta com uma análise de posições e/ou lugares fixos dos sujeitos. A autora insiste que “esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada fixo, aí



inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global”, que pode adquirir novas nuances diante de realidades distintas (SAFFIOTI, 2001, p. 24).

Por outro lado, Patrícia Hill Collins (2012, p. 18) assume que classe, raça ou gênero, em algumas situações, podem se evidenciar de maneira mais nítida, como se uma ou duas opressões se sobrepusesse à outra. Porém, não se deve confundir a “questão da primazia de um tipo de opressão na vida das pessoas com uma postura teórica que propõe a natureza imbricada das opressões”. Assim, “raça, classe ou gênero podem estruturar uma situação, mas podem não ser igualmente visíveis e/ou importante nas autodefinições das pessoas”. O que importa é “redefinir a opressão, desvelando as conexões existentes entre raça, classe e gênero como categorias de análises” (COLLINS, 2012, p. 18-20).

Com um viés crítico acerca dos usos da conceituação ‘interseccionalidade’, a autora Sirma Bilge (2018), em artigo instigante cujo título é “Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade”, questiona a suposta despolitização de tal conceito, ao considerar que o feminismo acadêmico se apropria de maneira meramente contemplativa, desconectando-o da produção de conhecimento voltada aos interesses dos ativismos e dos sujeitos que tensionam, na vida prática, suas reivindicações desde os lugares sociais que ocupam. Questiona, em outras palavras, o que os usos desse propalado conceito representaram, de fato, para os grupos subalternizados. Para tanto, faz coro com as feministas negras e defende que a categoria raça retome seu lugar de centralidade nas análises interseccionais.

Silma Birge desenvolve uma sofisticada argumentação para dizer que o conceito carece de múltiplos deslocamentos e novas reflexões até que as disputas de narrativas presentes em diversos setores da academia, de disciplinas e também dos movimentos sociais, estejam efetivamente a favor de grupos minoritários. A autora aplica a própria noção interseccional para avaliar a relação de forças e os jogos de poder existentes nas diversas reivindicações em torno das origens do conceito, apontando o suposto branqueamento e a disciplinarização da interseccionalidade.

Com uma escuta atenta sobre essa importante crítica, mas refletindo para além da polissemia e da disputa de narrativas em torno de suas origens e legitimações, me interessa saber sobre o potencial metodológico ou mesmo epistêmico dado pela contribuição teórica das interseccionalidades que permite desafiar, quiçá superar, o olhar monolítico e engessado sobre a base empírica estudada, reconhecendo as posições estruturais e diferenciais de poder presentes numa sociedade demasiado assimétrica. Outrossim, em que pese as contribuições dadas a essa pesquisa por algumas autoras que

citei –, me permito discordar de algumas de suas posições ao defenderem centralizar politicamente determinados marcadores sociais por questão estratégica nas disputas de narrativas. Penso ser importante considerar que o caráter não estático de cada categoria de análise possibilita a plasticidade necessária para o devido manejo e aplicabilidade moldados à base empírica, tal como ela se expressa, exigindo do olhar pesquisador a sensibilidade necessária para privilegiar (ou não) alguma ou algumas delas. As contribuições teóricas diversas e o exercício de reflexividade colaboram para compreender as estratificações sociais que levam às desigualdades e hierarquias de muitas ordens. Portanto, é relevante seguir discutindo outras formulações produzidas acerca do tema.

### 3.2.3. Sobre posicionalidades

Em muito recente e relevante artigo, Sardenberg (2015) retoma a importante discussão acerca das interseccionalidades ao resgatar de Wendy Hulko (2009) a noção de posicionalidades. A autora argumenta que tal conceito seria mais amplo e mais interessante para as análises intersectadas por melhor examinar os impactos das intersecções constituintes da identidade dos sujeitos, ainda que esta não contenha fixidez e varie no tempo e no espaço. O diferencial de tal ideia estaria em considerar, para além das distintas posições dos sujeitos pesquisados, a própria posição da/o pesquisador/a, reconhecendo os lugares de privilégios que esta/e ocupa, problematizando as relações estabelecidas a partir desse contato. A autora sintetiza:

(...) posicionalidade indica o resultado dessa interação em termos de privilégios e desvantagens e funções, mais num nível prático, ou do cotidiano. Em especial, posicionalidade se refere aos diferentes graus de privilégio e opressão que indivíduos detêm ou sofrem em função da intersecção de ‘construtos identitários específicos’, tais como raça, etnicidade, classe, gênero, orientação sexual, idade, etc. Ou seja, refere-se ao grau de vulnerabilidade de diferentes indivíduos em um determinado contexto (SARDENBERG 2015, p. 82).

Tendo sempre à vista o que alerta Sardenberg (2015), para o momento da investigação em campo:

De toda sorte, ao trabalharmos com a perspectiva das opressões que se entrelaçam e das interseccionalidades, é bom ter em mente alguns pressupostos tal qual delineados por Ange-Marie Hancock (2007, p.

251) mais de uma categoria estará em jogo na análise de processos e problemas políticos complexos; 2) a relação entre essas categorias será uma questão aberta, para investigação empírica; 3) categorias de diferença são produções dinâmicas de indivíduos e fatores institucionais, sendo também simultaneamente contestadas e enfocadas nos planos individual e institucional de análise; 4) cada categoria implica em diversidade interna ao seu grupo (SARDENBERG, 2015, p. 86).

Ademais, considero que a noção de posicionalidade forneceu, ainda, uma contribuição a mais para minha pesquisa porque, além da influência da minha posição como geógrafa-pesquisadora, ao valorizar o contexto dos acontecimentos, tal noção estabelece um ponto de conexão com a dimensão espacial dos fenômenos. Sendo o espaço geográfico entendido também como uma instância da sociedade expresso por conflitos entre grupos hierarquizados por determinadas marcas de valoração social, e o gênero sendo uma dessas, as categorias de análise espacial contribuíram para a exposição de parte do contexto geográfico desse estudo, revelando-se uma intersecção mensurável no nível prático-teórico e real-concreto. Conforme visto no capítulo anterior, a análise foi possível através da representação cartográfica dos elementos espaciais presentes no contexto estudado e implicados, direta ou indiretamente, nas decisões dos sujeitos desta pesquisa.

### **3.3. Sobre as categorias relacionais e os pares conceituais**

Sem descartar as formulações vistas acerca dos estudos interessados na análise intercruzada sobre a dinâmica das opressões, dou especial atenção à contribuição trazida por Alda Britto da Motta (1999), cuja dedicação teórica está centrada nas pesquisas sobre o envelhecimento e relações geracionais. Meu interesse nessa discussão se dá por compreender a importância da dimensão geracional, além das outras, nas relações de gênero, uma vez descortinadas nas narrativas das minhas interlocutoras. Para Alda B. da Motta, as categorias chamadas de *relacionais ou da experiência* de análise – como classe, gênero, raça e geração – constituem um conjunto de relações sociais que produzem diferentes lugares ocupados pelos sujeitos, individual ou coletivamente, produzindo hierarquia de posições na sociedade. No tocante à categoria geracional, a autora afirma que: “A geração representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo.” (BRITTO DA MOTTA, 2010, p.175).

Muito embora considere o necessário entrecruzamento das categorias nas análises sociais, Alda Britto da Motta (2010) chama a atenção para o caráter de

transitoriedade de cada uma delas, lembrando que todas remetem a relações de poder e são condicionadas mutuamente. Portanto, nada possuem de estáticas ou fixas no tempo e no espaço, posto que seu dinamismo pode variar segundo identidades locais, relações de força, interesses, conflitos e alianças em cada sociedade, ou mesmo, grupo social aos quais pertencem os indivíduos. Em outras palavras, não é pelo fato de um sujeito, localizado numa dada – ou mais de uma – dimensão social de classe, raça, gênero ou geração que este vai, inexoravelmente, responder ou se comportar de acordo com as expectativas sociais correspondentes geradas. Os pactos e/ou subversões agenciadas, articuladas pelos interesses dos e entre os sujeitos, podem alternar os lugares sociais dos indivíduos, ou grupos, em princípio, localizados em determinada posição.

Para exemplificar, a autora destaca a categoria idade/geração, que é o recorte analítico principal nas suas pesquisas, como uma das categorias fundantes nas relações sociais. Mas lembra que essa categoria biossocial é de grande “complexidade analítica”, porque tem uma condição mutável e transitória inscrita nos corpos e nas construções sociais que dela se faz. Para elucidar a discussão, ela faz uma observação da diferença analítica entre o par conceitual:

O tempo dos indivíduos é expresso mais perceptivelmente pela idade, mas, sabemos, é socialmente construído, e institucionaliza-se, isto é, adquire significado mais diretamente social como grupos de idade – jovens, adultos, velhos – ou como legitimidades para realizar, ou não, tal ou qual ação social. O tempo das gerações tem um sentido eminentemente social e histórico (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 205).

Considerando o universo multigeracional das interlocutoras dessa pesquisa, essas anotações foram de grande utilidade para explicar as diferenças e semelhanças nas experiências expressas por elas diante das suas posições geracionais, ainda que não uniformemente vivenciadas. A opção da referida autora pelo uso de pares conceituais também me chamou atenção, como o uso que faz do par idade/geração. Do mesmo modo, costuma utilizar os outros pares conceituais como sexo/gênero e raça/etnia, por considerar a necessária “intercambialidade” das categorias relacionais. Os usos desses pares permitem a maior plasticidade e abrangência das dimensões sociais nas suas mais variadas articulações como, por exemplo, a dimensão do aspecto natural/biológico cruzada com a construção social ou histórica de determinado marcador. Para tanto, mesmo com a sua ressalva relutante, Alda Motta argumenta:

Na discussão sobre categorias relacionais e construções culturais, tem-se sugerido a equivalência do par de conceitos idade/geração com outros pares já mais trabalhados teoricamente: geração estaria para idade como gênero está para sexo e etnia para raça. Isto é, ter-se-ia uma elaboração de ordem cultural sobre o seu correspondente par biológico. Reluto, diante dessa dualidade tão simples. O “biológico” idade, referente ao tempo “natural”, não é também de inscrição tão subjetiva nos indivíduos e nos grupos, no seu desconstruir-se/(re)construir-se anual, ao sabor das representações culturais de cada grupo? (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 205).

Ao ilustrar essa afirmação, a autora argumenta, ainda, que o tempo etário estaria, em princípio, mais relacionado ao tempo do indivíduo. Por outro lado, este tempo biográfico não se dá de forma descolada das experiências culturais e sociais forjadas num coletivo preenchido de valores, expectativas e sentidos diferenciados por gênero, classe e mesmo por outros marcadores sociais que caracterizam os indivíduos. Já o tempo geracional, segundo ela, estaria mais vinculado ao sentido social e histórico vivenciado coletivamente, uma vez que “como geração, os indivíduos, inescapavelmente, se reconhecem como projeção coletiva” (BRITTO DA MOTTA, 1999 p. 206). Por isso, considera a categoria geração como mais abrangente que a de idade. Ainda que as experiências geracionais também não escapem às variáveis das conjunturas sociais onde estão localizados os grupos, além das já mencionadas categorias relacionais de classe, sexo/gênero, etc.

Considerando essa dinâmica combinada das categorias de análise, fica evidenciado que a noção de tempo social se forja pela junção do tempo etário e do tempo histórico. Daí a relevância do uso do par conceitual idade/geração nas análises relacionais para contextualizar os tempos sociais vivenciados pelos indivíduos ou grupos de indivíduos pesquisados.

Após a exposição das abordagens teórico-metodológicas em torno das análises interseccionais, é possível depreender que há uma disputa de narrativas e ideias em torno de uma formulação sobre como dar conta de analisar a dinâmicas das opressões, sem negligenciar as reivindicações da pluralidade de vozes e de sujeitos nas suas mais diversas expressões e existências. Mas, não é possível perceber grandes cisões, somente categorias ora mais, ora menos privilegiadas como centrais na argumentação das autoras. Por isso, no capítulo a seguir opto por considerar a adoção combinada, conferindo uma perspectiva de mobilidade a determinadas formulações de modo a manejá-las, sempre que necessário,

a fim de dar conta da explicação da dinâmica da realidade observada sob um olhar plural tanto quanto possível.

#### 4. FAMÍLIAS, PODER E RELAÇÕES DE GÊNERO

*Maria, Maria*  
*É um dom, uma certa magia*  
*Uma força que nos alerta*  
*Uma mulher que merece*  
*Viver e amar*  
*Como outra qualquer*  
*Do planeta*  
*Maria, Maria*  
*É o som, é a cor, é o suor*  
*É a dose mais forte e lenta*

*Mas é preciso ter força*  
*É preciso ter raça*  
*É preciso ter gana sempre*  
*Quem traz no corpo a marca*  
*Maria, Maria*  
*Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha*  
*É preciso ter graça*  
*É preciso ter sonho sempre*  
*Quem traz na pele essa marca*  
*Possui a estranha mania*  
*De ter fé na vida*  
*Mas é preciso ter força*  
*É preciso ter raça*  
*É preciso ter gana sempre*  
*Quem traz no corpo a marca*  
*Maria, Maria*  
*Mistura a dor e a alegria*  
*Mas é preciso ter manha*  
*É preciso ter graça*  
*É preciso ter sonho sempre*  
*Quem traz na pele essa marca*  
*Possui a estranha mania*  
*De ter fé na vida*  
*Mas é preciso ter força*  
*É preciso ter raça*  
*É preciso ter gana sempre*  
*Quem traz no corpo a marca*  
*Maria, Maria*  
*Mistura a dor e a alegria*  
*Mas é preciso ter manha*  
*É preciso ter graça*  
*É preciso ter sonho, sempre*  
*Quem traz na pele essa marca*  
*Possui a estranha mania*  
*De ter fé na vida*

(Fernando Brant e Milton nascimento)

Tomo de empréstimo a letra integral da música de Milton Nascimento e Fernando Brant, compositores da canção *Maria Maria*, porque, para mim, ela sintetiza toda a dualidade

que permeia a vida das mulheres, sobretudo das minhas interlocutoras. Em seus espetáculos, os compositores costumavam lembrar que a música foi inspirada em todas as Marias com as quais conviveram. Fazendo as vezes de homenagem às interlocutoras, coautoras dessa pesquisa, optei por chamá-las de Marias, como já justificado no segundo capítulo.

As Marias – narradoras-pensadoras – pertencem a variadas gerações, origem de classe, raça, e nível de escolaridade. Portanto, não há como escapar de uma análise entrecruzada e relacional de tais categorias fundantes que se articulam para a produção da experiência individual e/ou coletiva das mulheres. Em vista dessas diferenciações previamente observadas entre as mulheres, procurei capturar as nuances de como cada mulher, como sujeito social, constitui seu universo e suas histórias de acordo com suas experiências individuais e também sociais que as atravessaram a partir das posições sociais ocupadas e no âmbito das lutas feministas de cada tempo histórico, de maneira a compreender possíveis reverberações, direta ou indiretamente, na vida das mulheres entrevistadas. Afinal, é do intrincado das relações entre a história de vida e do tempo histórico que são forjadas as subjetivações das experiências e das relações sociais estabelecidas. Assim, foi importante considerar:

A diversidade objetiva da experiência feminina nas diferentes sociedades: sociedades constituídas por diferentes estruturas familiares, diferentes níveis de tolerância masculina para com os pontos de vista da mulher ou a sua expressão, diferentes papéis econômicos das mulheres, diferentes níveis de exclusão e diferenciação sexual e diferentes níveis de cooperação mútua entre as mulheres ou de cumplicidade com os homens (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 168).

A partir da análise em panorama dos momentos históricos vividos, além dos espaços que ocupam, formação cultural, localização de classe, raça e gerações diferentes, pude detectar os pontos convergentes e divergentes na forma pela qual cada mulher ouvida relata, maneja e experiência suas vivências, desvelando suas emoções, sentimentos e perspectivas diante do fenômeno investigado.

Como demonstrado no quadro 1, as entrevistadas têm entre 42 a 65 anos, ou seja, pertencem a grupos de idades diferenciados. Tal distribuição geracional me permite fazer uma análise pontual de alguns aspectos históricos e sociais mais relevantes para o movimento feminista em cada período vivido pelas interlocutoras, a fim de evidenciar alguns



sinais relativos à diferenciação de cada posição geracional dessas mulheres<sup>8</sup>. As posições foram reveladas nas suas narrativas no tocante à relação sociofamiliar frente à experiência dos conflitos, ainda que essas não se apresentem de maneira uniforme e linear, visto que estão condicionadas a outras diversas clivagens sociais.

Embora nem todas as mulheres entrevistadas pertençam à geração de idosas, é valioso observar o que diz Alda Motta (1999, p. 201-202), ao constatar em suas pesquisas junto a mulheres deste grupo de idade, a importância da marca geracional na identidade de gênero afirmada por elas:

Uma afirmação pessoal básica como gênero, venho encontrando na pesquisa com idosos, principalmente da parte das mulheres. Sua identidade de gênero parece ser, realmente, constitutiva da sua identidade (geracional) de idosas. Trajetórias sociais de gênero são determinantes na situação real e nos sentimentos dessas pessoas como idosas – ultrapassando, não raro, a diversidade de situação de classe – quando homens e mulheres se colocam diferencialmente quanto a possibilidades e sentimentos de bem-estar, liberdade e auto-realização na velhice (MOTTA 1999, p. 201-202).

Conquanto, inicio a apresentação pelas duas mulheres mais velhas do grupo: **Maria do Socorro e Maria Cristina**. Ambas nasceram nas décadas de 1950, estando, desse modo, enquadradas na categoria social e institucional como “idosas/os” por terem mais de **60 anos**. As duas cresceram e vivenciaram a sua juventude sob a égide da ditadura (civil) militar que se instaurou no Brasil com o golpe de 1964. Assegurada por currículos escolares de forte apelo disciplinar e autoritário, tal cenário teve grande repercussão na formação cidadã dessa geração. Componentes curriculares como Educação Moral e Cívica e Educação para o Lar, cumpriam o dever de ordenamento e controle social. No tocante à formação de papéis diferenciados de gênero, a presença da disciplina Educação para o lar era o carro chefe desse empreendimento. Ademais, a educação doméstica familiar comumente seguia os mesmos preceitos morais dominantes da época. Razão pela qual Maria do Socorro e Maria Cristina partilham de experiências bastante semelhantes no que diz respeito à construção das suas identidades de gênero.

Em que pese a complexidade da construção de suas pautas principais – que não exploro nesta pesquisa –, os movimentos feministas naquela ocasião reivindicavam,

---

<sup>8</sup> Entendendo posição geracional na perspectiva de Mannheim (1928, p. 152) que diz: “A posição como tal apenas contém as potencialidades que podem ser materializadas, suprimidas, ou incorporadas noutras forças sociais e manifestadas de forma diferente”.

especialmente, o direito ao divórcio na Legislação brasileira e a constante busca de direitos como o princípio da igualdade entre homens e mulheres no casamento. Em razão das suas origens geográficas e também de classe, arrisco dizer que o acesso a essas informações naquele momento foi bastante limitado para essas duas mulheres. Ainda que alguns estudos (ALVES, 2020) revelem que os movimentos – tão diversos quanto as mulheres – extrapolaram classes e espaços geográficos comumente vistos como próprios das feministas, é possível considerar que nas cidades do interior, via de regra, as possibilidades de articulações são mais restritas. Por outro lado, é muito importante pontuar que pesquisas reveladoras, como a realizada por Iracélli Alves (2020), dão conta da existência de organizações políticas de mulheres comunistas e de empregadas domésticas e lavadeiras que se organizaram coletivamente no interior da Bahia desde a década de 1950.

Assumindo que o debate sobre até onde os feminismos institucionalizados alcançam a vida cotidiana das mulheres é muito mais complexo, considero, ainda assim, que a disputa de narrativas, dada pela veiculação de discursos via mídia, ou mesmo pela visibilidade social dos movimentos, possa influenciar o conjunto de valores presentes numa sociedade naquele tempo histórico, através da mensagem social forjada nos discursos reiterados, oficial ou não oficialmente, pelos mais diversos meios. Muito embora os movimentos organizados não constituam a única fonte de formação de consciência.

Maria do Socorro e Maria Cristina nasceram no interior da Bahia, em Nova Canaã e Brumado, respectivamente, chegando ao ensino médio (nível considerado até avançado para os padrões de gênero e geracional da época). Ainda assim, ambas divorciadas, vieram dispor, décadas adiante, do direito ao divórcio, legado das lutas pelos direitos das mulheres. Ambas moram sozinhas, Maria Cristina hoje é viúva; Maria do Socorro declarou ter um relacionamento à distância e se comunica pelas redes virtuais. Maria do Socorro foi a única a ser entrevistada em sua residência, no horário noturno por sua preferência de local e horário. Esse fato possibilitou a audição do relato de sua neta, com quem mora, sobre a experiência da violência intrafamiliar vivenciada por ambas.

Além da convergência geracional, nível de escolaridade e origem geográfica do interior, as duas entrevistadas também guardam diferenciações de posição social entre si no que concerne à raça e à classe. **Maria Cristina** é uma mulher negra de origem de classe popular, seus pais eram trabalhadores rurais, assim como ela foi. Atualmente vive da pensão de um salário mínimo, residindo na URBIS II, um bairro situado na periferia de Vitória da Conquista. Já **Maria do Socorro** é uma mulher autodeclarada branca que, embora relate também a sua origem popular, atualmente é proprietária de um pequeno comércio e

complementa a renda com prestação de serviços. Além disso, possui algum patrimônio material, como terras e imóveis que se encontram em processo de disputa litigiosa com o ex-companheiro. Reside em uma casa ampla e própria no bairro Recreio – onde funciona o seu pequeno negócio – que fica na região central de classe média da cidade.

Nascidas na década de 1960, **Maria Clara, Maria Mariá, Maria Nádia e Maria Silvia**, possuem entre **52 e 59 anos** e também partilharam experiências semelhantes de sociabilidade na juventude sob o regime autoritário da ditadura. Porém, a partir da década de 60, apesar da forte repressão vivida no Brasil, o movimento feminista atravessou o período ditatorial levantando bandeiras de lutas importantes, avançando para as reivindicações no campo da saúde, como o acesso a métodos contraceptivos, saúde preventiva, educação e ao mundo do trabalho. Além de denunciar a tortura do regime, as feministas divulgavam suas pautas por meio de reuniões, jornais, panfletos explicativos e da arte de maneira geral. Usavam todas as estratégias de divulgação da repressão sofrida e os direitos das mulheres que não eram levados em consideração. Lançavam mão dos espaços de greves e periódicos sindicalistas e anarquistas para manifestarem sua luta, conquistas e carências.

Dessas quatro Marias, três são divorciadas e uma é viúva: **Maria Clara**, que é autodeclarada morena, tem 57 anos, católica, estudou até o 7º ano do ensino fundamental, é aposentada, vive com um salário mínimo, mas faz artesanato para complementação esporádica de renda e mora no bairro da periferia chamado Lagoa das flores. Maria Clara alega que planejou suas gravidezes e teve apenas um casal de filhos, hoje, com idades acima de 35 anos. Mora sozinha e não tem companheiro sexo-afetivo. Nasceu no interior do Piauí, mas veio para V.C. bem jovem.

**Maria Mariá** tem 59 anos, mora no bairro periférico chamado Nova Cidade, se declara evangélica muito atuante. Nessa entrevista, tive especial dificuldade de ouvir e compreender sua narrativa em razão da limitação da fala da mesma, decorrente de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Ela se encontra em processo fisioterapêutico para recuperar suas funções neurais. Em que pese sua limitação física provisória, Maria Mariá, que é autodeclarada negra, possui uma vida bastante ativa, estuda no curso técnico de informática do SESC, além de me parecer uma das mais alegres e dispostas das Marias, sempre com sorriso no rosto. Nasceu em V.C. e é aposentada. Teve dois casais de filhos, mas um casal morreu por motivo de doença.

**Maria Nádia e Maria Silvia** possuem 52 e 57 anos, respectivamente. A primeira se declara branca, católica praticante, possui nível superior e mora num bairro considerado

pericentral porque sua localização, embora não seja no centro, compõe um setor de classe média. Recebe mais de 2 salários e meio. É funcionária pública aposentada, divorciada e tem dois filhos, também fruto de planejamento familiar. Já Maria Silvia se reconhece como parda, tem nível superior, sua religião é espírita, vive num bairro de periferia em uma casa cedida pela mãe. É professora e segue fazendo formação, mas não tem emprego fixo. No momento da pesquisa, estava desempregada dependendo financeiramente da mãe. É divorciada e tem um casal de filhos.

Apenas **Maria Elvira** nasceu no final da década de 1970. Para o movimento feminista, esse momento das décadas de 70 e 80 foi marcado por mais conquistas no país no que se refere às lutas das mulheres. Entre as conquistas, se destacam a criação da Fundação das Mulheres do Brasil e do estabelecimento, pela Organização das Nações Unidas, do Ano Internacional da Mulher, em 1975, marco institucional inicial da Década da Mulher. Os movimentos feministas se mobilizaram organizando diversos eventos em 1975 e ao longo do decênio. Tivemos a fundação dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, por exemplo, além da fundação do Centro da Mulher Brasileira. Foi nessa década que a pauta sobre violência doméstica surgiu com vigor na luta do movimento. Recrudesceram as pautas para reivindicar o aprofundamento da igualdade entre homens e mulheres, da liberdade sexual e a proteção à mulher contra a violência doméstica, a equiparação salarial, o apoio em casos de assédio, entre tantos outros temas pertinentes à condição da mulher no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral.

Maria Elvira é a mais jovem entrevistada de todas as Marias, se autodeclara negra, cristã, mora num bairro pericentral, estudou até o ensino médio completo e se diz independente porque sempre trabalhou fora como agente de endemias. É formadora técnica na sua área, possuindo renda mensal de um salário mínimo e meio. Hoje cuida apenas de um filho, é separada do primeiro marido, mas tem um companheiro que não compartilha a mesma casa. Além disso, a experiência de violência que atravessa essa mulher se deu em duas frentes: aquela sentida no âmbito familiar e a violência social que a atingiu com a morte do seu filho mais velho, vítima de assassinato – que também foi o seu agressor. Na ocasião da entrevista ela ainda se encontrava em processo de luto pela perda do filho, razão pela qual a entrevista foi carregada de momentos pontuados pela emoção e, naturalmente, pela dificuldade do reconhecimento da violência advinda desse filho. Informação da qual eu já dispunha anteriormente pela mediação feita por Ivana (psicóloga do CRAV) para entrevistá-la. Percebi, portanto, o quanto seria difícil, naquele momento, ouvir, de forma mais direta, a sua própria narrativa da ocorrência da violência sofrida. Para isso, foi

necessário usar de estratégias de intervenção mais sutis e delicadas de modo a conseguir ouvir e analisar seus relatos, captando elementos das subjetividades presentes na sua fala.

Considerando que todas as mulheres interlocutoras dessa pesquisa são referenciadas, no mínimo, por um dos equipamentos de assistência e/ou de segurança pública que compõem a Rede de enfrentamento à violência contra a mulher, destaco que essa condição – de mulheres referenciadas/assistidas – é fruto do legado da luta dos movimentos feministas no que se refere às importantes conquistas das políticas públicas na área, forjadas ao longo de décadas no Brasil.

Lembremos que todas as Marias entrevistadas são sujeitas-testemunhas e contempladas, minimamente, da e pela materialidade das condições objetivas criadas pelas políticas públicas legadas da luta feminista até então, em que pese os inúmeros desafios que precisam ser superados na atual conjuntura de retrocessos que o país atravessa.

#### **4.1. *E a família, vai bem?* – Abordagens sociológicas**

A família é, notadamente, um dos temas mais cobijados e discutidos não só nas ciências como na sociedade em geral. Nas mesas de bar, em reuniões de família e/ou amigas/os, nas salas de espera dos consultórios e dentro dos próprios, nas praças e nas escolas, o assunto está presente. É também amplamente debatido pelos meios de comunicação escrita, como livros, revistas e jornais. No cinema, na internet e na televisão, esse tem sido um tema recorrente. Nas redes sociais são incontáveis os grupos de família que se formam (e se desformam) diariamente. Haverá sempre um palpite, uma opinião, ou mesmo uma “fofoca” a ser esmiuçada quando o assunto são as famigeradas relações familiares. E, diretamente proporcional às opiniões, surgem, prováveis e correspondentes conflitos internos.

É de se esperar que tamanho interesse gere distintas formas de significar, elaborar e perceber a família por diferentes ângulos, em que pese a prevalência (ou o retorno) do discurso de um modelo hegemônico, normatizado e reconhecido como ideal, ainda que matizado por muitas nuances. Ademais, tais interpretações são traduzidas, também, pela academia na sua própria linguagem e forma de comunicar. A noção de família e relações de gênero, há muito têm sido alvo de teorizações, não só nas ciências sociais, mas em tantas outras áreas do conhecimento como a Psicologia, a Médica e também o Direito. Entretanto, o interesse dessa discussão, em específico, está delimitado à abrangência do

debate feito no âmbito das ciências sociais, uma vez que essa tem sido a abordagem prioritária da pesquisa.

Neste sentido, antepoño alguns marcos do pensamento de autoras e autores que abordaram a noção de família, com a intenção de desvendar a tríade poder/patriarcado/maternidade, compreendendo a família como laboratório chave de manutenção do patriarcado, no qual o papel social da mãe é central no sustento da reprodução da vida e do social ao longo do tempo. Importantes teorizações foram desenvolvidas desde os clássicos como: Bourdieu (1996); Adorno e Horkheimer (1987); Parsons (1980) e Fraser (1987), até a atualização desse debate feito por autores e autoras no campo de interesse dos estudos feministas, onde me filio.

Bourdieu (1996), ao dialogar e mesmo questionar a etnometodologia e o interacionismo simbólico, conceitua família como sendo “um princípio de construção da realidade social, mas que é ele próprio socialmente construído” (BOURDIEU, 1996, p.127). Segundo ele, tal princípio de construção é constitutivo no nosso ‘*habitus*’, sob o qual somos socializadas/os na formação societária em que estamos implicadas/os. Considerada pelo autor como um processo estruturado tanto individual como coletivamente, a família seria o lugar da reprodução da ordem social, reconhecendo que a mulher teria um papel fundante na manutenção do *status quo*, vez que caberia a esta preservar as relações do ‘*corpo*’ familiar por meio de rituais, visitas e comunicação constantes entre os familiares.

Adorno e Horkheimer (1987) mantêm o mesmo fio de pensamento, abordando a família como o lócus do autoritarismo social e a instituição reprodutora de um “consenso acrítico” com o fim máximo de fixar a necessidade objetiva de domínio do homem sobre o homem. Segundo os autores, a família age como agências psicológicas da sociedade ao inculcar a submissão e obediência social. Teria, portanto, um caráter disciplinador na organização societária. Mas, segundo afirmam, essa relação seria dialeticamente exercida através da dupla percepção da mesma, ora vista como resíduo de uma idealização (consciência ingênua), ora sendo produto de realidade social e das construções históricas (consciência crítica), incorrendo numa dupla dinâmica social: a esfera do indivíduo e a esfera da potência autoritária. Seria uma escolha, mas também uma determinação social.

Para Parsons (1980), de linha estrutural-funcionalista, que analisa a família americana urbano-industrial, o destaque é dado à sua significação funcional. Embora perceba a desorganização de transição verificada na estrutura da família trabalhadora,

para ele, as funções elementares da família são sistêmicas e a sociedade continua dependendo destas.

Mas é Nancy Fraser (1987), filósofa feminista da teoria crítica, a autora que mais se aproxima da discussão aqui proposta, dada a relevância do seu questionamento teórico acerca do papel social da mulher, bem como da abordagem dentro da perspectiva feminista que confronta as ideias universalistas, por exemplo, do ‘interesse público’ e ‘bem comum’, ao dialogar e criticar Habermas em seu artigo “*O que é crítico na teoria crítica?*” (1987). Nancy Fraser rompe com as generalizações, ressaltando as múltiplas faces da dominação e da opressão que remetem à dominação patriarcal. Critica a análise, segundo ela, funcionalista, que exclui do trabalho social o trabalho doméstico atribuído às mulheres. A teórica afirma que este deve contar como trabalho de reprodução simbólica, uma vez que não pode ser naturalizado pela divisão sexual de papéis. Tal atividade é, também, de reprodução material e possui valor social. A autora considera que a separação do trabalho simbólico e material pode ter conotação ideológica e está ligada a uma das formas centrais de subordinação das mulheres.

Por outro lado, em que pese pontuar nesse rápido panorama a construção das ideias consolidadas pelos sociólogos clássicos acerca da noção conceitual para marcar o interesse e os olhares das ciências sociais sobre a família, é fundamental acompanhar a dinâmica atual das transformações dos grupos familiares, analisar os contextos dos novos rearranjos emergentes e verificar em que medida existem implicações dos mesmos em relação à violência intrafamiliar.

Muito além da existência de um único modelo de família, ainda que este se mostre dominante, estudos recentes revelam a grande variedade de formações familiares fora do modelo monogâmico e heterossexual em alguns países da América Latina (CASTRO, 2016; UNICEF, 2004)

A configuração de novos arranjos familiares se encontra em pleno debate em função do seu processo de reconhecimento, como famílias monoparentais chefiadas por mulheres, famílias homoafetivas e processos de adoção, famílias que são fruto de intervenção medicalizada, homens que engravidam, filhos gerados por *barrigas de aluguel*, entre outras que reivindicam a expansão da cidadania e dos direitos sexuais para a democratização da vida social e familiar. Estes arranjos familiares inspiram reflexões importantes de autoras contemporâneas, que focalizam as análises empíricas sob a ótica feminista, que é a escolha epistemológica feita aqui. Estes estudos dão conta das atualizações necessárias da categoria família para interpretar uma sociedade cada vez

mais complexa no que tange às relações familiares e às inerentes relações de poder presentes em seu interior.

Levando em conta a complexidade social refletida nos sujeitos envolvidos no problema em estudo, identifiquei mulheres pertencentes a diferentes posições de classe, grupo étnico-racial e grupos de idade, observando o seu reconhecimento existencial e psicossocial como pertencentes a uma dada geração e, especialmente, a relevância social da idade, se dimensionada por elas. Além disso, busquei compreender em que medida os conflitos geracionais estão implicados nessas relações marcadas por uma história de agressões e violências intrafamiliares de algum tipo.

Portanto, indubitavelmente, a reflexão acerca da noção conceitual de *família* é uma chave fundamental para adentrar um território historicamente hostil às pesquisas sociológicas na compreensão da violência intrafamiliar e toda a dinâmica que a envolve, especialmente no tocante às organizações contemporâneas com seus novos arranjos e o jogo de relações de poder decorrentes daí. Neste item, contribuíram os estudos de Britto da Motta (1998), que considera a família como “terreno dos mitos” por suas ambivalências.

Em artigo sobre a família do idoso, pautada em uma abordagem transgeracional das relações, Myriam Lins de Barros (1987) discute a família como arena dos conflitos intergeracionais a partir das mudanças de responsabilidades e apresenta as contradições sobre o modelo de família nuclear. Cecília Sardenberg (1998), por sua vez, contribui com sua pesquisa sobre famílias matrifocais – que incluem agregados construindo redes de apoio mútuo confrontando com a ordem da família tradicional burguesa. Já Clarice Peixoto (2000), ao analisar as transmissões intergeracionais entre avós e netas num estudo comparado de contextos diferenciados de formação e organização familiares, oferece ferramentas de análise importantes sobre família. Retomando as reflexões de Alda Britto da Motta (1998, p. 71), penso que refletir sobre a família implica em captar na análise a noção de que essa:

[...] é também o lugar social dos afetos radicais – onde as relações são quase simbióticas, as afeições mais doces e os embates entre os sexos/gêneros e as gerações podem ser mais dolorosos. Onde se encontram os modelos de sentimentos em estado mais depurado: os amores, as aceitações ilimitadas, as mais fundas solidariedades; ou as rejeições mais chocantes, os conflitos cotidianizados, ressentimentos “inexplicáveis” e ódios. Explícitos ou recalcados. A família é o “nosso grupo”, primeiro, primário, fundamental, que é preciso preservar a todo custo da dissolução – mas também dos



olhares externos. Por isso, seu estudo, sua observação, sua análise do ponto de vista das relações que a constituem, ou parecem constituí-la, é muito difícil. Relações de gênero (principalmente entre marido e mulher), de gerações (pais e filhos, avós, netos), e intrageracionais (os irmãos) são, frequentemente, tornadas opacas à análise do/a pesquisador/a. E não apenas pelo desejo, consciente ou inconsciente, dos indivíduos de preservar a privacidade do grupo; também porque essas relações são carregadas de ambiguidade, nas suas contradições entre afetividade e poder/dominação, ou entre afetos polares, que podem não ser claros até para os que os vivenciam (BRITTO DA MOTTA, 1998 p. 71).

Tal ambiguidade presente no interior das famílias pressupõe considerar os jogos de poder, os conflitos, as alianças e as trocas entre os indivíduos que partilham aquele mesmo território físico e socialmente constituído. Esses aspectos ficaram bastante evidenciados em muitos relatos das mulheres quando questionadas sobre suas relações familiares, análise facilitada pela metodologia que escolhi.

O roteiro temático das entrevistas serviu como instrumento de produção dos dados e foi manejado de modo a permitir ampla liberdade tanto das narrativas, quanto da minha escuta durante a pesquisa de campo. Organizei de modo a desenhar as etapas do processo através das categorias previamente eleitas e evidenciar uma direção ou uma ordenação da realidade empírica investigada, me permitindo analisar os dados à luz das categorias consoantes com as bases teóricas e epistemológicas interseccionalizadas da pesquisa. Contudo, além das categorias pensadas por mim inicialmente, durante as entrevistas surgiram elementos comuns que marcavam as experiências da maioria das mulheres. Por essa razão, busquei classificá-los de modo a estabelecer parâmetros de análise para mensurar em que medida haviam recorrências desses fenômenos nos relatos prestados. Analiso-os a seguir.

#### **4.2. As famílias e as relações de poder na dinâmica dos seus marcadores sociais**

A família aqui é entendida como importante lugar de construção social que segue, hegemonicamente, cumprindo seu papel como uma das ferramentas mais operantes nas sociedades de estrutura patriarcal. Entretanto, não permanece intocada e estática. A complexidade imposta pela sucessão de dinâmicas históricas, temporais e espaciais da sociedade contemporânea tem provocado transformações na configuração das famílias na modernidade, ou na pós modernidade, como querem chamar alguns e algumas autoras.

Para tais apreciações, as teorias de gênero contribuíram decisivamente fornecendo dispositivos teórico-metodológicos para analisar as transformações, mas também as continuidades, inerentes a essa organização social que é das mais antigas.

Nesta pesquisa é importante pontuar que a primeira condição comum observada é a de que todas as interlocutoras compartilham, atualmente, o padrão de famílias matrifocais (mesmo comportando nuances variadas de uma para outra), que incluem agregados, construindo redes de apoio mútuo em torno das mulheres sem a presença física do homem ou patriarca, confrontando com a ordem da família nuclear tradicional burguesa; ao modo como analisa Cecília Sardenberg (1998). Conforme a autora:

[...] para além das casas, muitas dessas mulheres herdaram ainda a chefia de grupos domésticos constituídos por famílias extensas matrifocais. São mulheres que hoje estão à frente de unidades domiciliares que unem (ou já uniram) sob o mesmo teto, duas ou mais gerações de mães e filhas – mulheres cujos companheiros têm sido efêmeros ou apenas periféricos, encontrando, assim, no núcleo de parentes maternos, apoio mútuo e segurança para elas próprias e seus filhos (SARDENBERG, 1998, p. 23-24).

Ainda segundo Sardenberg, as estatísticas mostram que esse é o tipo de arranjo doméstico-familiar predominante na sociedade brasileira e na Bahia (GOLDANI, 1994; CASTRO, 1989 *apud* SARDENBERG, 1998). Tal arranjo também se assemelha àquele descrito por Alda Motta (1998). Ao identificar a família do idoso, a autora pontuou o seu papel de reprodução social da família, cuja diferenciação de gênero define o sustento desta por meio das pensões percebidas pelas mulheres mais velhas. De acordo com os relatos das entrevistas, essa configuração familiar matrifocal e monoparental se desenhou, ora por decisão própria de separar, ora por outras contingências enfrentadas, como a viuvez, a separação ou o abandono do homem – pai/marido.

A segunda condição que liga todas elas, é a formação religiosa de origem cristã, variando entre católicas, evangélicas e espíritas, conforme visto no quadro 1. Todas também afirmam que são praticantes, o que denota a contínua socialização religiosa reificando um conjunto de valores referidos à família, ao casamento, à maternidade etc. Esse dado talvez explique porque, ao serem questionadas sobre qual modelo de família reconhecem na configuração familiar passada (com a presença do ex-marido) e a atual (partilhando a casa com filhos e/ou parentes). Todas, sem exceção, afirmaram que fora e se mantém convencional ou tradicional, ou seja, de acordo com o padrão moral hegemônico da família nuclear, cristã, monogâmica, heteronormativa e com divisões de

papeis sexuais bem demarcados. Maria Nádia fez questão de enfatizar como idealizou a formação da sua família inicialmente:

Aí aquele sonho né?! Aquela coisa da família organizada, construída, tudo convencional, né?! Tudo aquilo que eram as minhas expectativas e os meus anseios e aquilo que eu convivi também, a forma que eu fui educada e que de fato era nossa realidade ou apenas a minha realidade (M. Nádia, 2017- 52 anos).

Da percepção que tem cada uma sobre o modelo de família que possuem, observei também como essas mulheres se referiam às relações presentes na família de constituição própria, suas concepções, ideias e vivências de poder marcadas nesse espaço, nas relações com a companheiro e com os filhos, além de outros parentes eventualmente envolvidos. Portanto, foi presumível desvelar a identidade de gênero no espaço familiar em relação aos papéis diferenciados por gênero, a situação da entrevistada na família, as definições das funções e papéis sociais existentes, incluindo papéis desempenhados pelos filhos e filhas, além do próprio casal e de outros parentes. A fala de Maria Elvira é representativa. Segundo informou, ela passou a compartilhar a casa com a família de origem, mãe e irmãos, após a morte do filho:

No meu casamento eram três pra tirar do lugar e eu só pra arrumar. Foi assim a vida toda. E lá onde eu tô hoje tem uma divisão de tarefas. Minha irmã faz uma coisa, que mora mais no fundo em outra residência e eu faço, contribuo de algum jeito, que eu tô morando lá. Só as mulheres trabalham (Maria Elvira, 42 anos, 2017).

Maria Elvira relata que sempre realizou as tarefas domésticas sozinha quando casada, mas mudou de família e passou a contar com a divisão das tarefas domésticas. Ainda assim, embora habite com irmãos na sua nova residência, apenas as mulheres realizam os afazeres do lar. Saliento que Maria Elvira é a mais jovem entre as entrevistadas, no entanto, isso não representou diferença alguma no que diz respeito à divisão sexual do trabalho. Ela e todas as outras afirmam que faziam as tarefas domésticas sozinhas, evidenciando uma pacificação/resignação dessas relações com base na ideia da responsabilidade do trabalho doméstico como sendo trabalho de mulher e do trabalho fora de casa como de responsabilidade do homem, em que o homem apenas “ajuda” em casa, de acordo com a vontade ou a disposição de cada sujeito. Esta ideia fica explícita no relato de Maria Nádia:

Ao longo desses anos eu sempre tive alguém em casa, até porque os meninos eram pequenos, eu trabalhava fora, né?! Então, eu sempre tive alguém em casa, trabalhando comigo. Ele até era solidário em fazer as coisas, a gente nunca teve problema nenhum quanto a isso não. Ele não era de assumir o comando, mas ele nunca precisou, e eu sempre fui muito ativa dentro de casa de fazer as coisas. Nunca busquei muito a participação dele, não. Mas ele era bastante... Ele fazia comida de vez em quando, e se eu precisasse de ajuda em alguma coisa... Eu nunca precisei recorrer da ajuda dele não. Mas eu creio que se precisar arrumar uma casa, um banheiro, ele sabia fazer e faria sem problemas (M. Nádia, 2017).

Para além desse dado, na fala de Maria Nádia surge uma importante clivagem de classe no que se refere às decisões na administração das tarefas da casa: ela sempre contou com uma empregada doméstica quando era casada. Lembrando que Maria Nádia é uma das duas mulheres brancas e de classe média presentes no grupo de sujeitos da pesquisa e tem dois filhos. Porém, em outro momento da entrevista, ao ser questionada se passou a existir divisão de tarefas após a separação, ela narra:

Até um pouco tempo depois da separação eu ainda consegui. Até antes de diminuir o meu salário, eu sempre mantive uma pessoa dentro de casa. Então, eu sempre ensinei os meus filhos a organizar as coisas, ajudar as pessoas mantendo a ordem, né?! Então, isso aí era a participação deles, sempre ensinava fazer alguma coisa, mas não precisava dessa preocupação tão grande de ensinar fazer as coisas. Depois que eu não pude mais pagar a pessoa, foi também depois dessa nova lei agora, de que tem que ter carteira assinada, todos os registros, e tal... Então aí já... Tem uma divisão de tarefas. Aí a gente já passou a assumir mesmo o comando das coisas. Aí eu fui ensinando para eles a lavar, passar, cozinhar e hoje eles sabem fazer essas coisas todas, né?! Aí assim, me ajudam, continuam me ajudando. Mas hoje o meu mais velho tá fazendo faculdade já, o mais novo tem várias atividades, são muito comprometidos com os estudos. Nem sempre eles têm muito tempo, mas assim, eles me ajudam bastante. Também tem aquela questão da própria idade, que as vezes a gente fica mandando nem sempre faz, demora, né?! Mas eles fazem as coisas, sabem fazer e fazem (M. Nádia, 2017).

Nesse segundo momento da reorganização familiar sofrida por M. Nádia, nota-se, uma reificação do modelo de família na ordem patriarcal de gênero. Embora ela tenha demonstrado dar uma mínima orientação aos filhos no que tange a distribuição de tarefas, há uma continuidade da predominância do sexismo na definição das funções assumidas em relação aos afazeres domésticos. A entrevistada considera que os afazeres esporádicos realizados pelos filhos homens, tal como ocorria com o ex-marido, ganham o status apenas de “ajuda”, já que essa seria tarefa a ser desempenhada pelo papel “devido”

especificamente a ela, *a priori*, dada a sua condição de mulher, esposa e mãe. Para efeito elucidativo, tomo a explicação de Kergoat (2003) acerca do conceito de divisão sexual do trabalho. Conforme a autora francesa de viés marxista:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2003, p. 55-56).

Com o uso desse conceito, a autora estabelece uma análise destas relações como decorrência de uma construção histórica e social, negando qualquer associação com determinantes biológicos de divisão sexual. Retomando a fala de M. Nádia e as reflexões sobre a intersecção gênero e classe, fica evidente que ao fazer uma alusão crítica indireta à Emenda Constitucional nº 72, que regulamenta a situação e os direitos trabalhistas das empregadas domésticas – conhecida como a PEC das domésticas<sup>9</sup> – ela marca, mais uma vez, a sua posição de classe, haja visto demonstrar concordância e interesse na manutenção da exploração do trabalho doméstico infantil não-pago. Conforme observa Sueli Gomes Costa (2002): “a valorização do trabalho doméstico leva à expressiva substituição de mulheres por meninas. Tal fato desvenda mecanismos de redução de preços do salário do emprego doméstico” (2002, p. 307). No caso da narradora, a compensação viria em forma de favores. Como constata, ainda, a autora:

Mulheres mais e menos abastadas vincularam-se a milhares de mulheres mais e menos pobres aplicadas ao trato de suas casas, através de infindáveis tarefas e de um grande número de compensações recíprocas. A saída para estudar, trabalhar e equiparar-se aos homens, ou para a mera permanência no ócio, através da maternidade transferida de umas para outras mulheres, marca seguidos pactos (e guerras) domésticas (COSTA, 2002, p. 308)

Essa relação evidencia o componente de classe no conflito de interesses intragênero, dado pelo papel sexual do trabalho doméstico atribuído historicamente às

---

<sup>9</sup> Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013 na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

mulheres. Há casos em que este trabalho é transferido, mas quase sempre para outra mulher. Neste sentido, a divisão de tarefas entre si e o par masculino da casa sequer é pensada.

Porquanto, embora Maria Nádia não tenha verbalizado diretamente, não pude deixar de registrar no diário de campo sua expressão de crítica e insatisfação diante da não possibilidade de manter uma empregada doméstica, como era possível antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 72; ou seja, sem registro na carteira de trabalho e em condições informais de garantia dos demais direitos trabalhistas, sob pena de sofrer processo judicial pela trabalhadora doméstica. Sobre isso, Raylka Freitas (2017, p. 176), que também desenvolveu um estudo acerca do tema, observa:

É necessário resgatar, compreender e questionar a forma como a herança de uma sociedade escravista reconfigura e caracteriza postos de trabalho atuais [...] mesmo com as transformações na sociedade brasileira e nas relações de trabalho das empregadas domésticas – a exemplo, a diminuição de trabalhadoras residindo ou dormindo no local de trabalho –, ainda é perceptível os resquícios de uma sociedade escravista caracterizando esta profissão.

Para elucidar a forma de organização familiar no tocante a divisão das tarefas concebida por Maria Nádia, foi importante considerar o que diz Alda Motta (1992). Ao pesquisar o trabalho realizado por empregadas domésticas, em 1992, muito antes da regulamentação, a autora constatou que a atividade doméstica é designada a poucos indivíduos, proporcionando a liberação dos demais membros da família para o trabalho assalariado fora do lar. Embora o emprego doméstico ou trabalho doméstico assalariado seja realizado por ambos os sexos, ele tem sido majoritariamente exercido pelas mulheres, sobretudo, pelas mulheres negras e pobres. Segundo ela, o trabalho doméstico se configura como uma atividade pré-capitalista que constitui uma “produção coletiva, familiar (embora centrado na mulher/mãe/trabalhadora), de valores de uso, realizada em âmbito doméstico” (BRITTO DA MOTTA, 1992, p. 32).

As duas modalidades de trabalho passam a “existir como alternativas à divisão sexual e social do trabalho” (BRITTO DA MOTTA, 1992, p. 32), de forma que esta divisão designa o trabalho doméstico como natural às mulheres, ou seja, à empregada doméstica ou à esposa e mãe, denominada de “dona-de-casa”. Mas as relações entre ambas como sujeitas sociais estão longe de ser horizontalizadas, visto que:

Mulheres, esposas, enquanto gênero, são social e familiarmente subordinadas; enquanto classe, são aliadas dos maridos. Como empregadas domésticas, e empregadoras, enquanto gênero são consideradas de “natureza” social comum; enquanto classe, são antagonistas (BRITTO DA MOTTA, 1992, p. 34).

A posição de *patroa* de Maria Nádia ajuda a explicar a relação de poder e os jogos de interesse antagônicos estabelecidos no grupo familiar. Como *patroa*, ela manifesta certo incômodo diante da conquista dos direitos das trabalhadoras domésticas garantidos recentemente em lei e responsáveis por limitar sua capacidade de contratação formal dentro dos parâmetros legais previstos. Seu argumento de que sofreu queda no status socioeconômico para justificar a não contratação atual da empregada doméstica não se sustenta, posto que anteriormente, quando contava com melhor condição financeira para tal, também não registrava a carteira de trabalho da mesma, implicitamente revelado no seu relato. Ainda sobre as relações de trabalho no espaço doméstico, Alda Motta observa o quanto essas são atravessadas por gênero e geração:

Em termos de relações de trabalho, reúne pessoas de uma só classe social, em que apenas uma presta serviços às demais – no que constituem, já aí, uma família no sentido moderno nuclear, em suas relações de gênero e de gerações – ou, então, indivíduos de classes sociais diferentes, como patrões e empregados; em ambas as alternativas, estabelecem-se relações de obrigação que constituem formas de subordinação e opressão de indivíduos, atenuadas pela prescrição ideológica do dever ou do prazer de servir; porém guardando, latente ou pontualmente explosivos, episódios de conflito (BRITTO DA MOTTA, 1992, p. 32).

Nesse trecho captei outro elemento constituinte da relação estabelecida por Maria Nádia com seus filhos evidenciada nas últimas linhas na sua fala: além de tolerar a pouca “ajuda” deles em razão dos estudos, a constatação de que a geração ou o grupo de idade aos quais os filhos pertencem seria uma barreira, ou uma fronteira rígida para o atendimento às suas solicitações quanto à divisão de tarefas domésticas. Resignando-se, portanto, a realizá-lo sozinha na maior parte das vezes. Nota-se de curioso e interessante que ela não faz alusão alguma ao sexo/gênero, apenas à idade/geração.

Marialice Foracchi (1972, p. 24) explica que o conflito de gerações é dialético porque se dá no questionamento e na reprodução de valores; na institucionalização, na normatização para além da família, “mas também em torno de formulações sociais, exigências e expectativas de fidelidade entre as gerações”. Ademais, Lins de Barros

(1987) percebe a família como sendo uma arena dos conflitos intergeracionais a partir das mudanças de responsabilidades. Corroborando o pensamento de Foracchi, ela apresenta as contradições e a complexidade nas relações da família nuclear ao afirmar que: “A existência do conflito nos grupos sociais advém, na sua cooperação, da própria característica da natureza humana, que não permite ao indivíduo se relacionar com outro apenas por um laço” (LINS DE BARROS 1987, p. 47).

Considerando as reflexões das autoras citadas, ficam evidentes os tensionamentos e os paradoxos na negociação que M. Nádia busca estabelecer na relação com os filhos: ora exige, ora cede; ora ensina, ora tolera a negativa dos filhos em atender ao seu desejo de partilhar as tarefas domésticas com eles, utilizando como subterfúgio justamente a expectativa de que eles cumpram a função social esperada para as suas idades/gerações, qual seja: estudar. Por isso, enfatiza a posição geracional que ocupam para justificar o não cumprimento das responsabilidades domésticas definidas por ela. Ao que me pareceu, esse posicionamento culminou por gerar alguns conflitos internos a partir das mudanças de responsabilidades e papéis a desempenhar ao longo da reorganização familiar dessa narradora. (LINS DE BARROS, 1987).

Às demais narradoras, que não dispunham da mesma condição de classe de M. Nádia para contar com a contratação de uma empregada doméstica em momento algum da vida familiar, coube reiterar que realizam os trabalhos sozinhas e/ou partilham apenas com outras mulheres, por entenderem que é esse seu papel na qualidade de mulher/mãe/esposa. Na mesma direção, mas, demonstrando preocupação em desempenhar as tarefas domésticas exclusivamente, Maria do Socorro (65 anos) relata que passou a ter direito à guarda da neta, portanto, uma menina, após conflito com a sua filha agressora de 43 anos, que também é a mãe da criança:

A maioria eu faço só, ela arruma o quartinho dela, mas de veneta, ela tem 12 anos aí faz as coisas assim... eu já falei com ela que já tá na hora de me ajudar, porque só tem nós duas, então, para não ficar a carga só sobre os meus ombros, já basta o resto (M. do Socorro, 2017).

Nesta relação avó-neta cabe, ainda, destacar o que enfatiza Myriam Lins de Barros ao estudar “autoridade e afeto” e “transmissão geracional”, constituintes fundamentais dessa relação. A autora lança que: “A clara expressão da preferência afetiva por determinados netos é uma forma também de demonstrar sua função de transmissão de conhecimentos, explicitando a conjunção entre afeição e herança cultural” (1987, p. 118).



Importa reconhecer que no âmbito da família, a transmissão geracional de gênero implica o saber doméstico que é prioritariamente passado, reforçando e reafirmando os papéis sociais de gênero na divisão sexual do trabalho.

Me chamou especial atenção esse caso de Maria do Socorro, não somente pela intensidade da sua história familiar diante das violências, mas também pela forma como esta é compartilhada com tanta cumplicidade e solidariedade da sua neta de apenas 12 anos. Para além de tantos traumas e memórias ruins que marcam a trajetória de vida das duas em família, ambas parecem estreitar os laços afetivos buscando se fortalecer mutuamente na sua convivência diária. A cumplicidade é tamanha a ponto da criança insistir em participar da pesquisa, colocando seu ponto de vista sobre os fatos. Diante da autorização da avó, eu pude ouvir alguns relatos da menina. Lembrando que essa mulher foi a única que preferiu ser entrevistada em sua residência, o que possibilitou a oportunidade de ouvir as duas vozes. A narrativa de M. do Socorro é repleta de referências afetivas à neta, atribuindo, portanto, um grau de importância e centralidade nos cuidados que ela parece dedicar à mesma.

Aí quando eu cheguei em casa eu chamei a neta, sentei com ela na cama e perguntei: “- oh, vó, porque você mentiu para vovó? Você almoçou onde?” Aí ela falou: “- vovó eu não almocei não, comi pipoca na exposição, porque minha mãe disse que eu falasse para você que eu almocei.” Quer dizer, passou um dia comendo pipoca, uma criança com 7 anos de idade (M.do Socorro, 2017).

Durante as entrevistas a relação entre ambas pareceu atravessada por tensões e conflitos inerentes a distintas vivências de gerações. Entretanto, o que mais ficou perceptível foi a evidente preferência e cumplicidade entre as duas, em detrimento dos demais familiares, especialmente a mãe mas, também, em relação a outros netos e sobrinhos/as. Há ali um pacto de fidelidade quase intransponível aos olhos do restante da família, pacto reconhecido por elas próprias e bastante visível durante o contato que tivemos. Em minha leitura, isso se deve à intensidade e cumplicidade na experiência da violência vivenciada conjuntamente em suas trajetórias. Há um evidente senso de autoproteção e cuidado entre si revelados pelo próximo relato, em que a narradora demonstra preocupação com a complicada convivência da neta com a mãe (sua filha), e também com o ex-marido, antes das decisões judiciais pelo afastamento:

E as vezes eu botava Mariazinha para dormir e ela (a mãe da criança) chamava. Se eu botasse Mariazinha para escovar os dentes, ela

botava outra coisa, trancava a porta do quarto para a menina não escovar os dentes, para me pirraçar. Eu mandava Mariazinha, chamava Mariazinha para dá o banho, ela trancava a porta e não deixava e dava cada gargalhada, assim para pirraçar, né?! Para a menina não me obedecer. E ele (o ex-marido) achava bonito também, juntava os dois para pirraçar (M. do Socorro, 2017, o nome da neta foi trocado).

Em outro momento em que se sentiu ameaçada pela presença de um suposto namorado desconhecido que a filha, com a anuência do pai, insistia em levar para a casa onde viviam, M. do Socorro é enfática na defesa e proteção da neta: “E aí eu falei com o pai, que ela podia vir. Agora, com o cara para dentro da minha casa, eu não aceitava, que eu tinha uma criança dentro de casa e não aceitava...” (M. do Socorro, 2017). E por falar nisso, quanto à relação dos outros dois membros dessa família: a filha e o pai, observei a presença da mesma cumplicidade verificada na relação vista entre M. do Socorro e sua neta.

Segundo conta M. do socorro, e como já evidenciado pelos trechos da sua fala analisados anteriormente, existia uma aliança, um pacto de fidelidade e associação entre ambos – pai e filha – na gestão da violência familiar praticada contra ela, até então, esposa e mãe. Esse aspecto da violência será mais detidamente analisado no próximo capítulo. De pronto, me dedico a demonstrar as nuances de tal aliança em um dos relatos de M. do Socorro, quando ela tenta analisar as razões do comportamento violento da filha com ela:

Ela sempre quis ser assim muito liberal, e muita coisa eu não aceitava. E por conta disso essa... e o apoio que o pai sempre deu a ela, a falta de respeito começou daí, da cobertura que ele dava. Ele achava, ele às vezes até sorria, ele achava engraçado e eu num me dava conta disso (M. do Socorro, 2017).

É possível observar que M. do Socorro, ao refletir sobre a sua situação de violência outrora vivenciada, conclui ter sido sujeitada ou subjugada numa relação de cumplicidade e aliança forjada entre o ex-marido e sua filha que, juntos, praticavam vários tipos de agressões, conforme analiso posteriormente.

Uma outra Maria que também convive com uma neta de 18 anos, é Maria Cristina (60 anos). Mas, por outro lado, ao analisar suas narrativas no que diz respeito à sua relação com a neta, não me pareceu se assemelhar à mesma construção de sentidos e elo afetivo que fazia Maria do Socorro. Um dado que é possível considerar, talvez, seja o grupo de idade ao qual pertença a neta de Maria Cristina – 18 anos, já comportando, portanto, a maioria, classificada como adulta com expectativas geracionais de cuidados adultos

menores em relação ao outro grupo de idade infantil. Ademais, a neta de Maria Cristina partilhou de seus cuidados e convivência de forma bastante irregular na infância e adolescência, retornando para a casa da avó mais recentemente, já próximo aos 18 anos, embora tenha nascido lá.

Os relatos de M. Cristina não denotaram laços de cumplicidade tão estreitos quanto aqueles analisados com M. do Socorro, embora Maria Cristina relate haver uma convivência tranquila e harmoniosa reciprocamente. Outra razão pela qual se possa explicar tal característica observada nessa família, é o fato de que a neta foi deixada em sua casa pela mãe e, por um período, os cuidados se tornaram compulsórios. Vê-se em sua fala as razões pelas quais a neta ficou morando com ela:

É porque ela não é do mesmo, né? Ela diz que só sai mais se botar pra fora. Ela nasceu lá, dentro de casa, fui eu que cuidava. Minha menina saía pra trabalhar, né? Eu cuidava. Então, quando a mãe dela se apegou ela diz que só sai se eu por pra fora, né? Eu não vou pôr nunca, né? (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

A história de Maria Cristina se encaixa nas estatísticas dos inúmeros arranjos familiares em que o cuidado é deslocado da figura materna para a figura da avó, a qual cumpre o papel social da maternidade. Em nossa sociedade isso é bastante corriqueiro e pode ocorrer por diversas razões, especialmente nos estratos da classe trabalhadora. Mas, além das contingências de classe e necessidade de auxílio nos cuidados para trabalhar fora, muitas mães costumam solicitar o amparo de suas próprias mães no caso de abandono paterno ou, ainda, por deliberada transferência de responsabilidade sob o pacto do trabalho do cuidado compulsório feminino<sup>10</sup> dado por transmissão geracional. Porquanto, a família também constitui um território de solidariedades, como identificou Sardenberg (1998). No tocante à relação de cumplicidade entre pai-filha, M. Cristina partilha da mesma percepção que M. do socorro: “Porque ela disse pra minha irmã que ela ia numa viagem com o pai, pra São Paulo, e ela falou pra minha irmã que aquela viagem ia ser boa. Que ela ia fazer a minha cama para o pai e dessa vez o pai ia me largar. Sabe? Ia largar!!! (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

Entretanto, na experiência familiar dessa narradora, como já suscitado no relato acima, outros sujeitos entram em jogo. Em suas narrativas, M. Cristina atribui certas

---

<sup>10</sup> Ver: HIRATA, Helena e GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). Cuidado e Cuidadoras – As Várias Faces do Trabalho do Care. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2012.

responsabilidades às irmãs e aos parentes pelo jogo de conflitos atual existente no grupo, ou que já existiram no passado próximo. Ao ser questionada sobre como percebe as razões das agressões sofridas, ela não hesita em afirmar que é por causa das ‘fofocas’ feitas pela irmã, também em aliança com a filha, para, segundo ela, desqualificá-la. Como relata: “Eu tenho uma irmã... que minha irmã. Vixe, minha irmã gosta de conversa, e acho que ela chegava e falava pra minha irmã e me acabava de falar de uma irmã minha. Tititi pra meu ouvido, sabe? Aí toda vida... ela ‘- eu sei de tudo’” (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

Sobre essa experiência de violência vivenciada entre vários membros de uma família, encontrei nos estudos de Ana Cláudia Santos e Carmen Moré (2011) acerca da violência contra a mulher, os aspectos que caracterizam o ciclo de violência na dinâmica interna familiar. As autoras identificaram especialmente a transgeracionalidade como um dos fatores que alimentam o ciclo continuamente, afetando vários entes de um mesmo grupo familiar pertencentes a diversas idades/gerações. Alda Motta também constatou o fenômeno em suas pesquisas sobre a família dos/das idosos/as. Mas esse aspecto será melhor dissecado no capítulo seguinte, onde abordo a experiência da violência familiar.

#### **4.3. Mulher – mãe: papéis sociais de gênero e conflitos nas dimensões de raça, classe e geração**

Nessa seção me dedico à análise da percepção e do processo de elaboração que as mulheres-mães entrevistadas revelaram em suas narrativas a respeito dos seus lugares na condição materna, suas concepções de mãe, de filhos e das relações daí estabelecidas. Me interessa trazer à tona as percepções que as mulheres têm de si mesmas em torno das identidades maternas e dos papéis de mãe e de filha/filho exercido no âmbito das relações de poder sociofamiliares estudadas, bem como compreender os conflitos decorrentes dessa relação, repleta de ambiguidades, e as distintas formas de lidar encontradas por elas.

Segundo Lucila Scavone (2001), o debate sobre a maternidade no feminismo sofreu muitos deslocamentos em suas formas de abordagens ao longo do desenvolvimento das discussões internas no movimento feminista, nas ruas e/ou na academia, indissociavelmente. Tais abordagens trilharam por significados e sentidos diversos dados à noção de maternidade ao longo da história. Conforme a autora, em princípio, a crítica feminista sobre a maternidade considerou que esta seria “um elemento-chave para

explicar a dominação de um sexo sobre o outro” (SCAVONE, 2001, p.142). Entretanto, ao longo de décadas, o pensamento acerca da *função* da maternidade seguiu atualizando a complexidade social da sociedade contemporânea.

Outrossim, com as contribuições mais atuais, a partir dos usos do conceito de gênero para o fenômeno da maternidade, superou-se as teses biologistas prevalentes até final do século passado. Tal marcador apontou para a compreensão relacional da maternidade. Novos elementos passam a ser considerados, a saber: a paternidade; a maternidade como símbolo de idealização e também de opressão ou de poder; a família e suas diversas modalidades; homens que engravidam; o contexto social em que se insere e até mesmo as novas modalidades de contracepção e reprodução artificiais e seus impactos sobre a autonomia e liberdade das mulheres. Os estudos relacionais ampliaram a visão analítica e a crítica de modo mais complexo e renovado, trazendo muitas possibilidades de interpretação sobre a questão. Pois, “este rompimento levou à separação definitiva da sexualidade com a reprodução [...] e desconstruiu a equação mulher=mãe [...]” compulsória (SCAVONE, 2001, p. 142-146).

Desde as discussões sobre as relações sociais de sexo como de gênero, até a consideração das ideias de parentalidade e de maternagem, outras noções estão sendo desenvolvidas e se atualizando para acompanhar a complexidade cada vez maior de um período marcado por transições velozes e significativas no tocante à formação dos rearranjos familiares. Uma obra clássica da antropologia e bastante aclamada por grande parte das feministas foi produzida por Elisabeth Badinter: *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985). Esse livro se tornou campeão de vendas na década de 1980, tamanha polêmica trazida nas suas reflexões acerca da construção social do amor de mãe.<sup>11</sup> A autora realiza importante resgate das transformações na imagem da mulher-mãe, de seu papel e de sua importância no ambiente familiar ao longo dos períodos históricos. Segundo afirma Badinter (1985, p. 145), a sociedade foi submetida às orientações sociais que “[...] impõem à mulher a obrigação de ser mãe [...] e engendram o mito [...] do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho”.

Sob tal perspectiva, o sentimento da maternidade passou a ser concebido como algo natural às mulheres, sendo considerado uma característica universal feminina, indicando

---

<sup>11</sup> O livro provocou grande polêmica por ocasião do seu lançamento na França em razão da defesa que faz a autora de que o amor materno não existe em toda mulher, em todos os lugares e épocas. A argumentação de Badinter é a de que, como todos os sentimentos humanos, o amor materno pode ser incerto, frágil e imperfeito. Portanto, sua tese choca com a ideia de haver um suposto instinto maternal. Se tornou um *best seller* quando foram vendidos mais de meio milhão de exemplares na época.

que toda mulher deveria experimentá-la, independente da cultura ou do seu grupo social. Nesse sentido, o amor de mãe é apresentado como pré-estabelecido, à espera somente do momento em que as mulheres aceitem viver suas tarefas maternas. Por outro lado, a autora alerta que esse chamado à maternidade não ocorreu sem questionamentos. Houve muita resistência à adesão desse modelo de sociedade por parte de alguns segmentos de mulheres, porque, segundo ela: “Quando tem ambições (mundanas, intelectuais, ou profissionais [...] e meios para realizá-las) uma mulher é infinitamente menos tentada do que outras a investir seu tempo e sua energia na criação dos filhos” (BANDINTER, 1985, p. 228).

A partir dessa leitura, compreende-se que a maternidade é um fenômeno social. Apesar da identidade materna possuir o componente afetivo expresso pela empatia e responsabilidade da mãe em relação ao filho, esses laços são representações históricas e culturalmente definidas por sentimentos associados ao papel materno, vez que não existe uma identidade dada pela natureza. Sendo assim, “atribuir a alguém o papel de filho, implica, ao mesmo tempo, que alguém assume o papel de mãe, pressupondo que ambos se manifestarão de acordo com os respectivos papéis” construídos culturalmente, como aponta Amélia Kimura (1997, p. 340).

Essas formulações acerca dos papéis desempenhados socialmente indicam reflexões importantes sobre o silenciamento e a invisibilidade que cercam os fenômenos de violência intrafamiliar, em especial aqueles ocorridos contra mães em contextos mais gerais. Há de se compreender que sejam temas considerados um tabu, um solo intocado, ao serem provocados, discutidos, desvelados nas sociedades cujas tradições seguem cristalizando o papel social da maternidade. Afinal, a expectativa da sociedade em relação ao papel desempenhado/mediado pela mãe é aquele correspondente ao seu suposto amor materno ‘natural’, atávico e à sua abnegação diante dos conflitos vivenciados no interior da família a quem lhe caberia o dever de mediar os distintos interesses e preservar a harmonia no grupo familiar.

Talvez esta seja, entre outras, uma razão pela qual os estudos na área indicam que é muito difícil identificar os registros e/ou denúncias oficiais ou não-oficiais da ocorrência de agressões perpetradas por filhos contra mães. Como aponta Britto da Motta (2009, p. 5): “O caso das mulheres idosas, frequentemente silenciado ou ‘abafado’ pela família – ciosa de sua imagem social de proteção e tranquilidade [...]”. Entretanto, apesar desses pressupostos, ao longo da pesquisa identifiquei mulheres-mães que romperam a fronteira da relação materna, em princípio, intocada e mitificada, ao decidirem denunciar as

violências sofridas por elas praticadas por seus filhos ou filhas no contexto familiar. Vários fatores, recentemente observados, contribuem para tal estímulo nas tomadas de decisão femininas, como analiso no sexto capítulo desta tese.

Das 7 mulheres entrevistadas por mim, 6 declararam que tornaram-se mães antes dos 30 anos e uma antes mesmo dos 20. Esse dado reflete uma característica marcada pelos costumes e tradição característicos de uma localização sociogeográfica e correlata a uma localização geracional das sujeitas na condição feminina em idade reprodutiva. Considerando que as interlocutoras da pesquisa compõem um grupo social que vive numa cidade de porte médio, cuja tradição do casamento e do tornar-se mãe guarda, ainda hoje, traços de ideais conservadores no tocante à formação familiar como sendo função prioritária e compulsória na vida de toda mulher e onde ser mãe é pressuposto de ser esposa, entendo que essas mulheres, localizadas atualmente nos grupos de idade entre 42 e 65 anos, sofreram forte apelo cultural com o fim de corresponder a tal expectativa e atuação social estabelecidos à sua geração, na época, como idade reprodutiva ideal – em torno dos seus vinte anos – para iniciar formação familiar. O relato de Maria Clara, que casou aos 17 anos, é significativo neste sentido. Segundo afirma:

No primeiro ano até que foi razoável, mas eu não gostava dele, assim, foi uma coisa mais para, sei lá, para poder, eu acho que eu queria ter uma pessoa do meu lado que me controlasse, que me ajudasse, aquela coisa assim paterna, um companheiro... Na época ele tinha, parece que era 28 anos, ele era mais velho do que eu. Os dois filhos foram com ele (Maria Clara, 57 anos, 2017).

Conforme visto no relato acima, apesar das imposições sociais culturalmente reforçadas pelas tradições do lugar, é interessante analisar a complexidade presente nas respostas individuais das mulheres no tocante à manutenção ou não dessa ordem previamente estabelecida pelo grupo social do qual fazem parte, qual seja: a de se tornar esposa e mãe e, mais importante, de como exercer ambos os papéis esperados. Maria Clara afirma que casou porque “queria” ter uma pessoa ao seu lado, que esperava desse companheiro o papel de pai. A julgar pelos códigos e valores morais que marcaram a sua formação durante a juventude, é possível questionar se essa decisão foi, de fato, individual, ou se Maria Clara buscava a extensão do modelo da sua própria família, ao identificar a função paterna tradicional com a do companheiro, respondendo, assim, à expectativa da transmissão geracional familiar para a qual, certamente, foi influenciada e socializada. No entanto, antes de ficar viúva, ela revelou que desistiu das tentativas de

levar o projeto de família adiante em razão dos intensos conflitos vivenciados. Ainda que a dificuldade econômica representasse uma grande barreira a superar para criar os filhos sozinha, essa foi a forma com a qual decidiu romper com os desígnios socialmente determinados, em princípio, para a sua vida. Tais experiências serão analisadas de maneira mais aprofundada no capítulo seguinte.

Em seu novo livro “O Conflito, a mulher e a mãe”, lançado no Brasil em 2011, a autora francesa Elisabeth Badinter revisa as ideias acerca das ambiguidades desse duplo papel existencial e social do par *Mulher-mãe*, já discutidas no clássico “Um amor conquistado: o mito do amor materno” (1985). Na obra mais recente, Badinter revisita e reafirma o aspecto da heterogeneidade e da não universalidade presente no desejo das mulheres ao decidirem ser ou não mães. Mas, agora, a autora atualiza sua ampla pesquisa realizada em países europeus onde as taxas de natalidade diminuem a cada ano, voltando maior atenção para compreender, nas décadas atuais, os novos mecanismos que influenciam as escolhas pela maternidade e também pela paternidade, focando no papel social representado pela mãe diante dos novos tempos.

As novas pesquisas realizadas por Badinter revelam que a despeito da diminuição das taxas de fecundidade nos países europeus, a escolha pela geração de filhos entre os casais entrevistados permanece constante. Ao serem questionados sobre os motivos de tal desejo, ela constatou que as justificativas dadas não foram de ordem objetiva/racional. Ambos desconhecem os motivos que os levam a optar pela pater/maternidade. Em suas respostas aparecem as questões afetivo-normativas, a exemplo da assertiva de que “um casal sem filhos parece hoje uma anomalia” (BANDINTER, 2011, p. 20). Estas são as razões que mais influenciam suas escolhas, embora, nem sempre sejam explicitadas.

Pesquisas como as de Badinter demonstram o quanto é notório que grande parte das sociedades ocidentais mantém, ainda, a valorização do modelo familiar hegemônico, que é heteronormativo. Neste padrão, os sucessores (filhas/filhos) são preferencialmente concebidos de forma natural, ainda que com uma prole reduzida, conforme estatísticas dos países ditos centrais ou em desenvolvimento. Como articula Rosa Monteiro:

A família e a maternidade são instituições das mais fortemente culturalizadas ao longo dos séculos, a ponto de as suas organizações e ideologia parecerem absolutamente naturais. Tão naturais que qualquer outro tipo de modelo da maternidade se afigura como inapropriado e mesmo desviante (MONTEIRO, 2005, p. 54).



Ainda assim, um dos maiores legados das conquistas feministas foi o direito à autonomia reprodutiva e ao planejamento familiar, possibilitado pelo advento dos meios de contracepção, ainda que nem todas as mulheres no globo se beneficiem dos mesmos recursos. Na esteira da escritora feminista nigeriana Chimamanda Adichie, que alerta sobre os perigos da história única<sup>12</sup>, ênfase que outras narrativas – a depender do lugar social ocupado – acerca da experiência social das mulheres podem ser radicalmente diversas frente à maternidade, ao casamento e às formações familiares, como descrevem as feministas negras.

Mesmo não sendo inteiramente contemplados na base empírica desta pesquisa, destaco que temas ligados às subjetividades, à objetificação, à hipersexualização, à solidão da mulher negra (PACHECO, 2013), à violência obstétrica (LEAL, 2017) e à perda materna constante das mulheres-mãe negras, vitimadas pelo genocídio da juventude preta e pobre (ARGOLO, 2018), além do debate sobre maternidade-solo e abandono paterno, são aspectos que marcam outras nuances da experiência das mulheres, reivindicados pelo feminismo negro, que reconhece essas vivências negras na condição de mulher-mãe como um contraponto às experiências vividas pelas mulheres brancas e pertencentes às classes abastadas. Recorro à relevante análise histórica que faz Angela Davis para ilustrar a diferenciação das experiências de ser mãe-mulher clivadas por raça, desde o período da escravidão:

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos (DAVIS, 2016. p. 25-26).

Essa diferenciação no modelo ideológico sobre a maternidade, evidencia nitidamente seu padrão racial tendo raízes ainda no período colonial. Contudo, tal padrão

---

<sup>12</sup> “O perigo de uma história única” foi o tema de uma palestra que a autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie ministrou para o TED Talks em 2009. Chimamanda alerta sobre o perigo de levarmos em conta apenas uma única narrativa, ou uma versão dos acontecimentos. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story/transcript?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt)>. Acesso em 06 jan, 2020.

se materializa tragicamente no presente, expresso através das hierarquias reprodutivas que indicam como algumas maternidades são mais ou menos legitimadas e aceitas socialmente do que outras. Uma expressão dessa diferenciação é a violência obstétrica, da qual as mulheres negras são as principais vítimas no sistema de saúde do Brasil. Segundo os estudos de Maria do Carmo Leal (2017), a superação das violências nas trajetórias reprodutivas das mulheres negras ainda precisa ser alcançada por meio da justiça reprodutiva, através de políticas públicas que reconheçam as hierarquias e o racismo institucional existentes no serviço de atenção às mulheres.

As denúncias sobre o status de humanidade da mulher negra não cessam na violência obstétrica, infelizmente. Em suas pesquisas sobre as memórias da colonização, Grada Kilomba (2019) traz imagens que identificam, ainda hoje, a estigmatização dos corpos das mulheres negras. *Ancas largas, parideiras, quadris largos* são distintivos atribuídos aos corpos dessas mulheres, relacionando-os a estereótipos e expectativas de sexualização e reprodução. Portanto, em uma sociedade estratificada por classes, raças, diferentes culturas, religiões e características socioeconômicas, cada lugar pode definir políticas e ações que terão distintos rebates sobre a experiência das mulheres, conforme acusa, novamente, Angela Davis (2016). Ao analisar o debate sobre controle de natalidade no contexto do movimento feminista nos Estados Unidos, ela observa:

Cada vez mais, aceitava-se nos círculos do movimento que as mulheres pobres, tanto negras quanto imigrantes, tinham um “dever moral de restringir o tamanho de sua família”. O que era reivindicado como um “direito” para as mulheres privilegiadas veio a ser interpretado como um “dever” para as mulheres pobres (DAVIS, 2016, p. 203).

Muitos outros trabalhos fazem coro com as ideias de Angela Davis, ressaltando o viés de classe e o racismo que marcam tanto as reivindicações da luta feminista hegemônica como as políticas de controle de natalidade seletivas, sobretudo, em países de população negra e pobre, através de medidas de esterilização em massa e programas de distribuição de contraceptivos por parte dos Governos atuando em parceria com a ambiciosa indústria farmacêutica. Desse modo, percebe-se que são as mulheres negras as mais vulneráveis às violências reprodutivas, atravessando desde o planejamento familiar (esterilização forçada/coercitiva), o momento do parto destituído da escolha (violência obstétrica) e até mesmo a decisão pelo aborto (criminalização nos serviços de

saúde/aborto inseguro), uma vez que no Brasil o aborto é realizado em clínicas particulares para quem tem acesso e capacidade financeira de custear.

O fato é que – seja de modo coercitivo (mulheres negras) ou voluntário (mulheres brancas) – nos países centrais e semiperiféricos, as políticas públicas de controle de natalidade e/ou de planejamento familiar empreendidas nas últimas décadas alteraram as pirâmides demográficas diminuindo gradativamente a sua base. O Brasil está inserido nesse contexto. Apesar da redução do número de filhos e da participação no mercado, não houve uma libertação das mulheres da jornada invisível do trabalho doméstico. Pauta, aliás, que segue recorrente nas bandeiras da luta feminista pela equiparação salarial e de condições de trabalho. Pelo contrário, como alerta Badinter no seu último livro, nas últimas décadas há perigos de uma nova onda insurgente no mundo ocidental, que anuncia um novo chamado ideológico pelo retorno à maternidade compulsória, ao que nomeia de uma verdadeira “Ofensiva Naturista”. Na visão da autora, tal discurso ecológico seria um dos responsáveis pelo retorno da ‘fibra materna’, substituindo, agora, o termo ‘instinto materno’. Segundo essa ideologia, esse seria o elemento-chave para explicar o comportamento feminino. Tal linha de pensamento tem provocado certos deslocamentos observados no âmbito do próprio movimento feminista com o crescimento da vertente do ecofeminismo.

Essa tendência que está em curso, segundo Badinter, apresenta sérias temeridades no tocante ao retorno de uma “suave tirania dos deveres maternos”, que tenta consolidar um modelo uniforme de maternidade, composta por discursos maternalista-biologistas que, ao que tudo indica, tem ganhado espaço entre as mulheres. Mas, representa, sobretudo, um apelo ao retorno da mulher ao espaço privado sob o risco de ter negligenciada a sua “principal função” no mundo, qual seja: a de mãe, de viver, prioritariamente, para criar e cuidar da sua prole.

Discursos de culpabilização e de repulsão às atribuições maternas e paternas delegadas a outrem como babás e creches, ou mesmo a condenação daquelas que se recusam a optar pelo parto cirúrgico ou a amamentação, têm sido deslindados e propalados de forma feroz por ativistas ecofeministas de plantão nas redes sociais e mesmos em espaços de diálogos entre mulheres, como já tive a oportunidade de assistir. Há uma tendência da propagação de novos espaços de sociabilidades entre mulheres-mães, cujo centro dos debates está na maternidade supostamente responsável, porque ancoradas em tais princípios naturistas.

A pesquisa de Badinter (2011) é, portanto, uma denúncia de como as mulheres têm sido permanentemente convocadas a exercerem o papel normativo da maternidade, abrindo mão de sua vida pessoal e profissional para se dedicar cada vez mais aos cuidados com *os outros*, cuja personificação maior ainda é o/a filho/a, embora essa fila de necessitados de atenção seja mais ampla, estendendo-se ao marido e a outros parentes, como o cuidado dos pais na sua família de origem. O apelo agora se desloca da ‘mãe virgem’ para a ‘mãe total’. A autora conclui alertando que a retomada do modelo “ideal materno choca-se violentamente contra as obrigações cada vez mais exigentes do mundo do trabalho” (BADINTER, 2011, p. 158), o que poderá aprofundar ainda mais as desigualdades de gênero quanto ao acesso a cargos e salários equitativos.

Diante dessas constatações, encontrei alguns aspectos discutidos por Badinter na minha pesquisa, sobretudo no que se refere aos dilemas enfrentados no papel de mãe, mas também de esposa, pelas mulheres ouvidas. Ao ser questionada sobre a sua convivência familiar, Maria Elvira revela, desde já, que considera tumultuada:

Porque quando você entra em uma relação que você já vem com filhos eles as vezes, sabe que você tem os filhos, mas não aceitam os filhos do jeito que são, sempre tem que criticar. E minha briga com ele a vida toda foi por causa dos meus filhos, porque ele achava que eu não era uma boa mãe, que eu mimava demais, que eu dava muito amor, que eu dava muito carinho que eu dava muita atenção... Então pra ele isso era um defeito (Maria Elvira, 42 anos, 2017).

O relato evidencia o aspecto de como a interlocutora se percebe no papel de esposa e mãe. O fato do atual companheiro não ser o pai biológico dos filhos, de quem M. Elvira é separada há muitos anos, é considerado um dificultador da sua atual relação conjugal, uma vez que o marido interfere, ou tenta interferir, na forma de criar os filhos, segundo ela informa. Me apoiando em Badinter, identifico o paradoxo existente entre a reivindicação das mulheres pelo desejo de partilhar a tarefa de cuidar e criar os filhos com o parceiro e, ao mesmo tempo, não permiti-los opinar na sua criação. Tal comportamento pode ser explicado pela assimilação e cristalização do modelo hegemônico do papel social de mãe, no qual a mulher entende que caberia somente a ela a tarefa de lidar com os filhos na sua formação mais direta. Tal sexismo presente na concepção desse papel maternal é fruto de como homens e mulheres são socializados numa cultura de dominação.

Por outro lado, isso também pode representar vantagens na disputa de afeto e cumplicidade com o filho/filha. Na prática reflete, de acordo com Bell Hooks (2019), o aparente paradoxo e, ao mesmo tempo, o agenciamento das mulheres neste processo que

pode, inclusive, servir de moeda de troca para ‘segurar’ um casamento – a depender da relação que o pai tem com o/a filho/a, por exemplo. Um/a filho/a, via de regra, em meio a um processo de separação complica as negociações, porque culturalmente – e isso acaba respingando nas decisões jurídicas, estruturalmente sexistas. A concepção de que “o filho é da mãe”, pode ser mobilizada pela própria mãe em seu favor.

No caso de Maria Elvira, há um elemento atenuante que pode explicar sua interdição na partilha da criação dos filhos com o companheiro atual, seria o fato da não-paternidade biológica do mesmo, considerando-se a manutenção da valorização social dos vínculos consanguíneos, que confere a estes um grau maior de importância na hierarquia das relações familiares. Embora revele não partilhar a mesma casa, M. Elvira assume a relação conjugal como *estável* e de convivência regular com a família de origem, mas, ao que indica sua fala, sua relação parece não ser suficientemente legitimada ao ponto de considerar a opinião do parceiro nas decisões sobre os filhos.

Vista por outro ângulo, a não consanguinidade pode representar, para o parceiro, um elemento conflitante e ameaçador dos seus interesses pela atenção e cuidados demandados, o que explica suas reclamações relacionadas à dedicação, carinho e afagos de Maria Elvira aos filhos. Os reclames do parceiro – relatados por ela – se enquadram nas expectativas criadas em relação ao papel que supostamente deveria ser exercido por ela como mulher/esposa, variando desde as chamadas “obrigações matrimoniais” até a execução de tarefas domésticas ou servis dedicadas ao esposo.

Maria Elvira parece ter encontrado uma forma de mediar, ou pelo menos driblar, algumas das exigências do parceiro, quando decidiu que iriam morar em casas separadas. Assim, entende que consegue realizar algumas vontades e desejos dos filhos sem a interferência do marido. Em suas palavras:

Quando a gente vivia junto, porque hoje a gente não vive junto, é... eu não podia levar meus parentes na minha casa, meus filhos não podiam levar os amigos deles lá em casa. Eu não podia cortar meu cabelo. Ele mora com a mãe dele e eu moro com a minha. Mas quando morava dentro de casa não tinha isso, não podia isso, não podia aquilo... Eu falei para ela (*a psicóloga*) que eu estou adorando. Ele não tá gostando não, mas eu estou adorando... não é o que menina?! Viver com uma pessoa 24h que não tem elogio para te dar. Você ajuda, ajuda e não te elogia em nada. Mas criticar se arranjar uma rodinha de gente para criticar... Às vezes da minha família mesmo (Maria Elvira, 42 anos, 2017).

Já para Maria Silvia, o esforço empreendido ao desempenhar seu papel de mãe e esposa esteve relacionado a todo tempo, enquanto casada, à satisfação e proteção do esposo e dos filhos, respectivamente:

Eu sempre tentava amenizar, esconder... Eu tive assim, um grande problema em relação comigo nesse casamento, porque eu criei um herói para os meus filhos, sabe?! Eu escondia dos meus filhos muitas coisas, para que eles não crescessem com aquilo na cabeça, com aquela ausência, e aí eu... nessa situação foi crescendo ele como o bom, e eu as vezes que... porque mãe reclama muito, né?! (Maria Silvia, 57 anos, 2017).

Em outro trecho do seu depoimento, M. Silvia demonstra o quanto abdicou da sua vida acadêmica pra priorizar a contribuição no sustento da casa, os cuidados com os filhos e, como se não bastasse, a formação acadêmica do esposo:

A gente, assim, a vida toda teve uma vida assim padrão baixo e eu trabalhando para ajudar. Aí eu abri mão de duas faculdades para ele fazer as dele. E ele fazendo as faculdades e eu ficando em casa com os meninos. Aí depois, “quando melhorar você volta” e era assim... Por fim, eu terminei minha pedagogia em EAD porque senão eu não terminava, sabe?! Ainda bem que eu consegui (Maria Silvia, 57 anos, 2017).

M. Silvia só conseguiu concluir a faculdade em EAD (Educação à distância) após a separação. Além de abrir mão dos projetos pessoais, ela se sentia no dever de proteção e cuidado da família ao extremo, a ponto de lidar com os problemas familiares sozinha. Compreendia que sua função como mãe e esposa era a de “salvar” a família de toda e qualquer adversidade, ainda que tal esforço lhe custasse alguns atrasos e abdições nas escolhas pessoais, como a de se formar, por exemplo. Tal ideia da função materna corresponde às expectativas hegemonicamente presentes ainda hoje, onde o papel de abnegação e dedicação do amor incondicional aos filhos deve ser central na vida da mulher-mãe. Como identificado por Badinter, a ideia do amor materno se confunde com o mito sobre a maternidade que sacraliza a figura da mãe perfeita, devotada à imagem e semelhança de “Maria, símbolo do indefectível amor-dedicação” (BADINTER, 1985, p. 09).

Amiatta Forna (1999) corrobora com a análise e resume a concepção sobre o papel idealizado da mulher-mãe como prevalente em muitos grupos familiares até os dias atuais. Como visto no caso de Maria Silvia e de outras interlocutoras, a maternidade implica em:

“Ser completamente devotada não só aos filhos, mas a seu papel de mãe. Deve ser a mãe que compreende os filhos, que dá amor total é o mais importante, que se entrega totalmente. Devendo ser capaz de enormes sacrifícios” (FORNA, 1999, p. 11).

Para Badinter (2011), a mulher que permanece executando incontáveis e repetidas atividades, dedicando tempo integral ao seu papel de mãe no âmbito privado, costuma responder que “não faz nada” quando indagada sobre sua situação ocupacional. Dessa maneira confunde “trabalho” com “emprego”. Foi exatamente o que Maria Silvia respondeu, de pronto, ao ser questionada sobre a sua atual ocupação, uma vez que está desempregada, mas segue executando as tarefas de casa sozinha. Esta autopercepção sobre “ser mãe” também remete ao termo ‘maternagem’ cunhado por Nancy Chodorow (1978 / 1990/ 2 ed.) para se referir à dimensão social da maternidade, isto é, aos cuidados com os filhos, cuja responsabilidade social caberia à mãe, genitora ou não. Sob essa ótica, a interlocutora exercia a sua maternagem concebendo-a como intrínseca e compulsoriamente definida.

Por outro lado, apesar dos estudos de Elisabeth Badinter (2011) constituírem uma grande referência para inúmeras pesquisas no campo das maternidades, é imprescindível ressaltar que suas considerações estão circunscritas às localizações sociais, culturais, geográficas, geracionais, de raça e classe, já que sua base empírica é composta de mulheres europeias, brancas, pertencentes a grupos em idade de reprodução biológica e localizadas na classe média.

Diante das conclusões de Badinter (2011), que analisou sujeitas delimitadas socialmente, mas corroborando com a sua crítica, caberia suscitar outras perguntas a novas e sugestivas investigações: e quanto `as mulheres negras periféricas, essas também seriam convidadas ao ideal de maternidade ecoado pelo ‘novo’ movimento naturista do ecofeminismo? Elas fazem parte desse *clube de mães* de classe média, branco e burguês? Sua condição existencial na qualidade de *mãe preta* – pré-condicionada socialmente pelas localizações de classe, ocupação espacial, escolaridade, entre outras – as credenciam ao molde ecológico de maternidade que implica abdicar do mundo do trabalho para cuidar dos filhos? Além disso, teriam acesso a serviços de saúde que garantam parto humanizado público, aleitamento materno, alimentação saudável e outras condições pré-requisitadas para esse ideal? Ou seriam essas mulheres, parte de um outro grupo, outro *ethos*, ocupando a outra margem da estrutura social e que precisam resistir, a todo custo, nessa ordem, conciliando seu papel social de mãe, muitas vezes solo, com a condição de mulheres trabalhadoras para garantir a existência de suas maternidades, mesmo fora do

padrão idealizado? Com quais redes, grupos, ou clubes de solidariedades de mulheres ou homens elas contariam?

Considerando que a mensagem social da maternidade ideal alcance todas as mulheres em distintos lugares de raça e classe, o discurso em torno da amamentação e do cuidado acaba afetando ainda mais negativamente as mães que, por várias razões, inclusive biológicas, não conseguem amamentar, tampouco se dedicar integralmente à cria – como manda tal manual. Só que, ao não fazê-lo, elas se sentem amputadas em sua maternidade. Portanto, estes discursos, cada vez mais fortes e correntes nas redes sociais, podem afetar muitas *mães pretas* e pobres que também o consomem e idealizam esta maternidade, se cobrando e se sentindo culpadas pelo que não podem ser.

Feitas as devidas ressalvas na delimitação social da pesquisa, ainda assim, para essa seção, as contribuições de Badinter foram de grande auxílio, uma vez que encontrei pontos de convergência com as ideias da autora, mesmo tratando de realidades tão distintas daquela pesquisada por ela. Tal circunstância se explica pelas relações de gênero estabelecidas frente à maternidade e às idealizações em torno da família, que, em alguma medida, ainda são experimentadas de forma horizontalizada pelas mulheres do mundo ocidental, quiçá do globo. Em momento posterior da tese, esmiuçarei outras nuances existentes nas vivências das interlocutoras com base em discussões teóricas mais plurais que dão conta da diversidade encontrada.

Referente ao tema do papel social materno e conjugal, encontrei, ainda, no relato insólito (dada a complexidade da condição) de Maria Nádia, a forma peculiar como ela percebe ter conduzido e exercido a sua suposta função maternal ao lidar com uma jovem não concebida por ela, mas, também, não adotada na forma legal prevista nos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que regulamenta a adoção no país. Seu relato fornece informações que vão demonstrar, *a posteriori*, a grande complexidade da experiência de violência doméstica que viveu. Retomarei o tema da maternidade quando for analisada a categoria da violência intrafamiliar no capítulo seguinte, considerando a trama configurada pelos aspectos que entram em jogo no caso de Maria Nádia. Como já se pode notar no trecho a seguir:

Aí que eu me mudei para minha casa, veio a primeira preocupação: quem vai cuidar do meu filho pra eu trabalhar? Eu já estava trabalhando na justiça, eu já era funcionária da justiça há dois anos e pouco lá... Então quando eu me mudo lá para casa, então era um lugar onde eu não conhecia vizinho, eu não tinha contato com praticamente ninguém, bairro novo. Na minha convivência, não



tinha contatos lá, aí precisei realmente contratar alguém pra cuidar do meu filho, né?! Aí vem aquele cuidado “- e quem vai ser essa pessoa?”; a preocupação por, assim, uma pessoa responsável, cuidadosa, com todos os cuidados. E eu realmente, eu não encontrei essa pessoa. Aí eu fui falar com minha irmã que ela tava desempregada na época, da possibilidade de ela, pelo menos, me dá um suporte. Eu trabalhava o dia todo, eram dois turnos nessa época. Aí ela falou que ela não podia ir, mas que ela poderia ceder uma sobrinha nossa que morava com ela, que ela criou inclusive, aí começamos... Aí precisaria de uma autorização dos pais da menina. Nós teríamos que ir na fazenda, que eles moravam na fazenda, moram até hoje, irmã mais velha pedir autorização a eles para que a menina viesse morar com a gente, né?! Aí fizemos isso, com a autorização da minha irmã que mora aqui, que tinha criado minha sobrinha, e fomos até a fazenda, pegamos a autorização, a menina veio morar com a gente e tal, tudo bem?! Então nós não tínhamos um documento de guarda, mas informalmente assumimos a responsabilidade sobre ela. Aí ela veio trabalhar comigo, morar comigo e a minha condição ali já era de mãe, não mais de tia e sobrinha, mas de mãe e filha. Então, mesmo ela cuidando de mim, do meu filho, eu cuidava das outras coisas, ela cuidava do meu filho e ajudava em alguma coisa dentro de casa (Maria Nádia, 52 anos, 2017 *grifos meus*).

Sua narrativa é a fratura exposta de uma prática ‘familiar’ comum, legitimada, mas ilegal e historicamente realizada no Brasil, tanto que já se convencionou chamar no meio jurídico de “adoção à brasileira” (CRUZ, 2018). Sobre a questão, Jane Queiroz (2002) argumenta que:

Há nessa relação uma intenção subjetiva, envolta camufladamente no desejo de garantir mão de obra doméstica, companhia e cuidados aos idosos e membros da família adotante. Essas crianças frequentemente são do sexo feminino, vivem em condições de trabalho escravo, muitas vezes caladas pela violência doméstica e até abusadas sexualmente por membros da família. Esse é um procedimento antigo, tem raízes culturais na própria colonização, porém, não perdeu sua prática nos dias atuais (QUEIROZ, 2002 p. 2).

Como visto na afirmativa, as consequências dessa prática, corriqueira em sociedades de herança colonial, como no Brasil, são muito trágicas socialmente, sobretudo, considerando o custo pessoal, cognitivo, psicológico e emocional para a maioria das crianças e adolescentes vitimada. Todavia, para Maria Nádia, essa decisão também deixou marcas bastante profundas com sérias reverberações nas relações familiares. Mas, o que quero discutir de imediato é sobre a sua percepção da maternidade

em relação à adolescente trazida do interior para cuidar dos filhos biológicos gerados por ela.

Ao afirmar que estabelecia uma relação maternal com a sobrinha, Maria Nádia desconsidera, deliberadamente, a condição de trabalho infantil à qual a família submeteu a adolescente durante o tempo de convivência comum na mesma casa. Sua função, acertada previamente, era a de ser a cuidadora dos filhos pequenos e ainda “cuidar de alguma coisa dentro de casa”, sem perceber remuneração alguma para tanto. No relato é possível notar que a sobrinha já teria exercido função anterior de servir a outra parte da família, tendo sido “cedida” da casa da irmã da interlocutora; o que agrava ainda mais a condição de repetida exploração sofrida dentro de uma parte da própria família, que hierarquicamente é mais privilegiada do que aquela de origem da mesma. M. Nádia vive com sua família no centro urbano e certamente é detentora de mais posses, lembrando a posição de classe média ocupada por ela, sendo, ainda, uma mulher branca, escolarizada e servidora pública.

Chama a atenção, também, o fato da interlocutora ter sido funcionária da justiça, ao que se supõe o acesso e a obediência aos parâmetros legais. Mas, diante dos privilégios e benefícios recebidos, isso pareceu não ser relevante para aquela escolha do tipo informal de adoção. O fato explica a naturalização com que se reproduz e se reifica o costume na nossa sociedade, tanto mais sob os auspícios de uma suposta ação de boa fé e generosidade maternal, conforme declarou. Como visto, essa prática arraigada pela herança colonial servil mostra uma outra faceta do papel social da maternidade exercido em muitas famílias brasileiras, constituindo-se como característica bastante peculiar no Brasil, ao ponto de receber a alcunha de “adoção à brasileira” no campo do Direito. A relação expressa hierarquias de poder forjadas não pela diferenciação de gênero, mas de outros pertencimentos que entram em jogo, comumente de raça, de classe e posição geográfica privilegiada ocupada no espaço urbano, uma vez que um dos principais argumentos utilizados para tal rearranjo seria o acesso à escola e a outros bens e serviços supostamente alcançados por parte das crianças e adolescentes que costumam sair de lugares distantes dos centros, da zona rural, periférica ou cidades menores. Infelizmente, em muitos casos, nem sempre o acesso à escola é garantido.

Não obstante, na trama interseccional dos lugares sociais atuantes na questão da “adoção à brasileira”, observa-se, também, a evidente dimensão geracional, visto que o alvo preferencial dos sujeitos que perpetram tal prática são crianças e adolescentes. Em razão dos grupos de idade aos quais pertencem, sendo tutelados por seus responsáveis

legais, inúmeros jovens e crianças se encontram vulneráveis à decisão tomada pelo interesse dos adultos para benefício próprio, em detrimento do bem estar e da integridade física, psicológica e emocional dos primeiros. Como bem lembrou Saffioti (2001, p. 134): “Ocorre que a sociedade não é apenas androcêntrica, mas também adultocêntrica”.

Nesse jogo de poder e favorecimento mútuo em prol do universo adulto, tanto dos pais biológicos como dos pais adotivos – cada qual ao seu modo –, o custo social estratosférico dessa prática corriqueira e naturalizada numa sociedade de mentalidade colonial como a nossa, é a flagrante licença da manutenção da exploração do trabalho infantil, sob a desfaçatez da oferta e do cumprimento do papel social da maternidade e mesmo da paternidade. E, em última instância, do abrigo de uma família. No que se refere à relação de Maria Nádia com seus filhos biológicos, ela relatou que eles foram socializados sem a exigência rigorosa do cumprimento de qualquer trabalho doméstico, sob o pretexto de estudarem. Diferentemente de como foi pactuada a relação, supostamente materna, com a filha adotiva, mediante troca de favores domésticos como condição para coabitar e conviver na mesma família. O que leva a crer que a “filha” não porta o mesmo *status* dos filhos biológicos, a despeito da forma como fez parecer Maria Nádia em sua narrativa; além do fato de ser a única ‘filha’ mulher, portanto, esse é outro aspecto que pode explicar a naturalização da atribuição das tarefas domésticas à mesma.

Na pesquisa de campo encontrei outro exemplo de reorganização familiar fruto do mesmo fenômeno. Porém, distintamente de como ocorreu com Maria Nádia, a outra interlocutora revelou ter, em sua trajetória, experiência similar vivenciada na sua família, mas, dessa vez, com papéis contrários e reposicionados. É o caso de Maria Cristina que, sendo uma mulher negra, moradora de bairro periférico, relata ter autorizado, após anuência do pai, uma das suas filhas a ir morar na capital do estado na casa de uma prima “bacana”, sob o pretexto de que ela contaria com a oportunidade de estudar:

Tenho uma prima que é muito assim, bacana e tudo, né? Aí perguntou se eu deixaria ela estudar lá, conseguiu em um colégio uma bolsa integral e tal, tal. Aí eu falei que eu deixaria sim, que eu não ia cortar a sorte dela, né? Aí eu falei: só depende d’eu falar com meu esposo. Aí, como V. tava viajando na época, por sorte, V. ligou no mesmo dia, né? Aí eu falei pra ele do caso: “- Olhe, S. está assim, assim, e assim”. As meninas já estão com colégio. E ela já tinha até começado a estudar. Aí ele falou: “- não, pode mandar, não vamos ser nós a cortar a sorte dela. Providenciei na mesma semana, ajeitei tudo e mandei ela ir. Ta lá até hoje. Tem 17 anos que ela mora lá. Ela lá, no início falava comigo, ligava pra mim e tudo. Depois foi esfriando, sabe? Esfriando, foi esfriando. E eu sou muito assim... Eu não sou de cobrar não das

peçoas, ficar falando “- ah, porque você nunca mais ligou pra mim?” Eu falei “- alguma coisa está acontecendo”. Essa irmã minha não suportava essa menina, hoje é assim, ó, as duas. Minha sobrinha, que é a filha dela, não suportava ela, hoje é assim. São comadres hoje. Eu não sei o que foi, depois de Salvador pra lá (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

Interessante notar o ponto de vista de Maria Cristina sobre a decisão tomada para o destino da filha. Essa mulher-mãe vê como “sorte” e uma oportunidade para a filha ir morar na casa de uma prima na capital. O que é compreensível se considerarmos o lugar que essa mulher ocupa na hierarquia de classe, raça e procedência espacial. M. Cristina expressa a experiência de maternidade vivida pela maioria das famílias negras que habita os bairros periféricos, cujo acesso à escola, ao trabalho e aos bens e serviços é muito mais dificultado quando comparadas às famílias de classe média, como a que pertence Maria Nádia, por exemplo. Portanto, a percepção de cumprimento da maternidade para M. Cristina, está ligada à garantia da melhor condição possível de oportunidades para a filha, ainda que isso lhe custasse o ônus da sua mudança de cidade. Essa percepção, em princípio, seria positivada pelas motivações pragmáticas e objetivas, dada a condição da carência socioeconômica enfrentada pela família naquele momento, não fossem os aspectos subjetivos que entraram em cena com decorrências futuras e que marcaram profundamente a relação familiar.

Neste sentido, a narrativa de Maria Cristina desvela a outra faceta do impacto familiar fruto da decisão tomada, na medida em que aponta o prejuízo sócio-afetivo como uma consequência do afastamento da filha, que praticamente deixou de manter contato constante com a sua família de origem. E, quando mantém, é permeado por conflitos e desentendimentos. Porém, ao final do relato, mesmo reconhecendo que a sua relação mudou após a saída da filha para Salvador, M. Cristina atribui, mais uma vez, os conflitos existentes entre ambas ao contato das relações intrageracionais entre ela (M. Cristina) e sua irmã – pertencente à mesma geração (de ordem conflitante) – e entre a filha e a sua prima – ambas da mesma geração (de ordem de aliança). Além da relação de aliança firmada, também, entre a tia e a sobrinha (intergeracional). No próximo capítulo discuto a natureza e os rebates desses conflitos.

Com prováveis reverberações, diretas ou indiretas, desses reordenamentos familiares e dos reposicionamentos de papéis sociais observados ao narrarem os episódios das violências, as mulheres vão desvelando pistas das possíveis relações entre esses fatos e os conflitos internos vividos em suas famílias, elemento que examino a seguir.

## 5. VIOLÊNCIAS E CONFLITOS FAMILIARES: PATRIARCADO, GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER

*“Na família é onde você pode errar”*

(Fala da personagem *Lourdes* representada pela atriz Regina Casé na novela "Amor de mãe", 2020)

A afirmação da epígrafe – extraída de um dos capítulos de uma novela que passa em “horário nobre” em uma emissora popular no país, cuja audiência nacional bate recordes –, aponta uma concepção presente no imaginário de grande parte da sociedade brasileira no que tange às relações familiares idealizadas como um extenso terreno de permissividades deliberadamente autorizadas. Como já discutido no capítulo anterior, à família caberia a tarefa de tolerar ‘erros’, desvios e até atitudes agressivas; e à mãe, em especial, o papel de acolher, ‘perdoar’ e amar incondicionalmente os seus entes em nome do suposto “instinto” ou da “fibra materna”, ao modo do que sugere o título do folhetim “Amor de mãe”.

Assim, se reificam as construções sociais cristalizadas em torno do significado de amor materno como instintivo e natural. Os meios de comunicação servem a esse papel, cumprindo sua função de controle social ao reproduzir e reforçar mensagens e narrativas que contemplam códigos e valores socialmente hegemônicos. Tendo em conta alguns relatos ouvidos, é possível sugerir que uma das sérias decorrências desse alargado território de permissão de ‘erros’, é a observada presença, cada vez mais vertiginosa, da violência no interior das famílias, fruto das relações de poder que insistem em definições de papéis sociais hierarquizados.

Neste capítulo, analiso as referências feitas pelas mulheres às diversas tipologias de violência vivenciadas no âmbito da convivência familiar, identificando-as, segundo a literatura, e localizando a sua própria posição de sujeito em situação de violência diante de tais episódios, através da construção de sentidos dado por elas à tal experiência. Fora isso, desenho o contexto em que ocorreram os fatos, considerados agravantes ou atenuantes, ao ponto de se tornarem ou não objeto de denúncia.

## 5.1. A violência contra as mulheres: um debate

Questão ordinária nas pautas políticas, a violência contra as mulheres é, hoje, uma das agendas obrigatórias das ações institucionais dos órgãos de segurança pública em muitos países cujas sociedades, de herança patriarcal, como o Brasil, mantem altos índices de ocorrências notificadas. No entanto, considerando o problema da subnotificação, Charlotte Bunch (1991, p. 09) observa:

Tales cifras no reflejan la magnitud total del problema de la violencia ejercida contra las mujeres. Muchas de estas cifras permanecen ocultas. No obstante, en vez de ser reconocida como un conflicto mayor a escala mundial, esta violencia es aceptada como normal o aun descartada, como una materia de carácter individual o cultural.

Para a autora, um dos maiores problemas a enfrentar nas políticas de combate à violência contra a mulher é a falta do entendimento efetivo de que tal violência possui conotação política e não meramente individual ou pessoal. A violência é, sobretudo, gerada por relações de poder e de dominação. Portanto, se constitui como principal mecanismo de disciplinarização das mulheres nos diversos espaços sociais, seja na família, no trabalho e em outras sociabilidades, na medida em que atua para manter o *status quo* em benefício dos sujeitos ou grupos historicamente dominantes. Charlotte Bunch (1991, p. 10) a descreve como:

El mensaje es la dominación: o te mantienes en tu lugar o tendrás que temer. Contrariamente al argumento de que dicha violencia es sólo personal o cultural, ésta es profundamente política. Es resultado de las relaciones estructurales de poder, dominación y privilegio establecidas entre hombres y mujeres en la sociedad. La violencia contra las mujeres es primordial para mantener esas relaciones políticas en el hogar, en el trabajo y en todas las esferas públicas.

Com a finalidade de manter a relação hierárquica dos pressupostos de gênero, entendido como construção social sobre a identidade sexual do homem e da mulher (o par sexo/gênero), o poder e a violência se articulam, servindo como suportes principais para operar conjuntamente a histórica dominação do primeiro sobre o “segundo sexo”. Portanto, a violência constitui um mecanismo fundamental para assegurar a manutenção do poder masculino sobre as mulheres. Nesse momento, entretanto, a noção cristalizada de patriarcado entendida conforme a relação dominação-exploração exclusivamente do homem sobre a mulher sofre uma fratura, porque não daria conta de compreender como

a construção de gênero pode se dar em diversas clivagens: sobre qualquer identidade de sexo, estando outros sujeitos, inclusive do mesmo sexo, com identidades variadas de gênero e orientação sexual, tão vulneráveis à violência de gênero quanto as mulheres *cis*.<sup>13</sup> Do mesmo modo, sujeitos adversos àquele universalmente eleito como detentor de poder, qual seja: o patriarca da família, do sexo masculino, no exercício de pai-cônjuge, também podem assumir o papel de agressor/a, uma vez que o patriarcado contemporâneo assume muitas roupagens sem, no entanto, deixar de estruturar a ordem social dominante na qual seguimos inseridas/os.

Atenda à complexidade destas relações, adoto a formulação que conforma esse recorte da violência social como *a violência de gênero sobre as mulheres*. No sentido de que ainda se vivencia culturalmente a presença do patriarcado na sociedade brasileira, mas com vieses bastante deslocados e provocados por ingerências do gênero nos papéis historicamente definidos por sexo, como vimos no terceiro capítulo desta tese. Dada a dinâmica conceitual lapidada por feministas de diversas correntes acerca das relações de poder – tanto na academia quanto nos programas das políticas setoriais – muitas vezes respaldadas pelas discussões da primeira, suscita-se incessantemente o debate para compreensão dos diversos aspectos que permeiam a violência contra as mulheres tentando desvelar a complexidade das relações de poder e dominação aí envolvidas.

No Brasil, indubitavelmente as formulações legais/conceituais tiveram como suporte a produção de saberes fruto de debates político/acadêmicos, que somam mais de três décadas da luta feminista, até que a violência contra as mulheres fosse, finalmente, reconhecida pelo Estado brasileiro como um problema social, culminando com alguns deslocamentos no campo jurídico e na criação de políticas públicas específicas. (SARDENBERG; TAVARES, 2016). Contribuíram para o empreendimento, formulações sobre violência de gênero contra a mulher como as de Cecília Sardenberg e Márcia Santana Tavares. Conforme suas perspectivas, a violência de gênero:

[...] diz respeito a qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. Dentro dessa perspectiva, a violência de gênero pode atingir tanto homens quanto mulheres, como se verifica no caso da violência contra homossexuais e transexuais, vítimas constantes de todo tipo de agressão. Entretanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres e, em especial, a violência doméstica,

---

<sup>13</sup> Aquelas nascidas com o sexo biológico correspondente à sua identidade de gênero.

que tem se constituído como fenômeno de maior destaque, vez que não se manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades (SARDENBERG; TAVARES, 2016, p. 8).

As autoras destacam a importância de se considerar a definição da violência de gênero de forma mais ampla que a violência contra a mulher *per se*, uma vez que aquela se estende à orientação e a identidade de gênero para além do sexo biológico de origem dos sujeitos vitimados. Outrossim, deslindar o processo de construção dos saberes sobre o tema e as diferenciações existentes entre os conceitos de violências contra a mulher, de gênero, doméstica e intrafamiliar, é o primeiro passo para classificar e compreender suas concepções, tipologias e desempenhos.

Buscando entender como se configurou o cenário dos debates no Brasil, sigo a trilha desenhada por Cecília Macdowell Santos e Wânia Izumino (2005). Em importante ensaio, elas analisam criticamente o processo de construção dos conceitos de *violência contra a mulher* e *violência de gênero*. Segundo as autoras, foi a partir dos anos de 1990 com os estudos empíricos e a observação dos baixos índices de criminalização e das retiradas das queixas por parte das vítimas de violência, que se introduziu o conceito de gênero ao crime de violência contra a mulher. O objetivo das pesquisadoras foi o de tentar compreender a complexidade que envolve a violência doméstica a partir dos mecanismos de poder em jogo, ao ponto de influenciar as decisões das mulheres no tocante às retiradas das queixas e outras.

Santos e Izumino (2004-2005) salientam, contudo, que nesse momento, a noção de patriarcado ainda é mantida nas análises, dado o seu potencial explicativo para as relações de dominação nas condutas observadas. O que gerou, em princípio, certa “imprecisão terminológica” nas classificações e análises sobre as violências. Entretanto, de forma processual foram se forjando, tempo a tempo, as formulações necessárias para evidenciar o problema, a fim de compreendê-lo e mitigá-lo tanto quanto possível. Nesse sentido, as autoras revelam a prevalência de três correntes teóricas importantes acerca da questão, sintetizando: a) *dominação masculina*: quando a violência é fruto da dominação da mulher pelo homem, sem autonomia, essa seria tanto vítima como cúmplice da violência (CHAUÍ, 1985 *apud* SANTOS; IZUMINO, 2004-2005); b) *dominação patriarcal*: de influência do feminismo marxista, concebia a violência como expressão do patriarcado, sendo a mulher sujeito social autônomo, mas vitimada historicamente pelo controle social masculino (SAFFIOTI, 1987 *apud* SANTOS; IZUMINO, 2004-2005); e



c) *relacional*: que relativiza a noção de dominação e vitimização, cuja concepção de violência seria uma forma de comunicação entre os gêneros, ainda que perversa (GREGORI, 1993 *apud* SANTOS; IZUMINO, 2004-2005 p. 02).

Retomarei a discussão da relação vitimização *versus* sujeito no último capítulo, onde analiso as tomadas de decisão das interlocutoras da pesquisa. Por ora, sigo pegando de empréstimo as formulações de Saffioti pelo potencial explicativo das suas ideias em torno das relações de poder evidenciadas nas narrativas que envolvem esse capítulo. Para Heleieth Saffioti (2001) – e outras autoras da mesma linha – as análises sobre a violência contra as mulheres devem ser feitas, antes de tudo, sob a ordem patriarcal de gênero. Ela lembra que a *violência intrafamiliar* é um dos tipos mais comuns. Porém, não existe apenas necessariamente em decorrência da relação conjugal. E questiona:

Mas por que insistir nas distinções entre violência de gênero, violência contra mulheres, violência doméstica e violência intrafamiliar? Ainda que, de certo modo, as três últimas caibam na primeira rubrica, há argumentos para justificar sua permanência em separado, já que ela não envolve apenas relações violentas entre homens e mulheres – nas quais, via de regra, os homens figuram como agressores – mas de adultos contra crianças e adolescentes. As relações de gênero, sendo o pano de fundo deste tipo de violência, permitem antecipar quais são os agentes da agressão e quais são as personagens vítimas. Ocorre que a sociedade não é apenas androcêntrica, mas também adultocêntrica (SAFFIOTI, 2001, p. 133-134).

Ainda de acordo com Saffioti (2001-2004), o androcentrismo e o adultocentrismo caminham juntos, pelo menos nas sociedades urbano-industriais da atualidade. No que diz respeito à violência contra mulheres, ela inclui mulheres em todas as idades, ao passo que exclui homens em qualquer etapa da vida. Por isso, a relevância da opção pela nomenclatura violência doméstica. Entretanto, a autora afirma:

Há agressões codificadas como crimes, que só podem ser perpetradas por homens, como é o caso do estupro. Embora os crimes de natureza sexual não sejam monopólio de homens, estes constituem entre 97% e 99% dos agressores. A violência doméstica não especifica o vetor da agressão, embora seja muito mais raro que mulheres agredam física e sexualmente homens do que o oposto. Podem fazê-lo, e o fazem, verbalmente, o que não constitui sua exclusividade, pois homens também procedem desta maneira (SAFFIOTI, 2001, p. 133-134).

Do ponto de vista legal, com o advento da lei 11.340, sancionada no Brasil em 7 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha (LMP), a violência de gênero – que

como vimos tem conceituação bastante ampla – foi especificada como violência doméstica e familiar contra a mulher. Conforme define seu Art. 5º: “[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Já o Art. 7º divide a violência doméstica em cinco formas distintas, quais sejam: a violência **física, psicológica, sexual, patrimonial e moral**, assim especificadas:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [...]

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006, grifos meus).

Antes mesmo da promulgação da LMP, Heleieth Saffioti (2004, p. 75) já alertava que as diversas formas referidas não se dão de maneira isolada e incorrem, inevitavelmente, em violência emocional a cada tipo de agressão sofrida. Essa afirmativa se comprovou no universo das mulheres que entrevistei, como veremos na próxima seção.

## 5.2. Violências domésticas experienciadas pelas interlocutoras

Em geral, observo que entre as interlocutoras desta pesquisa a violência não-conjugal precedia a violência conjugal. Desse modo, expressa um ciclo de violência intrafamiliar transgeracional vivenciado por todas as mulheres narradoras. Estes dados se

assemelham ao que foi constatado por Ana Claudia Santos e Carmen Moré (2011, p. 224), quando observaram que:

A violência perpetrada contra a mulher dentro da família, ao repercutir de tal maneira em crianças e adolescentes, pode formar um ciclo contínuo do problema, ou o que se chama de transgeracionalidade da violência, que nada mais é que uma herança transmitida de uma geração à outra com o amparo social e cultural (Narvaz & Koller, 2006). Tal evidência foi igualmente destacada por Carter e McGoldrick (1995), que incluem os elementos intergeracionais como aspectos importantes de serem levados em conta na hora de se tentar entender o desenvolvimento familiar, já que uma geração possui a capacidade de afetar o modo como se estabelecerá a dinâmica familiar da geração seguinte.

Um panorama de eventos e elementos articulados que constituem e alimentam o ciclo de repetição da violência pode ser apreciado nos quadros 2 e 3, a seguir:

**Quadro 2** – Experiências das relações conjugais, conflitos e razões atribuídas

<b>MARIAS</b>	<b>QUESTÃO: Considera sua relação conjugal estável ou conflituosa e por quê?</b>
<b>Maria Elvira</b>	“Conflituosa, porque eu já tinha filhos de outra relação e ele não aceitava os filhos do jeito que são. Me julga de não ser boa mãe”.
<b>Maria Clara</b>	“Turbulenta, porque ele bebia muito e me agredia”.
<b>Maria Cristina</b>	“Conflituosa, porque tinha muita privação de liberdade, de dinheiro e depois a não aceitação da doença que ele teve”.
<b>Maria Mariá</b>	“Conflituosa e violenta, porque ele era ciumento e agressivo”.
<b>Maria Nádia</b>	“Conflituosa e violenta, porque minha sobrinha, criada como filha, ficou grávida do meu marido”.
<b>Maria Silvia</b>	“Estável e conflituosa, porque meu esposo era alcoólatra e ausente na criação. Desfazia da minha família, jogava na minha cara que ele sustentava todo mundo”.
<b>Maria do Socorro</b>	“Conflituosa e violenta, porque ele era grosso, me humilhava e ofendia.”

Fonte: da autora, com base em pesquisa de campo (2017).

Quanto às tipologias, verifiquei que nem todas entrevistadas sofreram violência física por parte dos seus agressores. Por outro lado, todas relatam a ambiência da violência simbólica, psicológica e moral de toda sorte a que foram sujeitadas durante longo tempo

da convivência em seu grupo familiar, ora partindo dos ex-companheiros, ora dos seus filhos ou filhas. Alguns casos culminaram na violência física e patrimonial, outros não. Para evitar negligenciar os impactos causados pelas outras tipologias da violência, além da física, Safiotti (2004, p. 63) faz uma ressalva importante sobre o que chama de “chagas da alma” decorrentes das violências simbólicas sofridas pelas mulheres:

Trata-se de uma conduta inaceitável do homem – quebrar objetos e rasgar roupas da companheira – em virtude de tentar destruir, às vezes conseguindo, a identidade desta mulher. Os resultados destas agressões não são feridas no corpo, mas na alma. Vale dizer feridas de difícil cura [...]. É frequente as mulheres se pronunciarem a respeito da maior facilidade de superar uma violência física, como empurrões, tapas, pontapés, do que humilhações. De acordo com elas, a humilhação provoca uma dor muito profunda.

Tomando a abordagem do ciclo da violência como premissa, procurei diferenciar as narradoras analisando cada episódio de violência vivido de modo a desvelar as características e os contextos em que ocorreram os diversos tipos de agressões que sofriam. Considerei a diversidade dos sujeitos praticantes envolvidos, em especial, filhos ou filhas, ciente que a violência doméstica pode ter origem em qualquer relação familiar com qualquer membro da família. Fatores diversos são atribuídos a este tipo de violência, a exemplo daqueles referidos por Safiotti (2004) e agrupados por Maria Amélia Azevedo (1985). Conforme chamam a atenção Santos e Isumino (2004-2005, p. 2):

[Azevedo] vale-se, porém, da perspectiva feminista e marxista sobre o patriarcado, defendida por Safiotti, para desenvolver seu conceito de violência contra a mulher enquanto “violência física, praticada contra ela por marido ou companheiro e, nessa medida, violência familiar. Conforme a autora, tal violência decorre de dois conjuntos de fatores. O primeiro refere-se ao que Azevedo denomina de **“fatores condicionantes”**, os quais são associados às “contradições da sociedade patriarcal capitalista”. Tais fatores compreendem, por exemplo, a estrutura socioeconômica, a discriminação contra a mulher, a ideologia machista e a educação diferenciada. O segundo diz respeito a **“fatores precipitantes”** da violência, os quais, segundo a autora, são gerados por situações do cotidiano familiar, como, por exemplo, o uso de álcool e drogas.

As mulheres narradoras possuem em comum os fatores condicionantes como vetor de violência, em potencial, uma vez que se localizam sob a mesma estrutura social assimétrica de gênero, classe, raça, geração e posição geográfica. Do ponto de vista dos fatores precipitantes, observei a presença de elementos como o uso e abuso de álcool, drogas, estigmatização por doença mental, além de conflitos intergeracionais, intra e

intergênero forjados por distintos interesses, rivalidades e jogos de poder existentes em muitos grupos familiares dos quais as narradoras são parte. De outro lado, há, também, relações ora de cumplicidade, ora de concessão e conivência diante do cotidiano de violência dentro de algumas famílias, examinado sob o olhar das mulheres-mães ouvidas nessa pesquisa. O quadro 3 ilustra a complexidade dos elementos relatados.

**Quadro 3 - Tipologia das violências intrafamiliares transgeracionais e sujeitos**

<b>MARIAS</b>	<b>QUESTÃO: Que tipo de violência familiar você sofre ou sofreu? Praticada por quem?</b>
<b>Maria Elvira</b>	<p>“Do meu companheiro, e do meu filho”.</p> <p>“Só com palavras, às vezes, têm palavras que doem mais que um tapa...”</p> <p>“Uma relação cheia de cobranças... Eu tentava dos dois lados...Mas sempre estavam querendo mais, mais e eu não conseguia tá bem com nenhum dos dois”.</p>
<b>Maria Clara</b>	<p>“Meu ex e de meu filho e minha filha, os dois”.</p> <p>“Do filho, porque arranhou outra mulher, e essa outra mulher é daquelas que só quer ver a bagaceira, né?! Então ele tá assim, muito, sei lá, induzido por ela...”</p> <p>“É uma briga geral e eu fico no meio dos dois e eles me acusando de errada”.</p>
<b>Maria Cristina</b>	<p>“O ex, ele só não me batia, mas, as palavras que ele falava pra mim, cravava tudo aqui assim em mim”.</p> <p>“Da Filha mais velha: Pra me bater mesmo, ela nunca me bateu... Mas que ela ia fazer a minha cama pra o pai e dessa vez o pai ia me largar. Sabe? Ia largar”.</p> <p>“Muita fofoca na família. A filha mais nova tem 17 anos que ela mora lá em Salvador. Ela lá, no início falava comigo, ligava pra mim e tudo. Depois, foi esfriando, sabe?”</p>
<b>Maria Mariá</b>	<p>“Do ex e de uma filha que trata mal porque, não sei, por causa que no passado...”</p> <p>“Aí, porque... Vou falar a verdade. Eu não gosto de mentira. No passado eu procurei um homem, e falava as coisas com ele tudo, e ela sabia disso e nunca me perdoou”.</p>
<b>Maria Nádia</b>	<p>“Do ex que passou a ser grosseiro demais porque engravidou a sobrinha que morava na casa e cuidava dos nossos filhos pequenos. E do filho mais velho com um tapa porque teve muitos conflitos depois da separação”.</p>

	“Desconfio de abuso sexual na infância por parte do pai, mas ninguém acredita e me taxa de louca”.
<b>Maria Silvia</b>	“Meu ex marido. Ele me ofendia muito, me botava muito para baixo, desfazia muito de mim. Ele não me dava valor, assim na hora de brigar e jogava muito na cara, alegava que tudo que eu fazia... Que ele sempre tinha condições de fazer mais, porque ele sempre ganhou mais do que eu, né?! Então eu tive vários tipos de agressão por parte dele. Desfazia da minha família, jogava na minha cara que ele sustentava todo mundo. E do meu filho que me agrediu fisicamente. Por causa de drogas e más companhias.
<b>Maria do Socorro</b>	“Do ex que tentou me matar envenenada e da minha filha mais velha, além das calúnias, ela sempre desejava minha morte, já me empurrou várias vezes”. “Ela levantava calúnias, ela dizia que eu era sapatão, que eu tinha caso com amigas, ela dizia que eu tinha homem, que eu traia o meu esposo, e é muito amiga do pai dela”.

**Fonte:** da autora, com base em pesquisa de campo (2017).

### 5.2.1. Maria Elvira - “Tem palavras que doem mais que um tapa...”

Ao apresentar as mulheres co-narradoras da pesquisa, pontuei que história contada por Maria Elvira chamou minha atenção de forma especial, dada a sua condição de fragilidade diante do momento de luto que atravessava pela perda do seu filho mais velho, assassinado aos 18 anos em razão do seu envolvimento com o tráfico de drogas – morto cinco meses antes do período em que aconteceu a entrevista. Como ocorreu com a maioria, sua entrevista foi realizada na sede do CRAV, onde ela buscava assistência psicológica para enfrentar aquele momento de dor.

Em que pese ter mobilizado suas forças para se disponibilizar a falar sobre sua experiência da violência vivida em família, como esperado, essa entrevista não aconteceu sem refletir a condição do estado emocional em que M. Elvira se encontrava. Foi necessário criar as condições metodológicas mais flexíveis e dialógicas possíveis, de modo a facilitar a comunicação possibilitada pela relação de confiança e acolhimento que procurei estabelecer naquela que foi a entrevista mais desafiadora para mim. Embora já houvesse sido informada previamente por Ivana – a psicóloga do centro que intermediou as entrevistas – sobre a situação de violência vivida por Maria Elvira, como disse, ela se encontrava bastante enlutada. Sua trajetória e existência foram impactadas pela violência

intrafamiliar por múltiplas e diversas facetas. Em primeiro lugar, ela já havia sofrido a experiência da violência familiar advinda do primeiro companheiro – pai dos filhos – de quem é separada. Depois, a relação com o atual companheiro também é bastante conflituosa, reverberando, inclusive, na relação com seus filhos. Além do peso dessas vivências, Maria Elvira chorava a dor da perda do filho mais velho, com o qual teve a infelicidade de vivenciar anos de sofrimento em função das agressões que sofria dele. Esta era outra forma de violência social sofrida que ela ainda tentava assimilar. Pela fragilidade da situação, era esperado que sua narrativa fosse atravessada por uma profusão de sentimentos confusos, paradoxais e até mesmo antagônicos. Como revela seu relato:

Porque a gente coloca o filho no mundo, mas não tem controle de tudo, às vezes dá a melhor educação do mundo. Apesar de tudo... engraçado né... o pequeno eu não dei... eu não dei para S\*o que eu dei para L\*. L\* estudou em escola particular a vida toda, até o quinto ano, sexto ano, escola particular. S\* não! A vida toda em escola municipal, né?... Quando a pessoa já nasce com a predisposição... Eu acho assim, eu via muita frieza... Ele tinha muito esse respeito por mim, mas tinha aquela frieza, como se ele tivesse... Eu nunca acho a palavra certa para dizer... Ele era indiferente. Até um dia desses eu escutei uma pessoa falar... Uns dias antes de L\* morrer eu sonhei com morte, não sei se foi a morte dele ou foi com morte, aí já vem “um ponto que você deveria ter orado”. Aí eu falei, será que se eu tivesse orado mais meu filho não teria morrido? Aí eu fiquei com aquilo na cabeça, me deu uma tristeza tão grande (Maria Elvira, 42 anos, 2017).

No trecho fica evidente como a entrevistada tenta organizar suas ideias e sua narrativa. Me pareceu que ela tentava compreender o episódio em busca de respostas sobre se/e como seria possível evitar a morte do filho. Ao mesmo tempo, reconhece que ofereceu ao filho mais velho uma condição até mais privilegiada de educação do que aquela da qual dispôs o mais novo, o que lhe exigiu muito esforço diante da sua posição de classe e moradora de bairro periférico. Por outro lado, correspondendo ao contundente doutrinamento e orientações da religião cristã (que declarou se filiar) sobre seus afiliados ou fiéis diante das adversidades, M. Elvira se questiona, muito triste e cabisbaixa, se teria orado o suficiente para evitar a tragédia. Nesse momento, fez a opção de ser solidária a sua dor, buscando uma das suas mãos e esperando pelo momento que lhe fosse mais apropriado para retomar a entrevista.

Durante a conversa, eu dei espaço para que ela decidisse se queria ou deveria continuar. Ela respondeu se mostrando bastante disponível, como quem buscava mais um lugar para seu necessário desabafo e tentativa de elaboração do difícil processo que a

atravessava. Como consequência do seu estado melancólico, a circunstância resultou na produção de um dado de pesquisa que ‘falou por si’ em sua voz baixa e soluçante. O áudio ficou quase indecifrável, tornando a transcrição muito difícil, tamanha presença de inflexões durante a narrativa. Sua narrativa foi expressa e ‘lida’ por mim também pelas subjetividades dos seus gestos, da sua respiração e pausas que conformavam a emoção presente naquele momento do encontro. Ao refletir sobre a história de Maria Elvira, mobilizei novamente Saffioti (2004), quando referiu-se aos estudos de Ruth Benedicti (1988 *apud* Saffioti, 2004) sobre, na condição de mulher, vivermos no espectro da culpa, em razão da socialização que recebemos ao longo da vida. De acordo com a autora:

As mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa ‘civilização da culpa’, para usar a linguagem de Ruth Benedict [...]. Dada a valorização da mãe nas culturas cristãs, as críticas infundem muita culpa na acusada. Aliás, as mulheres são culpabilizadas por quase tudo que não dá certo (SAFFIOTI, 2004, p. 23-64).

Maria Elvira sofreu violências inter cruzadas em seu ambiente familiar. Quando questionada sobre a relação dela com o seu filho mais velho e o atual companheiro, suas declarações permitem dimensionar a tensão das relações. Segundo afirmou:

Foi um desastre total. Foi muito... cheia de conflitos, cheia de cobranças, porque eu tentava dos dois lados tá fazendo o meu melhor, mas sempre estavam querendo mais, mais, mais e eu não conseguia tá bem com nenhum dos dois [...] Minha briga com ele a vida toda foi por causa dos meus filhos. Porque ele achava que eu não era uma boa mãe. Por isso que é um conflito até hoje (Maria Elvira, 42 anos, 2017).

Não é difícil explicar esse comportamento como um dos aspectos operantes no arrolamento de poder que enredou a vida de Maria Elvira como mulher e mãe no jogo de interesses, visto no exercício do seu papel social familiar diante da presença de homens. Enquanto convivia com o filho mais velho e o atual companheiro, e mesmo agora apenas com S\*, seu filho mais novo, Maria Elvira demonstra nunca se sentir capaz de satisfazer os desejos e reclames exigidos de todos os lados. Além disso, demonstrou seu descontentamento com os homens em razão do comportamento padrão violento e de controle sobre o seu corpo, apresentado pelo companheiro anterior – no relacionamento houve violência física e outras denunciadas –, e pelo atual companheiro – cuja relação é marcada por violência psicológica e moral. Como fica evidente eu sua fala:



O pai deles me agrediu porque eu *tava* com outro homem, já separada. Porque para ele eu não tinha que ter homem mais nenhum na vida, mas eu decidi que eu tinha que ter, que eu tinha direito a ter outro relacionamento. E ele não aceitou. Por isso, eu fui agredida por ele, aí eu tô com esse, só que, parece que homem é tudo igual. Ele só não levanta a mão para mim, mas os outros tipos de violência que eu for dizer... Você não deixar a mulher cortar o cabelo, uma coisa que é dela. Se você veste uma calça mais apertada e uma blusa mais curta você tá mostrando o *pote* (referência popular regional à vagina). Então de um jeito ou de outro, se tornando igual, esse só não levantou a mão. (Maria Elvira, 42 anos, 2017).

Ademais, quando questionada sobre o contexto da violência sofrida por parte do filho mais velho, M. Elvira não foi capaz de descrever e nem mesmo assumir com detalhes esses episódios, evidenciando o seu enlutamento e toda a carga melancólica e sentimento de culpa que a preenchia. Durante a entrevista, ela se limitou a dizer que sofreu ‘apenas’ agressão verbal por parte de L\* e que nunca o havia denunciado pela situação de envolvimento com o tráfico de drogas que ele mantinha na cidade. L\* era um garoto “visado” pela polícia. Por esse motivo, Maria Elvira preferiu gerir a presença dele na vida dela da melhor forma que achava possível. Do mesmo modo como se defendia e ainda resiste às interferências dos companheiros (ex e atual) tentando impor as regras sobre seu corpo, seu modo de agir e vestir.

No que se refere a sua relação com o filho mais velho, perguntei como era sua convivência com ele, se sofreu violência e de quais tipos. Sua resposta foi sintética e enfática: “Não. Só com palavras, mas às vezes, tem palavras que doem mais que um tapa. Ele se afastou muito de mim” (Maria Elvira, 42 anos, 2017). Sobre a relação da família de origem dela com seus filhos, M. Elvira relata, um pouco ressentida:

Com L\*, o que faleceu, eles criticavam muito por ser usuário de droga, dava problemas. Era um rapaz que não era de responder ou de procurar confusão dentro de casa, mas era um rapaz que tinha esse defeito, usuário de drogas (Maria Elvira, 42 anos, 2017).

Quando questionei sobre os motivos e o contexto que o levaram aos episódios de violência verbal contra ela, a resposta foi a seguinte:

Ele dizia que eu não fazia nada por ele. Fiz muito, né? mas ele achava pouco, ele cobrava. Trabalhava no tráfico. Não queria saber de estudar e todo ano eu ia fazer a matrícula dele, ele começava a ir pra escola e depois desistia. Ele nos últimos tempos me cobrou

porque eu não ficava mais em casa. Mas pelo fato dele não ficar mais em casa, eu não ficava. Porque se ele tinha medo de ficar onde estava, porque ele achava que a vida dele corria risco, se ele achava que lá não era propício pra ele, pra mim também não seria, e eu não ficava também, aí ele me cobrava: “- Como é que eu volto pra senhora se a senhora não tá?”. “- Mas como é que eu volto para casa se você não fica em casa?” Então... assim, eu sempre dava conselho para ele. Então se a pessoa era perigosa pra ele, para mim não era interessante tá lá, eu achava perigoso. Aí eu aluguei uma casa para ele, ficou nessa, mudava de lugar, eu *tava* sempre ajudando do jeito que eu podia, até que o dia chegou, o dia que ele faleceu... (Maria Elvira, 42 anos, 2017).

A vivência com a violência familiar da narradora é atravessada por uma contingência social que afeta grande parte da juventude, especialmente negra e periférica (como era o caso de L\*), atinente ao envolvimento com drogas. Estudos mostram que o grupo geracional formado por crianças e jovens de 10 à 18 anos tem sido o alvo preferencial do recrutamento pela rede do tráfico organizado em detrimento da adesão à vida escolar regular desses indivíduos, haja visto a grande evasão observada e associada a essa atividade.<sup>14</sup> Sem dúvida, um problema social cujo debate, em pleno vigor, varia desde as teses de cunho moralista/religioso, até as ações políticas e formulações acadêmicas presentes em diversas áreas do conhecimento com vistas a mitigar tal problema de grande magnitude no Brasil.

No entanto, sem aprofundar a complexidade desse debate em específico, para a reflexão sobre a trágica experiência de Maria Elvira com o abuso de drogas pelo filho usuário e todas as decorrências daí atribuídas, interessa observar o que diz um estudo que relaciona a violência doméstica à dependência de substâncias psicoativas.

Irons e Schneider ilustram como se parecem os comportamentos dos perpetradores de violência doméstica aos dos dependentes de substâncias, incluindo a perda de controle, manutenção do comportamento, apesar das consequências adversas (danos físicos e impacto nas relações familiares), perda de muito tempo, culpabilização dos outros, negação, minimização e ciclo de progressivo aumento, seguidos por contrição e promessas de mudança, entre outros. Tanto mulheres como homens consideram uma vítima intoxicada mais responsável que o perpetrador da violência intoxicado [...]. O uso de substâncias psicoativas (pelo perpetrador, pela vítima ou por ambos) está envolvido em até 92% dos episódios notificados de violência doméstica [...]. Apesar de pesquisas recentes mostrarem que o tratamento do alcoolismo está

---

<sup>14</sup> Pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas no Rio de Janeiro em 2018, mostra que em uma década a proporção de jovens e crianças que aderem ao tráfico dobrou no RJ. Disponível em: <[http://of.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK\\_Novas-Configura%C3%A7%C3%B5es-das-Redes-Criminosas-ap%C3%B3s-implanta%C3%A7%C3%A3o-das-UPPs.pdf](http://of.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK_Novas-Configura%C3%A7%C3%B5es-das-Redes-Criminosas-ap%C3%B3s-implanta%C3%A7%C3%A3o-das-UPPs.pdf)>. Acesso em 24 jan., 2020.

associado à redução da violência pelo parceiro, isso nem sempre ocorre (ZILBERMAN; BLUME, 2005, p. 52, *grifos meus*)

Na afirmativa das autoras, um elemento pode ser inferido na narrativa de Maria Elvira quanto à sua condição emocional no enfrentamento do problema pela família. O trecho grifado pode ser associado ao sentimento de culpa que a acompanhava até o momento da entrevista, sentimento que fica evidente quando ela se refere às discussões travadas com o filho. Ele a acusava de falta de atenção, entre outras queixas, além de culpa-la constantemente pelo seu comportamento transgressor. Entretanto, é interessante perceber que, segundo as autoras, não existe relação causal obrigatória entre a diminuição do abuso de substâncias entorpecentes e a redução da violência, o que demanda considerar as múltiplas razões para a ocorrência da violência doméstica, como me dedico a analisar nessa pesquisa. Entre as sete entrevistadas, o abuso de drogas ilícitas foi referido como agravante na narrativa de apenas duas, porém, nos dois casos houve desfechos radicalmente distintos, conforme analiso posteriormente.

Ao final da entrevista com Maria Elvira, agradei pela confiança da partilha, a abracei e desejei que seguisse em busca de superar aquele cenário de tristeza, buscando o apoio de toda a rede disponível para tal: institucional, familiar, de amigos/os e outras. Ela declarou que a entrevista a tinha feito refletir muito sobre o que viveu, vislumbrando novas perspectivas daí em diante, inclusive continuar com a assistência no CRAV.

### **5.2.2. Maria Clara – “Porque a gente tem os filhos, mas não tem a natureza”**

A afirmação acima é de Maria Clara e sintetiza sua percepção diante das causas da violência experienciada em família no conflito entre ela e os filhos, um casal adulto. Ao mesmo tempo, confirma de maneira sábia e perspicaz as teses, já debatidas anteriormente, que confrontam a relação naturalizante no vínculo mãe e filhos/as. Em sua entrevista, Maria clara descreveu longamente a sucessão de fatos, por ora confusos e sem muita organização sequencial, mas que caracterizam um ciclo de violência familiar generalizado. Para efeito de entendimento, começo analisando o primeiro conflito que declarou ter vivido com seu filho, decorrente do choque de interesses intrageracionais e intergênero existente entre o casal de filhos, em princípio:

Bem, teve ó... Eu posso contar tudo? Primeiro começou um problema, que até I\* sabe disso, de meu filho e minha filha, os dois. Porque ele se separou da primeira mulher, arranjou outra mulher, e essa outra mulher é daquelas que só quer ver a bagaceira, né?! Então ele tá assim, muito, sei lá, induzido por ela, assim... Que a família não presta, que é isso e aquilo... Então começou a briga entre irmão, de um ponto que chegou a ir na delegacia que assim, acho até que I\* te passou isso. Então assim, ela (a filha) tem até aquela coisa, como é que chama? Aquele papel para pessoa ficar distante... Medida protetiva! Com esse, porque a coisa foi tão feia que ele chegou ao ponto de dizer que ia matar ela. Aí ela procurou, bem... Sendo assim, eu procurei falar com ele, mas ele não me escutou, tá me entendendo? Ahhh mãe, num sei o que, num sei o que... Eu também sou daquele tipo assim, eu chego e falo, se não me escutar eu também não forço. Então assim eu fiquei do lado dela. Então assim, entenda, eu só tenho 2 filhos. Ela perguntou: “- Mãe a senhora viu que aconteceu isso, eu dou queixa?” Eu disse “- minha filha, infelizmente tem que fazer, porque nem tudo... O povo tem mania de dizer que cachorro que late não morde, mas a gente não sabe do coração de ninguém. Aí chegou ao ponto que ele achou que eu *tava* apoiando ela. Ele me isolou, tá me entendendo? Ele chegou ao ponto dele dizer que se eu morresse que nem avisasse a ele, porque ele não queria nem tomar conhecimento. Aí quando foi... vai fazer 2 anos agora em dezembro que o meu marido morreu, aí ele teve na minha casa, tanto que ela já tinha essa medida protetiva. Contanto que ele foi lá com o filho e a mulher, não foi nem eu que avisei, eu tava tão passada. Foi minha irmã, quando ele chegou lá ela fez o maior show porque ela não queria que ele entrasse, mas eu disse pra ela, “- vocês dois são meu filho, eu não chamei ninguém e olha minha situação, olha o que eu tô passando, eu tô precisando de alguém que fique do meu lado pra me ajudar, não para brigar”. Aí eu sei que teve, mas ele ficou lá na porta, e ela cá dentro. Porque foi aí que ele descobriu que ela tem essa medida protetiva. Porque ele queria ir pra cima dela e o povo, meu cunhado, chamou ele e disse “- não faça isso não, porque ela tem isso...assim, assim e chama a polícia pra você”. Aí ele, né, pronto (Maria Clara, 57 anos, 2017).

Muitos aspectos podem ser observados na narrativa de Maria Clara. De início, é possível identificar que a narradora atribui o comportamento agressivo do filho à influência da mulher – sua segunda companheira. Todavia, o comportamento de irmãos pode ser marcado por conflitos intrageracionais disputados entre si, independente de influência de uma terceira pessoa. Maria Rita Kehl (2000) atribui a existência das grandes rivalidades fraternas – que pode chegar à vida adulta – a um sofisticado trabalho realizado pelos pais e educadores nos métodos comuns utilizados de “dividir para governar”, criando entre os filhos a ideia infantil de que só há lugar para um no amor parental. Essa poderia ser também a fantasia de um dos pais ou de ambos e não somente um método para o exercício do poder. Assim, de acordo com a premissa da autora, a primeira interferência significativa capaz de influenciar a relação entre irmãos seria a dos pais e

responsáveis na gestão das relações de poder estabelecidas desde sempre no grupo familiar, e não a de indivíduos externos que chegam às suas vidas posteriormente, como sugere M. Clara ao contar a sua versão da história.

Por outro lado, segundo Kehl, o vínculo fraterno pode ser modificado e ressignificado ao longo da vida. Há uma contínua e longa dinâmica nessa relação, com base nas trocas firmadas entre os atores. Desse modo, caberia uma investigação mais ampla sobre o processo de construção dessa relação entre os irmãos ora focalizados, o que não configura o meu interesse central de pesquisa. Lembro que aqui meu objetivo é compreender a experiência da violência familiar intergeracional entre mães e filhos a partir da narrativa das primeiras. Neste sentido, seguirei priorizando captar os fenômenos pelo olhar das narradoras, ainda que, por vezes se perceba que essas relações possam ser tangenciadas pelas relações intrageracionais.

Como observado, as consequências do conflito entre o filho e a filha de M. Clara respingou em sua relação com o primeiro, na medida em que ela tentou mediar a situação apoiando a filha, inclusive a aconselhando a denunciar a violência sofrida. O fato gerou um novo conflito, dessa vez, intergeracional e também de gênero com o filho. Criou-se uma relação de cumplicidade entre ela e a filha para defender o interesse comum de preservar a integridade física e psicológica da segunda, que se encontrara ali na condição de mulher em situação de violência, vulnerável às ameaças por parte do irmão, que por sua vez, na condição de *macho*, teria lançado mão desse lugar de poder para se impor diante de ambas.

Como dito por Kehl, a relação familiar não está suspensa no espaço. Na sua dinâmica própria, é alimentada por outras construções e influências trazidas por outras relações e novos sujeitos agregados ao grupo ao longo da jornada dos conviventes. Em outro momento da vida, M. Clara se defrontou com um novo desafio na relação de conflito familiar vivido, dessa vez, com sua filha, aquela a quem apoiou e defendeu, ao ponto de se indispor com o outro filho. E quando seu algoz vem a ser ‘uma’ algoz? Mais que isso, quando ela é a sua filha...o que fazer, como agir?

Após lamentar o fato de ter ficado sem falar com o filho, M. Clara revelou que também passou a ter muitos conflitos intensos mais recentemente com a filha, embora já houvesse desentendimentos desde que ela era adolescente. Dito isso, no decorrer da entrevista me surpreendi com o relato abaixo:

Na verdade, ela começou assim quando eu me separei do pai dela... Ela tinha 14 anos... É! eu arranjei esse marido último, eu fui para Salvador e arranjei esse lá. Esse meu marido, ele era mais novo que eu. Ele tinha idade do meu filho mais velho, tá entendendo? Então hoje eu vejo assim, eu sempre procurei entender o porquê disso e eu não entendia. Aí hoje por tudo que eu já passei, por tudo que eu já ouvi, por tudo que eu já... Porque tem coisas que tá na cara da gente e a gente não enxerga. Ela fez tanta coisa para eu me separar desse homem, que o jeito foi dizer até que ela foi abusada. E não aconteceu nada disso. Eu digo porque ele era uma pessoa assim... Ele era mais novo do que eu, mas todo mundo dizia que quem parecia mais velho era ele, porque eu sempre fui brincalhona animada, e ele mais concentrado, calado, quieto, tá entendendo? Se você falasse alguma coisa, ele não falava nada, ele ia ali. Se você dissesse “- eu tô com sede”, ele ia ali, quando pensava que não, ele já tava com uma garrafinha de água para você. Ele só procura te ajudar, pra mim eu sempre digo que ele foi um anjo bom que deus colocou na minha vida. Então hoje eu penso assim, eu acho que ela só tinha o sentimento de amor por ele. Só que assim, foi uma coisa que foi frustrada para ela, porque quando ele morreu, ela ficou num desespero tão grande que minha irmã dizia assim “- isso aí é remorso por tudo que ela fez”, mas hoje eu vi que são duas coisas... remorso e frustração (Maria Clara, 57 anos, 2017 *grifos meus*).

Mais adiante, a interlocutora revela um episódio de conflito acirrado entre ela e a filha, em que a mesma manifesta declaradamente sua indignação diante do suposto ocorrido:

“- O que é que a senhora quer? A senhora não me conhece, a senhora não sabe quem é esse tipo de gente”. “- Calma menina, eu só tô te pedindo calma”. Ahh minha filha, ela veio para cima de mim de um jeito que nem... Cê tá sabendo o que é que eu acho, ela contou alguma coisa disso... “- A senhora tá pensando o que, que se aquele safado do seu marido tivesse vivo eu num ia matar ele, como eu vou matar seu filho...?!” Moça, quando ela falou isso, eu não sei o que foi... Ela tava na minha frente assim, e ele atrás... eu peguei ela pelo cabelo, rodei e dei um empurrão. Aí... rapaz, mas eu fiquei, eu fiquei, ali, deus me perdoe, eu fiquei possuída, porque olha.. meu marido foi tudo de bom para mim (Maria Clara, 57 anos, 2017).

Evidentemente, não se trata de atribuir juízo moral sobre a atitude da narradora diante do fato, tampouco questionar ou comprovar a veracidade da ocorrência no seio da família. Não é disso que se trata. Todavia, é preciso analisar o dado trazido em sua narrativa, por ser um fato social que se apresenta de forma recorrente e que tem sido investigado por pesquisadoras/es que tratam dos aspectos envolvidos na violência familiar ligada a abusos sexuais infantis. Saffioti (2004) constatou que a complexidade desse fato é muito grande, já que envolve vários fatores que interferem na reação da mulher diante da denúncia da filha do abuso sexual perpetrado pelo pai ou padrasto.

Algumas mulheres, segundo a autora, ponderam o fato do homem ser, muitas vezes, o único provedor da família e se omitem diante da prática abusiva. Além da dependência econômica, existe a dependência emocional da mulher pelo companheiro, que a faz hesitar em tomar providências a respeito do suposto abuso sexual sofrido pelos filhos/as e, até mesmo, negar a ocorrência do fato. Assim como Maria Clara, “outras mães tentam culpabilizar as filhas, pois, a seu ver, as meninas seduziram seus pais. Pode, portanto – e isto foi encontrado –, surgir o conflito entre mãe e filha; até mesmo a ruptura da relação (SAFFIOTI, 2004, p. 23).

Contudo, longe de parecer se tratar de um caso de decisão individual da mulher em razão da mera rivalidade feminina disputando o *macho-provedor*, ainda que se trate de rivalizar, o que explica tal comportamento nessa ambiguidade presente em tantos casos, é a imposição da ordem patriarcal de gênero que informa e reforça a todo tempo à Maria Clara – e a outras tantas Marias – a suposta imprescindibilidade do homem/patriarca e chefe da família, tal como a narradora demonstra assimilar, ao valorizar e defender veementemente o seu ex-marido, chamando-o de *anjo*. Atuam, para tanto, entes como a sua própria família de origem, a igreja, os amigos e outras instituições, no sentido de preservar a família acima de qualquer coisa. Sob o espectro desse ideal familista ainda muito dominante numa sociedade de ordem patriarcal como a brasileira “o nome da família não pode ter mácula [...]. Importa menos o que se passa em seu seio do que sua preservação como instituição” (SAFFIOTI, 2004, p. 26- 88); o que fica comprovado por outro relato de Maria Clara. Quando insisti no tema a fim de capturar mais elementos da sua posição diante do fato, ela respondeu: “Eu penso assim, se tivesse acontecido alguma coisa, isso não era para ela tá abrindo a boca para um e para outro, do que não aconteceu. Até porque eu já estava sabendo de tantas coisas que eu estava chateada” (Maria Clara, 57 anos, 2017).

A partir desse momento, M. Clara acusa a filha de violência moral, além da intenção de praticar violação patrimonial em conluio com o atual companheiro da mesma; violência da qual ela parece saber como se defender. A violência moral é atribuída às conversas da filha com outros parentes e familiares em torno da sua vida, que ela qualifica como *fofocas*. Em sua leitura, a filha lança mão deste subterfúgio para se favorecer com sua interdição judicial e a consequente retenção do seu cartão bancário:

Foi quando eu fui para Salvador, que eu fui com minha prima. Fui para casa de minha prima, que ela tinha vindo para o festival de

inverno aqui, né?! Que quando nós fomos em Salvador, que chego lá, foi que depois ela falou comigo. “- Ela é igual uma irmã: fulano me falou isso, isso e isso, que eu fiquei até preocupada. Que disse que você tá bebendo demais, que num sei o que”... Eu respondi: “- minha filha eu não ando bebendo demais”. Sabe, eu tô achando que ela quer botar para os outros que eu estou uma pessoa incapacitada, daqui a pouco ela quer me... É como é que chama? Botar num canto e pegar o meu cartão. Ela queria que eu fizesse um empréstimo, mal o cara chegou, queria que eu fizesse um empréstimo de 10 mil para eles. Aí ela ficou com raiva de mim. Ela me arrodando de todo jeito, ela queria que eu arrumasse o dinheiro de todo jeito, queria que eu emprestasse 150 reais e eu disse: “- eu não posso” (Maria Clara, 57 anos, 2017).

Vale lembrar que, do ponto de vista geracional, as pesquisas sobre violência contra idosos/as (MINAYO, 2003; MOTTA, 2013) mostram que a violência patrimonial, além de tantas outras verificadas, é uma das mais frequentes. Em razão da maior parte desse segmento da população gozar do direito à pensão por aposentadoria com margem consignada facilitada para empréstimos bancários, rapidamente tornou-se alvo preferencial do assédio do mercado financeiro, bem como de golpistas. Conforme comprovou Britto da Motta:

O abuso ou espoliação financeira a idosos, assim como outros abusos, ocorre em todas as instâncias da vida social – mesmo no interior da família. Apesar de toda a contribuição que, é sabido, os idosos dão para o orçamento doméstico, filhos, netos e outros familiares nada raro se apossam de seus documentos e cartões bancários, o que significa, dos seus proventos de aposentadorias e pensões, deixando-os à míngua ou com redobradas dificuldades. Ou os pressionam a vender ou lhes ceder a casa de moradia, ou ainda, mais recentemente contrair empréstimos bancários de difícil ressarcimento. Principalmente os consignados em folha de pagamento. Estes empréstimos são, como venho discutindo, uma arma de dois gumes (BRITTO DA MOTTA, 2013 p. 60).

A constatação ilustrada pela autora se aproxima do que vivencia Maria Clara, tendo, à época da entrevista, 57 anos. Mesmo não se enquadrando institucionalmente na categoria de idosa, o fato da narradora perceber pensão de sua aposentadoria e vivenciar conflito de interesses na família, a mantinha em condição de vulnerabilidade. Segundo relatou, ela sofria constante pressão da filha e do genro para realizar uns empréstimo bancário. Assim, tomo a referência conceitual de geração não necessariamente como uma demarcação etária, mas como um conjunto de experiências vivenciadas por um ou grupo de indivíduos.



Neste caso, a narradora parecia fazer uma leitura consciente dessa condição e conseguia lidar, até aquele momento, com razoável autonomia para decidir não ceder a tais investidas. Assim como também o fez, ao se defender das agressões verbais e também morais em confronto direto com os filhos, especialmente com a filha. Hoje Maria Clara vive sozinha, segue fazendo seu artesanato e dizendo que não se importa.

### 5.2.3. Maria Cristina - “Ela nunca me bateu, mas ela ia fazer a minha cama para o pai e dessa vez o pai ia me largar. Sabe? Ia largar”.

Tal como vivenciado por Maria Clara, Maria Cristina, uma mulher de 60 anos, reclama do ciclo de violência familiar que a afeta desde a vida conjugal até a relação conflituosa vivida com as suas duas filhas. A mais nova, que vou chamar de R., foi morar em Salvador com o pretexto de estudar; a mais velha, que chamo de T, mora em Vitória da Conquista e vive numa casa próxima à de M. Cristina. Em princípio, para compreender o ciclo de violência familiar, é necessário remontar o cenário da relação conjugal de Maria Cristina com o, então, ex-marido, permeada por agressões moral e psicológica. Em sua narrativa ela destaca:

No início foi estável. Aí de um certo tempo depois, assim, por meados, metade do casamento, foi que começou o conflito, né? Primeiro dentro de casa ele para comigo, porque faltava... Dizia... Ele ganhava bem, né? Ele ganhava bem, mas pra mim era tudo regrado, coisa que ele não fazia antes. Ele começou... dizia que naquele dia não ia ter dinheiro pra feira. Eu não tinha liberdade de comprar uma coisa assim, a não ser quando ele me autorizava, aí eu comprava. Piorou foi depois que ele adoeceu, porque ele não admitiu a doença, porque foi uma diabetes. E da diabetes desencadeou pra outras... A diabetes é uma porta de entrada pra todo tipo de doenças, né? Deu infarto, deu AVC, deu trombose, né? Tudo isso. E ele durante na... Como é que se diz? Na primeira consulta dele ao nefrologista, ele fez diálise duas horas. E desse tempo pra cá foram 10 anos nessa vida. Vai fazer dois anos agora em novembro que ele faleceu. Mas foi uma luta, minha filha! Foi uma luta! Foi muito difícil pra mim, eu já sofria muito antes dele... Quando descobriu que tava com diabetes, ele já não tinha vida mais em comum, marido e mulher, sabe? Então, aquilo, eu achava estranho deitar numa cama com ele, assim, sabe? Aí eu fui saindo, dormia sozinha, me jogava no sofá, na cama com as meninas, com a outra. Assim, tudo, mas sempre cuidando dele. Mas ele me agredindo com palavras. Menina, foi uma luta, uma luta, uma saga danada. O povo via como é que ele fazia comigo na rua. E só eu, eu, eu. Aqui ó. Pra tudo era eu. Ele só não me batia, mas as palavras que ele falava pra mim cravava tudo

aqui assim em mim. Era assim, mas... (Maria Cristina, 2017, 60 anos, *grifos meus*).

A narradora relata que apesar de cuidar do ex-marido enquanto casada, ele sempre a tratou com agressões verbais e algumas privações, a exemplo do não acesso à renda familiar. O único provedor era ele, que detinha o controle total. Na obra “Violência de gênero: poder e impotência”, Saffioti e Almeida (1995) escreveram sobre essa prática como sendo mais uma estratégia de imposição de poder. Em suas palavras:

Outra violência merece comentário: a interrupção do fluxo do numerário para suprir as necessidades alimentares da família. A privação propositadamente provocada significa uma afirmação de poder. O dinheiro, em sua qualidade de moeda, apresenta a particularidade fundamental de ser um valor de troca, que tem existência independente das coisas. É o representante material da riqueza (já que encarna a possibilidade de todos os prazeres e de todas as mercadorias possíveis) e gera poder. [...] Denominar o dinheiro como masculino e sua manipulação como masculinizante revela-se uma estratégia de grande eficácia para afastar a mulher do poder. Com efeito, o dinheiro constitui um instrumento altamente eficiente para a conquista do poder. Assim, a falocracia pode transformar em súditos, no mínimo, metade da humanidade (SAFFIOTI E ALMEIDA, 1995, p. 91- 92)

Além do poder da posse do dinheiro, as autoras explicam outra das múltiplas e contínuas violências que podem ser localizadas no relato de Maria Cristina. Segundo ela, a situação de violência ficou muito pior quando o ex-companheiro adoeceu de diabetes. Embora não deixe explícito, é sabido que um dos principais sintomas decorrentes dessa enfermidade nos homens é a impotência sexual. No entanto, ao ressaltar que já não havia mais vida conjugal – sequer dormiam na mesma cama a partir de certo tempo –, Maria Cristina sugere tal hipótese. Mesmo assim, as agressões não cessaram e piorou. Como indicam Saffioti e Almeida (1995), a impotência do homem é um dos principais vetores desencadeadores da violência de gênero contra as mulheres, seja esta de ordem econômica, social ou sexual. Durante toda sua trajetória, os homens são inscritos em um processo de socialização em que devem assumir a condição de infalibilidade, força, virilidade e potência em todos os campos. Assimilam a ideia de que têm que vencer sempre, de que não podem chorar e de que devem ser capazes de manter o sustento da família. Além disso, jamais podem falhar no seu desempenho sexual.

Para Saffioti (1995; 2004), o fator correlato à impotência masculina como perda da capacidade de exercer a masculinidade normativa e patriarcal é dado também pelo *status* socioeconômico desfavorável em que se insere. De acordo com a autora, os estudos sobre violência urbana não associam esse fenômeno diretamente ao desemprego. Porém, no que se refere à violência de gênero contra as mulheres, foi formulada a hipótese de que existe uma correlação evidente entre essa perda de poder e as investidas violentas contra esposas e filhos/as no espaço doméstico. A autora continua:

Há homens que verbalizam preferir morrer a ficar sexualmente impotentes. Nem neste caso se permite ao homem chorar. Isto consiste numa “amputação”, pois há emoções e sentimentos capazes de se expressar somente pelo choro. [...] O poder [...] tem duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetraram violência, estão sob o efeito da impotência (SAFFIOTI, 2004, p. 35-36; 51).

Contudo, no caso de Maria Cristina, é notório que diante da sua condição de fragilidade em função pela perda da saúde e da conseqüente e aparente impotência sexual, restava ao seu companheiro exercer sua potência naquilo que ainda lhe cabia: o poder econômico relativo, além da violência moral perpetrada contra a esposa lembrando-a, a todo momento, da sua condição de suposta inferioridade, embora fosse ele o dependente dos cuidados dela até o fim da sua vida. E qual relação pode ser estabelecida entre essa violência conjugal sofrida ao longo de anos e a violência familiar que ela reclama, advinda dos conflitos com suas duas filhas, R. e T.? Para tentar identificar possíveis nexos, é preciso lembrar o contexto e a relação instituída entre M. Cristina e suas duas filhas, cada uma ao seu modo. Como já visto, sua filha mais nova se mudou para Salvador com uma prima quando tinha 17 anos de idade, sob o pretexto de estudar. Com relação a essa filha, Maria Cristina se ressentia de não mais haver vínculo afetivo, o que atribui à distância e ao passar do tempo, queixando-se um pouco resignada:

Agora, assim... essa de Salvador, ela quando vem, não vai pra minha casa. Desde sempre, antes dela se casar... Ela não me chamou pro casamento dela. Ela formou, mandou só o convite né? Só o convite, sabe? Ela mandou o convite. Assim, ela vem sempre aí e não vai na minha casa. Entra assim, mal passa o olho e dá tchau. Ela lá, no início falava comigo, ligava pra mim e tudo. Depois foi esfriando, sabe? Esfriando, foi esfriando. E eu sou muito assim... Eu não sou de cobrar não das pessoas, ficar falando “- ah, porque você nunca mais ligou pra mim?” Eu falei: “- alguma coisa está acontecendo”. Agora, eu sou assim, de primeira vou amarrar muita coisa na minha cabeça, vou ficar “Ó meu Deus”. Mas, depois eu falei: “- sabe de

uma? Eu não vou ficar enchendo minha cabeça de problema com problema dos outros... Eu tô aqui de braços abertos pra quem vier, eu abraço, eu beijo, eu recebo”. Agora, vou me matar, vou morrer? (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

Maria Cristina parece apresentar certa passividade diante da ausência da filha mais nova, naturalizando o fato provocado pelo tempo e pela distância geográfica. Além disso, justifica esse distanciamento afetivo, também, pelos conflitos familiares existentes, provocados por uma irmã 10 anos mais jovem que, segundo ela, cria situações de discórdia e a desqualifica junto às filhas e à sua própria mãe. Como declara:

Ela ia pra minha mãe, crucificava minha mãe, torturava minha mãe. Dizendo horrores de mim pra minha mãe. E minha mãe vinha e me contava tudo. Pra ficar ciente, sabe? Eu gostava de saber pra ficar ciente. Ela ia pra minha mãe e dizia horrores de mim pras minhas filhas também, sabe? Dizia horrores. E minha mãe fala pra mim até hoje que tem coisa que ela nem me falou. Tem coisas que a minha irmã falou... Aí eu falei “Não, mãe, bote ela nas mãos de Deus, mãe”. Deixa isso pra lá. Agora eu não me culpo mais não, sabe? Não sou falsa com ela (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

Quando questionei se ela identifica as razões dessa relação conflituosa cotidiana – já que moram no mesmo terreno –, Maria Cristina afirma que em sua memória ela guarda fatos ocorridos na infância, quando ambas brigavam desde muito pequenas e Maria Cristina, por ser a mais velha, a repreendia sempre com a anuência da mãe, numa relação de aliança que, a partir do seu relato, perdura até hoje. Embora não aprofundado, nesse conflito familiar específico, observo tratar-se de um choque de interesse intergeracional, visto que Maria Cristina afirma que cuidou da irmã desde o seu nascimento, quando ela já tinha 10 anos de idade. É possível aludir que a irmã mais jovem recuse, ao longo da trajetória familiar, a relação de autoridade delegada pela mãe de ambas à sua irmã mais velha – M. Cristina, reagindo continuamente à tal ascendência sobre ela.

No curso da vida adulta, portanto, a relação de poder se inverte. A narradora afirma se sentir bastante oprimida pelos jogos e burburinhos criados por sua irmã, ao ponto de causar desordens em sua relação com a família nuclear. No conflito em específico, a presença do patriarca parece não interferir nas relações entre as mulheres da família, pautado pelas memórias de conflitos familiares anteriores e pela ausência física da filha mais jovem. Ainda que Maria Cristina desconfie que a relação conturbada com a irmã respingue na relação com sua filha ausente, a distância provocada pela vinda de R. para Salvador naquelas condições da “adoção à brasileira” parece ter um peso maior no

conjunto das contingências. Por outro lado, não está ao alcance desta pesquisa qualificar, sob a perspectiva da filha, como essa experiência foi elaborada e, menos ainda, se isso foi assimilado e bem resolvido para ela.

No tocante à relação com a filha mais velha, que é mãe de uma menina cuja avó cuidava quando viviam juntas, a peleja, segundo Maria Cristina, se dá em duas frentes: além de também enfrentar as disputas com a irmã, agora mais frontalmente; os conflitos são igualmente depositados na conta da relação de cumplicidade que a filha mantinha com o pai em detrimento do respeito pela autoridade dela na casa. Neste outro trecho da narrativa, é possível encontrar pistas explicativas dessa convivência conflituosa com a filha T.:

Ela me judiou assim... Quando, ela, um dia, lá em casa... Ah! Foi um dia lá, nós estávamos arrumando umas coisas lá, aí ela falou um negócio comigo. E gritou comigo. Aí de repente ela deu: “- eu vou sair da sua casa”. Aí apanhou minha neta e aí ela saiu e foi morar na frente da minha casa, na casa da minha irmã. De frente! Em minha irmã! E me torturava. Ia trabalhar, deixava a menina lá na casa de minha irmã, dentro de um cômodo lá, não tinha cômodo, e ordenava a menina pra não sair nem na porta pra não me ver. Tirar minha neta de mim? (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

Pela narrativa de Maria Cristina, fica evidenciado que a filha T. se movimenta lançando mão da relação de rivalidade existente entre a mãe e a tia, uma vez que todas moram muito perto, coabitando no mesmo terreno/lote na rua. A convivência muito próxima provoca e potencializa a intensidade das relações familiares, paradoxalmente, para o bem ou para o mal. Além das tensões, em tais relações são encontradas manifestações de solidariedades e outros vínculos que sustentam os afetos (todos eles) do grupo convivente. Especialmente se tratando de famílias formadas total ou majoritariamente por mulheres, como trata Sardenberg (1998) em sua pesquisa sobre famílias matrifocais. Esses vínculos implicam especialmente o cuidado partilhado dos filhos/as, entre outros auxílios, como no caso em foco.

Mas Maria Cristina diz que, embora não tenha sofrido violência física da filha, se sentia bastante desrespeitada e lamentava que a filha T. estivesse a todo tempo rivalizando e conspirando com o pai e a tia contra ela. Segundo ela:

Pra me bater mesmo, ela nunca me bateu. Ela nunca me agrediu assim pra bater. Porque disse que... quando era fim de ano assim, o pai saía, viajava, levava elas pra passear. Aí diz, diz minha irmã que... Porque ela disse pra minha irmã que ela ia numa viagem com o pai pra São Paulo, e ela falou pra minha irmã que aquela viagem

ia ser boa. Que ela ia fazer a minha cama para o pai e dessa vez o pai ia me largar. Sabe? Ia largar (Maria Cristina, 2017).

Nessa relação de cumplicidade entre filha e pai, em que a filha declara preferir até mesmo a separação do casal, muitas questões de ordem psicossocial podem estar em jogo, mas aqui vou priorizar a análise pelas lentes da relação de favorecimento diretamente ligada ao poder econômico do qual o pai reforçava a todo tempo ser o detentor. Em que pese a relação conjugal violenta sofrida por M. Cristina, a filha manifestava seu lado preferencial, qual seja, o do pai. Sobre isso, Saffioti salienta:

De alguma forma, os filhos participam das relações violentas: ou diretamente como vítimas do pai e/ou mãe (mulher também é atacada pela síndrome do pequeno poder) ou presenciando cenas ou, ainda, tomando o partido de um dos litigantes. Não pode haver melhor escola de violência. E, em termos de relações cronificadas de violência, a família oferece melhores cursos que o espaço público (SAFFIOTI, 1994, p. 458).

Dito isso, Saffioti lembra que a família é comumente o território que representa maior potencial de situações de violência enfrentadas pelas mulheres. Num contrato entre desiguais, o que realmente configura a relação entre homens e mulheres, a troca de proteção por serviços domésticos e sexuais é a via da obediência e do poder econômico, ou seja, a socialização se dá através da tutela. Desse modo, não apenas a esposa se encontra na condição de tutelada, como também certamente os/as filhos/as do casal. E esse é o caso observado na relação familiar de Maria Cristina, estabelecida pela filha T. em relação ao pai. Sendo este o único mantenedor e patriarca dentro dos moldes dominantes, é de se imaginar que numa situação de conflito conjugal haja essa tomada de posição em favor do lado mais forte, sob o risco de sujeitar-se a privações ainda maiores do que aquelas já praticadas pelo pai/esposo. Ou seja, nessa relação de aliança com o detentor de maior poder, poderá estar embutido determinado senso de autopreservação ou mesmo de favorecimentos pessoais tutelados pelo pai.

Em um dado momento da entrevista, surge um outro elemento considerado como agravante da situação. Maria Cristina atribui o comportamento agressivo da filha T. à existência de doença mental, mesmo afirmando esta nunca ter sido levada ao médico especialista para devida investigação e diagnóstico a respeito. Em suas palavras:

Ela é bipolar, eu acho. Ela bipolar. Até hoje eu acho. Sim, ela alegou que eu botei ela pra fora. Eu não botei ela pra fora de casa. Ô,

Luciana, eu tenho certeza que eu não coloquei. Mas ela botou na cabeça que eu botei (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

Esse dado surgiu de maneira isolada e extemporânea, sem maiores argumentos e justificativas plausíveis. Portanto, essa afirmação cede espaço para a análise sob a argumentação de Saffioti (1994) acerca da presença generalizada da violência familiar em alguns grupos familiares. Para a autora, a rotinização e a habitualidade das ações violentas dirigidas às mulheres no ambiente doméstico e intrafamiliar procede a uma cronificação, uma intensificação e multiplicação das violências, bem como uma interiorização de quem vive cotidianamente tal ambiência. A vivência intergênero, intra e intergeracional da narradora, talvez explique a forma excessivamente naturalizada, aos meus olhos, pela qual Maria Cristina se manifesta a respeito da experiência de violência familiar que a atravessa na sua trajetória pessoal.

Hoje, na condição de viúva, a narradora revela que a neta, já com 18 anos, voltou a morar com ela, e de quem, segundo ela, gosta muito da companhia. Com a filha mais nova, possui relação de cordialidade alegando que a separação de casas e a morte do marido as aproximou mais. Ou seja, a ausência física do patriarca produziu certa margem potencial de conforto ao minimizar os conflitos fruto da rivalidade outrora existente entre as duas; além da criação de um novo arranjo familiar fruto da convivência com a neta e a separação de casas com a filha.

#### **5.2.4. Maria Mariá – “No passado eu procurei um homem e ela sabia disso e nunca me perdoou”**

Antes de analisar a trajetória pessoal de Maria Mariá, é preciso dizer que essa foi a entrevista mais difícil do ponto de vista técnico. A narradora porta sequelas neurológicas de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) que sofreu. Por isso, apresenta certa dificuldade para concatenar e comunicar algumas ideias. Ainda assim, fiz a opção de incluir essa narradora no conjunto das interlocutoras em absoluto respeito ao seu protagonismo ao narrar sua própria experiência, além da sua vontade expressa de participar da pesquisa e colaborar com a investigação. Tanto mais, Maria Mariá é uma mulher muito alegre e ativa. Na medida de suas possibilidades, demonstra alto grau de autodeterminação nas suas decisões e vontade de seguir tocando sua vida, estabelecendo e desfrutando de suas redes de sociabilidades, a despeito de ter experienciado uma vida

pautada por violências na família e trazer algumas de suas funções comprometidas pelas sequelas do AVC. Ela tem 59 anos e não sabe precisar há quanto tempo sofreu o AVC.

Para produzir o máximo possível de dados fornecidos nessa entrevista, lancei mão das anotações do caderno de campo tentando registrar elementos relevantes da conversa que, a certa altura, deixei *correr solta* para que ela pudesse se expressar como e da forma que pudesse e quisesse. Mas, ainda assim, continuei gravando. Além disso, conversei com a psicóloga – intermediadora dessa pesquisa que a atende no centro – a fim de complementar algumas informações e tentar compreender melhor aquela história vivida por Maria Mariá. Essa intervenção se deu sob um pacto de confidencialidade entre duas pesquisadoras interessadas em analisar a condição específica daquela mulher entrevistada, diante da sua capacidade limitada de comunicação.

Apesar de Maria Mariá considerar que não existe relação entre sua doença e a violência familiar sofrida, quero trazer a reflexão sobre as consequências, diretas ou indiretas, da violência de gênero contra as mulheres, sobre sua saúde física e/ou mental. Há uma robusta discussão no campo da saúde pública e coletiva sobre a temática dos impactos da violência de gênero na saúde das mulheres. Estudos revelam cada vez mais a prevalência dessa relação, ao ponto de se reivindicar a necessária abordagem de gênero no atendimento qualificado dos profissionais da saúde às pessoas vitimadas por essa modalidade de violência. O fato configura uma questão de saúde pública, uma vez que afeta não só as vítimas, mas traz implicações para toda a sociedade. Um estudo realizado por pesquisadoras da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA) nos serviços que integram a Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violência na cidade de Salvador, Bahia, concluiu que:

A vivência de violência doméstica traz prejuízos nas esferas do desenvolvimento físico e psicológico. Mulheres em situação de violência referem hipertensão arterial, estresse, depressão, ansiedade, compulsão, perda ou aumento excessivo de peso, aborto, entre outros danos físicos e psicológicos. Nesse contexto, a vivência de violência desencadeia vários problemas de saúde e representa uma ameaça à vida (GOMES et al, 2012, p. 516).

Com uma trajetória marcada por sucessivos episódios de violência familiar, arrisco sugerir que o caso de Maria Mariá se enquadra nas estatísticas demonstradas por estudos como este, em que se desvelam as múltiplas faces dos impactos da violência doméstica. A vivência de Maria Mariá se assemelha à de Maria Cristina. Tendo sido exposta à violência conjugal durante anos, a narradora também relata sofrer com a relação de



rivalidade estabelecida com ela pela filha, em face da aliança que a mesma instituiu com o pai ao longo de anos, defendendo unicamente o interesse paterno na organização familiar, segundo ela.

Na família de ordem patriarcal, tal como afirma Saffioti (2004), é possível observar que a presença do patriarca nem sempre é imprescindível ou central para a manutenção da ordem dos papéis de gênero historicamente engendrados. Em muitas situações, como já observado em outros casos analisados, essa atuação se faz por meio de alianças, concessões e colaboração. A autora argumenta que o patriarcado contemporâneo funciona como uma máquina, portanto, constituindo uma estrutura de poder passível de ser operada por qualquer sujeito, independente do gênero e/ou pertencente a outras categorias sociais, posto que todos fomos socializados segundo a ordem patriarcal de gênero. Conforme explica:

Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. [...] Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p. 101-102).

Na entrevista, Maria Mariá revela que a sujeita atuante em conjunto com o pai-marido agressor, para manter o controle sobre o seu corpo e sua vida, foi justamente a sua filha. Lembrando que a narradora passou pela perda de dois filhos ainda menores, em razão de doença congênita, restando, ainda, um casal de filhos adultos. Com relação ao filho, a narradora relata não haver conflito. Porém, a referência à sua filha lhe traz à memória um fato do passado (relato adiante) que ela pensa justificar os conflitos existentes. Além disso, relatou que sofreu violência física do marido a vida inteira, o denunciando uma vez. Ao narrar o último episódio de violência sofrido, M. Mariá não soube precisar ao certo há quanto tempo aconteceu. Em princípio, pareceu minimizá-lo, o que foi logo contradito ao informar, em seguida, que fez a denúncia: “Só por um tapa aqui assim. Aí o tapa ficou. A mão dele, né? Aí o corpo de delito reconheceu e falou “-bateu mesmo, aqui a marca aqui, ó!” (Maria Mariá, 59 anos, 2017).

Nesse momento, ela afirmou que já tinha sofrido o AVC e portava as sequelas da doença. Outro detalhe que não ficou muito nítido, foi se ela e o agressor partilhavam a

mesma casa, ainda que estivessem divorciados. Embora ela não tenha respondido exatamente os motivos, ficou patente que a dependência econômica foi um fator crucial. Após a última ocorrência, a narradora prometeu sair de casa, ir morar de aluguel e sobreviver com os ganhos da aposentadoria que acabara de ser liberada, porque até então ela dependia dos filhos e do ex-companheiro. Maria Mariá parecia muito feliz com essa nova perspectiva. Retomando os aspectos da relação familiar, ao ser questionada sobre quais tipos de violência ou conflitos enfrenta com a filha, ela revela certa ambiguidade ao se referir ao tratamento dado a ela. Segundo afirmou: “Porque quando eu vou no escritório dela, ela trata tão mal. A fala dela é tão mal que eu falei assim: “- não vou mais não”. Mas, é um amor de pessoa. Assim, pra dar as coisas, pra tudo, mas...” (Maria Mariá, 59 anos, 2017). Quando perguntei sobre as supostas razões desse conflito, num arroubo de franqueza, a narradora afirma:

É assim. Não sei, por causa que no passado... Aí, porque... Vou falar a verdade. Eu não gosto de mentira. No passado eu procurei um homem e falava as coisas com ele tudo, e ela sabia disso. É que ela nunca aceitou (Maria Mariá, 59 anos, 2017).

A partir desse momento, ela afirma que a filha passou a tratá-la com desprezo e ficou indiferente à violência que ela sofria do ex-marido. Mas não sabe dizer se a filha chegou a comentar algo a respeito com o pai, apenas identificou a reprovação da sua conduta, ainda que existisse *a priori* alguma relação de amizade e confiança entre ambas, ao ponto da mãe lhe confidenciar o segredo íntimo. A relação da filha com o pai, por sua vez, passou a ser cada vez mais estreita. Maria Mariá comenta que ambos têm boa relação: “Ah, tem. Maravilhosa. É uma coisa com ele. Eu falei: “- meu Deus.... Você sair daqui?” Ela diz: “- mas, meu pai, é bom demais pra mim”. Aí eu falei: “- então fica com ele” (Maria Mariá, 59 anos, 2017).

O dado trazido pela interlocutora revela uma faceta da ordem patriarcal de gênero da família que opera no sentido de disciplinarização da mulher, do seu corpo, da sua sexualidade e da sua vida como um todo. O fato da mãe ter “saído da linha”, aos olhos da filha – ainda que a mesma não tenha se manifestado abertamente sobre a questão –, foi motivo de sua reprovação e punição com o tratamento sutilmente agressivo e indiretamente acusatório investido sobre a mãe, a submetendo à constante violência simbólica – a partir do fato anunciado.

Um dos filmes recentemente ganhador de um dos prêmios do Oscar de cinema, “História de um Casamento” (2019), de Noah Baumbach, retrata uma cena acachapante, do ponto de vista feminista. A advogada da protagonista treina a sua cliente sobre um suposto manual de comportamento que uma mulher deve seguir nos EUA, em pleno século 21. A recomendação é que ela adote estratégias que impressionem positivamente os jurados e o juiz de uma audiência em um processo litigioso de divórcio. Enquanto a personagem principal treina sua fala querendo, espontaneamente, refletir sobre suas imperfeições e limites como mãe, a advogada a interpela e corrige o relato, afirmando com veemência:

Quando for de verdade jamais diga isso. As pessoas não aceitam a ideia de mães que bebem vinho e gritam com os filhos... Dá pra aceitar a ideia de um pai imperfeito [...]. A ideia de um bom pai só foi inventada há trinta anos atrás [...]. Mas as pessoas absolutamente não aceitam essas imperfeições nas mães. Não aceitam estruturalmente e não aceitam espiritualmente, porque a base de todo esse negócio judaico-cristão é Maria, a mãe de Jesus. E ela é perfeita, e ela é uma virgem que deu à luz, e apoia o filho incondicionalmente, e segura o cadáver do filho depois que ele morre. E o pai não está lá, ele nem trepou com ela. Deus está no céu, Deus é o pai e Deus nem deu as caras. Então você tem que ser perfeita e o Charles pode ser um fodido e isso não importa. Você sempre vai ter que seguir um padrão diferente e muito mais alto, e isso é muito foda, mas é assim que as coisas são (Fala da personagem ‘Nora’, interpretada por Laura Dern, 2019 e transcrita por mim).

Essa fala remete ao debate sobre a construção social do papel da mãe e a idealização da maternidade, que já foi explorado no quarto capítulo. Aqui acrescento um aspecto referente ao pacto e permanência do contrato sexual que estrutura as relações conjugais antes mesmo das relações familiares, priorizando o marido como o agente detentor do direito sexual, antes de valer-se de seu poder de pai. No caso de Maria Mariá, a manutenção desse contrato visivelmente pretendeu ser assegurada não somente pelas investidas violentas do pai como marido, demarcando seu lugar de poder, mas, também, pela via do papel repressor da sexualidade da mulher-mãe, assumido pela filha em cooperação simbólica com o pai, ao se manifestar implicitamente de maneira rude e intolerante frente à opção confidencializada pela mãe quando decidiu dar vazão à sua sexualidade em um dado momento da vida, com o adendo de não ser o patriarca da família, exclusivamente, o seu escolhido para tal. Como afirma Pateman (1986, p. 49):

O fato de que os homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento – um contrato original que instituiu o casamento e a família – e de que eles são maridos e esposas antes de serem pais e mães é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido sob o direito paterno e as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino.

Em pleno século 21, após a luta pela liberdade sexual e pelo direito ao autoconhecimento do prazer feminino como símbolo identitário forjada na revolução feminista em voga, o modelo hegemônico da família patriarcal, disputa, ainda, a imagem da mulher-mãe como ideal da Virgem Maria, aquela que sequer tem relações sexuais para conceber, quiçá, exercer a liberdade sobre seu corpo e sexualidade. Diversas forças e diversas frentes (família e outras instituições) operam na vigília incessante sobre o comportamento sexual das mães e sua consequente condenação moral, porque a elas não cabe, supostamente, o direito ‘transgressor’ ao prazer.

A desobediência de Maria Mariá lhe rendeu a animosidade com a qual a filha vigilante passou a tratá-la. Mas, não fosse o seu ímpeto de transgredir, por um momento, a sua identidade de ‘esposa’ em situação de violência, ela não teria, minimamente, retomado o prazer dos sentidos em outras esferas alheias ao doméstico. Ao romper com seu estado de ‘mãe virgem’, ela passou a exercer o direito à sua sexualidade com quem, como e quando decidiu fazê-lo.

#### **5.2.5. Maria Nádia – “Eu te falo, de tudo que eu já passei na minha vida, a pior parte foi com meu filho”**

Seguindo o pressuposto de que a violência familiar é uma via de mãos múltiplas, quero dizer que, em geral, como observado na maioria dos casos aqui tratados, existem muitos vetores cruzados na origem e no destino das violências engendradas no interior das famílias. O caso de Maria Nádia talvez seja aquele que melhor ilustre o fenômeno. Lembrando que Maria Nádia é uma mulher de classe média, branca, moradora de bairro central e que fez a opção pela “adoção à brasileira” de uma parente adolescente vinda da zona rural para cuidar dos seus filhos e da sua casa. É a partir desse ponto da história que continuo a contar sua experiência de violência familiar vivida com o ex-marido e seus filhos.

Como é bastante comum observar nos casos de filhos e filhas adotados/as de maneira não formal – fato que é denunciado insistentemente pelos estudos especializados e órgãos de proteção à criança e ao adolescente – a suposta ‘filha de criação’, que ao fim e ao cabo, se evidenciou tratar-se de um caso de exploração do trabalho infantil, passou a ser, também, vítima de abuso sexual e estupro de menor perpetrado pelo, então, marido de Maria Nádia, seu suposto ‘pai’. A violência culminou na gravidez da vítima. Como esperado, o fato é narrado pela interlocutora com muita indignação, tristeza e revolta, apesar de passado muito tempo e ela se encontrar, hoje, em plena vida socialmente ativa. A forma como ela atualmente lida com o caso denota o tamanho da desordem social, familiar e psíquica provocada pelo ocorrido. Por isso mesmo, narrar o episódio lhe exigiu grande esforço, demonstrando sua dificuldade para superar o trauma, passados tantos anos.

Maria Nádia é, segundo ela própria reconhece, uma mulher que escreve muito e fala bastante. Por isso, dada a complexidade da sua vivência, decidi priorizar a sua própria narrativa para contar a sua história por si, analisando e refletindo sobre sua experiência de violência após tantos anos passados, revelando para mim, e para si mesma, uma nova perspectiva provável de elaboração a partir desse lugar que agora ocupa. Ela começa contando como estava o casamento logo após a chegada da adolescente e como, de repente, o problema foi anunciado. Abaixo, um longo trecho de sua narrativa:

E o tempo passou e as coisas...tudo bem, fluindo normalmente, e quando eu me deparo em determinado dia tá ela grávida de 4 meses do meu marido. E aí foi demais pra mim! Foi né... uns 8 meses depois, mais ou menos, talvez, em torno disso. Ela tava com 16 anos na época. Então assim, aquilo foi assim, um impacto muito grande pra mim pela minha formação, pela minha educação e na minha constituição familiar. Eu descobri... Ele falou que queria conversar comigo. Aí imediatamente eu pensei logo que seria alguma coisa relacionada a algum problema no trabalho, alguma coisa errada que ele tivesse feito ou se envolvido e aquilo já me tranquilizou. Isso é grave, mas se for preciso a gente vende a casa e ameniza a situação, paga o que tiver de pagar, resolve a situação e talvez seja só uma questão financeira. E aí depois eu me tirei aquilo da cabeça... Aí fiquei com aquilo. Aí veio imediatamente na cabeça, é mulher! Descartei essa possibilidade de ser coisa do trabalho. É mulher! Nunca tivemos muito problemas nessa área. Mais de 10 de anos de namoro e noivado, uma coisinha ou outra, nada muito grave, nada assim, que pudesse pelo menos me inquietar tanto, ou... ao ponto de ter que tomar uma decisão mais séria, uma coisa assim. E aí pronto, e aí quando veio essa possibilidade de ser mulher pensei logo que poderia ser a minha irmã, que fosse umas pessoas da igreja que a gente tinha muita amizade, tudo. E aí, se for, a gente resolve, né?!

Mas aí quem será essa pessoa? Ele me deixou no trabalho, na porta do fórum e foi trabalhar. Disse que à noite nós conversaríamos. Aí eu entrei com aquilo, sabe já com... Aí eu já tinha certeza que era isso. Quem é essa pessoa? Mas não passou na sua cabeça que fosse ela não? Nunca passou pela minha cabeça, nada, nada. Meu Deus do céu, nunca, jamais, em momento algum. E aí eu fui subindo as escadas, eu fui sentei na mesa, tinha começado um trabalho de manhã e tinha que terminar naquele período. E eu só perguntando a Deus “- quem é essa pessoa?” Assim, sabe, daqui mais ou menos na minha cabeça uma voz me disse bem assim, “é alguém da tua casa”. Mas foi de arrepiar mesmo, eu nunca tive uma experiência daquela. Eu comecei a tremer, chorar, não meu Deus, isso não! Isso não pelo amor de Deus! Isso não! Qualquer coisa, pode ser a minha irmã, pode ser as pessoas da igreja, pode ser quem quer que seja, a minha sobrinha não! Aí eu desabei. E foi terrível. Aí pronto, aconteceu isso. Esperei minha chefe chegar, terminei o documento, ela chegou, assinou. Ela falou: “- Por que você está chorando?” “- É porque tá acontecendo algo muito grave entre eu e meu marido e ele disse que quer falar comigo e tem uma coisa muito séria pra me contar. Aí ela falou: “- e porque você está chorando?” Aí eu falei: “- é porque eu não sei o que vai acontecer, né?!” Parece que algo já tava me dizendo já que realmente era algo muito grave que ia acontecer, né?! E aí... terminei o documento, entreguei para ela, me desejou boa sorte e eu fui. Fui pegar um ônibus no centro da cidade. Aí quando eu cheguei lá eu já sabia de tudo que tinha acontecido como se... sabe?! Não tive dúvida nenhuma mais. Eu me recordo que eu fui de ônibus, mas até hoje, quando eu passo de ônibus, nesse local específico eu me lembro da dor que eu sentia, de como eu estava sofrendo e desesperada naquele momento, né?! Bem controlada, mas... Aí cheguei em casa, ela abriu a porta pra mim e aí eu cheguei tomei um copo de água, sentei na mesa, ela tava com meu filho no braço... Era o primeiro, nós temos dois filhos, são dois meninos. Aí foi só o primeiro filho, ele tava com 1 ano e me parece que 8 meses, eu não me recordo direito não. Ele não tinha chegado, isso deveria ser por volta de umas 4h-4:30h por aí. Então eu cheguei, ela tava com ele nos braços. Meu filho nos braços! Aí eu cheguei tomei água, peguei o meu filho, né?! E aí pedi pra ela que sentasse em uma cadeira, igual como nós estamos aqui sentadas, né?! Numa cadeira, e eu perguntei para ela e falei: “S., ao longo desse período que você está aqui aconteceu... Aí eu já fui direto ao assunto, mas eu também fui de forma, sabe?! Eu fui mãe naquele momento, eu não fui a esposa naquele momento, eu fui mãe mesmo ali...” Aí eu falei para ela: “- nesse período que você esteve aqui, está aqui na minha casa, aconteceu alguma coisa entre você e A.?” Aí ela falou: “- Ahhhhhh, aconteceu, mas foi só uma vez só”, muito tranquila como se tivesse falando de uma coisa qualquer de dentro de casa. Aí eu falei: “- você está grávida?” Aí ela falou: “- sim, estou.” Aí ela já correu pra dentro do quarto, se escondeu, trancou a porta, né?! A reação dela... e eu com meu filho nos braços, o que prevalecia ali, ela está grávida eu não posso, eu não sou de bater ou dizer coisas, né? Eu explodo por dentro, ela ficou com medo de mim, correu para dentro do quarto (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

Quando questionei sobre suas decisões a partir de então e como se deu o processo de reorganização da família diante do ocorrido, ela disse que se sentiu bastante aviltada, considerando que essa foi a primeira de todas as violências que experimentou vinda do ex-marido. A partir dali, segundo sua narrativa, a vida dela mudou para sempre. Entretanto, em que pese ter sofrido muito com a situação, Maria Nádia conta que foi convencida, mesmo não sabendo muito bem como aconteceu, a retomar o casamento logo após ter saído de casa. Para sua surpresa, seguiu sofrendo uma sequência de violências conjugais que ela jamais esperava acontecer diante do ocorrido. Maria Nádia descreve a situação no trecho abaixo:

Deixei casa, deixei marido. E se ela quisesse ficar com ele, ou eles quisessem ficar juntos, tivesse decidido, estariam lá até hoje, que eu não teria movido um dedo em relação a isso, eu tenho certeza. Fui para casa dos meus pais e a pior parte veio aí, porque ele foi atrás de mim, e acabou de alguma forma, eu não sei nem te explicar como, ele permanecendo na minha vida e aí eu... Foi a parte terrível, foi assim... E pior do que isso, ter que conviver com ele, a pessoa que eu mais amava e ao mesmo tempo a pessoa que eu mais odiava naquele momento. Só que era um ódio que não era de bater, não era de xingar... Ele pediu perdão e enfim, essas coisas, desse tipo. Ela foi para casa da minha irmã, minha irmã levou ela para lá. Ele ficou na casa. Só que ele foi para casa da minha mãe e ficou lá, e acabou se infiltrando na minha vida de qualquer forma e foi criando, e foi encaixando de novo ali. E a pior parte veio aí porque ele passou a me maltratar. Ele... imagine que assim, ao meu ver, o que poderia passar a acontecer era ele me tratar melhor, zelar por mim, cuidar de mim. Ele me tratava de forma respeitosa, ele nunca gritou comigo, ele nunca falou alto comigo, eu nunca admiti isso. E a partir daquele momento, ele passou a me reclamar, me dá bronca, me usar palavras, termos coisas assim, de repreensão, de me reprimir... Que ele não permitia nem que eu chorasse, como é que eu não chorava numa situação dessa? E aí os dias foram passando e aí o sofrimento veio realmente (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

Ainda que bastante indignada com a relação violenta que passou a experimentar, a narradora decidiu tentar superar o problema e resgatar seu casamento. Seu relato remete a investigação feita por Tania Cunha (2007), que realizou uma pesquisa sobre mulheres pertencentes a classe média e alta que sofreram violência de gênero. Nesse estudo, a autora constatou que uma das principais dificuldades encontradas pelas mulheres desse extrato social para tomar a decisão de se separar após ser vitimada pela violência doméstica, é justamente a questão patrimonial. Muitas revelaram o medo de perder o poder aquisitivo e o padrão econômico que possuíam enquanto casadas. Ainda que algumas dessas mulheres trabalhem e possuam profissão, em geral, o processo de divisão

desse patrimônio costuma ser lento e litigioso, acarretando, assim, grandes desgastes emocionais e perdas financeiras em favor do homem.

Apesar de não expressar de maneira direta, pelo perfil socioeconômico de Maria Nádia é possível inferir que o aspecto econômico tenha exercido algum peso naquele momento em que ela optou por seguir com o casamento. Por outro lado, acrescento que, no caso em foco, a questão religiosa (com valores cristãos e patriarcais acerca do casamento), explicitamente referida pela narradora, pareceu fator preponderante para a sua decisão. Mas, mesmo tendo passado muito tempo motivada pelas orientações da igreja com forte apelo conservador para o resgate da família, foi, paradoxalmente, dentro da própria religião, com a leitura de um livro, que Maria Nádia encontrou coragem e respaldo para decidir se separar, após sugestão de sua médica para refletir a respeito. Como relata a seguir:

Aí falei essa questão da igreja, que eu não me separava porque, essa questão que... Assim... Até que, até morte os separasse. Então eu vivi durante muitos anos com essa ideia de que tinha que conviver e também eu pensava assim, muito, eu sempre quis ter um marido, me preparei para isso, né?! E eu sei a importância de ter um companheiro, de alguém do lado e tudo, e já que não podia ser ele. Eu não tinha, na minha concepção, do que eu entendia da igreja naquele momento, outra perspectiva, eu não podia buscar outra pessoa, eu não tinha essa possibilidade de tal. Então eu tinha que aguentar com ele, e fui aguentando, aguentando, aguentando até aquele momento que a médica abriu uma conversa comigo um dia e aí ela falou: “M. Nádia., repense sobre as suas, é... o seu conhecimento, as questões que a igreja coloca e tal, reflita sobre isso”. E eu fui pensar e depois Deus colocou na minha mão o livro do padre F. de M. Isso aí foi, vou falar pra você, veja como é a literatura, nos momentos mais difíceis e prazerosos também esteve presente na minha vida. E aí o padre, o livro do padre, ele tinha buscado tudo com acompanhamento psicoterápico e espiritual, inclusive direcionamento espiritual de vários padres, inclusive padre psicólogo que eu já busquei no período, nenhum deles me deram resposta. Eu não tinha chance, eu tinha que morrer mesmo lá com aquela pessoa (tentando construir essa relação). E se eu me separasse eu tinha que viver, realmente, sozinha ali. E eu não vou mentir, eu não queria viver sozinha, mas também não podia viver me matando, né?! Aí nesse livro eu encontrei respostas, tá lá para quem quiser ver o livro. Tem 10 anos, desculpe, 7 anos que separei (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

Como se nota, outro ponto que contou muito a favor da narradora, foi a sua formação em Letras e o estímulo pela literatura e, por isso, o fato dela gostar de ler e escrever. Mas até tomar essa decisão, M. Nádia atravessou fases muito difíceis com



consequências sérias advindas da relação de violência sofrida, culminando em doença mental. Ela engravidou novamente e teve depressão pós-parto, conforme descreve:

E aí eu adoeci mentalmente. Foi um ano, uns dois anos depois, mais ou menos, eu tive meu segundo filho com ele. Aí foram várias outras crises, várias outras situações que foram acontecendo e muitas coisas, né?! Eu tive depressão pós-parto. E é tudo, não vou dizer que é bonito, mas é tudo tranquilo, dá pra suportar, ter depressão, mas eu sei os motivos que me levaram aquela depressão, esses maus tratos continuaram. Depois do segundo filho nós já estávamos em um momento mais tranquilo e tudo, minha saúde estava mais equilibrada, mas era muito sofrimento né?! Passei 10 anos me tratando, né?! Tratamento psiquiátrico, tratamento psicoterápico, vários profissionais que eu busquei ao longo desse tempo. E esses anos o sofrimento todo meu era no sentido de restaurar esse casamento, né?! De reencontrar nele a pessoa que você conhece que durante muito tempo teve ali e tal (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

Com esse dado, a narradora revela ser mais uma a entrar para as estatísticas dos impactos sobre a saúde física e mental observados em mulheres que vivem em situação de violência doméstica. O fato de ter sido diagnosticada com doença mental lhe custou o afastamento do trabalho como servidora percebendo, a partir de então, uma aposentadoria por invalidez com significativa redução salarial, além de outros prejuízos de ordem social e interpessoal. O principal deles foi o processo de estigmatização que passou a enfrentar dentro e fora da família, sobretudo quando surgiram os primeiros conflitos com um de seus dois filhos. Como relata abaixo, Maria Nádia passa a ser desqualificada e sua voz desautorizada, por sofrer de doença mental. Segundo narra:

De todos os maus tratos que eu sofri do meu marido, só uma coisa a pontuar sobre meu ex marido, uma das piores coisas, foram várias coisas, palavras, assim que isso, situações que eu vivenciei com ele de violências graves mesmo. Mas a pior de todas assim, além desses fatos, né?!, foi assim o fato que ele me chamava de louca, me chamava de doente mental, que meus filhos não acreditassem em mim, só que meus filhos cresceram. Eu poderia até dizer que o mais novo nasceu, o mais velho não, mas o mais novo nasceu e foi criado ouvindo ele falar isso de que eu... E não era crise que eu tinha, a crise que eu tinha eu chorava, só chorava, de qualquer desconforto de qualquer coisa que me angustiava eu chorava, né?! Mas até por não saber direito o porquê eu estava chorando, eu chorava. E quando eu falava de qualquer coisa de sonho, de plano, de visões que eu tinha, ou alguma pergunta que eu fazia para ele, ele dizia... “- Não ligue para sua mãe não, meu filho, sua mãe é doente mental, sua mãe é doida, sua mãe não tem mais jeito”. Eles foram criados assim, né? O mais velho com a idade de 10 anos, alguma coisa aconteceu, que até hoje eu tenho essa pergunta e não tenho essa resposta. Alguma

coisa aconteceu com o meu filho, porque assim, do dia para a noite eu diria, ele se tornou agressivo e extremamente é... começou a perder rendimento nos estudos, né?! E passou a me tratar mal, ser grosseiro. O mais velho. E aí com 10 anos de idade ele me bateu, só que eu revidei. Ele foi se queixar para o pai e pela primeira vez na vida, o pai realmente me deu razão, sabe?! Ficou, não apoiou ele. Mas aí já, os conflitos foram se intensificando com os filhos, né?! Aí quando nos separamos, foi aí que realmente veio a separação, né?! E meu filho foi se tornando cada vez mais agressivo. Quando nós nos separamos, eu e meu marido, nos separamos, né?! Aí teve outras situações no meio também, mas assim eu não tenho provas, eu tive indícios fortíssimos, mas eu não tenho provas. A própria questão da pedofilia, me deparei com a possibilidade de ele ter abusado dos meninos. Isso aí, ele sabe disso, eu cheguei a ir ao conselho tutelar e contei a situação, você já perguntou aqui sobre a questão de queixas e tudo né?! E eu fui chamada, nós 2 fomos chamados, né?! Eu fui com minha irmã. Só que lá ele alegou que não desse credibilidade a mim porque eu estava doente mental. E eu falei, olhe, realmente eu estou mesmo doente mental e estou em tratamento, aqui está o cartão da minha médica, Dr L., que me acompanhava na época, aqui está o cartão da médica, mas isso não me impede de ser... Nem por isso eu vou me tornar uma mãe omissa e irresponsável, né?! Antes disso, por conta dessa situação, dessa possibilidade e dos maus tratos e várias situações que surgiram. Mas assim, eu não podia atender telefonema lá em casa, eu não podia ligar, ele queria saber para quem eu liguei, ele não tinha esses comportamentos, passou a ter conflitos (Maria Nádia, 2017, 52 anos, *grifos meus*).

Nesse trecho da conversa, surge um fato considerado agravante que é a desconfiança da narradora sobre o suposto abuso sexual sofrido pelo filho em razão da mudança repentina de comportamento de um deles em casa. Ademais, Maria Nádia passou a ficar alerta após o ocorrido com a “filha” adotiva. A questão pra ela ali era: como fazer a denúncia? Por mais que tivesse tentado buscar ajuda do Estado, sua voz não era validada em razão de ser paciente psiquiátrica. Portanto, como relata, sequer foi realizado acompanhamento pelo conselho tutelar para averiguação dos fatos. Nem ao benefício da dúvida a narradora teve o direito.

Esse tipo de recepção dos órgãos do Estado, a quem caberia acolher, ao invés de desacreditar a demandante, foi descortinado por Saffioti (2004). A autora verificou que a estrutura de grande parte dos equipamentos, bem como o atendimento dos operadores da justiça, não acompanharam *pari passo* os avanços da legislação setorial e das políticas públicas de enfrentamento à violência e proteção das crianças e adolescentes, se mantendo ainda sob a ordem da estrutura patriarcal em que as vozes das mulheres valem pouco, sobretudo a voz de uma mulher com doença mental. Desse modo, em muitos atendimentos, os operadores reproduzem práticas vigentes na forma como são tratadas as

mulheres que apresentam comportamento considerado inadequado e fora da expectativa de docilidade e obediência socialmente estabelecidos como papel de gênero.

Na história, sempre houve estereótipos e clichês para rotular essas mulheres: loucas, histéricas, burras, bruxas. A estigmatização e a estereotipação foi, ao logo do tempo, o tratamento dispensado às mulheres que não correspondiam e nem se adequavam ao que lhes era esperado responder. Mulheres que viviam e se comportavam, sentiam ou viam o mundo de uma forma diferente daquela prescrita por determinados tempos e lugares, eram tidas como loucas ou internadas para curar doenças inexistentes. Isso se perpetua ao longo de séculos, assumindo novas formas de se expressar, mas cujo conteúdo e intenção permanecem os mesmos, quais sejam: desqualificar e não validar a fala das mulheres destoante da ordem dominante.

Infelizmente, pela narrativa fornecida, essa interlocutora se enquadra no rol das mulheres abusadas psicologicamente por recusar se manter na situação de violência constante a que é submetida e buscar, de algum modo, o apoio institucional e familiar. Mas, sua tentativa de denúncia – tanto da violência conjugal que sofreu, quanto a suspeita de abusos sexuais cometidos contra seus filhos – não surtiram qualquer efeito em razão da sua palavra ser recorrentemente desautorizada tanto pelo ex-companheiro, como pela família que não a credenciava apta para afirmar tais denúncias (mesmo havido a comprovação do abuso em relação à suposta filha adotiva com a gravidez inesperada). Ademais, nem as instâncias institucionais sequer se deram ao trabalho de investigar suas suspeitas. Desse modo, pelas sequências dos acontecimentos, é flagrante que essa mulher sofreu violência não só familiar como também institucional e estrutural, tendo sua voz deslegitimada em razão do estigma da doença mental da qual é diagnosticada.

A partir do século 20, se convencionou nomear esse tipo de violência psicológica atribuída à loucura pelo nome de *Gaslighting*, em referência ao filme *Gaslight*, de 1944 – cujo título em português é *À meia-luz*. O filme ilustrou tão bem a situação que acabou por emprestar seu nome a essa forma de violência. Na obra, o personagem Gregory Anton, representado pelo ator Charles Boyer, é o marido experiente da jovem Paula Alquist (Ingrid Bergman). Ele altera o ambiente, esconde objetos e até muda a iluminação da casa para manipular a mulher e fazê-la acreditar que está ficando louca. Por não envolver agressão física ou verbal explícita, esse tipo de abuso é difícil de ser identificado pela vítima, por pessoas próximas, ou mesmo pelas autoridades competentes.

Mas no caso de Maria Nádia, a vítima parecia ter plena condição mental de reconhecer que estava sendo abusada ao ponto de decidir pedir socorro. Como ela própria

narra, esse tratamento recebido pelo ex-marido e pela própria família de origem, respingou na relação com os filhos que cresceram presenciando constantemente as cenas de violência e abusos verbais, o que terminou por impactar a relação com seu filho mais velho de tal maneira que os conflitos foram se intensificando após a separação do casal. Ela relatou as inúmeras vezes que confrontou o filho mais velho, tanto verbal como fisicamente, como analisa:

Eu te falo de tudo que eu passei na minha vida, tudo, tudo que você imaginar, sabe?! Que eu já passei na minha vida, a pior parte foi com meu filho. E aí? A parte mais doída, mais dolorosa, mais pesada, mais tudo que você imaginar, foi com o meu filho mais velho. Tive vários embates com ele. Eu tenho porta quebrada em casa, porta de madeira bem grossa, quebrada com a agressividade... Ele tá bem mais calmo agora, graças a Deus. Ahhh, mas durou muito tempo, eu diria que dura até hoje ainda, só que foi cada vez diminuindo, mas eu falo que foi muita oração, porque ele nunca aceitou, ele não tá bem de saúde, meu filho, sabe?! Ele tem hoje 20 anos agora, as agressões agora são de palavras, mas, assim, a gente já travou no murro, na pancada mesmo, da gente rolar pelo chão mesmo. E eu me defendi, de ele não fazer o mal maior pra mim, porque, eu me lembro, tinha uma sombrinha na mesa, grande, sabe?! Eu peguei como arma mesmo, pra me defender, sabe?! Então isso é terrível para uma mãe. E tem meu filho mais novo, mas ele sempre muito passivo. Ele é muito novo, muito calmo, dócil, carinhoso, super dedicado aos estudos como eu falei, né?! Nunca interferiu em nada, nunca, algumas vezes ele pedia pra parar, mas assim, eu sempre falo isso, sabe?! Ele é super carinhoso. Até um copo de água que eu dê, um copo de suco que eu dê a ele, que eu dou a ele, ele vem me agradece, me dá beijo, carinho, sabe?! Então, ele nunca ficou ao meu favor, ele sempre apoia o irmão. Ele nunca diz uma palavra em minha defesa, nunca! Nem com o pai, eles defendem o pai com unhas e dentes, sabe?! O pai... eu me lembro que uma vez a médica, uma vez falou comigo assim “- N. você precisa”... Os médicos são testemunhas de tudo que eu passei, e aí uma vez a médica falou, uma vez: “- N. você precisa falar para os seus filhos quem é o seu marido, quem é o pai deles. Eles precisam conhecer através de você”. E eu sempre poupei os meus filhos, achando que eu estava fazendo o melhor, para evitar conflito, pra evitar que eles crescessem revoltados, e assim evitar essa questão que eles crescessem revoltados com o pai. Então eu vejo que eles crescerem revoltados comigo, revoltados comigo! Então foi um mal que veio para cima de mim e ainda hoje eu enfrento, tanto que o meu filho mais novo é muito carinhoso, dócil, mas assim... ele não me defende em nada, nada. E até quando eu coloco uma situação um pouco do pai ou do irmão, até quando o irmão faz alguma coisa comigo ou fala alguma coisa ou se rebela de alguma forma contra mim, eu pergunto a ele o que ele acha daquilo, aí ele nunca me dá uma palavra de conforto. Aí eu pergunto “Você concorda?”, “- Não. Eu não concordo.” Mas ele não me apoia (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

Maria Nádia atribui essa relação violenta com o filho a três fatores: a) à suspeita dela de que houve abuso, gerando revolta que se reverteu contra ela; b) à desqualificação e estigmatização (*Gaslighting*) dirigidas a ela, como mãe e mulher, pelo pai ao longo do tempo de casada e, de certa forma, também pela sua família, que não dá a credibilidade necessária e nem valida o que ela diz; e c) aos arroubos de agressividade do filho a um suposto distúrbio psicológico. Além disso, embora considere a relação dela com o filho mais novo bastante carinhosa, se ressentente muito por ele não tomar partido em seu favor diante de cenas violentas; fato que é verificado, uma vez mais, nas relações mãe-filho em que o último faz a opção pelo lado que representa maior poder, como fica nítido no seu relato ao afirmar que o pai segue com sua imagem preservada, defendida e respeitada por eles.

Maria Nádia é uma das muitas mulheres que sofrem com os afetamentos e adoecimentos físico e mental, fruto da patologização da violência psicológica da qual é vitimada. Sua narrativa expressa toda sorte de sentimentos como dores, culpa, tristeza, silêncios, depressão, tolerância, e também afeto e cuidado pela família, sentimentos permeados pela fé que possui de que os laços familiares possam trazer mais alegrias que as tristezas vivenciadas até então. Apurei também nesse relato que o vetor impulsionador da violência familiar é a repetição transgeracional da violência. Quando questionada sobre qual relação faz entre a violência praticada pelo marido e aquela advinda do filho, ela responde:

Essa questão do desrespeito comigo, o ponto chave é o desrespeito, então eu vejo que da mesma forma que meu ex marido não me via como uma autoridade merecedora de respeito dentro de casa e uma companheira agradável né?! Ou uma companhia agradável, eu vejo que o meu filho tem esse mesmo olhar. Aí eu falo que o olhar do filho tem muito mais poder sobre nós, né?! Porque, aí eu falo, meu marido, eu me divorciei, manteve a distância. E do meu filho? Ainda que nós estejamos em ambientes separados, a ligação, não tem como desvincular, né?! (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

Pela inexorável e contínua relação de violência conforme a narradora pensa que está fadada a manter com o filho, talvez o aspecto que mais me saltou aos olhos, nesse caso, foi a notável magnitude do sofrimento psíquico que as violências sofridas geraram nessa mulher. A violência psicológica se sobrepôs às agressões físicas, a tal ponto que na sua escala de sofrimento, Maria Nádia coloca as últimas em segundo plano.

Ao finalizar essa longa entrevista, Maria Nádia revelou que aquele momento foi pra ela muito terapêutico, visto que permitiu avaliar fatos da sua vida que há muito pensava ter superado. Mas, segundo ela, percebeu que existem feridas abertas a serem trabalhadas no acompanhamento psicológico que faz no CRAV. De fato, para mim, foi um encontro bastante difícil, considerando a complexidade da sua trajetória e a sua capacidade de relatar muitos detalhes impactantes, apesar de passados longos anos dos episódios de violência mais graves vividos pela interlocutora.

#### **5.2.6. Maria Silvia – “Ele me empurrou forte, me jogou no chão e se eu reagisse ele me matava”.**

O caso de Maria Silvia me pareceu destoar, em alguma medida, da história de violência familiar das outras interlocutoras. Não só porque a narradora afirma que isso faz parte do passado, tendo superado completamente esse capítulo “terrível” da sua história; como também pelos métodos escolhidos por ela para a resolução do conflito vivenciado. Recordando que Maria Silvia é uma mulher branca, de 57 anos, com escolaridade de nível superior e pós-graduada, mas empobrecida como decorrência do final do casamento. Hoje ela se encontra desempregada e morando de favor na casa da mãe. Quando o ex-esposo anunciou que queria a separação, aquilo caiu na sua vida como uma “bomba”, já que sua ideia de casamento era bastante conservadora e permeada por muita idealização dentro do modelo nuclear hegemônico.

Tendo herdado crenças sexistas limitantes acerca da ideia de abnegação da mulher para preservar o casamento e a família, essa narradora viveu muitos anos sob o jugo do ex-marido a quem dedicou os cuidados do lar, exercendo tripla jornada de trabalho, uma vez que sempre trabalhou como bancária e, depois, professora. Realizava os trabalhos domésticos sozinha, além de dedicar tempo integral a sua vida sociofamiliar numa clássica relação de “dominação-exploração”, ao modo como Saffioti (2004) conceitua.

Ocorre que, em um belo dia de seu aniversário, Maria Silvia conta que, após uma noite de amor – o que tomou como comemoração –, seu ex-companheiro lhe comunicou que estava decidido a se separar sob o pretexto de querer ‘curtir a vida’ e conhecer outras mulheres, ao que ela considerou a maior forma de violência conjugal vivida ao lado dele – apesar da violência psicológica ser presença constante durante o casamento –, dada a maneira como o ex-marido conduziu o processo:

Aí... Ele acordou no dia do meu aniversário e a gente namorou e tudo. Tomamos café e quando terminou o café ele falou: “- M. S., vem aqui no quarto que eu quero falar com você”. O que foi? “- É que eu quero um tempo do nosso casamento” Sem quê nem para quê, de uma hora pra outra, eu tomei um susto tão grande, eu não esperava aquilo. Eu pensei que ele ia me dá um presente, aí daquela forma que foi colocada foi muito forte para mim, sabe?! Da maneira que foi. Ele falou que não tava feliz, que o dinheiro dele tava todo indo dentro de casa, que ele queria conhecer outras mulheres, que ele queria ter uma vida melhor, que não tava bem, que eu fosse ficar com os meninos que ele iria curtir a vida dele. E assim foi, sabe?! Só que ele já tava com uma pessoa lá na faculdade e eu não sabia, ele tá com ela até hoje. Enfim, ele foi embora. Aí, os meninos, da maneira que foi, que ele colocou, chamou os meninos e disse que ele dava até a metade do salário que ele ganhasse, mas ele não ficava mais um dia, que ele não tava mais conseguindo olhar a minha cara, mais ouvir minha voz e tal... Os meninos ficaram muito revoltados na época e eu sofri muito (Maria Silvia, 57 anos, 2017).

A relação de dominação-exploração fica ainda mais evidente quando Maria Silvia relatou que, após a separação, o ex-cônjuge exigiu a venda da casa, que segundo ela, ajudou a construir junto, tanto com o salário como com a realização exclusiva dos trabalhos domésticos e não remunerados:

A gente construiu junto. Eu ajudava em tudo, trabalhava no banco na época. Quando nós fizemos nossa casa, tudo que eu tinha era pra botar dentro de casa, para arrumar, para fazer tudo e depois sair assim... Fiquei muito mal. Minha filha também quando vem de férias, fica aqui, ela chora que ela fala: “- Mainha, cadê nossa casa?” Que lá ela tinha o espaço dela. Nesse momento os meus filhos sempre ficaram muito do meu lado, porque da forma que foi minha separação, foi muito assim, egoísta e fria da parte dele. A gente, assim, a vida toda teve uma vida assim padrão baixo e eu trabalhando para ajudar. Aí eu abri mão de duas faculdades para ele fazer as dele, e ele fazendo as faculdades e eu ficando em casa com os meninos. Aí dizia “quando melhorar você volta” e era assim... (Maria Silvia, 57 anos, 2017).

O relato de Maria Sílvia, mais uma vez, me remete às reflexões de Saffioti (2001; 2004) sobre o patriarcado que, de acordo com a autora, se vincula diretamente ao capitalismo, porque não é somente um sistema de dominação modelado pela ideologia machista; é também um sistema de exploração, “Usa-se o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, porque se concebe o processo de sujeição de uma

categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração.” (SAFFIOTI, 2001, p. 117).

Considerando a dupla contribuição financeira realizada por Maria Silvia na construção do único patrimônio do casal, a repartição do patrimônio em metades iguais é notoriamente injusta, haja visto que não se leva em conta o trabalho doméstico como força de trabalho empreendida para fomentar a aquisição do conjunto de bens acumulados pelo casal enquanto conviventes. A separação e, por conseguinte, a divisão do único bem adquirido durante o casamento, provocou o empobrecimento da família de Maria Silvia, sobretudo, porque segundo ela, a pensão dos filhos paga pelo pai não foi suficiente enquanto estes eram menores. E ela seguiu criando, educando e alimentando sozinha os seus dois filhos. De igual maneira, a parte que lhe coube com a divisão do patrimônio não foi suficiente para comprar outra casa, nem mesmo financiar. Essa condição, aliada a situação de desemprego em que se encontrava no momento da entrevista, a levou a morar numa casa cedida pela mãe.

Em suas pesquisas, Saffioti (1995) constatou deveras que, ainda que durante o casamento a mulher assumisse os cuidados dos filhos sozinha, após a separação o ônus passa a ser ainda maior, uma vez que o fenômeno do empobrecimento e pauperização abrupta advindo daí aumenta o fardo sobre ela. Às mulheres se convencionou estabelecer a guarda integral dos/as filhos/as pela ainda reinante ideologia da maternagem. Inspirada em Badinter, a autora explica que esta ideologia:

Estabelece para a mãe a necessidade social e emocional de, em caso de separação, arcar com a guarda dos filhos e, conseqüentemente, responsabilizar-se por sua socialização. Também o poder judiciário está impregnado desta ideologia, raramente concedendo a guarda dos filhos a outras pessoas que não a mãe. Aparentemente, este processo tem apenas uma cara, e bonita. A rigor, contudo, também apresenta uma outra face, que é feia, pois representa um fardo: trabalhar muito para fazer face ao empobrecimento decorrente da separação e, simultaneamente, incumbir-se de todas as tarefas referentes à casa e à família. Se as mulheres abdicassem do direito/dever de manter os filhos com elas, atribuindo-o aos homens, estes, seguramente, pensariam bem antes de cometer qualquer abuso em relação as companheiras (SAFFIOTI, 1995, p 113).

Quanto a outra forma de violência familiar sofrida por Maria Silvia, essa viria do seu filho, o que ela atribui ao abuso de drogas e a más companhias. Contudo, observei que, como tem sido bastante comum às mulheres analisadas nessa pesquisa, a relação



conjugal mais uma vez reverbera na relação com os/as filhos/as, como se percebe no relato abaixo:

Eu tive uma fase muito difícil com meu filho na adolescência, quando ele começou a usar maconha, foi uma fase muito difícil. Ele tava fazendo o segundo grau, né?! E eu sofri muito, mas assim, nunca desamparei, mas ele teve uma fase muito difícil na nossa casa, que ele queria sair de casa, que ele não queria mais ficar em casa, ele tava assim, bem rebelde. Ele já quebrou cadeira dentro de casa, deu murro em porta. eu dizia pra ele não ia sair, ele quebrava a porta, pulava o muro e saía... Pegava, quebrava a porta... pesada, pulava o muro e saía. Não tinha hora pra chegar, chegava no outro dia de manhã, num estado bem ruim. Foi uma fase muito difícil, mas eu pedi muita sabedoria a deus para que eu conseguisse aproximar novamente ele. Chegou a me agredir... porque eu falei que ele não ia sair e ele me empurrou, me empurrou forte, me jogou no chão e se eu reagisse ele me matava. Isso durou mais de um ano, essa agressão com G., essas coisas dentro de casa. Várias vezes... Ele dizia que eu era careta, que eu não entendia nada, que isso aí ele não tava prejudicando nem a ele nem a ninguém, aquele mesmo discurso que todo mundo diz, né?! E que eu tava fazendo um bicho de sete cabeças, que ele não ia fazer nada demais com ninguém, que o problema era dele, que eu não poderia me meter na vida dele... Isso com 15 anos. Que eu sabia, e que eu era dramática que eu tava sofrendo porque eu queria e que eu não ia ter o filhinho que eu desejei ter... Essas coisas, sabe?! Magoava-me muito com palavras, falava muita coisa que não deveria, se você não fosse assim, você teria meu pai, que num sei o quê, entendeu?! Relacionando a separação... Relacionando... Ele dizia assim, né?! Que era o meu jeito de ser, que eu achava que era certa, mas por isso perdeu meu pai, se eu não me abrisse para as coisas que ele também ia embora. Me ameaçava... Era assim, era bem triste (Maria Silvia, 57 anos, 2017).

Além dos fatores considerados agravantes para disparar a relação violenta enfrentada pela narradora, percebe-se o conflito intergeracional manifestado pelo próprio filho ao cobrar dela uma postura mais libertária para lidar com o fato dele ser usuário de maconha, ao que Maria Silvia se mostrou intolerante em princípio, uma vez que o filho tinha somente 15 anos e ela julgava que ele não possuía maturidade, autonomia e independência suficientes para tal decisão. Durante essa fase, que descreve como muito difícil, Maria Silvia lamenta que o pai não tenha interferido em nada, se mantendo à distância apenas como observador, emitindo opinião esporadicamente.

Para tentar superar o problema, Maria Silvia lançou mão dos dispositivos que possuía, mobilizando alguns amigos através de uma rede de solidariedade com os quais ela contou durante o momento mais delicado da relação. Ela é escolarizada, possuindo acesso à educação formal superior e à participação política em espaços de ativismo, os

quais lhe renderam capital simbólico fundamental para encorajá-la a estabelecer uma relação de reaproximação e acolhimento com o filho.

Para não incorrer em generalizações sobre como opera o sistema de opressão de gênero, vale atentar para o modo como as relações sociais entre os indivíduos e suas particularidades são produzidas, como se organizam e o modo como absorvem e reproduzem valores, poder e direitos nos mais diferenciados ambientes de sociabilidades. Ou seja, trata-se de identificar como os valores objetiva e subjetivamente construídos são introjetados, vivenciados e reproduzidos na vida cotidiana. Assim, utilizando-se desse lugar de acesso aos saberes e do amparo encontrado nas relações sociopolíticas que a envolvem, ao longo do tempo M. Silvia conseguiu construir e resgatar a relação de confiança e afeto entre ela e o filho.

Na sua entrevista, ficou patente que a narradora potencializou os efeitos da educação formal, tanto naquela oferecida ao filho, como também, a sua própria, utilizando desse conhecimento para interferir e gerir os problemas com o mesmo. Durante alguns anos, buscou a estratégia de mudança de escolas negociando com o filho, ao mesmo tempo em que procurava dialogar com profissionais e interlocutores nos espaços de educação e de pesquisa, a fim de encontrar alternativas para a resolução desse conflito mãe-filho. Analiso suas estratégias de superação no próximo capítulo.

Ao finalizar a entrevista, não pude deixar de expressar admiração e empatia pela trajetória narrada de maneira tão auto-analítica por Maria Silvia. Ficou evidente que os dispositivos de um saber político produzido e respaldado coletivamente nos espaços sociais dos quais faz parte privilegiaram nitidamente a sua formação e influenciaram a sua visão de mundo sobre a vida social.

#### **5.2.7. Maria do Socorro – “Ela dizia que eu era sapatão, que eu tinha caso com amigas, ou que eu tinha homem, que eu traia o meu esposo”.**

Em discussão realizada na seção anterior, ressaltai que Maria do Socorro foi a única interlocutora entrevistada em sua casa, o que oportunizou ouvir, também, a sua neta, que insistiu em dar seu testemunho sobre a convivência familiar conflituosa. Nessa seção, faço a opção por analisar apenas a entrevista da interlocutora, mas recorro, sempre que julgo necessário, ao caderno de anotações do campo em que aparece a narrativa da neta,

utilizada como recurso complementar para reforçar e/ou confrontar as duas narrativas; sem, com isso, pretender invalidar a voz da interlocutora principal.

Lembrando que Maria do Socorro é uma mulher de 65 anos, branca e de classe média, moradora de bairro central no município. Ela tem duas filhas, sendo a mais velha sua algoz. A mais nova mora em outro país, acompanha os conflitos e a apoia à distância. Maria do socorro é autônoma, comerciante, divorciada e vive apenas com sua neta, de quem possui a guarda. Segunda afirma, é ‘pai e mãe’ da neta, compartilhando com ela todos os momentos da vida e assumindo inteira responsabilidade financeira e de cuidados sobre sua formação.

Essa circunstância é fruto do histórico de violência que ambas, avó e neta, carregam. Assim como as demais narradoras, Maria do Socorro viveu a experiência da violência conjugal e também de violência familiar com uma relação marcada por episódios de abusos físico, moral e psicológico, advindos da sua filha mais velha – mãe da neta de quem ela cuida. Segundo Maria do Socorro, ela cuida da neta desde que a mãe pariu, “abandonou aqui e largou, não vinha nem alimentar” (Maria do Socorro, 65 anos, 2017). Ao falar das violências experienciadas, a narradora inicia contando sobre um dos últimos episódios de violência conjugal, entre tantos outros, que considerou o limite da sua convivência com o ex esposo:

Ele falou: “- sua vadia, sua vagabunda, fale que você não é vagabunda”. Peguei a mão dele, tirei de cima de mim, falei assim: “- não toque em mim seu moleque, se você tocar em mim eu vou chamar a polícia”. Aí ele tirou a mão, ele falou: “- não vou lhe bater, não”. Eu falei: “- só em você pegar no meu braço você já está me agredindo, fora essas barbaridades que você fala de mim”. Aí quando foi no outro dia eu procurei a justiça e eu pedi, que eu não tava suportando porque eu tava dormindo com a porta do quarto trancada com medo (Maria do Socorro, 65 anos, 2017).

A violência moral descrita pela narradora diz respeito à sua desqualificação pública ou privada, utilizando, para isso, ofensas, discriminação e humilhação verbais e gestuais. Como se não bastasse a agressão sofrida pelo ex-esposo já ser suficientemente grave, Maria do Socorro conviveu com os mesmos tipos de violência praticados pela filha, que a agredia desde a adolescência, inúmeras vezes sendo apoiada pelo pai, sempre acobertando suas investidas contra ela. Para além dessas violências retratadas, a narradora acusa o ex-companheiro de atentar contra a sua vida por mais de uma vez, tendo colocado em risco, também, a integridade da própria neta. Uma vez que estão sempre juntas,

coabitando a mesma casa, isso a deixava exposta aos mesmos perigos enfrentados por ela.

E relata:

Porque ele tentou me matar de várias formas, colocando coisa na água... Eu mandei fazer a análise da água. Colocando em suco, em iogurte, na granola... Ele... na fruta. Eu encontrei um dia numa tampa de agulha de seringa junto das panelas, em cima do granito, junto da pia, bem juntinho da máquina de lavar. A tampinha e a casa, que eu não tenho ninguém além de mim, quem cozinha sou eu, quem lava prato sou eu e eu jamais coloquei aquela tampa de seringa ali, e apareceu. Então, eu tava sendo envenenada de todas as formas aqui em casa. Até a última investida foi com um xeique, até guardei o xeique, mas eu nem vou mandar, meu irmão pediu que eu mandasse para Salvador para analisar, para ver o que tinha dentro, mas eu já vou, até vou mandar, porque eu acordei, desmaiei. Eu tava conversando com meu namorado, tava no telefone com ele, era cedo ainda, eu tinha feito o xeique para mim e para Mariazinha, aí ela falou: “- vovó eu nem quero hoje, porque eu tomei sopa na casa de vovó V”. Aí eu falei: “- eu fiz para nós duas, então eu tomo o de nós duas”, porque eu dava a ela para ela perder peso e eu tomava para eu ganhar peso, porque eu comia e depois eu tomava o xeique depois da janta... E aí quando... Eu tava sentindo mal, começou um formigamento nos pés e nas mãos, começou a formigar e subir daqui para a garganta e ele falava assim: “- amor, você tá com sono, vá dormir”. Aí eu falava: “- não tô com sono não”. “- Vai meu bem, vá descansar”, mas eu falei “- eu não tô com sono”. Eu acho que eu não tava falando coisa com coisa, mas ele achava que eu tava com sono, né?! E aí, eu, quando foi umas 11h mais ou menos, eu levantei, tomei um antialérgico, não melhorou. Aí eu levantei, comi noz-moscada e aí como eu tava piorando muito, aí eu falei com ele: “- ô amor, vou dormir que amanhã eu tenho que levantar 5:30h da manhã para ir para o pilates, eu vou dormir”. Aí quando eu desliguei o telefone... foi desligando o telefone, eu já levantei de vez, porque dei a vontade de vomitar, que foi a minha sorte, eu acho que foi a noz-moscada que botou pra fora. Aí eu levantei, comecei a vomitar e já desmaiei e eu só acordei 4 e tanta da manhã com Mariazinha no quarto. Ela levantou e falou: “- vovó o que é isso?” Aí eu falei... ela “- vovó, vovó, o que é isso?!?!?!?” “- Isso o que?” “- Isso aqui no quarto”. Eu senti uma dor terrível nos pulsos, eu não tava suportando a dor nos pulsos. Eu acho que eu tentando me segurar de pé, eu desmaiei e devo ter forçado, porque eu tava meio caída em cima da cama, e eu tava congelada, eu vomitei o quarto todo, obrei o quarto todo e urinei... Toda urinada, obrada e vomitada... (Maria do Socorro, 65 anos, 2017).

Quando estimulada a refletir sobre as razões a que ela atribui ser vitimada por tamanha violência familiar, Maria do Socorro afirma que os conflitos familiares iniciaram desde a adolescência da filha mais velha, quando ambas divergiam e se confrontavam ferozmente, sempre com o apoio do pai em detrimento da sua autoridade sobre a filha. A narradora atribui os conflitos a três fatores precipitantes ou *gatilhos* para a eclosão da

violência na família: a) a ‘ousadia’ dada à filha pelo pai (aliança intergênero e intergeracional; b) o uso de drogas; c) a relação de conflito entre os valores morais dela e da filha, que a julgava ‘careta’ (conflito intergeracional); e d) mais recentemente ao interesse patrimonial. O relato abaixo, ilustra quase todos os aspectos citados:

Adolescente já, ela falava com os amigos, inclusive até para minha outra filha escutar, ela falava que eu servia gelada numa mesa, né?! Que desejava que eu morresse, né?! A mais velha. E eu sempre levei isso... nunca me incomodei assim tanto com essas coisas. Achei que era na hora da raiva. Ela sempre quis ser assim, muito liberal e muita coisa eu não aceitava. Ela, e por conta disso essa... E o apoio que o pai sempre deu a ela, a falta de respeito começou daí, da cobertura que ele dava. Ele achava, eles as vezes até sorria, ele achava engraçado e eu não me dava conta disso. Ela levantava calúnias, ela dizia que eu era sapatão, que eu tinha caso com amigas. Ela dizia que eu tinha homem, que eu traía o meu esposo, que eu tinha... Mas a relação dela com ele era boa. Porque ela é idêntica a ele... Eu tenho certeza que ela é usuária de drogas, quando eu falava com ele, ele dizia que louca era eu. Quando eu falava com o pai: “- bora procurar uma ajuda para P. porque ela tá precisando de ajuda”, aí ele falava que... E ele dizia que quem precisava de ajuda era eu, que era louca. Eu que era louca né?! Então essas coisas assim que machuca muito. Eu ainda tava dormindo no quarto com ele. Eu trancava a porta com medo dela e ele abria a porta e aí eu fiquei tão apavorada que eu saí do quarto. Porque eu pedi a ele para sair do quarto e ele disse que não saía do quarto. Aí eu saí do quarto fui pra o quarto de visitas e ela ficava no quarto dela, né?!... Em dois dias a juíza deu afastamento dela. Deu medida protetiva e aí foi um alívio total, mas ele continuou trazendo ela aqui. Aí como ele trazia para me afrontar, dizia que a casa era dele também e que ela ia entrar de qualquer forma, ela ia entrar, e queria ver quem é que tirava. Aí eu ligava para a polícia, quando a polícia chegava ele saía pelo fundo, correndo com ela, entendeu? Eu abri mão de... Eu tinha direito a uma herança, de uma poupança que a gente tinha também, que não era pouco. Ele tem outros carros, mas botou em nome de outras pessoas, de terceiros, e a gente tinha uma roça e essa casa. E ele sabe que a roça vale muito mais do que a casa (Maria do Socorro, 65 anos, 2017).

Além dos aspectos atribuídos pela narradora, nesse momento do relato é possível captar outros agravantes da relação familiar violenta, tal como visto nas experiências comuns de duas mulheres entrevistadas. Assim como vivenciado por Maria Nádia, Maria do Socorro também foi perseguida, ameaçada e taxada de “louca”, além de ser caluniada. Ao mesmo tempo, sofreu acusações explícitas de ‘traição’ com conteúdo discriminatório de orientação sexual estando, desse modo, sujeita a tentativa de controle sexual, sendo violentada moralmente pelos seus dois agressores, pai e filha, do mesmo modo como foi vigiada e condenada Maria Mariá, pelo seu comportamento sexual supostamente errante.

Como se não bastasse a violência simbólica sofrida por parte da filha, a narradora relata ter sido atingida também por empurrões. Em suas palavras:

Quando eu ia passando, ela bateu assim, eu me bati na parede. Aí pronto, ela falou “- só uma mãozada na cara, mais uma paulada na cabeça, só uma paulada na cabeça”. Aí eu cheguei, entrei no quarto, botei as roupas em cima da cama e falei “- já desocupe os braços, agora você pode pegar o pau e vir rumar na minha cabeça e agora que eu tô com os braços desocupados”. Aí ela começou a me agredir verbalmente, aí eu também não aguentei: “- você tá pensando que eu vou deixar você me bater? Pode vir! Que para você eu tenho a polícia. Pode vir me agredir que eu vou chamar a polícia”. Aí quando o pai viu ela me xingando, ele tava no quarto, aí ele saiu ligeiro, empurrou ela ligeiro. Eu perguntei: “- Era isso que você queria? Se era isso você já conseguiu (Maria do Socorro, 65 anos, 2017).

Como se pode observar em seu relato, a despeito da agressão sofrida chegar às vias de fato da violência física, seguida ainda de mais ameaças, Maria do Socorro não hesitou e nem se deixou intimidar. Buscando se defender, adverte a filha agressora que vai se valer do suporte da proteção policial.

### **5.3. Violência familiar e transmissão geracional**

Diante das trajetórias pessoais permeadas pelo histórico de violências das mulheres examinadas nesse capítulo, fica patente a importância de enxergar a/o sujeita/o a partir do que herdou das gerações anteriores. Além disso, é importante buscar compreender, sobretudo, os rebates dessa herança ligados à transgeracionalidade e à intergeracionalidade. Embora não seja um dado pré-determinante, a experiência da violência vivenciada em família, sobretudo na relação mãe-filhos/as aqui analisada, parece revelar uma aparente continuidade ou extensão da relação conjugal, uma vez que todas as mulheres entrevistadas relataram práticas conjugais disfuncionais e violentas na maneira de se relacionar.

Como discutem d'Oliveira, Schraiber, Hanada e Durand (2009), as experiências na família de origem apresentam forte relação com a violência doméstica. Testemunhar as agressões contra a mãe e/ou sofrer violência física cometida pelos pais aumentam o risco do indivíduo se tornar também perpetrador/a de violências. Sob as lentes da análise transgeracional, observei o grau de influência exercido pelas respectivas famílias, em que foram evidenciados aspectos de repetição de agressividade. A violência, neste sentido,

pode ser entendida como uma herança familiar, também sendo aprendida através da transmissão geracional.

Por conseguinte, percebo que os/as filhos/as reportados/as nessa pesquisa escolhem a violência como modelo de resolução dos conflitos com suas mães, representando uma seqüela da referência de um modelo herdado da experiência familiar. Suas memórias certamente trazem as marcas da violência conjugal que fez parte da convivência familiar e da comunicação realizadas pelos pais. Nestas relações, a figura paterna tinha, majoritariamente, ascendência na prática dos abusos contra a mulher-mãe, o que denota haver certa influência dos modelos transmitidos pelo casal nas práticas relacionais permeadas pela violência sexista, nas quais o sujeito subalternizado seguiu, na seqüência, sendo o mesmo alvo preferencial dos abusos, agora cometidos pelos filhos e filhas.

Em que pese a reação/transgressão de muitas mulheres diante das violências sofridas (o que será analisado no capítulo adiante), constato que a ruptura do ciclo de violência é um passo muito desafiador para mulheres-mães, especialmente quando vitimadas por filhos/as. Neste tipo de relação prevalece uma engrenagem patriarcal que ainda estrutura a sociedade, operando em diversas frentes para a manutenção de uma dada ordem de coisas que reificam papéis de poder bastante antagônicos no território da família. Ainda assim, utilizando-se de distintas estratégias e formas de rupturas do ciclo de repetição de violências, as mulheres reagem, amparando-se, cada qual a seu modo, nos dispositivos acessíveis com os quais podem contar, em várias ordens, para construir novas e diferentes perspectivas. Este é o tema do próximo capítulo.

## 6. VOZES, DENÚNCIAS E AGENCIAMENTOS

*“Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida”*

Milton Nascimento

Neste capítulo analiso as narrativas limítrofes dos conflitos no cotidiano familiar que sugerem as razões pelas quais as mulheres tomaram a decisão de buscar ajuda nos equipamentos de segurança e/ou de assistência, bem como no acolhimento parental ou de outras pessoas das suas redes de relações. Como visto, nas narrativas das entrevistadas aparecem conflitos que podem atravessá-las em diversas etapas da vida, inclusive de forma entrecruzada, envolvendo outros entes familiares.

Portanto, a dimensão transgeracional de opressão ajudou-me a situar estas mulheres numa trajetória de violências marcada pelo ciclo de continuidade e repetição que busquei compreender na relação mãe/filha/o. Neste capítulo, busco compreender se as diferentes modalidades de violências relatadas por elas e praticadas pelas/os filhas e filhos interferiram na decisão do passo seguinte à ocorrência: a denúncia. Minha intenção é identificar se e como cada mulher-mãe estipula um tipo de violência ou comportamento limite para denunciar ou buscar ajuda.

Ademais, analiso fragmentos da trajetória de suas vidas depois das denúncias ou pedido de ajuda, problematizando possíveis reiteraões, negociações e/ou descolamentos do lugar social hegemônico de mãe elaborado pelo patriarcado. Interessa-me compreender como a vida destas mulheres foi alterada depois do salto dado para a visibilidade social de suas experiências com as violências intrafamiliares. Categorias como produção de autoconsciência, emancipação, empoderamento, vitimização *versus* culpabilização, vítima *versus* sujeita, autonomia, deslocamentos múltiplos, agenciamentos, entre outras, serão aqui analisados por dentro de movimentos de qualificação atribuída individual e/ou coletivamente pelas mulheres que muitas vezes foram, para mim, imprevisíveis como hipóteses desta pesquisa. Em resumo, neste capítulo as “Marias” revelam suas estratégias de autoproteção, lançando mão, para tanto, dos dispositivos legais, afetivos e/ou sociais acessíveis a cada uma e acionados de diferentes maneiras, a depender das demandas apresentadas.



## 6.1. Vitimização *versus* culpabilização

Como pontuei no capítulo anterior, o debate sobre a violência de gênero contra as mulheres foi engendrado por diversos entendimentos para explicar a reação das mulheres em situação de violência. O centro desse debate, até então inacabado, situa-se na discussão sobre vitimização *versus* culpabilização. A pesquisa realizada por Maria Amélia Azevedo (1985), intitulada “Mulheres Espancadas: a violência denunciada”, representou um marco importante dentro do campo feminista. Ao analisar mais de 2.000 boletins de ocorrência no município de São Paulo, a autora deu visibilidade ao fenômeno que até a década de 1980 era pouco estudado no Brasil. Naquele contexto, as mulheres eram vistas como vítimas passivas e inexoravelmente fadadas à violência praticada pelos companheiros homens. A discussão, até então, era em torno da violência contra as mulheres.

À medida em que novos estudos sobre violência contra as mulheres, doméstica, familiar e de gênero foram surgindo, inclusive inspirados pela pesquisa de Azevedo, novas abordagens tomaram forma, trazendo elementos em que, segundo a opinião de autoras como Saffiotti (2004) e Cecília Santos e Wânia Isumino (2005), Azevedo não conseguiu avançar. A partir daí muitas críticas a essa corrente foram tecidas, considerando que a postura vitimista postulada acerca da condição das mulheres que sofriam abusos não dava conta de compreender e reconhecer a capacidade de reagir das sujeitas que enfrentam, dentro de suas possibilidades, às investidas da violência masculina.

Outras pesquisas já começavam a evidenciar a ação dessas mulheres, a exemplo do estudo realizado na década de 1990 por Maria Filomena Gregori, cujo título é “Cenas e Queixas”. Neste trabalho, a autora realiza entrevistas com mulheres que fazem parte do projeto SOS-Mulher e “analisa as contradições entre as práticas e os discursos feministas na área de violência conjugal e as práticas das mulheres que sofrem violência” (SANTOS; ISUMINO, 2005, p. 6). Utilizando as entrevistas realizadas com as mulheres em situação de violência conjugal, segundo Santos e Isumino, a autora avalia que:

Elas não são simplesmente “dominadas” pelos homens ou meras “vítimas” da violência conjugal. Baseando-se nessa observação, Gregori rejeita a abordagem sobre violência contra as mulheres adotada nas pesquisas que têm por objeto denúncias feitas pelas mulheres em situação de violência. Crítica, por exemplo, a abordagem de Maria Amélia Azevedo, considerando-a problemática

por pressupor papéis de gênero de maneira dualista e fixa. (SANTOS; ISUMINO, 2005, p. 6).

Ainda conforme salientam as autoras, Maria Filomena Gregori considera que a violência conjugal deveria ser vista como uma parceria entre o casal e que eles, supostamente, se comunicam em comum acordo, mesmo que, contraditoriamente, se dê forma perversa. Desconsiderando a presença da relação de poder desigual entre os pares, a autora a relativiza a relação conjugal, entendendo a mesma como mais do que um jogo de poder. Para ela, a violência conjugal trata-se de um jogo relacional; perspectiva que, segundo Santos e Isumino (2005), seria a responsável por provocar um dos debates mais acalorados dentro do movimento feminista acerca da dualidade do papel da mulher frente à violência conjugal sofrida. Gregori relativiza o binômio dominação-vitimização e, assim, emerge um debate sobre a ideia de cumplicidade nas pesquisas sobre violência doméstica. Entretanto, as autoras citadas fazem algumas ressalvas:

A nosso ver, Gregori traz uma importante contribuição aos estudos sobre violência contra as mulheres. É necessário relativizar o modelo de dominação masculina e vitimização feminina para que se investigue o contexto no qual ocorre a violência. As pesquisas sobre o tema vêm demonstrando que a mulher não é mera vítima, no sentido de que, ao denunciar a violência conjugal, ela tanto resiste quanto perpetua os papéis sociais que muitas vezes a colocam em posição de vítima. O discurso vitimista não só limita a análise da dinâmica desse tipo de violência, como também não oferece uma alternativa para a mulher. Concordamos que a mulher também possa ser cúmplice de sua própria vitimização, mas fazemos algumas ressalvas à análise de Gregori. A primeira ressalva se refere à sua perspectiva teórica. Na mesma linha de Heleieth Saffioti, entendemos que não se pode compreender o fenômeno da violência como algo que acontece fora de uma relação de poder. Por afastar de sua análise qualquer referência ao poder, Gregori assume uma igualdade social entre os parceiros. A segunda ressalva diz respeito à forma como Gregori analisa seus dados. Apesar de pretender “entender os contextos nos quais a violência ocorre e o significado que assume”, Gregori não examina de fato esses contextos (SANTOS e ISUMINO, 2005, p. 8).

Como citado pelas autoras, Saffioti (2001) também comunga da mesma ressalva quanto à presença da relação de poder desigual entre homens e mulheres, mas discorda da ideia de que exista cumplicidade. À luz da análise das contradições, reconhece que as mulheres cedem, mas não consentem, salientando que as mulheres sempre reagem, ainda que essa atitude não seja transformadora da sua realidade. Diante de um contexto onde a correlação de forças é desigual, muitas vezes as mulheres cedem até mesmo para negociar

a sua própria sobrevivência. Ademais, Saffioti critica fortemente as abordagens consideradas duais por não levarem em conta a sociedade em sua totalidade, repleta de contradições, desigualdades e iniquidades. Para ela:

Trata-se de um equívoco, pois nenhuma relação social se passa fora da estrutura. Todas elas obedecem às normas que estruturam a sociedade por inteiro. Conceber relações interpessoais separadamente da estrutura de classes representa visão dualista, que não contribui para esclarecer porque a sociedade comporta violência intrafamiliar, doméstica, contra mulheres e de gênero. Perceber as diferenciações internas da sociedade significa enorme contribuição. Sob pena de se perder a visão da sociedade como totalidade, não se podem separar relações interpessoais e estruturais (SAFFIOTI, 2001 p.136).

A autora já havia sugerido como formulação teórica propositiva a distinção entre ‘vitimação’ e ‘vitimização’. Enquanto a primeira repercute na esfera do que ela chama de macropoder; a segunda se restringe à esfera do micropoder. Ao falar das formas de violência interpessoal, ela pontua a necessidade de se usar “mulheres em condição de violência” ao invés de “mulheres vítimas de violência” Em sua perspectiva, a mulher vista como vítima impõe o entendimento de que não há possibilidade de reação, e que já é algo dado sem possibilidade de mudança nas relações de gênero. Para a autora, as mulheres têm reação e podem se emancipar, já que são sujeitas portadores de consciência. Partindo deste pressuposto, alega que devemos fazer distinção entre “desigualdade permanentes” e “desigualdade temporária”. “Mais do que isto, as probabilidades de mudança na desigualdade permanente são remotas, ao passo que a desigualdade temporária acaba se invertendo ao longo da vida” (SAFFIOTI, 1995, p. 30).

Ou seja, só se vislumbra a possibilidade de transformar as relações vigentes na sociedade, a partir da desnaturalização dos processos socioculturais cristalizados, levando em conta que a cultura e a natureza não são estáticas e sua mutação ocorre em função das ações e da relação de força em disputa exercidas pelas/os diversas/os agentes sociais ao longo da história.

Considerando o tecido social contraditório, alertado por Saffioti, na próxima seção analiso as distintas situações de reação e/ou de vitimação/vitimização; reiteramentos e/ou deslocamentos, bem como as motivações que definiram possíveis tomadas de decisão narradas pelas interlocutoras desta pesquisa.

## 6.2. Denunciando o/a filho/a agressor/a: o acolhimento parental e institucional e a importância da Rede de Atenção à Mulher

Para a maioria das interlocutoras, a opção de fazer a denúncia da violência sofrida advinda de filhos ou filhas nem sempre foi pela via institucional. Das 7 entrevistadas, 4 fizeram denúncia formal em algum órgão de proteção e segurança pública especial, como a DEAM ou Vara especial do Fórum e 3 decidiram confidenciar sua experiência com algum parente e/ou amigo, esperando algum tipo de amparo de ordem afetiva ou emocional. Mas, mesmo aquelas que não fizeram denúncia formal, de alguma maneira resolveram buscar apoio psicológico, jurídico e social nas entidades que compõem a rede de atenção à mulher, como os CRAS e o CRAV. Assim, deve-se considerar que todas trouxeram à baila ou visibilizaram, de alguma forma, a situação de violência intrafamiliar vivenciada. Entre as mulheres que contaram com o apoio de parentes e amigos, ainda que poucos, está Maria Clara. No trecho abaixo ela expõe as razões de não ter denunciado o filho e a filha:

Não, só assim, se vier alguma coisa para mim, é lógico, porque aí eu vou rebater. Se eu sentir ameaçada assim de qualquer coisa, de me levarem em algum canto, aí eu vou me explicar o porquê aconteceu aquilo... Eu não sei se foi errado, mas eu só sei, como eu disse aqui, aquilo que eu não dou jeito, aquilo que eu não posso fazer nada, eu fico na minha quieta, me afasto. Então eu peguei e mandei bloquear ela e ele do meu *zap*, para num tá... E ela é daquele tipo que conversa as coisas por rede social. Então assim, eu fico na minha quieta. Aí para eu não tá vendo, nem ouvindo, eu peguei e mandei bloquear o nome dele e o nome dela no meu celular (Maria Clara, 57 anos, 2017).

Até 2017, momento em que conversamos, Maria Clara, ao que parece, não havia estabelecido algum limite para os conflitos como suficientemente merecedor da denúncia formal. Apesar disso, ela não desconsiderava a possibilidade da denúncia, caso se sentisse ameaçada. Ela diz não confiar na ajuda de amigos, optando por buscar apoio de parentes, como a irmã e a própria mãe, além do amparo institucional do CRAV e da terapia ocupacional que faz, produzindo artesanato. Como relata a seguir:

Eu venho sempre aqui. Quase dois anos. Eu venho sempre aqui. Eu não sei direito quando eu comecei não, eu venho sempre aqui. Eu procuro me afastar, porque sempre que eu tô dentro da minha casa sozinha e Deus, fico lá com meus devaneios, minhas, como é que chama? Meus artesanatos. Eu tô com minha mãe e minha irmã. É só

o que me resta. Eu fui caçula até os 17 anos. Tenho amigo... Assim... porque na verdade, na verdade, eu não sou aquele tipo de pessoa. Eu sou meio chata, eu não vejo todo mundo como amigo, porque eu sei que a maioria das pessoas só querem saber muito de você, captar muita coisa de você e no final das contas, quando você precisa, não tá ali. Eu mesma só tenho Deus, minha mãe e minha irmã. E o CRAV, eu sou muito fechada, muito reservada, eu não gosto de tá falando certas coisas da minha vida para todo mundo. Eu não gosto de tá participando... minhas coisas eu resolvo do meu jeito, pronto! (Maria Clara, 57 anos, 2017).

Maria Cristina, assim como Maria Clara, preferiu não denunciar formalmente a violência sofrida na relação com a filha. Optou apenas por buscar amparo institucional, uma vez que a relação existente com a irmã antes dos conflitos familiares passou a ser ainda mais difícil e pouco confiável. Assim, prefere não comentar seus problemas de modo a evitar potencializar tais conflitos. Quanto questioneei se contava com algum tipo de amparo familiar, a resposta foi a seguinte:

Não. Porque antes eu confidenciava com minha irmã, minha irmã... Por isso que eu tô te falando. Minha irmã, eu amo de paixão. Mas, eu não confio mais nada em minha irmã. Não desabafo mais nada pra minha irmã. E o que ela já me confidenciou, eu nunca falei nada pra ninguém. Nem com minha mãe, nunca falei (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

No CRAV, para onde foi encaminhada por conta dos problemas anteriores com o ex-marido, Maria Cristina passou a receber atendimento psicológico há dois anos e narra sua experiência de maneira bastante positiva, “em todos os sentidos”, segundo ela (Maria Cristina, 60 anos, 2017). E continua:

Até, assim... Eu era muito assim, chorona. Eu era... Não respondia ninguém. Você tá entendendo? Hoje eu sei dá uma resposta pra uma pessoa, você tá entendendo? Até a minha própria filha... Ela me respondia e eu não sabia responder. Essa semana mesmo, esses dias atrás, aí... Porque eu passo pra ela né? Que ela não gosta de passar ferro. Ela lava as roupas delas, mas não gosta. Aí falou: “- ô, mãe, eu pago Maria pra passar ferro, a senhora não quer esse dinheiro pra senhora, não?”. Eu disse: “- Eu quero. Não custa nada, enquanto eu tô com meu netinho brincando, vai passando, normal.” E ela gosta porque eu passo já tudo separadinho, as coisas. E ela só faz guardar, né? Aí esses dias eu cheguei lá, fui lá passar ferro, aí eu falei assim, eu passando ferro, né?: “- Aproveita o sol, as roupas que tem, bate logo, que já deixo tudo passada”. Ela foi e botou na máquina pra lavar. Aí quando terminou tudo, eu falei assim: “- vem estender”. Eu passando ferro. Aí ela foi e falou assim: “- Porque que a senhora não estende aí?” Eu falei: “- Eu tô ocupada. Passando ferro. E você tá

fazendo o que?” “- Ah, eu tô aqui.” Aí eu falei “- Tá bom”. Não falei nada. E eu gosto de cantar, cantarolar baixinho. Ela, de lá, pensou que eu estava falando alguma coisa. Ela foi e me falou outra. Eu falei: “- você me respeite!” Ô, minha filha... Não é com agressão, não é com nada, sabe? Me impus, né? Então, é assim. Eu não falaria isso com isso. Mas, também, ela piou minha filha. Calou a boca. Isso aqui tem sido uma benção pra mim. Minha irmã me dá piadinha, tem vez: “Que nada, negócio de psicólogo.” Pois eu gosto. Ê diabo! Dá o dia de vim... Eu só não vim umas duas vezes, eu acho. A gripe me pegou que fiquei acamada mesmo. Só em ela me ouvir, falar, falar, sabe? Aquilo me desafoga tudo. E sabe por quê? Eu aprendi mais, sabe por quê? Porque hoje enfrento, hoje enfrento. Por isso que eu tô te falando, às vezes, eu podia chegar pra minha mãe, pra minha irmã confidenciar. Não confidencio. Jogo tudo aqui, ó. Descongestiono, e pronto. Ficou aqui. Acabou, pronto. Eu sei. Acabou. Você tá entendendo? Eu tô aprendendo. Às vezes eu ia sem maldade. Assim, sem malícia nenhuma, confidenciar. Minha irmã, até hoje, ela tem um negócio de ficar assim... Da vida dela ninguém sabe nada. Nada, nada, nada. Agora, da gente, ela fica assim... (Maria Cristina, 60 anos, 2017).

A decisão de Maria Cristina, que disse não contar com apoio familiar, evidencia um cenário de relativa autonomia emocional e produção de autoconsciência sobre sua condição de saída daquela situação de violência. Neste sentido, fica evidente o papel da subjetividade humana, na medida em que demonstra que muitas mulheres mobilizam suas forças de acordo com sua história, experiências e contexto vivenciados ao longo da vida.

Tal comportamento, observado entre muitas entrevistadas, reforça a constatação de que a forma de reagir e enfrentar as violências é plural e complexa, não universal, cabendo às ações políticas de prevenção e combate, um olhar multidimensional sobre o fenômeno. Maria Cristina, apesar de decidir não denunciar a filha formalmente aos aparelhos de justiça do Estado, contou com o suporte assistencial de um deles e se fortaleceu para se impor e enfrentar cotidianamente os conflitos familiares.

Entre as mulheres que não fizeram a opção pela denúncia formal, um caso me chamou especial atenção: o de Maria Silvia, que sofreu a experiência de violência partindo do filho, inclusive física. Como já analisado no capítulo anterior, ela preferiu se utilizar de uma “razão sensível” e mobilizar recursos e estratégias que traz de diferentes aprendizados, tanto da sua formação como pedagoga, quanto pela formação política – fruto de encontros e atividades dos quais participa na Universidade e da rede de mulheres da qual faz parte –, e religiosa – advinda do centro espírita que frequenta. Ao ser questionada sobre as formas que encontrou para a resolução dos conflitos com o filho, Maria Silvia argumenta com a segurança de quem fez a aposta correta:

E você acredita que de repente vinha uma intuição? Uma coisa que eu nem tinha imaginado ter, fazer comida diferente, fazia... Convide quem você quiser, pode trazer. E essa menina, como eu lhe falei, que ele namorou nove anos, se aproximou muito da gente, de mim, ficou muito próxima, então... “- Chama a C. para jantar aqui hoje”. Então eu comecei a desviar. Então quando se trabalha com o afeto, né?! Trabalhando com esses laços... Engraçado que eu... Quando eu falo esses laços, foi bem na época que eu comecei a trabalhar com os estudos de Edgar Morin, que ele fala “razão e emoção não se separa”, né?! Então eu criei esses laços. Eu fiz uma rosa em cima da complexidade. Isso nessa época me ajudou tanto. Aplicado na nossa vida, aplicado na nossa vida esses estudos de Morin me ajudaram muito no meu dia-a-dia, que eu trabalhava com aquele capítulo do livro Pequeno Príncipe no diálogo dele com a raposa, aí eu fazia. Essa época quando eu começava a querer ficar mal, eu começava a estudar. Foi uma válvula de escape que me apareceu, que deu, me iluminou. E ao mesmo tempo ajudou a trilhar outros caminhos. E aí com ele, esse diálogo, comecei a dialogar com ele. Aí foi assim uma coisa que ele se aproximou, porque ele já tava na faculdade também. Aí ele viu que eu também tava buscando crescer, que eu tava buscando outra vida. E eu sempre dizia pra ele que a gente não tinha que ficar na vida que a gente tava, que a gente poderia ser melhor do que a gente era, que a gente pode fazer diferente. Aí começamos, sabe?! O tempo todo, nesses estudos, nessas coisas. Ajudou muito nessas fases que eu tive com ele. Eu amadureci demais, eu encontrei forças aí. Se não fosse assim, não encontrava não (Maria Silvia 57 anos, 2017).

Contudo, até atingir esse momento de superação dos problemas com o filho, além da estratégia empreendida para a reaproximação afetiva e dialógica com o ele – a partir dos instrumentos e ferramentas de que dispunha –, Maria Silvia contou com a assistência social do CRAV, em especial, a assistência psicológica. O amparo foi importante para que ela conseguisse impulsionar suas ações diante dos conflitos familiares enfrentados desde a fase inicial e mais difícil, até a retomada e continuidade dos seus projetos pessoais. Segundo comenta:

A partir da terapia eu comecei a olhar mais para mim, que até então eu não tinha despertado que eu não me cuidava. Eu tô seguindo o mestrado por causa das minhas sessões lá. Eu tive que abandonar uma série de coisas, inclusive ficar em Montes Claros com minha filha, que eu deixava de tá aqui para tá lá com ela. Ela tá seguindo a vida dela lá, entendeu?! E eu... hoje mesmo ela ligou para mim: “- mãe, você pode vir passar duas semanas comigo aqui que eu não quero ficar aqui sozinha?”, porque a menina que mora com ela no apartamento vai viajar, fazer um internato em uma outra cidade próxima. Eu tive a coragem de dizer assim: “-vai depender, se eu não tiver a aula no mestrado”. Eu tive a coragem de dizer e ela, entendeu? Em outro momento eu jamaisalaria, eu dizia: “- Eu vou, pode deixar que eu vou”. Entendeu? Então uma série de coisas que

eu consegui depois do CRAV. Depois disso eu consegui acreditar que eu posso. Eu perdi o emprego mês passado, mas eu sei que outras portas vão se abrir... Em momentos atrás, eu tava desesperada. Não vou ter dinheiro, mas eu estou buscando uma coisa em cada tempo. Então ela tá me ajudando a fazer as coisas com mais firmeza, com mais clareza e com mais segurança. Tem sido muito bom. Se emancipar, ser dona de si. Eu sinto falta quando eu não vou. Minha irmã mora aqui no fundo, mas ela não se propõe a ficar com minha mãe para eu ir, porque elas acham que isso que eu vou fazer não tem nada a ver, que eu estudo, não tem nada a ver, que isso é uma fuga minha. Mas isso também já não está me incomodando, que já me incomodava. Eu ia lá e brigava, discutia, falava. Depois do CRAV eu já tô achando tudo... Eu vou outro dia, marco pra outro momento, mas também não vou abandonar aqui (Maria Silvia 57 anos, 2017).

Outra vez, é notória a importância da presença e do apoio institucional de assistência social encontrado pelas mulheres que não denunciaram formalmente seus agressores; mais especialmente para as que não puderam contar parcial ou totalmente com o apoio familiar ou parental diante dos conflitos vivenciados. Além do mais, no caso de Maria Silvia, a oportunidade de acesso aos diferentes espaços de formação, sendo um deles uma universidade pública, a instrumentalizaram para buscar alternativas e mitigar, quiçá, resolver seus problemas intrafamiliares. Ademais, isso fez toda a diferença na sua tomada de decisão, uma vez que ela percebeu a possibilidade de manejo do conhecimento adquirido, utilizando-o, da forma que julgou mais conveniente, em favor da sensibilização e reaproximação na relação com filho. Como consequência, mãe e filho recuperarem o afeto e o respeito mútuo ao longo dos últimos anos. Em suas palavras:

Minha relação com ele é ótima, com os dois, e com ele... Como sempre foi, nós somos amigos, nós somos assim, cúmplices. Esses meninos são assim meus companheiros. Não temos segredo um com outro. São loucos para que eu consiga encontrar um namorado, às vezes, eu saio e eles dizem: “- mainha, olhe um gatinho ali”. A gente às vezes sai junto, amizade mesmo (Maria Silvia, 57 anos, 2017).

Portanto, verifica-se o rebatimento do papel desempenhado pelas políticas públicas para as mulheres na perspectiva de gênero. A criação dos programas governamentais dos últimos 30 anos no país mostra reflexos positivos para a vida da maioria das demandantes, ainda que tenhamos enfrentado os recuos dos últimos tempos. Uma vez contempladas por projetos de atendimento e assistência às mulheres no âmbito mais geral, articulados pela Rede de Atenção à Mulheres nos diversos municípios do país, as mulheres encontram amparo social para superação do problema. A construção das políticas públicas para as mulheres acompanhou o desafio histórico da agenda da luta feminista na formulação e na



implementação das ações para o enfrentamento da violência contra a mulher. Farah (2004, p. 50), ao avaliar a agenda de reformas construídas a partir do processo de democratização do Estado brasileiro, assinala:

Participaram da constituição dessa agenda movimentos sociais, constituídos desde os anos 70, em torno da luta pela democratização do regime e de reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida, especialmente nos centros urbanos. Já nesse primeiro momento, as mulheres e a problemática de gênero estiveram presentes.

Entretanto, cabe uma ressalva. Em que pese os deslocamentos observados como decorrência da inclusão da pauta das mulheres no tocante à criação de mecanismos de defesa e jurisdição nas últimas décadas, um dos principais obstáculos enfrentados na sua efetivação e aplicação é a questão orçamentária. Como fica evidente nos estudos de Salvador e Yanoulas (2013), este é um ponto crucial nas limitações observadas quanto às políticas e às iniciativas do Estado para superação da ordem desigual do acesso ao direito social. O orçamento público é uma via estratégica para a consolidação e exercício do controle social. Notadamente, quando este não é posto como prioritário, os entraves na distribuição dos recursos acabam por comprometer os deslocamentos e avanços no cenário das ações políticas quanto às desigualdades de gênero e raça.

De certo, pois, a existência tão somente de leis, políticas públicas e projetos formais e institucionais não garante a sua efetiva implementação, quando não se pode contar com as condições materiais concretas e vontade político-ideológica. É o que vem ocorrendo na atual conjuntura política do Brasil, marcada por retrocessos no que tange às políticas de proteção às mulheres e das minorias político-identitárias.

Tais assertivas dialogam diretamente com o que expõe Dye (apud Coelho, 2012) acerca do processo de tomada de decisão e das escolhas e não escolhas nas ações, assim como a política pública que se quer fazer ou aquela que não se quer. Segundo afirma a autora, no processo decisório, estão em disputa os interesses dos grupos envolvidos que irão definir a configuração das ações institucionais. Coelho destaca que as políticas públicas contêm uma dimensão espacial delimitada e que as ações estão “territorialmente ancoradas, a partir da ideia de localização em um espaço geográfico determinado (...)” (COELHO, 2012 p. 40). A concentração de recursos e equipamentos, sem dúvidas, se reverte em entrave para o alcance e a efetivação isonômica das ações.

Fica evidente que a importância da dimensão espacial é fundamental, uma vez que a compreensão do espaço geográfico como uma instância da sociedade, expresso por conflitos entre grupos hierarquizados (SILVA & SILVA, 2011), contribui para a reflexão que venho fazendo. Na prática, significa dizer que o ordenamento territorial dos equipamentos de assistência, bem como o aparato jurídico do Estado devem ser pensados na perspectiva de descentralização espacial dos grandes centros e capitais, alcançando a população que habita, também, os espaços mais longínquos nas periferias e no interior do país, igualmente vulnerável às violências intrafamiliares.

Como pode ser apreciado no mapa 02, os serviços que compõem a Rede de Atenção à Mulher no Município de Vitória da Conquista se distribuem espacialmente pelos bairros periféricos, centrais e pericentrais. Essa disposição possibilitou a mobilidade, o acesso e o alcance aos mesmos, pelas mulheres entrevistadas. Entretanto, seria equivocado qualificar o desempenho e a eficiência desses serviços, uma vez que por ora, não se trata do objetivo dessa pesquisa. O que pude apurar, conforme os depoimentos, é que a articulação em rede dos equipamentos citados oportunizou os encaminhamentos aos serviços especializados, sempre que considerados necessários, ao grupo de mulheres entrevistadas. O depoimento de Maria Nádia, que foi umas das mulheres que denunciaram formalmente seu filho agressor, é significativo. Após recorrer à DEAM, ela foi encaminhada para as entidades nas quais é atendida ainda hoje. De acordo com ela:

Então, eu teria um prazo de 6 meses para retornar, né?! Prazo limite para retornar ou prosseguir com as investigações, dá entrada no processo. E aí eu já vim encaminhada pra defensoria pública. Na DEAM me encaminharam para aqui, aí aqui eu fui encaminhada para defensoria pública. Não, na defensoria pública me encaminhou pra aqui, aqui a advogada me orientou, me acompanhou [...] com o apoio. Além do CRAV, tenho o CAPS, lá eu faço oficina de mandala, psicoterapia, arte-terapia, né?! Terapia ocupacional. Isso. Aí eu faço oficina de mandala lá e tem me ajudado bastante. Eu tinha saído do CAPS há poucos meses atrás. Eu retornei e fui acolhida de novo e tá sendo outro momento na minha vida de novo, né?! Muito... muito mais animada. E assim, saber que eu não estou sozinha, que eu chego em determinada instituição mesmo que o médico não possa me atender, mesmo que o psicólogo não possa atender, que não tenha psicoterápico, mas sempre tem um profissional e um contato ali, né?! Mas tem aqui no CRAV. (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

Em seu relato, a narradora manifesta sua satisfação com o amparo recebido dos órgãos de atendimento social, psicológico e psiquiátrico. O mesmo sentimento não ocorre, porém, em relação ao atendimento que relata ter recebido na DEAM, atribuindo este ao estigma que sofre pela doença mental:

O atendimento foi péssimo. Mas veja só, exatamente por causa de eu estar doente mental, ter uma doença nesse sentido. E ela falou, ela alegou que... Mas eu tava em tratamento. Eu falei, sim, mesmo estando em tratamento eu estou passando por esse tipo de coisa, né?! E aí ela não queria registrar a queixa, mas eu falei: “- eu vim aqui para isso”. E por sorte, eu tinha participado de um congresso poucos dias antes, o CRAV promoveu, com a psicóloga aqui, minha psicóloga. E eu participei e lá eu ouvi relatos de situação desse tipo de pessoas que não foram bem atendidas na delegacia, mas que fizeram questão de que fosse registrado, né?! A ocorrência. E pessoas da DEAM que estavam lá que falavam “- olha, quando vocês, quando alguém for na delegacia, traga nomes, porque pode ser aquela pessoa que está agindo daquela forma, não é o perfil da DEAM”. Então eu fiquei muito atenta a isso, na ocorrência eu peguei, eu tenho o nome da pessoa, né?!, que fez uma redação péssima, que eu fiquei assim, indignada. Insisti: “eu faço questão que você registre, eu estou aqui para isso, e vim aqui para isso, eu faço questão que você registre e que você coloque isso e isso”. Eu tive que ler o texto para ela. Porque eu sou uma mulher esclarecida, mesmo passando por um processo de adoecimento mental, né?! Consegui. Se eu não fosse, imagine uma pessoa humilde, simplesmente, não teria e talvez só chegasse o óbito lá, entendeu?! Eu falo, eu louvo a Deus, por causa de tudo isso aí, porque meu filho não atentou contra mim, mesmo agindo dessa forma, mas ele, não... Minha vida foi preservada e a vida do meu filho também, porque eu também poderia fazer uma coisa com ele para me defender, uma coisa pior poderia ter acontecido. Então, ou comigo ou com outras pessoas (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

No caso desta narradora, seu grau de escolaridade e o acesso às informações e ao conhecimento relativo ao funcionamento dos equipamentos – difundidos nos eventos promovidos pelas próprias entidades que compõem a rede – fez a diferença na gestão do atendimento, possibilitando à demandante exigir o registro da ocorrência mesmo diante da negativa da atendente. A produção de autoconsciência acerca da exposição, do estigma e do preconceito sofrido por essa mulher, também contribuiu para que ela reivindicasse seu direito como cidadã ao atendimento minimamente adequado naquele órgão.

A discussão sobre cidadania é outra problematização válida para a reflexão sobre políticas públicas e o acesso a estas. Teresa K. Lisboa e Daniele Manfrini (2005) questionam a ideia de uma cidadania universal, evidenciando a notória diferenciação entre os gêneros. Acrescentaria a essa observação, a diferenciação intragênero, uma vez que não são todas as mulheres que dispõem do privilégio da informação e do reconhecimento de direitos, se considerados os distintos lugares sociais que ocupam.

Mas, via de regra, a cidadania é definida pelas marcas das decisões, ainda hegemonicamente masculinas, nas formulações das ações. Por isso, Teresa Lisboa e

Daniele Manfrini (2005) defendem a necessidade de levar em conta a equidade de gênero e as “necessidades das mulheres” nas políticas para as mulheres, além da premência da sua operacionalização ser coerentemente articulada com as políticas do Estado mais gerais. Para além disso, é preciso implementar políticas para as mulheres respaldadas por um olhar interseccional e não – excludente, de modo a contemplar as diferenciações intragêneros, respeitada a diversidade de raça, identidade de gênero (cis, trans, inter), orientação sexual, religião, geração e corponormatividade<sup>15</sup> que constituem a pluralidade da existência das mulheres.

Em sintonia com tal concepção de política de Estado, Sardenberg (2010) e Tavares & Delgado (2012) engendram uma abordagem das políticas públicas à luz do aporte teórico e estratégico da transversalidade e transversalização de gênero, para o desenvolvimento das intervenções político-institucionais com vistas à superação das limitações já observadas. Entretanto, Sardenberg (2010, p. 65) alerta:

A transversalização de gênero é uma perspectiva nova, que se apresenta como um grande desafio aos modelos de desenvolvimento e formas de intervenção prevalentes, pois lida com questões controversas, já que procura romper com os padrões estabelecidos das relações de poder entre os sexos.

A partir do enfoque da transversalidade e da análise dos relatos reunidos nesta pesquisa, arrisco observar que, apesar das barreiras ainda a superar, algumas agentes das políticas públicas locais de enfrentamento à violência contra a mulher em Vitória da Conquista encaram o desafio de forjar uma outra forma de ver e de operar as ações em várias instâncias da gestão, ensaiando promover uma intervenção mais integrada por meio da rede e buscando se tornar mais eficaz no que toca ao amparo e assistência às mulheres em situação de violência (TAVARES & DELGADO, 2012, p. 89).

Contudo, não arriscaria generalizar tais ações e nem mesmo indicar as/os agentes e órgãos responsáveis por essas práticas, já que essa instância não foi objeto específico deste estudo. Minha observação se justifica pelo desejo de ressaltar iniciativas bem sucedidas as quais resultaram em experiências positivas, conforme verifiquei em alguns

---

<sup>15</sup>Segundo Letícia Netto (2020), “a corponormatividade é um conceito que acompanha as discussões sobre as discriminações de pessoas com deficiência, pois são considerados corpos “normais” aqueles que não apresentam deficiências, vendo as deficiências como falhas. Assim, um corpo sem deficiência é considerado um padrão a ser seguido. Neste movimento, ocorre a discriminação da pessoa com deficiência, pois a mesma é reduzida a sua condição de “deficiente”, o que é visto como ruim”. Disponível em: <https://www.navegos.com.br/capacitismo-o-outro-nome-do-preconceito-e-da-discriminacao/> Acesso em: 30 nov 2020.

relatos de mulheres que contaram com a assistência de equipamentos, cujas agentes fizeram a diferença na gestão dos encaminhamentos necessários ao atendimento social requerido. Tal como ilustrado pela segurança e sensação de acolhimento demonstradas na fala de Maria Nádia, citada anteriormente.

Por exemplo, falei com Ivana hoje mesmo, Ivana é minha psicóloga, que ela, se eu precisaria de um atendimento semanal, seria, é uma necessidade, mas assim, a cada 15 dias já é uma benção pra mim, né?! Às vezes eu vou relatando algumas coisinhas, até de coisas boas que eu preciso desabafar, né?! Então assim, eu preciso partilhar isso com alguém e eu vejo que muitas pessoas que estão próximas de mim não estão preparadas nem para ouvir as minhas conquistas que graças a Deus são muitas, né?! Então assim... Conseguindo gerir minha vida, né?! É. Com todos os tropeços e atropelos, mas eu... falando dos locais, eu participo também do Afrânio, o Hospital psiquiátrico. Há muito tempo já que eu faço acompanhamento lá. Então assim... É outro apoio. É outro apoio. Além do CAPS, né?! Tem dr. R. que é o médico particular, também, então as vezes é uma alteração de medicamento, né?! Ano passado quando eu tava em crise mesmo, o médico lá não conseguiu chegar a um remédio certo pra mim, né, na dosagem certa, aí eu fui pra doutor A. que já me acompanha há quase 18 anos, quase de quando eu adoeci, conhece minha história há muito tempo e tem sido assim um braço, todos eles, graças a Deus, quem conhece minha história há mais tempo, no Afrânio eles revezam muito os médicos, né?! Eu falo desse amparo todo, eu falo que mais afetivamente essa questão do amparo, porque os profissionais não podem sair do espaço deles, para adentrar minha vida, né?!, como também muitos familiares não podem fazer, é.. mas aí onde eu chego eu tenho esse olhar, sabe?! De confiança, olhar de um profissional psíquico, tá me ouvindo e que tá me vendo e que sabe que eu não estou inventando, e que eu estou sempre pronta para me corrigir. Tem situações que eu trago, se eu tiver errada, me corrija, me ajude a encontrar o caminho. Mas assim, estando aberta para me cuidar. E aconteceu que eu, eu era muito só e aí os profissionais falavam comigo “- você tomar remédio só não vai resolver, os remédios são uma bengala, são um instrumento para você se fortalecer, para você agir” e alguns graças a Deus, Deus colocou nas mãos de alguns profissionais que me prepararam muito pra isso, sabe?! Uns respeitaram a minha dor, me ouvia, me acolhia, cuidaram de mim, né?! Esperaram o tempo natural de me reestabelecer. Outros de vez em quando davam uma *catucadinha*, né?! Um dia uma médica falou para mim: “- olha, é remédio demais, você precisa se fortalecer e reagir” aí lhe falei essa questão da igreja, que eu não me separava porque, essa questão que... assim... até que “até morte os separasse...” (Maria Nádia, 52 anos, 2017).

Ainda sobre a importância da rede, Saffioti (2004, p. 91) corrobora dizendo da necessidade da atuação integrada. Entretanto, para seu efetivo funcionamento, é imprescindível que se capacite o quadro técnico de operadoras/es que atuam no sistema:

Uma verdadeira política de combate à violência doméstica exige que se opere em rede, englobando a colaboração de diferentes áreas: polícia, magistratura, Ministério Público, defensoria pública, hospitais e profissionais da saúde, inclusive da área psi, da educação, do serviço social etc. e grande número de abrigos muito bem geridos. Cabe ressaltar, uma vez mais, a necessidade urgente de qualificação destes profissionais em relações de gênero com realce especial da violência doméstica. Exatamente em razão do esvaziamento, em termos de funções, das DDMs, cabe operacionalizar uma rede de serviços, com todos os seus profissionais qualificados no assunto relações de gênero.

No caso de Maria Nádia, merece destaque – que foi dado por ela mesma – o acompanhamento psicológico realizado no CRAV quinzenalmente. Uma vez que ela atribui aos atendimentos a capacidade de enxergar sua força interna para superação dos problemas enfrentados em família e sua capacidade de tocar projetos pessoais que há muito tempo tinha em mente. À época da entrevista, ela apresentou um livro de poesias de sua autoria, fruto desses projetos; além de relatar diversos trabalhos que tem realizado junto às comunidades carentes. Sua entrevista, como demonstrei linhas acima, revela o reconhecimento do acompanhamento psicológico recebido no CRAV pela satisfação que sente ao ser ouvida, respeitada e perceber sua fala validada.

Cabe retomar a discussão sobre o encaminhamento feito pelos profissionais que compõem a rede, não somente do ponto de vista administrativo ou de gestão, como também do ponto de vista técnico, no que se refere às suas funções específicas. Sobre esse aspecto, me chama atenção a abordagem da psicologia feminista aplicada ao atendimento de mulheres, em especial na atenção à situação de violência. Como visto, uma vez que muitos relatos das mulheres ouvidas nessa pesquisa foram pontuados pela importância do acompanhamento psicológico na transformação das suas vidas, é possível inferir que a abordagem eleita pela psicóloga responsável – Ivana Silva – no atendimento a todas as entrevistadas, faça a diferença no processo de elaboração, dado que a mesma é pesquisadora feminista e pratica, em sua atuação, os preceitos de uma psicologia feminista, como argumenta em trabalho de sua autoria apresentado no ALAS, 2019:

A psicologia feminista posiciona-se num lugar estratégico de intercâmbio entre a psicologia e o feminismo, se afirmando como resposta de resistência a um modelo de ciência positivista androcêntrica que se pretende neutra, tradicional e “asséptica”, sem considerar os contextos social, cultural e político [...]. A associação da psicologia com o viés feminista e um olhar amplificado para as questões sociais produz um saber científico emancipatório e politizado, o que viabiliza a protagonização do saber psi ao agregar-

se às redes de enfrentamento que buscam dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional e sistêmico deste fenômeno, que envolve as áreas da saúde, da educação, da segurança pública, da assistência social, da justiça, da cultura dentre outras áreas. (SILVA, 2019, p. 424).

Como dito, os reflexos dessa abordagem feminista na práxis da assistência psicológica foram nitidamente evidenciados na maioria dos relatos coletados para esta pesquisa. Muitas mulheres manifestaram o fortalecimento conquistado, fruto do processo construído durante o acompanhamento psicológico integrado realizado no CRAV, em busca de transformar sua experiência de violência familiar em outra realidade. Neste sentido, acho importante pontuar a relevância do conceito de empoderamento – sem a intenção de aprofundar o debate teórico, muito caro ao feminismo, dado a apropriação do termo por discursos e campos do conhecimento diversos e a consequente polissemia de sentidos. Aqui me ateno à síntese proposta por Cecília Sardenberg (2006, p. 7). A partir de uma perspectiva feminista, muito além de defender a perspectiva individualista, a autora destaca:

Empoderamento pode ser entendido como o processo através do qual se expandem os limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado. Essa possibilidade de se fazer escolhas de maiores consequências, implica em três dimensões distintas, embora interrelacionadas, quais sejam: Recursos (pré-condições), Agência (processo), e Realizações (os resultados).

Em que pese nem todas as mulheres terem logrado as dimensões referidas necessárias para contemplar o que se considerou ali como pressupostos básicos a alcançar o famigerado empoderamento mobilizador da estrutura, nota-se que a maioria delas forjou práticas que, de alguma maneira, as conduziram ao suporte para a resolução de seus conflitos. Por essa razão, escolho afirmar que observei atitudes empoderadas de insistências e resistências. Como ilustra o exemplo de Maria do Socorro, cuja experiência de recorrer ao apoio de diversos aparelhos do Estado é muito similar à de Maria Nádia:

Várias e várias vezes que eu não fui atendida na DEAM. Uma vez eu fui lá registrar queixa, porque isso foi véspera da semana santa, três dias antes da semana santa. A delegada já estava de licença e a moça que me atendeu disse que não adiantava eu dar queixa, registrar queixa porque ia atrasar o meu processo, porque já tinha um processo em andamento no fórum e que se eu registrasse queixa que ia atrasar. Por isso eles achavam que eu não deveria registrar a queixa, né?! E com isso eu me senti muito constrangida de não poder

registrar a queixa. Aí foi quando eu fui para o CRAV, conversei com a psicóloga. E I. me encaminhou para J., que é a advogada do CRAV. E J. me mandou que eu procurasse A. no fórum para conversar, que A. é assistente social. E eu fui super bem atendida e foi uma diferença muito grande. Se eu não tivesse conversado com A. eu acho que até hoje eu estaria com o meu ex marido, acho que estaria não, eu não estaria mais aqui, porque eu estaria morta (Maria do Socorro, 65 anos, 2017).

Conforme fica evidente no seu relato, Maria do Socorro tentou muitas vezes realizar uma denúncia formal na DEAM, tendo ouvido explicações que, segundo expressa, não eram muito nítidas e passíveis de compreensão para ela. Mas ela não desistiu, até quando chegou ao CRAV e, com a orientação inicial da psicóloga e o encaminhamento coordenado entre as demais profissionais que compunham a Rede de atenção à mulher, consegue, finalmente, ser bem atendida pela Vara especial do Fórum da cidade.

Para além dos recursos (pré-condições) de assistência social e jurídica acessados e tão importantes para gerir o problema das violências que enfrentava, durante a nossa entrevista Maria do Socorro fez questão de exaltar bastante o acompanhamento psicológico (recurso) que se seguiu daí em diante no centro, afirmando que esse foi fundamental para dar continuidade ao processo (agência) de denúncia que se revelara muito desgastante e complexo. Ademais, para lidar com o desgaste emocional advindo desses enfrentamentos, Maria do Socorro revela que com a ajuda da terapia se fortaleceu aos poucos e conseguiu superar até mesmo os problemas relativos a sua baixa autoestima, oriunda dos muitos anos em que esteve sujeitada a violências de todo tipo. E, como isso, passou a se sentir mais segura ao ponto de iniciar um novo relacionamento e reconstruir a sua dignidade (resultados ou realizações). Como relata:

Menina... depois da terapia eu sou outra pessoa. Minha autoestima foi lá para o céu, hoje eu me olho no espelho, antes eu nem para o espelho olhava, porque eu me sentia um lixo. Era o que ele dizia, que eu era um lixo, que eu era seca, que eu era horrorosa, que eu tinha umas pernas podre, uma vida fazendo isso comigo... Mas tem 4 anos que eu tô no CRAV. Tô até com um amor aí, um amor de adolescência que eu reencontrei, pensa?! Quase 8 meses. Mas ele mora fora, ele mora em Minas e eu moro aqui. Aí ele vem aqui (Maria do Socorro, 65 anos, 2017).

A considerar o grupo de idade do qual faz parte Maria do Socorro, bem como as expectativas geracionais normativas criadas em torno das pessoas enquadradas no mesmo, tal narrativa se revela pelo potencial transgressor contido em sua iniciativa de recomeçar a viver, inclusive – mas não somente – um novo amor. Entretanto, Alda B. da



Motta, elucida essa atitude proativa ao cunhar uma noção conceitual referente a comportamentos de mulheres mais velhas quando se veem libertas de imposições sociais, antes existentes quando mais jovens. A autora destaca:

Venho, há algum tempo, analisando essa percepção das mulheres idosas, que denominei *liberdade de gênero*, e resumiria aqui como realmente correspondendo ao sentimento de alívio pela cessação de antigos controles e obrigações societários que pesavam sobre a mulher quando jovem, e até madura, etapas em que a sua definição social se dava, antes que tudo, como reprodutora – de novas vidas, pelo casamento, da domesticidade e, depois e sempre, da vida privada (BRITTO DA MOTTA, 2011, p. 20).

No caso de Maria do Socorro, assim como outras mulheres apresentadas anteriormente, fica patente que a sua percepção de liberdade veio após anos de enfrentamentos e de inúmeras tentativas de denúncias e autopreservação na sua vida privada limitada. Tanto mais, pela violência intrafamiliar extrema que vivenciou perpetrada de forma transgeracional, impactando fortemente várias dimensões da sua existência e, também, a da sua neta, pertencente à última geração da sua família nuclear.

### **6.3. Agenciamentos, reiteramentos e deslocamentos**

Comumente pensado como a ação de sujeitos/as que agem, operam ou atuam, a noção de agência ou agenciamento é, segundo Maria José Magalhães (2003), apropriadamente tomado de empréstimo pela crítica feminista com vistas a questionar e superar o olhar vitimista sobre as mulheres. A autora ressalta que o conceito, originalmente discutido no campo das ciências sociais por autores como Giddens (2000) e outros, em princípio não se articulava com as “especificidades das subordinações das mulheres” na complexidade definida pelo capitalismo e o patriarcado em suas formas de dominação (MAGALHÃES, 2003 p. 190). Entretanto, ainda assim considera que a formulação de Giddens contribui demasiado para uma abordagem feminista de agência, visto que este autor articula o conceito de agência com o de estrutura, o que para as feministas é um pressuposto ao se vislumbrar a transformação social. Considerando para tal, os conflitos e as relações de poder presentes entre sujeitos situados em diferentes posições sociais, além do sexo/gênero, mas de raça, classe, idade e capacidade física.

Posto isso, Maria Magalhães irá propor uma formulação conceitual de *agência feminista* de modo a se tornar uma categoria útil para analisar as práticas das mulheres numa ‘perspectiva emancipatória’. Antes, porém, alerta para o fato de que não se pode propor uma agenda para as mulheres e nem mesmo falar em agência feminista sem denunciar e equacionar as relações desiguais estabelecidas pelo sistema patriarcal capitalista, afirmando:

Na abordagem que temos vindo a defender, agência dá-nos uma perspectiva que nos coloca fora da vitimização e da determinação e nos empurra para o necessário conflito entre estrutura e acção colectiva e individual do ser humano. Implica também ter e dar voz, assentar na sororidade com outras mulheres, lutar pela transformação social, considerar a atividade do/a sujeito/a, a intervenção, mesmo a do silêncio, quer como concordância, quer como dissentimento, e, finalmente participar da definição da agenda política (MAGALHÃES, 2003, p. 196).

No ponto da discussão que a autora levanta sobre os silêncios, me reportei ao caso de uma das mulheres que entrevistei e que, já no momento da entrevista, solicitou que sua voz não fosse gravada. Eu deveria apenas ouvir e anotar. Dias após o nosso encontro ela desautorizou enfaticamente o uso da entrevista, sob o argumento rápido e direto de que refletiu bastante e achou melhor não se expor porque supostamente “estava tudo bem com ela”. Pedido ao qual obrigatoriamente atendi. Embora não possa utilizar a entrevista, seus relatos e a escolha em recuar na participação da pesquisa, bem como o diálogo anterior que estabeleci com a psicóloga, me levam a refletir sobre os sentidos daquele que entendi como um episódio de silenciamento.

Num exercício de me reposicionar e me fazer perceber ocupando o lugar daquela mulher, pensei sobre quais seriam os limites do seu poder de decisão ao aceitar fazer parte de uma pesquisa sobre violência familiar, diante da posicionalidade social que ocupava. Sendo aquela mulher alguém que pertencia a determinado lugar social de classe e raça privilegiadas na cidade *locus* da pesquisa, é possível que ela tenha se sentido um tanto exposta e vulnerável àquelas relações de poder dominantes das quais não havia se desvencilhado, até então, o que talvez ajude a explicar a opção pelo silêncio, ao menos por enquanto. Ademais, como demonstrei no segundo capítulo, a sociedade local em que as mulheres entrevistadas estão inseridas é considerada, via de regra, conservadora e tradicional no tocante aos valores e ideais de casamento e família, costumes e princípios

ali engendrados e reificados culturalmente. Condição tal que remete a observação de Carlos Eduardo Henning ao afirmar que:

É importante ressaltar, no entanto, que obviamente nem todos os sujeitos estabelecem táticas agenciais sempre bem sucedidas, assim como não se propõe aqui, de modo algum, que se ignore ou se secundarize, a priori, o impacto das estruturas sociais na formação de identidades, subjetividades e na própria capacidade de agência (HENNING, 2015, p. 117).

Por essa razão, não caberia fazer qualquer juízo de valor sobre se a decisão daquela narradora, ao se retirar da pesquisa, implicava necessariamente alguma atitude de reiteramento da sua condição de violência ou, se se tratava de uma estratégia possível de autopreservação diante de um contexto adverso, podendo vir a ser considerado algum tipo de agenciamento sobre sua própria vida imediata. Os atravessamentos estruturais da opressão vivida por essa narradora à época, talvez constituíssem uma barreira tamanha ao ponto de impedi-la de empreender sua energia e autodeterminação suficientemente fortes a transpô-la e, quiçá, compartilhar, ainda que resguardado o anonimato, as suas experiências de violência. De toda forma, agradeço a oportunidade de aprendizado daquele encontro, sua coragem e a confiança demonstradas, em princípio, ao narrar aquelas vivências. Indubitavelmente essa ocasião de momentânea desestabilização da pesquisa suscitou novas reflexões que acabaram por enriquecer o panorama empírico.

\*

Os relatos reveladores de estratégias diversas criadas e geridas por grande parte das narradoras dessa pesquisa em sua vivência com a violência familiar, revelam certa porosidade nas formas de reação de cada mulher, ao menos de determinados grupos, que se altera conforme o lugar social ocupado, o qual irá condicionar suas ações conforme variáveis do tipo: acesso à informação, aos serviços sociais e/ou jurídicos, a redes de sociabilidades diversas, se gozam de saúde (física e mental), se possuem autonomia de circulação (não estar em situação de cárcere), entre outras.

Fato é que, como espero ter demonstrado ao longo deste capítulo, as entrevistadas reagiram. Ainda que de maneira sutil, gradual e não estruturalmente transformadora da sua realidade, as mulheres se deslocaram ao se perceberem como pessoas que não deveriam estar no local de sofrimento contínuo. Para interromper suas trajetórias de dor, buscaram apoio – ora nas redes de amigos/as e parentes, ora nos equipamentos de

proteção do Estado. No momento em que decidem romper com aquele lugar do papel social historicamente definido ao sexo/gênero feminino há uma quebra do contrato social; tanto mais ao estigma da mulher-mãe que, em princípio, as confinaria no lugar sacralizado de quem a tudo teria que tolerar em nome do “instinto ou da fibra materna”.

**Ao se movimentarem e decidir expor e, mesmo denunciar formalmente seus/ suas filhas/os agressoras/es, há um evidente deslocamento na relação tradicionalmente cristalizada entre mãe e filho, sobretudo do lugar de mãe – lugar social que os códigos do patriarcado impõem a esse sujeito/a, que agora passa a se reivindicar agente ou agenciadora das suas ações e tomadas de decisão.**

Isso foi se desenhando para mim, seja nos relatos em que apareceu a ausência de culpa por ter denunciado o/a próprio/a filho/a; seja nas afirmações em que diziam sentir alívio, liberdade e paz por não ter mais relação com seu ou sua filha agressor/a; ou ainda, quando diziam que faria tudo de novo se fosse preciso pra se defender, não importando se era contra marido ou filho/a. Esse cenário me fez indagar sobre o que essa violência as fez perceber. O que a consciência da violência agenciou na vida delas? A experiência da violência familiar, por si, seria responsável pela produção de autoconsciência examinada em muitos relatos? Ou o papel exercido pelas políticas públicas, assegurando todo o suporte minimamente necessário às mulheres que as demandam, provocou tais deslocamentos e possibilidades de emancipar suas escolhas e tomadas de decisão? Talvez a conjunção desses elementos tanto subjetivos como objetivos, tenha operado em favor do protagonismo dessas mulheres nas decisões sobre suas vidas.

Nem todas escapam a lógicas de silenciamento e de reiteração da ideia de que têm que aguentar tudo em silêncio, uma vez que a estrutura patriarcal é muito mais forte e hegemonicamente presente em várias dimensões da vida social, já que se espraia por toda a engrenagem do modelo de sociedade que o constrói e reifica por meio das suas instituições. Contudo, à revelia das imposições socioculturais de instituições como a família, a sociedade local e mesmo o Estado, que nem sempre validou suas vozes e seus reclames, muitas entrevistadas ultrapassaram, várias vezes, os discursos minimizadores, sexistas e patriarcais vigentes.

Elas forjaram a agência sobre seu próprio destino após visibilizarem publicamente suas experiências de conflitos, em princípio, encapsuladas no território privado da família. Daí a necessidade de analisar suas narrativas à luz de abordagens emancipatórias justificando, assim, a importância dos usos que fiz da categoria gênero compondo seu par conceitual sexo. Minha intenção foi percebê-las para além de vítimas das circunstâncias,

embora vitimadas em determinado tempo da vida, em razão da sua condição ou “destino” biológico e social. Conforme descreve Safiotti:

Na posição vitimista não há espaço para se ressignificarem as relações de poder. Isto revela um conceito rígido de gênero. Em outros termos, a postura vitimista é também essencialista social, uma vez que o gênero é o destino. Na concepção flexível aqui exposta não há lugar para qualquer essencialismo, seja biológico ou social. Cabe frisar que a categoria histórica gênero não constitui uma camisa de força, não prescrevendo, por conseguinte, um destino inexorável. É lógico que o gênero traz em si um destino. Todavia, cada ser humano – homem ou mulher – desfruta de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever. O gênero, assim, apresenta sim um caráter determinante, mas deixando sempre espaço para o imponderável, um grau variável de liberdade de opção, determinada margem de manobra. Isto não equivale a afirmar que a mulher é responsável pela ordem patriarcal de gênero e por seus resultados, dentre os quais se situa a violência. Ao contrário, ao longo da história da humanidade, as mulheres têm oferecido muita resistência ao domínio masculino desde sua implantação (SAFIOTTI, 2001, p. 115-136).

O que implica considerar a importância das políticas públicas específicas, (em que pese a conjuntura atual de retrocessos), não somente os setores da segurança e proteção, como também da saúde, habitação e assistência social através dos programas de orientação e informação, que demandam sua defesa diuturnamente, agora e cada vez mais. Afinal, como conta Maria Mariá, sua saída de casa dependia do programa habitacional da prefeitura de Vitória da Conquista, só pra citar um exemplo. Ao ser questionada se dependia financeiramente da sua família, filhas/os e ex-marido, respondeu:

Não. Mas, eu dependia sim, dela e dele. De cada um de casa. Porque eu não tinha renda, né? Aí tinha de remédio. Eu não tomo remédio muito não, mas eu tomo, sabe? *Marebran* e tomo de depressão, sabe? Mas, agora, porque eu ainda não saí de casa. É... A casa é minha também, né? Mas não saia porque não tinha renda nenhuma. Mas agora eu tenho, aposentei e vou sair agora. Oxente! Aí agora mesmo eu vou na prefeitura ver isso (Maria Mariá, 59 anos, 2017).

O deslocamento da noção de vitimização das mulheres frente aos papéis pré-definidos socialmente, pode ser visto como decorrência direta ou indireta de ações capitaneadas por políticas públicas – desde as mais gerais, como previdência social, aposentadorias, redistribuição da renda básica, segurança pública, habitação; até as políticas setoriais de proteção a mulher. Se as medidas não garantem a cidadania plena,

ao menos produziram a ressocialização e novas atuações sociais sustentadas por decisões individuais, agenciadas emancipatória e coletivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como últimas palavras, quero dizer que a reflexão final desta pesquisa se deu em meio a um tempo de sociabilidade extemporânea provocado pela contingência do isolamento social ao longo dos últimos meses em função da pandemia da Covid19, que assolou grande parte da humanidade neste inesquecível ano de 2020. O cenário exige um exercício de posicionalidade circunstancial e reflexividade para situar o contexto, estabelecendo elos entre a discussão central da tese e as reflexões inevitavelmente geradas durante o período de confinamento social, haja vista o tema proposto se tratar de relações intrafamiliares.

Optei por não realizar uma síntese linear dos capítulos, mesmo porque procurei fazê-la ao final de cada um, evitando uma leitura repetida e enfadonha dessas minhas considerações finais. Essa etapa da escrita foi marcada por um esforço muito grande de adaptação a um novo lugar de morada, desde o início da quarentena, em detrimento do meu lugar de conforto – literalmente – e da condição com a qual, até então, contava para escrever a tese: um tempo-espço pessoal quase intransferível, um lugar físico e emocional silencioso e acolhedor, como, em geral, aquelas/es privilegiadas/os que moram sozinhas/os percebem seu próprio espaço do habitar. Um lugar livre e imprescindível para criar, sonhar, pensar, repensar, desconstruir e construir em palavras tudo que era exigido, tudo aquilo que seguia a espera de ser registrado no sistema técnico-informacional, como passou a ser constituída a nova normalidade ordinária desse momento intensamente virtualizado.

Eram tarefas acumuladas a cumprir que incluíam a finalização da tese, a publicação de artigos, pareceres, planejamentos e outras atribuições inerentes às funções do meu mundo do trabalho acadêmico e de vida como professora-pesquisadora, feminista, ativista, agora limitada à tela dos aparelhos eletrônicos. Aliado a isso, a pandemia trouxe à rotina a pesada carga do trabalho doméstico. Além das funções profissionais, passei a ser cuidadora, como filha e sobrinha das minhas adoradas familiares idosas: mãe e tia. O novo cenário exigiu uma reorganização familiar, implicando no meu deslocamento literal de casa para morar de volta com a família, agora mais do que nunca, demandante de cuidados muito específicos nesse período. O movimento provocou em mim a sensação de desterritorialização, já que, ao longo dos muitos meses deste ano atípico, estou longe do meu próprio espaço de habitar.

Até então, nada de novo sob o sol. Nada que, indubitavelmente, um número de mulheres, localizadas em determinada posição de classe e raça privilegiadas e minimamente consciente da necessidade de dispensar as trabalhadoras domésticas - para as quais eram atribuídas tais tarefas -, não tenha vivenciado no novo cotidiano. Embora o mais trágico seja desconfiar que talvez eu até corresponda a uma minoria. Já que observamos, durante este período de isolamento social, um significativo número de mulheres brancas e de classe média manterem essas trabalhadoras nas suas funções. É sintomático que a primeira vítima fatal da covid19 no país tenha sido justamente uma trabalhadora doméstica. Sem falar no trágico caso de Miguel. Quantas ‘Saris’ estão espalhadas pelo Brasil?

De todo modo, para quem seguiu todas as recomendações da OMS, tem sido grande o desafio de conciliar a jornada *home office* com as tarefas domésticas e de cuidados – histórica e culturalmente mal repartidas entre os pares por gênero –, mas, antes, terceirizadas e atribuídas a outras mulheres trabalhadoras, em sua maioria negras, situadas à margem dessa condição. Estas, por sua vez, enfrentam o desafio maior que é o de garantir a própria sobrevivência e de suas famílias em razão do desemprego gerado pela crise e a ausência do amparo suficiente das políticas de proteção dos Estados neo ou ultraliberais em muitos países, a exemplo do Brasil de 2020. Para tanto, correm o risco da contaminação, ao exporem suas vidas e a de sua família em meio à irresponsabilidade do negacionismo que impera nos discursos do governo e do mercado.

No país, as famílias monoparentais femininas se apresentam em maior número, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2015), o que significa dizer que a base de sustentação econômica das famílias de formação monoparental chefiadas por mulheres depende majoritariamente delas. Por esta razão, muitas se viram obrigadas a enfrentar a busca pela sobrevivência, seja no mercado informal, tentando conseguir qualquer tipo de serviço que surgia; ou se arriscando no enfrentamento de filas gigantescas na porta dos bancos para receber o pífio auxílio emergencial do Governo, ou mesmo ambos, dada a insuficiência de tal recurso para manter suas famílias. O contexto de aumento das desigualdades as deixou em situação de maior vulnerabilidade à contaminação pelo chamado corona vírus.

Em que pese a existência de uma grande diversidade de experiências na pandemia definidas por distintos lugares sociais de ocupação das mulheres, mais nitidamente o de raça e classe, o novo cenário evidencia, de modo ainda mais contundente, a situação das mulheres velhas diante dos desafios a superar – agora maiores. As imposições, os limites



e os condicionamentos sociais, não tão novos, se tornaram mais deliberadamente autorizados e institucionalizados no que toca a condição existencial desses e dessas sujeitos/as.

Não bastassem as contingências decorrentes das vulnerabilidades da saúde física e mental observadas especificamente nesse grupo de pessoas diante da contaminação pela covid19, as pessoas acima de 60 anos viram, nesse momento, suas vidas ostensivamente monitoradas e controladas pelo Estado e pela sociedade em geral, em razão de terem sido ‘alçados’ à categoria de grupo de risco, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS.

Do mesmo modo, como se evidenciou nos resultados das análises que fiz para esta pesquisa (mesmo sendo realizada fora do contexto da pandemia), se observa que a diversidade de experiências da população idosa é diretamente proporcional à sua situacionalidade de classe e raça. Além do grupo de idosas/os que se encontra abrigado pelo Estado – sujeitos a uma condição cada vez mais precarizada na maioria dos abrigos públicos em um país que preconiza o Estado mínimo para políticas de proteção social –, a população idosa que partilha da convivência familiar, ou mesmo mora sozinha, também sofreu grande mudança de rotina em seu cotidiano neste tempo. Mesmo aquelas pessoas mais velhas que antes desfrutavam de uma vida social independente, passaram a contar de forma compulsória com o auxílio possível e/ou solidário de familiares, amigos/as, vizinhos/as, etc., a fim de viabilizar o abastecimento e a gestão doméstica de seus lares e outras demandas cotidianas, uma vez que sua mobilidade espacial foi fortemente reprimida, mais do que qualquer outro grupo etário na quarentena.

O outro grupo de idosos/as que já dependia de cuidados terceirizados, em razão de suas limitações física ou mental sofreu, de igual modo, as consequências de tal reorganização na estrutura da sua condição de existência, deixando de contar com tal suporte. Entretanto, contar menos ou mais com o apoio ou tipo de suporte disponível também varia de acordo com as condições, não somente socioeconômicas, mas também com as relações interpessoais socioafetivas pré-existentes a esse contexto de pandemia, dentro do grupo social do qual já fazia parte. Portanto, a política dos afetos, o arcabouço das subjetividades e, sobretudo, a história familiar – e aquela fora desse grupo – construídos coletiva e individualmente pelos/as sujeito/as nas relações intrafamiliares e de outras parentalidades, ocupam lugar definidor – embora não determinante – das escolhas e tomadas de decisão sobre quem cuida de quem e, também, como se cuida, ou seja, a qualidade desse cuidado.

Foi desse ponto de vista que segui a reflexão sobre a trama paradoxal enredada nas relações familiares, já encaminhada pela pesquisa de tese. Todavia, de forma ainda mais entranhada durante este tempo, uma vez que me encontrei imersa e flutuante nesse retorno à realidade do coabitar e conviver compulsoriamente no grupo familiar de origem para cuidar das idosas, cozinhando, limpando e amando. Mas, também, padecendo, conflitando e negociando.

Vivenciar um cotidiano com paciência e receptividade suficientes para tal reencontro confinado e intenso com essas pessoas que são, agora, outras pessoas, localizadas em gerações diversas no grupo familiar, comportando distintos anseios e visões de mundo, exigiu habilidades necessárias para mediar conflitos, sobretudo geracionais, mas não somente. Foi preciso negociar interesses e estabelecer relações de entendimento o mais dialogicamente possível. A todo momento isso me reportava àquilo que havia constatado em algumas experiências familiares relatadas pelas interlocutoras desta pesquisa. Ocorre que nesse novo cenário familiar redesenhado em muitos grupos, não apenas as relações de solidariedade nos laços afetivos se estreitaram. Tamanha ambiguidade presente no interior das famílias possibilitou enxergar, também, os jogos de poder, os conflitos, as alianças e as trocas entre os indivíduos que partilham aquele mesmo território físico, afetiva e socialmente constituído.

Em que pese esse momento tenha afortunadamente criado oportunidades para a aproximação afetiva e de cuidados entre sujeitos em muitas famílias, por outro lado, há relatos no real-concreto de experiências diversas que demonstram acirramentos de conflitos variados e aflorados pelas tensões da convivência e cuidados obrigatórios; não bastassem as tensões já provocadas pelo contexto do confinamento, das dúvidas e das incertezas quanto ao futuro. O cenário tem gerado impactos na saúde física e mental observados e declarados por muitas pessoas ao redor.

Um dos elementos que podem explicar o potencial aumento das tensões intrafamiliares desse período, surge em constatações de pesquisas já executadas durante o contexto pandêmico e que vão ao encontro das análises que realizei na tese, como mostra aquela realizada pela Sempreviva Organização Feminista, afirmando que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de outra pessoa durante a pandemia.<sup>16</sup> A pesquisa apresenta dados minuciosos sobre quem são os sujeitos desse cuidado que passaram a

---

<sup>16</sup> A pesquisa é intitulada “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, da Gênero e Número e da Sempreviva Organização Feminista. Disponível em: <[http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf)> Acesso em: 21 nov., 2020.

ficar a cargo majoritariamente das mulheres. Além das crianças, encontram-se adultos e idosas/os saudáveis e não saudáveis. É nessa posição que passo a fazer parte das estatísticas na qualidade de geração pivô. Faço parte, considerando a perspectiva de Alda Britto da Mota (2020), daquele grupo de mulheres de geração intermediária “mais que cinqüentona (...) e que têm o «destino» tradicional de suporte familiar”. Na condição de gênero, o “contrato social mais antigo” me impõe a função do cuidado e da solidariedade intergeracional que se realiza sempre “às custas do empenho emocional e do trabalho não remunerado das mulheres” (BRITTO DA MOTTA, 2012, p. 90-91).

De certo, o que mais chama a atenção na pesquisa mencionada é que 41% das mulheres entrevistadas que conseguiram ficar em casa afirmaram perceber que houve diminuição da participação de outras pessoas nos trabalhos domésticos. Ou seja, por esse dado a divisão sexual do trabalho se acirrou em muitos lares durante a quarentena, aprofundando ainda mais a desigualdade de gênero já observada e vivenciada no âmbito da divisão das tarefas domésticas. Com tamanho desequilíbrio no volume de trabalho entre sujeitos conviventes 24h por dia, não é de se estranhar que potencialmente aflorem conflitos e tensionamentos gerados por eventuais cobranças, insatisfações e muito cansaço físico e mental mal distribuídos.

Por outro lado, em que pese saber da importância dos conflitos intergêneros motivados pelas assimetrias dos lugares de gênero na divisão social do trabalho, não apenas público, mas especialmente no doméstico – bastantes agravados na pandemia –, há outros conflitos de interesses no cotidiano da convivência familiar que costumam ser negligenciados nos estudos relativos às relações familiares, sobretudo quando não existem sujeitos socializados por distinção de gênero em tais grupos. Partindo desta constatação, caberia questionar: em famílias que possuem apenas sujeitos pertencentes ao mesmo gênero, quais conflitos de relações poderiam existir nesta configuração?

Muitas pistas surgiram na minha pesquisa para responder ou problematizar essa questão, sobretudo, quando localizei evidências da existência de fortes conflitos intragênero, intra e intergeracionais. Amparada pelos estudos de pesquisadoras/es dos temas que respaldaram esta análise, constatei que a família se configura como uma arena dos conflitos intergeracionais constituída de múltiplas contradições e muita complexidade nas suas relações internas. Tais observações explicam determinados choques criados entre a expectativa e a realidade comportamentais no contexto da convivência entre gerações distintas. Mas o que dizer quando sujeitas/os conviventes pertencem à mesma

geração e ao mesmo grupo de gênero e, ainda assim, entram em conflito de expectativas ou interesses?

Ocorre que, além dos conflitos intergeracionais, estão presentes nessa convivência cotidiana, agora mais intensiva, os conflitos intrageracionais e, também, o intragênero forjados por distintos interesses, rivalidades e jogos de poder existentes em muitas relações familiares ao disputar atenção, seja para suprir carências, seja por afirmação e demonstração de poder, ou mesmo por outras razões/demandas de cunho subjetivo e que acabaram por se agravar e aflorar ainda mais no contexto de confinamento, marcado por presenças físicas compartilhadas compulsoriamente no mesmo espaço, nem sempre amplo, confortável e acolhedor. Mas, por outro lado, verifica-se relações ora de cumplicidade, ora de concessão e até constituição de alianças entre conviventes diante de interesses comuns desvelados; experiências corriqueiras como as constatadas e examinadas nos capítulos 4 e 5 da tese, onde analisei as relações familiares das interlocutoras.

No que toca aos conflitos intragêneros, foi importante observar a prevalência de uma engrenagem patriarcal que ainda estrutura a sociedade, via de regra, operando em diversas frentes para a manutenção de uma dada ordem de coisas que reifica papéis de poder bastante antagônicos no território da família. Mais além, conferi que o patriarcado contemporâneo assume muitas roupagens. Desse modo, sujeitos adversos àquele universalmente eleito como detentor de poder – o patriarca da família, do sexo e gênero masculino, no exercício de pai-cônjuge – também podem assumir o papel de opressoras/es, sem, no entanto, deixarem de estruturar a ordem social dominante na qual seguimos inseridas/os e influenciadas/os contínua e hegemonicamente na sociedade ocidental.

É nesse momento que a noção cristalizada de patriarcado – entendida conforme a relação dominação-exploração exclusivamente do homem sobre a mulher – sofre uma fratura, uma vez que essa não daria conta de compreender como a construção de gênero pode se dar sobre qualquer identidade de sexo. Outras/os sujeitas/os, inclusive do mesmo sexo biológico, com identidades variadas de gênero e orientação sexual, estão vulneráveis à violência de gênero, conforme desvelado nessa pesquisa em narrativas de experiências de violências sofridas por mães perpetradas por suas filhas, problema que pode ter se tornado ainda mais dramático na pandemia.

Não esqueçamos que os diversos deslocamentos de papéis de poder desempenhados dentro e fora do contexto da pandemia variam. Há desde o abuso de autoridade de filhos

e filhas contra suas mães e pais idosos, ordenando e reprimindo sua autodeterminação; passando por relações de opressão praticadas por entes cuja situacionalidade na hierarquia social mais privilegiada na família o fazem sentir-se credenciados a oprimir outras/os familiares que dependem financeira ou emocionalmente dos primeiros; até a presença de situações mais graves de violência intrafamiliar enfrentadas por muitas/os sujeitas/os de gênero e gerações diversas e mais vulneráveis – agora ainda mais exposto/as em razão do confinamento, cuja permanência no território familiar representa forte ameaça a suas vidas e integridades outras.

Um olhar para dentro e para minha realidade no contexto da pandemia tornou ainda mais evidente o que busquei demonstrar ao longo da tese: estudar a dinâmica da família como grupo social requer um exame atento à complexidade das relações em seu interior. É importante lembrar que, ainda na atualidade, a instituição familiar é uma das principais operadoras do patriarcado. Assim, tive de lançar mão de instrumentos e produção de dados que dessem conta de análises para além dos aspectos objetivos revelados, conforme descrevo no capítulo teórico-metodológico e também nas análises empíricas. Ademais, desenvolver a reflexão sobre o tema pressupôs considerar o valor de apreciar a/o sujeita/o a partir do que esta/e herdou das gerações anteriores buscando compreender, sobretudo, os rebates dessa herança ligados à transgeracionalidade e à intergeracionalidade no tocante às experiências de violências diversas atravessadas em cada trajetória narrada.

O esforço dessa reflexão produziu o exercício do reposicionamento necessário e o desenvolvimento de certa relação de empatia e solidariedade para compreender comportamentos e atitudes, sobretudo das pessoas mais velhas entrevistadas, cuja história de vida nem sempre esteve acessível à maioria dos familiares. Por isso, reforço que sou muito grata às entrevistadas por tamanha confiança e generosidade em partilhar suas dores e alegrias comigo. Sem elas a tese não seria possível. Assumo, portanto, o compromisso público e ético de devolutiva às minhas interlocutoras.

Oxalá para algumas famílias esse momento do confinamento tenha se convertido na oportunidade de acessar essas memórias e, assim, construir novas cumplicidades, novas solidariedades, tal como busquei promover em meio a convivência no meu próprio grupo familiar durante o período. Embora nem sempre confortável, a experiência do coabitar me permitiu vislumbrar, resgatar, estabelecer e significar relações de afetos positivos, quando me foi permitido fazê-lo, para mitigar conflitos internos pré-existentes, mas aprofundados durante a quarentena.

Como disse no decorrer do texto, a família é um dos temas mais cobiçados e discutidos não só nas ciências como na sociedade em geral. É tema de conversas nas mesas de bar, em reuniões de domingo com parentes e/ou amigas/os, nas salas de espera dos consultórios e dentro deles, nas praças e nas escolas. Ao mesmo tempo, é amplamente debatido pelos meios de comunicação escrita como livros, revistas e jornais. No cinema, na internet e na televisão, não deixa de ser um tema recorrente. Sem falar nas redes sociais, já que são incontáveis os grupos de família que se formam (e se deformam) diariamente. Haverá sempre um palpite, uma opinião, ou mesmo uma “fofoca” a ser esmiuçada quando o assunto são as famigeradas relações familiares. Em resumo, não só a família em si, mas as conversas sobre ela, fazem parte do nosso cotidiano.

Desse modo, é de se esperar que tamanho interesse gere distintas formas de significar, elaborar e perceber a família por diferentes ângulos, em que pese a prevalência (ou o retorno) da ofensiva conservadora que preconiza o discurso de um modelo hegemônico, normatizado e reconhecido como ideal, ainda que matizado por muitas nuances. Ademais, tais interpretações são traduzidas, também, pela academia na sua própria linguagem e forma de comunicar.

Diante do exposto, neste momento de tecer as palavras finais – que não é um ponto final no debate –, minha intenção não é validar hipóteses, retomar teorias ou conceituações acerca das noções de família. Quero refletir sobre as experiências das interlocutoras, possíveis, ou não, de convivência parental, confrontando-as com a minha própria experiência familiar. A intenção é fomentar desconstruções idealizadas e sacralizadas de modelos de família, de modo a contribuir para que se possa vislumbrar estabelecer relações mais humanizadas, plurais, dialógicas e empáticas, quiçá amorosas, efetivamente prenes de redes de solidariedades construídas no processo; ainda que neste momento tenha se dado de forma deliberadamente compulsória em razão da contingência pandêmica enfrentada e que acomete grande parte dos grupos sociais neste ano de 2020.

Independente de contextos pandêmicos, mas especialmente pelas perspectivas de recorrência que se anunciam, desejo que essa pesquisa possa ser lida como um manifesto pelas possibilidades reais da vida social comunitária, consanguínea ou não, cujo pacto de convivência assegure relações horizontais e não-hierárquicas, independente dos laços biológicos que ligam sujeitas/os. Mas que as famílias consanguíneas possam, também, desfrutar do mesmo privilégio, quando for possível, viável e desejado de se construir. Ademais, outros formatos que comportam noções cada vez mais alargadas de família; maneiras de conceber e forjar os grupos familiares, incluindo as relações de

amizades/sociabilidades tramadas na trajetória da vida em comum, podem vir a contribuir para pautar e visibilizar a desconstrução de modelos familiares hegemônicos patriarcais. Que elas possam imprimir e ensinar novas formas de organização e arranjos familiares, conjugais ou não, parentais ou não, possíveis de existir na vida real-concreta.

Em que pese o fato da tese revelar que os variados deslocamentos dos papéis sociais tradicionais nas famílias investigadas preservou relações internas de poder desiguais, violentas e opressoras, não devemos perder a dimensão de que muitas outras configurações emergentes de organização familiar são possíveis e, de fato, têm surgido.

É possível perceber que, ao subverter e deslocar relações e papéis sociais cristalizados dos/as sujeitos/as, de acordo com seus lugares de pertença culturalmente forjados e inscritos no seu destino pré-determinado – incluindo desde o seu pertencimento de classe, sexo/gênero, raça/etnia, idade/geração, até a sua condição de corponormatividade e procedência geográfica – torna-se possível vislumbrar um horizonte utópico onde, quiçá, as bases da ordem patriarcal da família e da sociedade possam ser refundadas e repactuadas, definindo deslocamentos e agenciamentos de modo a romper com os contratos social e sexual pactuados historicamente.

Por fim, a despeito desta tese ter sido produzida em tempos de recrudescimento de disputas político-ideológicas no país – que põem em risco as conquistas históricas da luta feminista forjadas nas últimas décadas –, acredito que estudos como este contribuem para a visibilização de formas de violências diversas, operadas pela ordem patriarcal ainda vigente. Portanto, exige a ampliação e aperfeiçoamento das políticas públicas, além da sua descentralização e popularização. Afinal, os deslocamentos observados e analisados nas práticas das mulheres entrevistadas, só foram possíveis através da percepção, por elas, da disponibilidade e acesso às políticas integradas pela rede de proteção à mulher.

De resto, na escala micropolítica, a pesquisa revela a necessidade de libertar as relações de poder assimétricas das hierarquias sociais observadas entre os conviventes de famílias, cuja lógica patriarcal ainda dá o tom, alimentadas pela engrenagem da relação de dominação e manifestadas pelas violências intrafamiliares, ou como prefere chamar Bell Hooks (2019), pela violência patriarcal. Desse modo, poderá encorajar as mulheres no enfrentamento das formas de opressão vivenciadas nesse espaço de violências, muitas vezes, invisíveis e indizíveis.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. Sociologia da Família. In: CANEVACCI, M. (org). *Dialética da Família*. 5a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Coord. Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ADEWUNMI, Bim. *Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade*: Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar. Tradução de Bia Cardoso. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/07/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/>> Acesso em: 20 nov., 2020.
- ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 229-236, 2000.
- ARGOLO, Maria Marta Pinto. *Construções e deslocamentos nas relações de gênero das mulheres/mães negras vitimadas pela violência policial contra jovens e adolescentes*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. E, p. 203-216, 1994.
- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres Espancadas: a Violência Denunciada*. São Paulo, Cortez Editora, 1985.
- AZEVEDO, Eulália Lima. *Um palco de múltiplas vozes: a nova invenção dos idosos/as em luta pela cidadania*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro, Record, 2011.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.544-552, 1995.
- BENTO, Maria Aparecida. S. A mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, p. 479-488, 1995.



BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: Salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. *Revista Feminismos*, Salvador, n. 3, p. 67-82, set.-dez.. 2018.

BORCHORST, Anette. Las mujeres y el Estado del bienestar avanzado. Una nueva forma de poder patriarcal? In: SASSOON, Anne (org) *Las mujeres y el Estado*. Madrid: Vindicación Feminista. 1987, p. 151-162.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. Apêndice o espírito da família. In: BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papiurus, 1996, p. 124 -135.

BRASIL. Lei nº.11.340/06, de 07 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Brasília, DF: Senado Federal [2006]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em 15 out., 2020.

BRASIL. *Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)*. Ministério da Justiça. Edição atualizada, Brasília, 2010. 84 p. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/norma-tecnica-de-padronizacao-das-deams-.pdf>> Acesso em: 18 out. 2014.

BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher - CPMI-VCM, *Relatório Final 2013*, Brasília, Julho de 2013. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/CPMI\\_Relatorio\\_Final\\_julho2013.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/CPMI_Relatorio_Final_julho2013.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2015.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Emprego Doméstico: Revendo o Novo. *Caderno CRH*, Salvador, n. 16, p. 31-49, jan./jun. 1992.

\_\_\_\_\_. *Violência contra as mulheres idosas – questão feminista ou questão de gênero?* Trabalho apresentado ao Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, jun. 2009.

\_\_\_\_\_. As velhas também. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 23, p. 1321, 2011.

\_\_\_\_\_. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu* (13) 1999: pp.191-221.

\_\_\_\_\_. A família multigeracional e seus personagens. *Educ. Soc.*, , v.31, n.111, 2010. p. 435-458.

\_\_\_\_\_. Dossiê Gênero, família e fases do ciclo de vida. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, jul.,-dez., 1998. p. 71.

BUNCH, Charlotte. Hacia una revisión de los Derechos Humanos. In: BUNSTER, X.; ENLOE, C.; RODRIGUES, R. (Org.). *La mujer ausente: derechos humanos en el mundo*. Santiago: Isis Internacional, 1991

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. Tese (doutorado em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo) –

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2012.

CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”*: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). 2008. Dissertação (Mestrado em Pós colonialismos e Cidadania Global) – Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARNEIRO, Sueli. *Gênero, raça e ascensão social. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Flávio José Rodrigues de. *CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais - Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.*

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CASTRO, Mary G. Família, modos de usar e abusar. Maternidade e deslocamentos ou ensaiando indisciplinas. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., e MOUTINHO, L., (Orgs). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 41-65.

CECCONELLO, A.M.; DE ANTONI, C., KOLLER, S.H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 8, n. esp., p.24-54, 2003.

CHIZIANE, Paulina. *Nikette*: uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade* – uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CIRIZA, Alejandra. Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria(s) e política(s) sob o capitalismo global. In: BORON, Atílio A. *Filosofia Política Contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006.

COLLINS, Patricia. H. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: Jabardo, Mercedes (Org.). *Feminismos Negros: una antologia*. Madrid, Traficante de Suenos, 2012.

CORREIO DA BAHIA. *Anciã era mantida em cárcere privado*. Salvador, 17 abril 2007.

\_\_\_\_\_. *Idosa é assassinada por filho ex-presidiário em Esplanada*. Salvador, 18 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *Empregada doméstica atingida por golpes de picareta de filho*. Salvador, 11 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Jovem é suspeito de matar a mãe a facadas no bairro da paz*. Salvador, 06 jun. 2012.

COELHO, Maria Ivonete Soares. Políticas públicas, Políticas sociais públicas e avaliação de políticas públicas. In: GURGEL, Telma; QUEIROZ, Fernanda. M.; RUSSO, Glaucia. H. A. (Orgs.). *Políticas sociais, serviço social e gênero: múltiplos saberes*. Mossoró: UERN, 2012. p 39-54.

CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica de cidades, v. 1, n. 2, p. 317-323, 2004.

\_\_\_\_\_. Roberto Lobato. Diferenciação socio-espacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-323, julho de 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v.10, n.1, p.171-188, 2002.

CRUZ, Jéssica Nayara Moreira. Adoção à brasileira: Análise do instituto da adoção à luz do Código Civil Brasileiro de 1916, bem como em referência à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Artigo Científico. 2018. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10789/Adocao-abrasileira>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CUNHA, Tania. R. A. *O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência*. Vitória da Conquista: Uesb, 2007.

CURIEL PICHARDO, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: Irantzu Mendia Azkue, Marta Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion, Jokin Azpiazu Carballo (eds.). *Otras Formas de (Re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2014, p.45-60.

DAY, V.P.; TELES, L.E.B.; ZORATO, P.H. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *R. Psiquiatria*, RS, 25(suplemento 1), p. 9-21, abril 2003.

DAHLERUP, Drude. Conceptos confusos. Realidad confusa: una discusión teórica sobre el Estado patriarcal. In SASSOON, Anne (org). *Las mujeres y el Estado*. Madrid: Vindicación Feminista. 1987. pp.111-150.

DE VEAUX, Alexis. *Poeta Guerreiro: Uma Biografia de Audre Lorde*. WW Norton & Company, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. *Nouvelles Questions Féministes*, n 2, Féminisme: quelles politiques? p. 58-74, out. 1981.

DEBERT, Guita Grin; MARQUES DE OLIVEIRA, Amanda. A feminização da violência contra o idoso e as delegacias de polícia. *Mediações*, Londrina, v. 17 n. 2, jul./dez. 2012, p. 196-213.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L., SCHRAIBER, L. B., HANADA, H. & DURAND, J. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma

alternativa para a atenção primária em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4), p. 1037-1050, 2009.

FARAH, Marta F. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, v. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da Modernidade*. Editora Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1987. p. 38-65.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chis. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.

FERRAÇO, Carlos E. Pesquisa com o cotidiano. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007.

FORNA, Amiatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREIRE, Paulo. Escola pública e educação popular. In: FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 8ª ed. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2007.

FORACCHI, Marialice M. O conflito de gerações. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972, p.19-32.

FREITAS, Raylka. *Emprego doméstico e reconhecimento jurídico: Uma análise sobre as alterações dos novos mecanismos legais nas relações de trabalho das empregadas domésticas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

GASLIGHT (À Meia-luz). Direção George Cukor, país: EUA, ano: 1944, duração: 114min. P&B.

GOMES, Márcia Carvalho. *Proteção social à velhice e o circuito de solidariedades intergeracionais*. 2008. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 514-522, dez., 2012.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, v. IX, p. 133-141, junho, 1988.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, p.223-244. 1984.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

HARAWAY, Donna, Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli (org.). *Debates em torno a uma metodologia feminista*. México/DF: UNAM, 1998, p. 09-34.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de

marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez., 2015.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (orgs). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ módulo I. CEPESC*, Secretaria Especial de Políticas para as mulheres; Brasília, 2010.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). *Cuidado e Cuidadoras – As Várias Faces do Trabalho do Care*. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2012.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun., 2014.

HISTÓRIA de um Casamento. Direção: Noah Baumbach, país: EUA, 2019. Duração: 2h16 min. Disponível na plataforma Netflix.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

\_\_\_\_\_. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, v. 3, n.2, p. 465-477, 1995.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Documentação dos Censos Demográficos*. Anos 1980, 1991, 2000, 2010.

\_\_\_\_\_. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sidra*: Banco de dados agregados, 2019.

KEHL, Maria Rita (org.). *Função Fraternal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 209-244

KELLERMAN, Jonathan. *Filhos selvagens: reflexões sobre crianças violentas*. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos*. - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar. 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; et al (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KIMURA, Amiatta. F. A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Revista. Esc. Enf. USP*, São Paulo, v. 31, n. 2, p.339-43, ago, 1997.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, 2017.

LERNER, Gerda. El origen del patriarcado. Definiciones. *La creación del patriarcado*. Barcelona. Ed. Crítica. 1990. p.310-345.

LISBOA, Teresa Kleba; MANFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. *Katálisis*, Florianópolis, v. 8 n. 1 jan/jun.2005, p. 67-77.

LINS DE BARROS, Myriam M. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

LOVATTO, Angélica. *Desvendando o poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti*. *Lutas Sociais*, n. 27, p. 110-118, 2011.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 23, n. 03, p. 935-952, 2014.

MACÊDO, Márcia dos Santos. *Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador*. Salvador, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MAGALHÃES, Maria José. Em torno da definição do conceito de agência feminista. *Ex aequo*, n.7, p. 189-198, 2002.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. *Narradores: vozes e poderes de pensadores*. História Oral, n. 5, São Paulo, 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. *Sociologia do Conhecimento*, Porto, PT. p. 115-176, 1928.

MARES, Rizia Mendes. *A produção do espaço urbano em Vitória da Conquista/BA: lógicas e práticas espaciais do lazer*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

MARTINEZ, Ana S.; MOYA, Juana R; MUÑOZ, M. *Mujeres, Espacio y Sociedad – Hacia una Geografía del Género*. Síntese. Madrid, Espanha, 1995.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) *Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo*, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MENDONZA, Brenny. La epistemología del sur, la colonialidad del género e el feminismo latino-americano. In: MINOSO, Yuderlys (org.). *Aproximaciones críticas de las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano*. Buenos Aires: En la Frontera, p. 19-35.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

- MONTEIRO, Rosa. *O que dizem as mães: mulheres trabalhadoras e suas experiências*. Coimbra: Quarteto, 2005 p. 54.
- NARAYAN, Uma. O projeto de epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan (orgs). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 276-292.
- NETTO, Leticia Rodrigues Ferreira. “Capacitismo”. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociologia/capacitismo>> Acesso em: 15 out., 2020.
- OBSERVE-OBSERVATÓRIO LEI MARIA DA PENHA, 2007. Disponível em: <[http://www.observe.ufba.br/observatorio\\_historico](http://www.observe.ufba.br/observatorio_historico)>. Acesso em 20 out. 2014.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. *Revista Estudos Feministas*, 16 (1):229-245, janeiro-abril 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a21v16n1.pdf>. Acesso em 12/12/2015.
- PARSONS, T. La família em la sociedad urbana-industrial de los Estados Unidos. In: ANDERSON, M. (Org.). *Sociología de la familia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980. p. 43-60.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.
- PASINATO, Wânia. Questões Atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. *Revista Praia Vermelha*, RJ: ESS/UFRJ, n.14-15, p. 130-154, 2007.
- PATEMAN, Carole. Fazendo Contratos, Confusões patriarcais. PATEMAN, Carole. *O Contrato sexual*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993, p.15-65.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Avós e netos na França e no Brasil. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (Eds.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P.; PANDJIARJIAN, Valéria. Estupro: crime ou 'cortesias'? Abordagem sociojurídica de gênero. *Coleção Perspectivas Jurídicas da Mulher*, Porto Alegre: Fabris Editor, 1998.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*. vol. 11. n. 12, p. 263-274, jul.-dez, 2008.
- PIZA, E. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: A. S. A. Guimarães & L. Huntley (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, p. 97-126.
- PONTES, Paula Lopes. *Vivendo no lar: um estudo sobre os motivos de ingresso dos idosos residentes na instituição Franciscana*. Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- PRÁ, Jussara Reis. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p.81-101.

QUEIROZ, Jane Bernardes da Silva Franco de. *Adoção de má fé e trabalho escravo: Abandono por esperança, adoção de má fé e trabalho escravo na relação familiar com filhos de criação*. 2012. Disponível em: <<http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/7mostra/Artigos1d.html>>. Acesso em 21 de out 2020.

RIBEIRO Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; 2017. Col. Feminismos plurais.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: *Seminário internacional fazendo gênero*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013. Anais. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117\\_ARQUIVO\\_CristianoRodrigues.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2017.

ROMANELLI, Geraldo e BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (Orgs.) *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. Ribeirão Preto-SP: Legis Summa, 1998.

ROSA, R. Geotecnologias na Geografia aplicada. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 16, n. 1., p. 81-90, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de Gênero — lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 2, p.59-79, 1997.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. Violência de Gênero no Brasil Atual. *Estudos Feministas*. Florianópolis, CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, p.443-461, jun./dez., 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. e ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.16, p. 115-136, 2001.

\_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1987.

\_\_\_\_\_. A Ontogênese do Gênero. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira e SWAIN, Tânia Navarro. *A construção dos corpos? Perspectivas feministas*: Florianópolis: Mulheres, 2008.

SALVADOR, Evilasio S., YANNOULAS, Silvia C. Orçamento e financiamento de políticas públicas: questões de gênero e raça. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 2, p.1, maio-ago, 2013.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicol. Cienc.* v.31, n. 2, p. 220-235, 2011.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista*



*Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SARDA, Amparo Moreno. En torno al androcentrismo en la história. In: SARDA, Amparo Moreno. *Cuadernos inacabados*. El arquetipo viril protagonista de la história. Ejercicios de lecturas no andocentricas. Barcelona: La Sal, 1987. p.17-52.

SARDENBERG, Cecilia M. B; TAVARES, Marcia S. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: Edufba, 2016.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. (orgs) *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002, p. 89-120.

\_\_\_\_\_. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. *Travessias de gênero na perspectiva feminista* (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

\_\_\_\_\_. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. *Cadernos CRH*, Salvador, n.29, p. 21 -47.jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. Caleidoscópios de gênero. *Mediações Interseccionalidades*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.16, p. 137-150, 2001.

\_\_\_\_\_. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 16, p. 173-186, 2008.

SCHUCMAN, Lia Wainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul/dez 1990.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In. BURKE, Peter.(Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992.

SILVA, Ivana Patrícia Almeida da. A psicologia feminista no Brasil e os desafios da política de enfrentamento à violência contra as mulheres. In: XXXII Congresso Internacional ALAS Lima - Peru, 2019. Anais. Disponível em: <[http://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2020/05/memoria\\_alas\\_2019\\_jaime\\_rios.pdf](http://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2020/05/memoria_alas_2019_jaime_rios.pdf)> Acesso: 22 nov., 2020.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa: Toda palavra, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente, 2001a, p. 609-643.

SPM. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasil: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/SPM-Norma-Tecnica-de-Uniformizacao-CRAMs-2006.pdf>> Acesso em: 22 nov., 2020.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAM’s. Edição Atualizada, 2010. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MJ-2010-Norma-Tecnica-Padronizacao-DEAMs.pdf>> Acesso: 15 out., 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 288, de 25 de março de 2015. Estabelece orientações para a organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios.

TAVARES, Márcia Santana; SILVA, Ermildes Lima da; LACERDA, Simone Oliveira de. *A Lei Maria da Penha e sua Aplicação nas DEAMs de Salvador: reflexões sobre o que pensam e dizem as mulheres em situação de violência*. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. 2012.

Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/285>> Acesso em: 21 out. 2014.

TAVARES, Márcia Santana; SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo, Estado e Políticas de Enfrentamento à Violência contra mulheres: monitorando a Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, jun./dez. 2011.

TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar de mulheres e idosos *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 25, n. 2, Jul./Dez. 2012.

THOMPSON, P. Entrevista. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VARGAS, R. B. A. *A saúde integral das mulheres e a educação médica: uma ponte por construir*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

XAVIER, Giovana. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro, Ed. Malê, 1ª Edição, 2019.

ZILBERMAN, Monica L; BLUME, Sheila B. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 27, supl. 2, p. 51-55, outubro de 2005.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS INTERLOCUTORAS**

**APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A INSTITUIÇÃO**

**APÊNDICE C – RECORTES E LINK'S DE MATÉRIAS DE JORNAIS**

## APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS INTERLOCUTORAS

### NARRADORAS: MULHERES-MÃES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

#### I - Dados de identificação pessoal:

Iniciais do nome:

1. Idade;
2. Sexo biológico;
3. Gênero em que se reconhece;
4. Grupo étnico-racial;
5. Orientação sexual;
6. Possui religião? Qual?
7. Nível de escolaridade;
8. Ocupação;
9. Possui renda própria?
10. Estado civil, solteira, Casamento ou união estável
11. Quantos filhos ( ) filhas ( )?
12. Quantos ocupantes na residência?
13. Renda familiar;
14. Casa própria ou aluguel? ou outros?
15. Bairro em que reside;
16. Município de origem;

#### II - Situação sociofamiliar atual

17. Estuda? Onde?
18. Trabalha? Onde?
19. Frequenta algum espaço social de convivência, recreação, sociabilidade?
20. Com qual idade se tornou mãe pela 1ª vez?
21. Tinha/tem companheiro/a?
22. Como considera a sua relação conjugal? de convivência estável ( ) ou conflituosa ( ) por que?
23. Como considera a relação familiar? de convivência estável ( ) ou conflituosa ( ) por que?
24. Como considera o modelo da sua família? convencional ( ) ou não convencional ( ) por que?
25. Como são realizados os trabalhos domésticos na sua residência? Realiza sozinha? ( ) Divisão de tarefas ( ) por quem? e Por que?
26. Você depende financeiramente dos membros da sua família? Quais?

#### III - Conflitos familiares

27. Que tipo de violência familiar você sofre ou sofreu? Praticada por quem?

28. Quantas vezes?
29. Desde quando?
30. Você se defendeu? Como?
31. Houve reincidência?
32. Você considera isso um problema? Por que?
33. A que atribui a ocorrência desse fato?
34. Que sentimentos têm em relação ao fato?
35. Conta ou contou com o apoio de alguém? Quem? familiares ( ) amigos ( ) vizinhos()
36. Você já fez alguma denúncia? A quem? se sim, como se sentiu em relação a isso?
37. Já denunciou formalmente aos operadores da justiça? quais? Quantas vezes?
38. Quais as consequências desse episódio ou impactos na sua relação familiar? De que tipos?

#### IV - Dados da ocorrência

39. Faça uma breve descrição do ocorrido, em quais circunstâncias, gatilhos, se houve testemunhas, etc,
40. Alguém interveio? Quem? Por que?
41. Houve recorrência?

#### V - Acolhimento na Delegacia (se houve denúncia formal)

42. Qual a delegacia a que recorreu? Já recorreu a esta Delegacia antes?
43. Por quem foi atendida? Considera que foi bem atendida? Por que?
44. Descreva o atendimento
45. Deu continuidade ao processo? sim ( ) não ( ) Por que?
46. Já houve desfecho do processo? Se sim, qual foi o desfecho?
47. Se não, qual a expectativa de resolução do problema e o que espera do processo.

#### VI - Situação emocional da entrevistada da denúncia formal

48. Que sentimentos, emoções ou comportamentos você passou a experimentar após o evento?
49. Qual a maior dificuldade que passou a enfrentar após o ocorrido?
50. O que faz atualmente para sentir-se melhor e lidar com o que aconteceu?
51. Você conta com algum apoio institucional? Onde?
52. Você conta com algum apoio familiar ou de amigos? Ou outros?
53. Você se relaciona com o/a agressor/a? descreva de que maneira.

## APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A INSTITUIÇÃO

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

INSTITUIÇÃO: DEATI - Rua do Salete, 19 – Barris – Salvador: Ba.

Concedida simultaneamente por:

1. Delegada de Polícia - Titular da DEATI.
2. Escrivão de Polícia Resp. p/ Setor de Estatística - DEATI

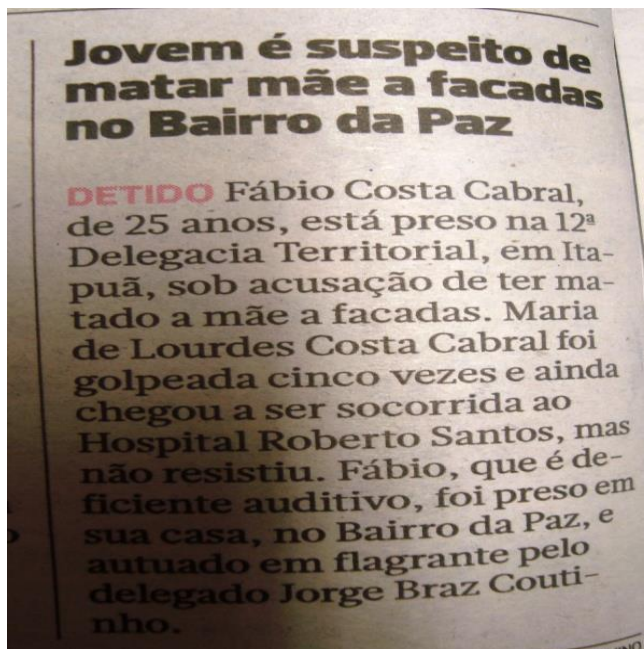
### QUESTÕES:

1. Quantos casos de mães agredidas por seus filhos/as são atendidos, em média, por semana?
2. Quais os tipos mais frequentes de violência praticada nesses casos?
3. Como são enquadrados e encaminhados esses casos?
4. Com que frequência esses casos são encaminhados a julgamento?
5. Como você enxerga/reconhece esses casos? Envolve questão de gênero?
6. A que atribui à ocorrência desses casos?
7. Existe atendimento psicológico da DEATI?
8. O que o pensa sobre a criação da DEATI e do Estatuto do Idoso como aparelhos de suporte e sua efetividade no combate à violência contra o idoso/a?
9. Em sua opinião, quais iniciativas poderiam contribuir para melhorar a assistência do Estado a essas vítimas de violência?
10. A delegacia conta com o apoio de redes de amparo, outros órgãos, ong's, abrigos ou outros projetos de caráter social?

## APÊNDICE C – RECORTES E LINK'S DE MATÉRIAS DE JORNAIS



FONTE: Matéria do Jornal Correio da Bahia, 11/06/2012.



FONTE: Matéria do Jornal Correio da Bahia, 06/06/2012.

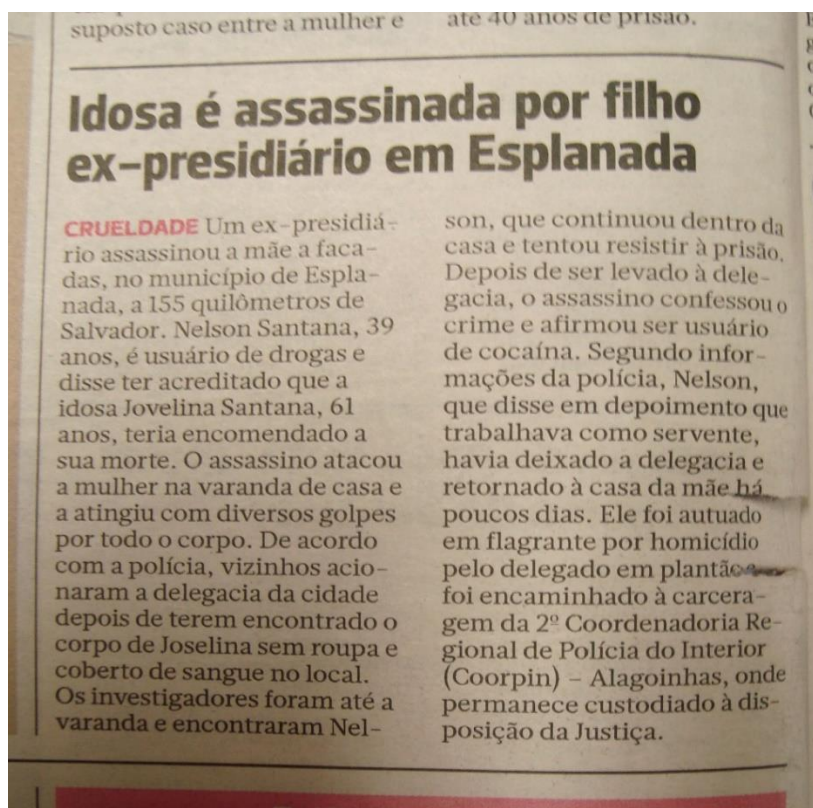
## Anciã era mantida em cárcere privado

Uma denúncia anônima de cárcere privado e maus-tratos levou a polícia à casa da anciã Margarida Correia Lima Costa, 83 anos, encontrada trancada dentro de sua própria residência, em ambiente insalubre, no bairro do Campo Grande, ontem pela manhã. Acusada dos crimes, Márcia Correia Lima Costa, 47, filha da vítima, não foi encontrada pelos agentes, mas vai responder a inquérito.

Apresentando vários problemas de saúde, Margarida foi libertada da residência, localizada na Travessa Barbosa Leal, e socorrida numa ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para o 5<sup>a</sup> Centro de Saúde, no Vale dos Barris. A vítima não tinha acesso à luz do sol e vivia sob forte odor por causa de fezes de gatos que também estavam presos no imóvel.

Vizinhos contaram para a polícia que a idosa era deixada trancada em casa pela filha constantemente. Acrescentaram que ela chegava a gritar por ajuda e pedindo comida. A delegada Tâmara Valéria Ladeira, plantonista da Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso, está à frente do caso.





FONTE: Matéria do Jornal Correio da Bahia, 18/12/2011.

**VÍDEO: Mãe faz denúncia em rede social após ser agredida pelo filho em São João Batista.** Disponível em: <https://omunicipio.com.br/video-mae-faz-denuncia-em-rede-social-apos-ser-agredida-pelo-filho-em-sao-joao-batista/>. Acesso em 22 nov 2020.

**Filho espanca mãe até a morte.**

Disponível em: <http://diariodecuiaba.com.br/policia/filho-espanca-mae-ate-a-morte/84156>. Acesso em 22 nov 2020.

**Filho espanca mãe com muletas em Várzea Grande.** Disponível em:

<https://www.obomdanoticia.com.br/policia/filho-espanca-mae-com-muletas-em-varzea-grande/67679>. Acesso em 22 nov 2020.

**Filho agride mãe por causa de herança em Três Lagoas.** Disponível em:

<https://www.radiocacula.com.br/noticias/policial/filho-agride-mae-por-causa-de-heranca-em-tres-lagoas>. Acesso em 22 nov 2020.